



REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 3, n. 6, p. 1-200, dez. 2016.

## RESENHAS

**ÁGNES HELLER E A TEORIA DAS NECESSIDADES EM MARX**..... 1 – 7  
**Autora:** Denise de Jesus Albuquerque

**EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA ÉTICA E DA MORAL**..... 8 – 16  
**Autores:** Cândida Nascimento da Silva; Elvira Neves da Silva; Katia Dias França; Rose Cristine da Luz Ferreira; Edvaldo Rogério Santos Teixeira

## ARTIGOS

**A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM NA ESCOLA MANOEL BECKMAN**..... 17 – 39  
**Autores:** Liliane Muniz Lima; Raimundo Nonato Silva Barbosa

**ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: possibilidades e perspectivas na Educação Infantil I no Jardim de Infância Pingo de Gente**..... 40 – 69  
**Autoras:** Antonia Ildeã Lima da Silva; Auricelia Silva Garcês

**APONTAMENTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS EM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS, NO MUNICÍPIO DE MONÇÃO-MA, À LUZ DO MÉTODO PAULO FREIRE**..... 70 – 85  
**Autoras:** Gisele de Fátima Cardoso Nunes; Neuziane Sousa dos Santos; Paula Marize Nogueira Pereira

**GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO: gastos e desgastes na manutenção do ensino público no nível fundamental**..... 86 – 110  
**Autores:** Laureci Souza Castro; Josemar Nogueira Silva

**MARIA FIRMINA DOS REIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO MARANHENSE NO SÉCULO XIX: breves apontamentos**..... 111 – 124  
**Autora:** Katiana Souza Santos

**O ENTRE-LUGAR DE DOIS INTELLECTUAIS: Mestre Severino, Barqueiro e Josué Montello, autor em *Cais da Sagração***..... 125 – 136  
**Autores:** Edimilson Moreira Rodrigues; Jacqueline Brandão; Clodomir Cordeiro de Matos Júnior; Josenildo Campos Brussio

**O SINDICALISMO NO BRASIL: trajetória histórica e estrutura sindical**..... 137 – 153  
**Autora:** Denise de Jesus Albuquerque

**PROCESSO DE PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS: estudo de caso da Empresa Sonho de Fada**..... 154 – 171  
**Autores:** Joelina Maria da Silva Santos; Cassio Renan da Silva Sousa; Geraldo Bezerra Costa Neto; Joyce Kelly Matos Santos; Mayara Andreia Nascimento Pereira

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO GOVERNO FEDERAL: solução ou consequência para erradicar a evasão escolar na Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar – MA**..... 172 – 200  
**Autoras:** Edjane Nunes Pinto Ramos; Sônia Maria Feitosa da Paz

## ÁGNES HELLER E A TEORIA DAS NECESSIDADES EM MARX

Denise de Jesus Albuquerque\*

HELLER, Ágnes. **Teoría de Las Necesidades en Marx**. Barcelona: Península, 1978.

*Teoría de las necesidades en Marx* é o livro da filósofa húngara Ágnes Heller, publicado pela primeira vez em 1974, quando esta ainda comungava com os ideais de seu mestre György Lukács e da teoria marxiana. A edição que ora se apresenta é a argentina de 1978, cujo prólogo é feito por Pier Aldo Rovatti. Nascida em Budapeste, Hungria, em 12 de maio de 1929, Ágnes Heller foi aluna e assistente de Lukács – expoente máximo do marxismo nos estudos da estética e da ontologia do ser social – tendo participado do círculo de estudos formado por ele entre os anos de 1957 a 1971 com outros jovens intelectuais como György Márkus, Mihály Vajda e Ferenc Fehér (com quem acabou se casando e indo morar na Austrália em 1978, em razão de perseguições políticas sofridas pelo casal). Rovatti destaca que Heller pode ser considerada a figura de maior relevo dentro do que se convencionou chamar de Escola de Budapeste. Interessada em temas como a vida cotidiana e sua vinculação ao conceito marxiano de revolução, Ágnes Heller realiza neste livro um estudo baseado na obra de Marx a respeito do conceito de necessidade em relação com a temática do valor, apontando na obra marxiana a aparição histórica das necessidades radicais, caráter qualitativo historicamente determinado das necessidades. Dividido em cinco capítulos, o livro trata categorias como “necessidade social”, “necessidades radicais”, além de apresentar o conceito de necessidade presente em muitos momentos nas principais obras de Marx (*Grundrisse*, Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, Manifesto Comunista, O Capital, Miséria da Filosofia, Teoria sobre Mais-Valia, A Ideologia Alemã, Crítica do Programa de Gotha), assim como suas aparentes divergências e contradições. No primeiro capítulo, *Observaciones preliminares: el concepto marxiano de necesidad*, em que Heller vai tratar do conceito marxiano de necessidade em Marx ela apresenta que este não usou uma terminologia precisa sobre o conceito de necessidade o que por vezes leva a interpretações diversas a respeito do tema. Sendo assim, Ágnes se detém sobre as tendências principais do pensamento de Marx sobre a teoria das necessidades. Logo de início, Heller apresenta as três descobertas originais de Marx e afirma que todas elas, de algum modo,

---

\* Assistente social, professora do curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: denicst@yahoo.com.br

estão assentadas sobre o conceito de necessidade. A análise primeira que a autora faz, é acerca da categoria “valor de uso” em Marx em sua relação com o conceito de necessidade e destaca que: “La satisfacción de la necesidad constituye la *conditio sine qua non* para cualquier mercancía. No existe ningún valor (valor de cambio) sin valor de uso (satisfacción de necesidades), pero pueden existir valores de uso (*bienes*) sin valor (valor de cambio), si bien satisfacen necesidades (según su definición)”. (HELLER, 1978, p. 21). Ágnes Heller destaca que Marx costuma definir o valor mediante o conceito de necessidade, mas nunca define o conceito de necessidade e nem sequer descreve o que se entende por esse termo. No tocante à categoria “mais-valia”, ela observa que a produção desta satisfaz a uma necessidade (a de valorização do capital). Desse modo, com as necessidades Marx define a possibilidade de produção da mais-valia. “Ao largo de toda la obra de Marx reaparece constantemente la idea de que la posibilidad de producir plusvalía se realiza cuando una determinada sociedad es capaz de producir más de lo suficiente para la satisfacción de sus ‘necesidades vitales’”. (HELLER, 1978, p. 23). A autora chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento da divisão do trabalho e da produtividade cria consigo a riqueza e a multiplicidade das necessidades. Nesse sentido, a estrutura das necessidades será determinada pela ocupação na divisão do trabalho. Segundo Heller, entre as descobertas econômicas que Marx indica como próprias, o conceito de necessidade tem um dos papéis centrais, tendo em vista que a economia política clássica não dava nenhuma importância ao valor de uso. Ela aponta que o conceito de “necessidade” já havia sido trabalhado antes mesmo de Marx pela economia política clássica, no entanto, esta análise ou crítica se dá sob uma perspectiva puramente econômica. Será Marx, portanto, que ultrapassará esta concepção econômica da necessidade, rejeitando-a como expressão da alienação capitalista das necessidades já que, para o capitalismo, o que importa não é a satisfação das necessidades, mas a valorização do capital. Ainda no capítulo 1, Ágnes destaca que o que diferenciará a sociedade dos produtores associados do capitalismo não será o incremento constante da produtividade para a produção de valor (valor de troca) mas a sua relação com as necessidades posto que com o aumento da produtividade “se obtiene una disminución del tiempo de trabajo, con la consiguiente posibilidad para el trabajador de satisfacer necesidades más elevadas”. (HELLER, 1978, p. 25). Uma vez que a diminuição do tempo de trabalho e o consequente aumento do tempo livre é fundamental para a satisfação das necessidades superiores, Ágnes aponta que para Marx isto jamais poderá acontecer no capitalismo, de um lado porque a valorização do capital coloca obstáculos à redução do tempo de trabalho e de outro porque para tal feito é necessário uma estrutura que possibilite o uso do tempo livre dos homens para a satisfação de suas “necessidades superiores”, sendo estas

entendidas como as que se dirigem “*a los otros hombres entendidos no como medio sino como fin*”. (HELLER, 1978, p. 26). Eis porque, segundo Heller, o conceito de necessidade desempenha ocultamente o papel principal nas categorias econômicas marxianas. Segundo a autora de *Teoría de las necesidades en Marx*, a razão pela qual o conceito de necessidade não tenha ficado definido nas críticas da economia política e do capitalismo diz respeito ao fato de que as categorias marxianas de necessidade não são em geral categorias econômicas. A tendência maior que existe nas obras de Marx é a de considerar os conceitos de necessidade como “[...] categorías extraeconómicas e histórico-filosóficas, es decir, como categorías antropológicas de valor, y por consiguiente no susceptibles de definición dentro del sistema económico”. (HELLER, 1978, p. 26). No capítulo seguinte intitulado *El concepto filosófico general de necesidad. Alienación de las necesidades*, Ágnes Heller vai apresentar ao leitor os principais debates de Marx em torno do conceito filosófico geral de necessidade, bem como o problema da alienação das necessidades desenvolvido pelo revolucionário alemão. Logo de início a filósofa húngara trata da relação entre a necessidade do homem e o objeto da necessidade: “[...] la necesidad se refiere en todo momento a algún objeto material o a una actividad concreta. Los objetos «hacen existir» las necesidades y a la inversa las necesidades a los objetos. La necesidad y su objeto son «momentos», «lados» de un mismo conjunto”. (HELLER, 1978, p. 41). Ela destaca que a necessidade e seu objeto são momentos de um mesmo conjunto, porém, há a primazia da produção enquanto momento de criação de novas necessidades. No entanto, esta produção que cria novas necessidades está sempre em constante relação com as necessidades já criadas. Com base na teoria marxiana, Heller apresenta ao leitor o debate sobre a objetualização humana. Segundo ela, o objeto mais elevado da necessidade humana é o outro homem, na medida em que este como fim máximo torna-se o objeto mais elevado de necessidades para o outro homem, o que determina então o grau de humanização das necessidades humanas. Ao discorrer sobre a alienação das necessidades a autora demonstra como no capitalismo esta relação é totalmente invertida e o homem de fim, é tornado meio. O trabalhador se converte em meio de satisfação das necessidades de acumulação do capitalista. Ao distinguir as necessidades humanas das necessidades animais – ambas dirigem-se a objetos, no entanto, as últimas são determinadas pela constituição biológica dos animais – Ágnes Heller apresenta aquilo que ela chama de “teoria da gênese” em Marx encontrada na obra *A Ideologia Alemã*: “La génesis del hombre es en el fondo lá génesis de las necesidades”. (HELLER, 1978, p. 44). Com efeito, os leitores de Marx e Engels rapidamente se lembrarão das passagens em que estes autores tratam nessa obra da produção de instrumentos para a satisfação de necessidades como o primeiro fato histórico. Não ficando apenas nesta constatação, Marx e

Engels identificaram que a produção destes instrumentos, diga-se meios de satisfação de necessidades, já é em si uma nova necessidade. Dessa forma, Heller discute que é no processo de objetualização que a necessidade humana se realiza, uma vez que são os objetos que dirigem o homem no desenvolvimento de suas necessidades. É, portanto, esta tendência objetual das necessidades que indica o seu caráter ativo. “*La capacidad (Fähigkeit) para la actividad concreta es por conseguinte una de las mayores necesidades del hombre. (Éste es el fundamento filosófico, luego tan determinante, de la concepción marxiana de la elevación del trabajo a «necesidad vital»*”. (HELLER, 1978, p. 45). Ágnes dedicará um capítulo inteiro ao tema das necessidades radicais, mas já no capítulo segundo ela introduz a temática ao destacar que o capitalismo produz necessidades “múltiplas e ricas” ao mesmo tempo que empobrece os homens ao transformar o trabalhador em um ser “isento de necessidades”. Ela destaca que é a própria alienação das necessidades no capitalismo o que produz a possibilidade de transcendê-lo, ou seja, a possibilidade de superação do empobrecimento humano, “la necesidad de la riqueza y de la realización de la «essencia de la especie». Es la máxima paradoja de la teoría de la alienación de Marx, una paradoja que – esperamos – pueda expresar posibilidades reales.” (HELLER, 1978, p. 53). No capítulo 3, *El concepto de «necesidad social»*, Heller apresenta o conceito de necessidade social em Marx destacando que na obra marxiana esse conceito aparece sob diferentes acepções, além de ser distinto do conceito de interesse. Na primeira concepção – a de maior importância e frequência –, as necessidades sociais são entendidas como aquelas “socialmente produzidas”, ou seja, as necessidades dos homens particulares, sendo estas não somente as naturais mas também as necessidades humanas. A segunda concepção que a autora identifica na obra de Marx é a de necessidade social como necessidade do comunismo, do homem socializado. O terceiro sentido empregado para a categoria necessidade social na obra marxiana, refere-se à média das necessidades dirigidas a bens materiais de uma sociedade ou classe. A filósofa observa que sempre que Marx emprega a categoria necessidade social com esta conotação, ele o faz usando aspas exatamente para exprimir aquelas necessidades que aparecem em forma de demanda efetiva. No caso da classe operária, essas “necessidades sociais” que dizem respeito à demanda efetiva e não passam de mera aparência uma vez que não expressam as demandas reais desta classe. Na quarta e última acepção que a autora apresenta neste terceiro capítulo, está a de necessidade social como satisfação social, ou até mesmo comunitária, das necessidades. Trata-se de uma interpretação não econômica que serve para explicar que os homens têm necessidades produzidas socialmente que demandam a criação de instituições sociais para a sua satisfação. Um exemplo interessante trazido por Heller, é a necessidade de proteger à saúde, onde precisamos de instituições de saúde pública para atender

a tal necessidade. No quarto capítulo, *Las «necesidades radicales»*, Ágnes Heller chega ao ponto máximo da teoria das necessidades em Marx, ao tratar do conceito de “necessidades radicais”. Com efeito, tais necessidades que são geradas no e pelo capitalismo não podem ser satisfeitas nesse modo de produção tendo-se, portanto, a discussão sobre o comunismo como um dever histórico a ser realizado. Heller discorre sobre a concepção marxiana de necessidades radicais mostrando ao leitor que, para o revolucionário alemão, estas são inerentes à estrutura capitalista das necessidades, sem as quais o capitalismo não poderia existir. Reside aí a grande contradição do capitalismo: ao mesmo tempo que ele produz as necessidades radicais (oriundas da exploração, dominação e humilhação a que os trabalhadores são submetidos) a satisfação destas transcende ao próprio capitalismo, colocando para o proletariado a tarefa histórica de protagonizarem a revolução radical e total. A filósofa húngara ao apresentar as antinomias do capitalismo (liberdade-necessidade, necessidade-causalidade, teleologia-causalidade e riqueza-pobreza) discute que estas são antinomias da produção de mercadorias desenvolvidas no modo de produção capitalista, onde nesse processo de produção de mercadorias as relações humanas assumem a forma de relações causais. Diz Heller: “Las relaciones sociales fetichizadas de este modo se sitúan frente a los hombres particulares como leyes económicas, como cuasi-leyes naturales.” (HELLER, 1978, p. 95). Ao tratar daquela que seria a antinomia especial, a antinomia riqueza-pobreza, Heller aponta que a resolução de tal antinomia (aquela que caracteriza o capitalismo) representa a “transição” para a sociedade do futuro, isto é, para o comunismo. Desse modo, a transição para o comunismo não está garantida por nenhuma lei natural mas pelas próprias “necessidades radicais”. Em última instância, poderíamos dizer que as necessidades radicais são a necessidade do comunismo, pois os produtores associados para satisfazê-las precisam destruir ao próprio capitalismo. Nesse sentido, trata-se não de interesses particulares da classe operária, posto que esta ao libertar-se liberta a toda a humanidade, como bem nos apontou Marx e Engels. Ágnes destaca que em Marx a necessidade de tempo livre constitui uma necessidade elementar pois esta supera a momento os limites da alienação. Não à toa, a luta pela redução da jornada de trabalho pela classe operária sempre teve um papel central e foi a primeira grande luta que podemos observar na história do movimento operário. Ainda que esta luta possa permanecer nos marcos do capitalismo, sua centralidade reside no fato de que em um determinado momento do desenvolvimento capitalista esta necessidade de tempo livre converte-se em uma necessidade radical, cuja satisfação só é possível numa sociedade que transcenda o capitalismo.

No quinto e último capítulo de *Teoría de Las Necesidades en Marx* (El «sistema de necesidades» y la sociedad de los «productores asociados»), a autora apresenta o debate que se

apresenta em Marx sobre a sociedade dos produtores associados e seu sistema de necessidades radicalmente novo. Logo de início ela nos diz que, de acordo com a análise marxiana, cada sociedade possui um sistema de necessidades próprio, uma vez que: “La estructura de las necesidades es una estructura orgánica inherente a la formación en su conjunto”. (HELLER, 1978, p. 116) Ágnes chama a atenção para o fato de Marx considera que a completa reestruturação do sistema de necessidades no comunismo é imprescindível para se pensar a sociedade do futuro, pois trata-se de uma sociedade na qual as necessidades radicais serão satisfeitas, dando origem a uma nova estrutura de necessidades radicais. Verifica-se, segundo Heller, que o trabalho do qual fala Marx ao se dirigir à sociedade dos produtores associados é distinto daquele que se realiza no capitalismo. No comunismo, o trabalho que se dirige à produção é reduzido ao mínimo até o ponto de deixar de existir, uma vez que no processo de produção material há um predomínio do capital fixo (máquinas), onde a força de trabalho serve apenas como regulador do processo. Nesse sentido, tem-se a hegemonia do trabalho intelectual sobre o trabalho físico. Tal questão nos remete à outra: somente a produção é fonte de riqueza da sociedade? A filósofa húngara informa ao leitor que Marx responderia a esta pergunta com um categórico não. Isto porque a riqueza material é apenas condição para a riqueza geral da sociedade, mas a verdadeira riqueza da sociedade acontece pela livre manifestação dos indivíduos sociais, através de sua atividade e de seu sistema de necessidades qualitativamente múltiplas. “La verdadera riqueza del hombre y de la sociedad no se constituye en el tiempo de trabajo sino en el *tiempo libre*. Precisamente por esto la riqueza de la sociedad de los «productores asociados» no es mensurable en tiempo de trabajo, sino en *tiempo libre*”. (HELLER, 1978, p. 125-126). O que está em questão, portanto, é a mudança da estrutura de necessidades que se dará com o fim da divisão social do trabalho e da estrutura de classes na “sociedade dos produtores associados”, havendo nesta, a superação da divisão entre trabalho manual e intelectual. Nesse sentido, apesar de ainda haver uma divisão do trabalho do ponto de vista técnico, esta não guiará as manifestações intelectuais do homem durante o seu tempo livre. Como bem apontaram Marx e Engels (2007, p. 38):

[...] na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.

Com efeito, o que o leitor de Teoría de las necesidades en Marx pode esperar é um belíssimo ensaio sobre um dos temas mais caros à teoria marxiana, o tema das necessidades radicais, onde

Ágnes Heller ao percorrer as principais obras de Marx e deste juntamente com Engels apresenta-nos o percurso feito por eles até chegarem ao conceito de necessidades radicais. Vale destacar que a preocupação da filósofa húngara àquela época era a de pensar as necessidades radicais como “[...] proposta de sistematização das reformas ao socialismo vigente à época no Leste Europeu, especialmente na Hungria ocupada pelos soviéticos”. (BRAZ, 2013, p. 124). No entanto, este debate permanece cada dia mais atual e oportuno – sobretudo neste ano em que se comemora o centenário da revolução russa –, tendo em vista o fracasso das experiências socialistas no mundo no século passado e a necessidade cada vez mais radical de superação do sistema de necessidades presente.

### REFERÊNCIAS

BRAZ, Norma. Necessidades humano-sociais: ensaio sobre a atualização das necessidades radicais. *Argumentum*. Vitória, ES, v. 5, n. 2, p. 123-138, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/6029/5067>>. Acesso em: jun./2016.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2016.

VERONEZE, Renato Tadeu. Ágnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 162-172, jan./jun.2013.

## EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DA ÉTICA E DA MORAL

**Cândida Nascimento da Silva\***

**Elvira Neves da Silva\***

**Katia Dias França\***

**Rose Cristine da Luz Ferreira\***

**Edvaldo Rogério Santos Teixeira\*\***

BOFF, Leonardo. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

A obra *“Ética e Moral: a busca dos fundamentos”* foi publicada pela primeira vez no ano de 2003. A referida obra está em sua 9ª edição pela Editora Vozes e tem como autor Leonardo Boff, que é doutor em Filosofia e teologia pela Universidade de Munique na Alemanha desde 1970, conferencista, professor e escritor escreveu mais de sessenta obras sobre Ecologia, Espiritualidade, Teologia, Mística e Antropologia, dentre elas temos: *A águia e a galinha*, *A fé na periferia do mundo*, *Vida além da morte*, *Teologia da libertação no debate atual*, *Mística e espiritualidade*. A obra *Ética e Moral: a busca dos fundamentos* está dividida em quatro capítulos, a saber: *“Ética: a doença e seus remédios”*, *“Genealogias da ética”*, *“Virtudes cardeais de uma ética planetária”*, *“Guerra e Paz”*, no final do livro constam o documento *“A Carta da Terra”*, assumida pela ONU, que é uma chamada de atenção ao mundo para uma consciência ecológica e uma tentativa de salvar o planeta em que habitamos. O autor Leonardo Boff apresenta em sua obra reflexões sobre o comportamento humano na sociedade e com o meio ambiente, aponta que estamos em uma atividade devastadora, se continuarmos com essas atividades, poderemos chegar à extinção da vida humana no planeta terra. “[...] por causa da atividade humana altamente depredadora de todos os ecossistemas. Chegamos a um ponto em que a biosfera está à mercê de nossa decisão”. (BOFF, 2014, p. 13). Boff (2014, p. 13), afirma que “[...] se queremos continuar a viver temos que querê-lo e garantir as condições adequadas”. Se hoje o meio ambiente está totalmente destruído, isso quer dizer que, o principal responsável

---

\* Graduandas do Curso de Administração e Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), integrantes do Grupo de Reflexão e Estudos em Filosofia e Ética do IESF.

\*\* Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP (2013). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário Barão de Mauá - SP (2013). Especialista em Teologia Catequética pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA (2015). Especialista em Ética e Filosofia Política pela Faculdade UNYLEYA do Rio de Janeiro (2016). Graduado em Teologia pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão - IESMA (2011). Graduação em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas - Faculdade São Luís (2011). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Dottori de São Paulo (2013). E-mail: santeixeira10@hotmail.com

para que o planeta esteja assim é o ser humano, nos dias atuais a humanidade não está conseguindo sobreviver porque a natureza cada vez mais está sendo destruída. A afirmativa citada por Boff, sobre a Carta da Terra que, por vez, desperta uma nova consciência ecológica e uma ética mundial, assumida pela UNESCO, adverte em sua introdução: “A escolha é nossa: ou formar uma aliança global para cuidar da terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a adversidade da vida”. (BOFF, 2014, p. 14). Essa afirmação nos relata que o ser humano está em uma situação tão crítica onde tem apenas duas opções, cuidar do meio ambiente ou sofrer. Devemos estar voltados para a preservação da natureza e da grande variedade de espécies do planeta, deixar de destruir e ter amor pelo meio ambiente. O convívio do ser humano com o meio ambiente começou a ser prejudicado e seu ato de cuidar e preservar tem sido deixada de lado. O ser humano tem dado privilégio à prosperidade desenfreada, deixando à mercê o que é mais importante, a natureza, algo que Deus nos deu para preservar e desfrutar. A grande solução viria por meio de mudanças, a começar pelo próprio ser humano, que deveria assumir a responsabilidade do cuidado e fazer a sua parte. Essas respostas parecem ser objetivas para a questão da prosperidade, porém não refletem a raiz da questão, pois além de destruir a natureza, o ser humano destrói a si próprio e sua essência de vida, se desliga do mundo e de si mesmo, por isso, podemos contextualizar com esta afirmativa do autor: o ser humano “exacerbou a autoafirmação em detrimento da integração. Descobriu a força de sua inteligência e de sua criatividade. E usou esta força para se sobrepor aos demais. Ao invés de estar junto dos demais seres, colocou-se sobre eles e contra eles” (BOFF, 2014, p. 16). Com o conhecimento, o homem foi capaz de causar uma divisão com os demais seres. É interessante pensarmos em contribuir com nosso conhecimento para ajudar os outros, às vezes fazemos dele [conhecimento] uma espécie de escudo para nos protegermos. Podemos chamar essa reação, de ação do medo. Essa ação é movida, em muitos casos, pelo medo de perder espaço ou o status que possuímos. Essa ação ocorre, em alguns casos, dentro das empresas, principalmente com a chegada de um novo funcionário. Se o mesmo for daquele tipo de profissional que sempre busca melhorias para a organização, correrá o risco de ser questionado pelos demais devido à sua atitude. Esse aprendizado deveria ser utilizado para unir as pessoas através de suas experiências, conduzindo-os a uma verdadeira fonte de sabedoria, onde todos se tornariam iguais, pois, o que prevalecerá não é quem sabe mais ou menos, mas, sim a distribuição de conhecimentos adquiridos ao longo de sua jornada de vida. Que possamos compreender que não vivemos sozinhos, que nossa inteligência pode ser usada para nos unir. Que prevaleça a harmonia com nossos irmãos e que possamos, no entanto, reconstruir a comunhão perdida pelo sentimento de egoísmo e pela força da inteligência. O reencantamento do ser humano pela plenitude da vida

começa a partir de uma nova consciência no sentido de ser, como salienta Boff ao descrever essa nova experiência e esse novo sentido: “Eles surgem a partir da ativação consciente e propositada do princípio do feminino, da dimensão da alma (que se completa pelo animus presente nos homens e nas mulheres). [...]. O cuidado constitui a essência da alma e aquela condição necessária para que a vida continue vida”. (BOFF, 2014, p. 18). A humanidade precisa colocar em prática o princípio do feminino. O cuidado com o próximo gera sensações positivas. Precisamos nos sensibilizar a respeito da vivência humana. É necessário que nos preocupemos em buscar formas de ajudar as pessoas. Precisamos nos desligar um pouco dos bens materiais e nos conscientizarmos do bem mais importante que temos: a vida. Essa energia precisa ser resgatada em nossos dias, para que uma luz venha ser acesa em nossas mentes, nos orientando a valorizar a vida! Que o zelo deixe de ser estranho passando e comece a ser frequente e espontâneo, sendo praticado por todos os homens e mulheres elevando o nível de nossos relacionamentos, nos transformando em uma sociedade que compreende o valor da cooperação com os seres humanos e a vida. O homem como ser vivente, foi criado com um propósito, ele sempre busca conquistar seu espaço, porém ainda lhe falta a consciência de que o meio ao seu redor foi criado para garantir a sua existência, o próprio meio já é seu habitat. Percebe-se que o ser humano em suas ações encontra-se perdido, sem rumo, sem perspectivas, apropria-se de sua condição de inteligência para ficar sobre os demais animais na cadeia da natureza. Com sua sede insaciável, procura respostas ligadas a variadas questões, tais como: a cura de doenças, a origem da vida, como vencer a morte e tornar-se imortal. Como conquistar o mundo e como desvendar os mistérios do universo. Essa insaciável busca de conquista do ser humano a cada momento cresce e é uma oportunidade para se pensar no paradigma-cuidado. “O cuidado é aquela condição prévia que permite o eclodir da inteligência e da amorosidade, o orientador antecipado de todo comportamento para que seja livre e responsável, enfim tipicamente humano” (BOFF, 2014, p.22). Essa atitude precisa ser cultivada, isso é o mínimo de ética que podemos passar para com o próximo, ética não é uma obrigação, é consciência do ser em qualquer circunstância. Somos na essência uma cadeia interligada à natureza e aos seres. “[...], trata-se do sonho de uma civilização da re-ligação universal que a todos inclui, [...]. Viemos de um anseio civilizatório, hoje mundializado, que realizou coisas extraordinárias, mas que é materialista e mecânico, linear e determinístico, dualista e reducionista, atomizado e compartimentado. Separou matéria e espírito, ciência e vida, economia e política, Deus e mundo”. (BOFF, 2014, p.23). Esta citação nos remete a entender que a ética é o cuidado que deve ser estabelecido onde servirá de orientação à consciência do ser humano. Será criada uma nova ética onde as barreiras serão quebradas, os obstáculos serão vencidos e o ser humano

deixará de ser tão individualista e competitivo, pois o objetivo dessa nova postura ética é tornar a sociedade capaz de realizar várias mudanças, a começar pela preservação do meio ambiente. Preservar o meio ambiente é uma grande responsabilidade ética, é a garantia de nossa própria sobrevivência. A ética reflete sobre a moral, na ética a pessoa se orienta por princípios e convicções que tem dos seus ancestrais, a ética vem do grego *ethos* que tem o mesmo significado de caráter e costume. Devido às mudanças ocorridas ao longo dos anos na sociedade, estamos vivendo uma série de contradições de valores jamais vistos. Por exemplo, em 2016, vivenciamos diversos fatos que nos fizeram questionar a ética: homens do poder envolvidos em esquemas milionários negando sua participação, sendo que os mesmos, além de fazerem parte do sistema corrupto, protegiam seus aliados. O dinheiro que era para ser utilizado em favor do povo foi utilizado em benefícios de poucos. “Esse obscurecimento do horizonte ético redundava numa insegurança muito grande na vida e numa permanente tensão nas relações sociais que tendem a se organizar ao redor de interesses particulares do que ao redor do direito e da justiça”. (BOFF, 2014, p.27). Com tantos acontecimentos revelados, temos a impressão de que fomos ensinados erradamente, esses fatos refletem na sociedade, nos obrigando a questionar o futuro, tudo poderia ser diferente, se as pessoas se baseassem nos valores corretos, valorizando o bem-estar do próximo. Precisamos combater esta insegurança e nos assegurarmos em alguns valores essenciais à vida, tais como: bondade, sinceridade, honestidade, caridade e tantos outros. Que um novo movimento possa surgir, nos fazendo refletir sobre nossas ações. Que não venhamos abandonar nossos valores simplesmente para conseguir algo em benefício próprio, mas, que possamos vencer nossos próprios limites quebrando essa barreira do fácil (alcançar as coisas sem esforço próprio e competência). Que na luta diária possamos alcançar e abraçar aquilo que realmente é justo. A religião e a razão são duas fontes essencialmente importantes nos dias atuais, pois já orientaram e orientam até hoje a ética e tem um significado muito grande dentro da moral. Na sociedade em que vivemos são forças que regem o mundo. É notável que as convicções religiosas estejam no centro da família e forjam o caráter do ser humano, a sociedade está ligada às mudanças ocasionadas por diversas religiões e, suas convicções se asseguram na crença ao qual a família se baseia, nesse caso, a religião é um valor para a humanidade. “[...], os pontos comuns entre elas [religiões] permitem elaborar um consenso ético mínimo, capaz de manter a humanidade unida e preservar o capital ecológico indispensável para a vida. Ela representa na história o *ethos* que ama e que cuida” (BOFF, 2014, p. 28). O fundamento, *daimon* e *ethos*, o anjo e a morada, discute-se os filósofos sobre esses dois termos que englobam a vida existencial, onde *daimon* é o anjo bom e *ethos* é a morada humana. Mas o *ethos* citado não é apenas a morada, mas o interior do ser, onde esse, dentro de

seu *daimon* consegue refletir suas lembranças, Boff (2014, p. 37) afirma que: “Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. A moral é parte da vida concreta [...]. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados”. O ser humano ao longo de sua evolução apresenta-se estar sempre em conflito, com a natureza, com o universo e consigo mesmo, em sua construção social o homem desenvolveu regras de convivências para viver em “harmonia e paz”. No ocidente nos deparamos com a construção da moral e da ética, que guiaram por várias décadas uma parte da população mundial que, por vez, na atualidade, devido às crises de valores, entram em choque com o sistema econômico vigente e com os interesses de uma classe que o próprio sistema criou. Nesse caso, há uma pergunta que não quer calar: onde está a ética e a moral? O conceito dado pelo autor é: “A ética [...] institui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. A moral, [...] trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos”. (BOFF, 2014, p.37). Os conceitos de ética e moral movem a sociedade, mas diante de tantos modelos (éticos e morais) a serem seguidos os quais o correto parece estar errado e o errado parece estar correto, o que seguir? Para o ator Antônio Abujamra ser ético significa “*ter uma visão crítica das coisas sem se vender ao erro*”. Cada membro da sociedade tem uma visão do que é o ser ético, muitos nem sabem do que se trata. Nesse caso, a ética, enquanto morada humana torna-se um desafio? A morada humana nos define como pessoas sociáveis, através de hábitos familiares que surgem dentro da morada, dos costumes, dos diversos relacionamentos que agregam valor à existência, esses valores e hábitos são formadores do caráter. A família é uma peça primordial na construção de uma sociedade justa e igualitária, apesar desse processo de construção do social dentro das famílias acontecer paulatinamente, é considerado eficaz à formação de um bom caráter. Segundo Boff (2014) existe o *ethos* que procura, *ethos* que ama, *ethos* que cuida, *ethos* que se responsabiliza, *ethos* que se compadece, *ethos* que se integra. O *Ethos* que procura não tem as respostas completas para o ser, ele é complementado com o *ethos* que ama e com o *ethos* que cuida. O *ethos* que ama dá sentido à vida, baseia-se na razão do amor ao próximo, o amor por outro assegura seu existir, o amor consegue resistir a qualquer obstáculo, esse amor deve ser liberado entre os seres para que haja uma comunhão e compreensão melhor do outro, colocando-se no lugar do próximo. Esse *ethos* é focado na razão, é uma busca constante do afeto do sentir-se bem, que é a raiz de todo amor, busca sempre a paz interior manifestada pela espiritualidade do ser. Quando amamos, o prazer de cuidar é despertado em cada um, e esse cuidado é reflexo do amor de um para com o outro, amar é cuidar um do outro, o cuidado é a essência do existir do ser humano, por isso, quem ama cuida e quem cuida ama. A responsabilidade surge quando conseguimos

observar os danos causados à natureza ou um ao outro. A responsabilidade revela-se pelo caráter existente no ser de reaver seus atos e buscar repará-los, responsabiliza-se não só pelo presente, mas também com o futuro. Quando se fala no *ethos* que se responsabiliza é enfatizada a responsabilidade social com a natureza, para que o crescimento não esgote a vida planetária. Nunca vimos um número tão crescente de pessoas nas ruas pedindo esmolas, pessoas sem teto para morar e até mesmo sem o que comer. Sempre nos revoltamos e culpamos os nossos representantes por essa triste realidade, mas o que nos choca é saber que estamos tão acostumados com essas situações que, ao passarmos em uma calçada e ao presenciarmos uma destas cenas, não nos mobilizamos para fazer algo, nos falta solidariedade. Até parece que esta realidade não solidária é considerada normal. Na verdade, essa triste realidade, não faz parte do *ethos* que cuida, que ama, que se solidariza. A verdade de nossas ações nos revela que entramos em uma zona de conforto e que o sofrimento destas e de outras pessoas já não nos intrigam mais. Somos capazes de mudar esses fatos, podemos focar nossos esforços humanos no bem estar daqueles que abaixo de Deus não possuem mais ninguém por si. Que possamos deixar o receio de lado e, através de nossas atitudes, chamarmos a atenção da comunidade e de todos àqueles que realmente estão dispostos a ajudar os necessitados. Que essa união possa criar um vínculo entre todos aqueles que mesmo sem se conhecerem possuem algo em comum: transformar a vida das pessoas através de sua solidariedade e impactar suas próprias vidas através de suas nobres ações. A solidariedade é essencial na sociedade, pois os países estão em guerras, o ser já não se preocupa com a vida do planeta, falta compaixão, nesse caso, ter compaixão do ser não é sentir pena, é sentir a sua dor e colocar-se no lugar do outro, estender a mão, é ouvir o socorro de uma vida. Muitas vezes não é a fome que dói, mas o desprezo, que pode ser saciado com um abraço de ternura e, por vez, com perguntas simples: o que você deseja? Em que posso te ajudar? Essas perguntas para muitos podem doer, porém para quem tem a necessidade de ouvir, ecoa como oportunidade de se sentir bem acolhido e amado. Integrar-se a tudo em sua volta, acolher bem o ser, a natureza, sonhar com um mundo melhor e uma vida sem máculas, é integrar-se a todos os *ethos*, sabendo, dessa forma, o que cada um significa e coloca-los em pratica. Por outro lado, o desamor, ainda existente nas relações pessoais e interpessoais, é fruto da falta constante de todos os *ethos*. Boff (2014) descreve os *ethos* como fortalecedores de alianças em meio à sociedade, nesse caso, cada *ethos* procura fortalecer um ao outro para que haja uma harmonia. De acordo com Boff, houve mais mudanças na sociedade nos últimos 50 anos, às vezes o ser humano é muito egoísta com o que tem, por isso, precisa rever seus valores, pois são eles que darão capacidade de orientá-lo na gerencia do bem comum. Boff destaca em sua obra que o consumismo pregado pelo capitalismo pode levar

o planeta à falência. Por esse motivo, esse ser racional, chamado homem, tem que se auto avaliar e, por isso, deve ter atitudes de sustentabilidade, pois se não tiver, irá colocar o ciclo de vida em destruição. Boff (2014) nos apresenta um sentimento de bem comum, lutar por algo que vai beneficiar a todos, mas esse fenômeno chamado neoliberalismo causa um contra censo nesse pensamento. A falta de comprometimento dos órgãos responsáveis (Estado) por gerir a sociedade, mostra-se a favor do sistema capitalista, colocando tudo por terra. “O neoliberalismo, é a demolição da noção do bem comum ou de bem-estar social [...]. A sociedade é sustentada por dois pilares, a participação dos cidadãos (cidadania ativa) e a cooperação de todos, juntos criam o bem comum” (BOFF, 2014, p. 63). A sociedade capitalista de hoje se esquece de suas raízes, onde a política acumula-se com a desordem, a destruição do bem comum, a política se torna algo incontrolável. Segundo Boff (2014), surge um individualismo avassalador. “Ele se revela na linguagem cotidiana: o meu emprego, o meu salário, a minha casa, o meu carro, a minha família. [...]. A única coisa que resta é a guerra de todos contra todos em vista da sobrevivência individual” (BOFF, 2014, p. 64). As guerras não cessam, por mais que a paz seja apregoada, nessa sociedade capitalista as buscas por interesses, por riquezas, por acúmulos de bens, geram guerras no interior das pessoas. Entretanto, o clima de insegurança social instaurado na sociedade, leva o ser humano a uma individualidade social, a uma luta pela sobrevivência em um sistema no qual a coletividade não tem vez e nem voz, a sociedade fica cada vez mais sem seus direitos e aumentam seus deveres e uma competição sem lógica é instaurada. “O crescente empobrecimento mundial resulta das lógicas excludentes e predadoras da atual globalização competitiva, liberalizadora, desregulamentadora e privatizadora” (BOFF, 2014, p. 64). A desigualdade social tem crescido ano após anos, não apenas no Brasil, mas em diversos países. O bem comum pode ser considerado apenas um sonho, muito se tem discutido e pouco feito, precisamos de grandes mudanças para que essa diferença venha deixar de existir, necessitamos não apenas de criação de projetos, mas que eles possam ser colocados em prática favorecendo as classes mais humildes, que haja a cooperação de todos e uma mudança positiva na vida. Nos últimos anos a violência cresceu absurdamente gerando uma espécie de prisão nas pessoas, estamos reféns da insegurança, a qualquer hora poderemos ser assaltados ou sofrer qualquer outro tipo de violência. Existem pessoas que devido à síndrome do pânico, causada pela violência urbana, se tornaram reféns do medo. Diante dessa situação, Boff nos leva a refletir que o terror já ocupa as mentes, por mais que se tente, já não conseguem sair de casa, há uma preocupação com a segurança. Por isso, muitas pessoas se apegam à sua fé, pede em suas orações tranquilidade, proteção, segurança, pedem aquilo que os homens não são capazes de oferecer, se tornaram reféns do próprio medo. Que

possamos reunir forças para não virarmos marionetes desta violência, que aqueles que governam o povo possam agir em favor de todos os cidadãos de bem. O terrorismo gera medo, a sociedade é presa em seu próprio medo, o terrorismo é o fantasma da sociedade atual, hoje o dormir se torna assustador, pois em muitas cidades como cita Boff, o “Rio de Janeiro” as noites se tornam assombradas, os gritos de socorro percorrem em cada morro, a cidade dominada por traficantes que tem suas razões, seus valores, dentre outras guerras existentes em outros países. Boff (2014) relata sobre as estratégias do terrorismo: “Os atos têm de ser espetaculares, caso contrário, não causam comoção generalizada; Os atos, apesar de odiados, devem provocar admiração pela sagacidade empregada; Os atos devem alimentar o medo pelo maior tempo possível” (BOFF, 2014, p. 80). Toda guerra tem seu início, se a sociedade se preocupasse em preservar a ética as guerras não existiriam, o próprio crescimento da globalização gera destruição, ou seja, tem que haver limites de poder, a razão deve prevalecer para que uma sociedade toda não se corrompa em busca de riquezas e a vida do planeta não seja extinta. “[...] o paradigma dominante de nossa cultura, [...], criou as condições para que a nossa demência coletiva se manifestasse poderosamente e predominasse. Essa demência é responsável pelo surgimento dos fantasmas do fim do mundo ou do fim da espécie humana” (BOFF, 2014, p. 85). É memorável refletir sobre a ética para que a paz se torne visível na sociedade, por mais que existam conflitos, a paz deve ser apregoada em todo o mundo para que haja a consciência e ressurgam os *ethos* existentes em cada ser, assim a moral, a ética e os valores serão bases de vida. A guerra não é uma solução para se resolver um problema, a paz é a solução, por isso, o ser humano deve adotar em sua vida a responsabilidade do cuidado e da solidariedade. Como descreve o político e escritor britânico Benjamim Disraeli: “A vida é curta demais pra ser pequena”. Esses elementos [responsabilidade do cuidado e da solidariedade] são referência para ética humana. A guerra (conflitos e terrorismos) têm tirado muitas vidas inocentes em vários países. Contudo, o indivíduo deve resgatar seus valores éticos para evitar esses tipos de conflitos que assola perigosamente a sociedade. “São questões éticas que ocupam mentes e corações nos dias atuais. Para não desesperar temos que pensar”. (BOFF, 2014, p. 87). Devemos interagir de forma saudável com o nosso semelhante, devemos viver bem e reconstruir um país com um futuro livre da violência, guerra e terrorismo, só podemos fazer isso se tivermos a ética e a moral como ações concretas em nossas vidas. “A guerra de autodefesa não torna a guerra boa. Ela continua perversa pelas mortes e destruições que provoca mesmo que sejam chamadas de ‘externalidades’ e efeitos não desejados” (BOFF, 2014, p. 89). Conviver com a guerra já virou rotina em muitos países, bom seria viver sem elas, mas, pelo visto está longe de ocorrer. Países são bombardeados diariamente por motivos efêmeros que se arrastam durante anos, são

bombardeados por falta de um diálogo definitivo que possa por um fim a essas tragédias. O diálogo é um caminho simples, mas os homens preferem responder com canhões, tiros e mortes. Nessa guerra de autodefesa, os prejudicados não são os líderes, mas os liderados que vivem sem proteção e segurança. As indiferenças precisam ser deixadas de lado e um acordo de paz deve ser firmado entre ambas as partes, que as preocupações com as vidas estejam acima da vingança, caso contrário, em breve, em vez de termos um país de vivos, teremos um país de mortos. Devido aos variados danos causados aos seres e à natureza, A Carta a Terra assumida pela UNESCO no ano de 2000, dá início a uma nova visão. “A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida [...]. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano.”

## **A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC'S) COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO PROCESSO ENSINO / APRENDIZAGEM NA ESCOLA MANOEL BECKMAN**

**Raimundo Nonato Silva Barbosa\***

**Liliane Muniz Lima\***

### **RESUMO**

O estudo em questão aborda o impacto das tecnologias da informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem na escola Manoel Beckman. O objetivo foi verificar o uso das TICs no ambiente escolar, onde predomina-se uma nova forma de ensinar assim como de aprender. Diante da valorização das TICs verifica-se que ela não substitui o educador, mas é um meio de transmitir as informações que são transformadas em conhecimentos, cabendo ao educador a adaptação, a concepção de ambientes de aprendizagem motivadores, estratégias, modelos e práticas para o ensino aprendizagem. A escola como propulsora deste novo paradigma deve proporcionar ferramentas que auxiliem os docentes para a utilização das TICs. Para fins de comprovação aplicou-se um questionário com os alunos e professores e uma entrevista com o gestor com o intuito de verificar o uso e as expectativas das TICs.

**Palavras-chave:** Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Instrumento Pedagógico. Ensino Aprendizagem.

### **1 INTRODUÇÃO**

O desafio dos projetos educacionais os quais visam atender as exigências dos avanços é garantir uma formação básica voltada ao novo paradigma educacional emergente. Não se pode negar o relacionamento entre o conhecimento no campo da informática e os demais campos do saber humano. Trata-se de uma nova forma de linguagem e de comunicação, um novo código: a linguagem digital. Sua história é como a história das demais formas de comunicação que surgiram anteriormente e para as quais os seres humanos mostraram resistência. O uso das TICs vem ocasionando inúmeras discussões permeadas em torno dos prós e contras. Porém, como proceder para sanar ou diminuir as dificuldades e desafios que as TICs promoveram no processo ensino / aprendizagem? Para tal propósito, parte-se do seguinte objetivo geral que é descrever o processo e as contribuições que a escola Manoel Beckman passou para inserir as TICs como instrumento pedagógico no processo de ensino/aprendizagem.

---

\* Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Pós Graduada em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional pelo IESF. E-mail: ly\_muniz@hotmail.com

\* Licenciado em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Pós Graduado em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional pelo IESF. E-mail: raimund.n.barbosa@gmail.com

A exigência de um domínio cada vez maior de conhecimentos e habilidades, para tratar desta realidade diversa e complexa, impõe novas concepções de educação, escola e ensino. A escola enquanto instituição social é convocada a atender de modo satisfatório as exigências da modernidade. Com as constantes inovações tecnológicas é de fundamental importância que a escola apreenda os conhecimentos referentes a elas para poder repassá-los à sua clientela; pois é preciso que a escola propicie esses conhecimentos e habilidades necessárias ao educando para que ele exerça integralmente a sua cidadania, motivo pelo qual essa pesquisa é relevante. Assim, primeiramente, vai-se analisar as diversas literaturas que tratam sobre o tema em questão, depois diagnosticar como as TICS estão sendo utilizadas na escola Manoel Beckman, e, por fim, explicitar como as TICS podem ajudar na aprendizagem do aluno da escola Manoel Beckman quando estas são utilizadas de forma adequada.

## **2 HISTÓRICO DO PROBLEMA**

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), chegaram para diminuir as barreiras relativas a espaço e tempo proporcionando às pessoas a terem maior acesso à informação e à educação, por meio dos novos recursos e possibilidades disponibilizados pela mesma. Seus diversos recursos permitem um aprendizado nos mais diversos cenários (escolas, universidades, bibliotecas, trabalho, casa, entre outros). Esta disponibilidade da informação leva a necessidade de atualização de todos os usuários, porque se existe a facilidade de acesso existe também a cobrança de estar atualizado.

As Tecnologias referem-se aos métodos facilitadores para a interação entre homem e o meio de convivência ou atuação. No que se direciona às TICS nada mais é do que as tecnologias de software e hardware de processamento, de armazenamento e até mesmo da distribuição de dados e de comunicação utilizados atualmente dentro e fora do ambiente escolar. Mas sabe-se que esta nova forma de comunicação ainda é novidade para muitos educadores, educandos, e também ainda em processo de evolução, o que faz lembrar de tempos remotos e rudimentares no processo de convivência humana.

De acordo com Hours (2004-2016), na idade da pedra lascada, onde tudo era rústico, natural, por conta das dificuldades que haviam de executar determinadas tarefas simples, era notória a necessidade de se criar algo que viesse servir para facilitar a vida do homem primitivo. Com o passar do tempo foram nascendo ideias e surgindo novas técnicas conforme o avanço das comunidades, com essas técnicas, nasciam também ferramentas, com formas inovadoras afim de proporcionar maior eficiência na exploração da terra. É importante

ressaltar que o domínio e produção do fogo foi um dos principais avanços da humanidade, pois a partir dessa descoberta deu-se início à metalurgia, tecnologia esta que foi usada para construção de navegações, para transporte de cargas e pessoas, e isto foi de grande valia para o desenvolvimento da raça humana. O homem foi aprimorando o uso do fogo para benefício próprio, levando a humanidade a novas descobertas abrindo caminhos para o desenvolvimento de toda a sociedade.

Reconhecemos que as tecnologias de informação e comunicação, por serem partes indissociáveis da vida social, devem ser consideradas pela comunidade escolar e aproveitadas em seu potencial como recursos ao processo de ensino aprendizagem. Todavia, a presença e uso dessas tecnologias no ambiente da escola devem também ser acompanhados por processos e práticas socioeducacionais que aproveitem suas funções e evitem suas disfunções sociais. (RANGEL; FREIRE, 2012, p. 52).

Neste contexto, o que se enfatiza é que estes meios tecnológicos repassam para a população do meio citado, uma segurança e ainda melhor qualidade de vida, na forma de que todos pensam. A sociedade depende da tecnologia para viver de forma razoável, a começar pela própria industrialização de alimentos, remédios entre outros. De acordo com muitos pesquisadores não se vive bem distante das tecnologias, visto que através desta, abre-se um leque de oportunidades e facilidades ao longo da vida e de relacionamentos com o meio de convivência.

Ao se tratar das TICS as quais possibilitaram aos protagonistas envolvidos uma alternativa da era moderna para facilitar o acesso ao conhecimento através da inclusão digital, que é um trabalho desenvolvido até os dias atuais nas escolas com a inserção de redes de computadores para facilitar e aperfeiçoar o uso das TICS pelo corpo docente, além da realização de múltiplas tarefas em todas as dimensões da vida do ser humano e/ou população envolvida no processo.

A era da tecnologia vive um momento histórico também na sala de aula, visto que, a sala de aula é justamente o local onde nascem as primícias do desenvolvimento epistemológico, e, por conseguinte é o local de onde espera a sistematização deste conhecimento ora cobrada pela sociedade civil organizada, assunto este que se torna complementar ao longo deste trabalho.

É importante ressaltar que o início da revolução industrial deu-se na Inglaterra no século XVIII e a partir daí difundiu-se o novo modelo econômico nos países adjacentes até chegar ao Brasil no final do século XIX para o começo do século XX, sendo nesse contexto que surge a grande necessidade de formar mão de obra qualificada, pois o Brasil até então era apenas uma colônia de Portugal, de modo que não poderia exportar a não ser para Portugal, e isso demandava mão de obra escrava. Nesse momento recai sobre o país a crise dos cafeicultores,

sendo obrigados a encarar o gigante desafio de inovar para poder sobreviver. Contudo, foi necessária a implantação da escola técnica no Brasil, com o objetivo de suprir essa nova demanda que acaba de nascer. De acordo com Almeida e Alonso (2003, p. 260) a escola tem uma grande função:

A função da escola é ser reprodutora do modelo de sociedade existente; guardiã do patrimônio cultural, a sua qualidade é medida em função de sua competência propedêutica, ou seja, da preparação para os níveis/graus superiores de ensino, única via de acesso ao conhecimento e de ascensão social.

Não é nenhuma surpresa quando se trata a escola como um instrumento de propulsão social, isso porque desde o seu nascimento como substituição à educação informal na qual era feita pelos mais velhos, ou seja, de pais para os filhos, ela tem se tornado indispensável no desenvolvimento social e cultural de toda a humanidade, isso mostra quão grande é a responsabilidade que recai sobre a escola de transformar uma sociedade, tendo em vista que a disputa é muito grande, vence o melhor, o mais preparado, o mais ágil, o mais criativo. (ALMEIDA; ALONSO, 2003).

Mediante essa visão, é importante atentar para o fato de que a escola tem o dever de preparar profissionais competentes, críticos e reflexivos levando em consideração a competitividade que há no mercado de trabalho onde prevalece a lei do melhor, e, está claro que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) inseridas no currículo escolar são capazes de promover conscientização política, cidadania e garantir aos jovens um lugar no mercado. Lembrando que integrar as TICS à realidade da escola não é tarefa fácil para o gestor, isso quer dizer que para que seja possível esse investimento, é preciso que haja mudanças no comportamento dos professores, pois isso vai lhes exigir muita maturidade intelectual e emocional, abertos ao novo com capacidades ao diálogo, pois muitos ainda estão presos aos métodos tradicionais. E isso tem sido de certa forma um grande empecilho para o avanço da tecnologia dentro da sala de aula.

## **2.1 Benefícios das Tics nas Escolas**

Computadores, Tabletes, Lousa digital, *Smartphones* e Redes Sociais, tornam-se cada vez mais comum a utilização de tais equipamentos e serviços em sala de aula. São consideradas hoje, mais do que ferramentas para seduzir os alunos, as tecnologias digitais se transformam num enriquecimento didático e educativo na afinidade professor-aluno.

Questiona-se, então, o porquê de muitos professores ainda permanecerem em desafeto às tecnologias sendo que os alunos respiram e vivem em função dela. E nesta

perspectiva este estudo enfatiza os benefícios de ter numa escola no mínimo laboratórios de diversas áreas além do livre uso em sala de aula de mídias acima citadas para pesquisa.

Dessa forma pensa-se neste meio facilitador aos profissionais de educação, sendo que ainda muitos não aceitam esta ideia. O que pode ver é que não se pode esperar que o computador ou outro meio digital faça tudo sozinho. Certamente ele forneça apenas informações e soluções, só aí entra o papel do mediador/educador que deve planejar a utilização dos mesmos em sala de aula.

Há quem fale da falta de tempo para a preparação das atividades, mas a instituição juntamente com toda a comunidade escolar necessita e cobra do corpo docente medidas urgentes, visto que a maioria das escolas estaduais tem poucos recursos facilitadores de aprendizagem no que diz respeito aos quesitos tecnológicos.

O professor, na condição de ser humano, é construtor de si mesmo e de sua história. Essa construção ocorre pelas ações, num processo interativo permeado pelas condições e pelas circunstâncias que o envolvem. [...] o docente é criador e criatura ao mesmo tempo: sofre as influências do meio em que vive e através delas deve construir-se. (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2011, p. 45).

Quando o professor prepara uma aula diferente incluindo principalmente as mídias, os alunos recriam dentro de suas possibilidades outros meios capazes de aprimorar seu conhecimento de acordo com cada temática a bordo, e em relação ao que está fora de suas possibilidades os educandos criam um mundo além do que está sendo trabalhado em sala de aula com as mídias digitais de forma que ali nasce uma profunda curiosidade acerca da temática levando-o a aprofundar-se em suas pesquisas e descobrir um mundo novo.

Um outro campo alcançado pelas mídias digitais são as simulações, além da recriação de situações experimentais que podem ser feitos dentro do próprio laboratório da escola. Isso facilita o entendimento do aluno além de capacitá-lo para eventos extra classe. Isso porque sabemos que a evolução das tecnologias de informação e de comunicação impõe uma redefinição do espaço de trabalho. E o que mais se pode observar nesta sociedade moderna é que nem sempre é preciso o trabalhador ir ao trabalho e sim o trabalho deslocar-se ao trabalhador, e é nisso que a escola deve primeiramente se fundamentar. Dessa forma é necessário que os profissionais de educação estejam atentos às constantes mudanças que se operam fora do ambiente escolar e em constante atualização.

Destaca-se ainda o computador como pai de todas as outras tecnologias como o rádio, o celular, televisão, que já se tornaram ao longo do tempo portáteis, capazes então de caracterizar uma aula como a aula do ano, ou o professor do ano, devido a criatividade e a capacidade de envolver a turma nos seus debates.

Algo de extrema relevância em relação às TICS é a capacidade de interatividade que esta promove, onde se sabe que os alunos podem partilhar saberes com a mesma tecnologia independentemente de onde possam estar, e a partir daí sabe-se que a evolução tecnológica estará sempre em constante aperfeiçoamento.

[...] essa inclusão digital tem de acontecer numa perspectiva da participação ativa, da produção de cultura e conhecimento, o que implica vontade e ação política e um amplo programa de formação continuada dos professores. Isso tudo devido aos professores serem os agentes promotores de processos educativos, capazes de dar à população a oportunidade de participação na dinâmica contemporânea como sujeitos críticos, criativos, éticos, autônomos e com poder de decisão e de produção. (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2011, p. 49).

O que é indagado pela cabeça de jovens como da escola em pesquisa é: há como sobreviver sem utilizar a tecnologia? Segundo alguns especialistas afirmam que não, pois está introduzido na cultura de todos os povos. E o que se percebe de fato seja nas ruas, bancos de praça e corredores de escolas é o apego de cada jovem ao celular, tablete ou mídias menores. Alerta de que a escola deve dar um passo à frente, visto que até hoje o que se vê é a situação degradante do ensino, onde existem equipamentos com defeito por longo período, laboratórios quebrados, falta de recursos e apoio de secretaria de educação e governo no que diz respeito ao aprendizado prático dos alunos de ensino médio, por exemplo.

Hoje com a influência de novas tecnologias e a propagação de ensinamentos inovadores os alunos passam a levar para a sala de aula muitas novidades e informações pesquisadas no computador de casa, *Lan House* e quando funciona o da própria escola, e por isso se torna muito importante o empenho do professor em entender o funcionamento dessas novas tecnologias para que estes possam auxiliar os alunos a utilizarem essas ferramentas da melhor forma possível. Precisa-se compreender que o tradicionalismo no ensino foi reestruturado por novas possibilidades de ensinar usando o mundo digital, e na sequência a sociedade impetrou novos caracteres na forma básica de viver, de trabalhar e de fazer educação.

### **3 A ESCOLA MANOEL BECKMAN: o diagnóstico**

O Centro de Ensino Manoel Beckman desenvolve seu trabalho educacional, pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que orienta e define a organização do trabalho pedagógico, a partir de quatro áreas do conhecimento, desdobradas em disciplinas, a saber: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Matemática; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A escola possui em seu acervo tecnológico 24 computadores na Sala de Informática, 05 computadores na Biblioteca, 02 Data Shows, 02 Lousas Digitais, Internet Banda larga de 1Mb instalada pelo governo federal e outra de 30 Mb adquirida pela própria escola, sistema de som multimídia e sistema de monitoramento, e, para cada professor foi entregue um tablete.

Teve-se como pesquisados, três professores, trinta alunos do 1º ano do ensino médio; porém, para se obter a resposta sobre as implicações da pesquisa, foi aplicado um questionário, no qual foi de extrema relevância na obtenção das informações; entretanto, neste instrumento continha perguntas de múltiplas escolhas. Para continuar com o trabalho, fez-se necessário também uma entrevista com o gestor para fins de complementação da pesquisa.

A pesquisa de campo, foi dividida em dois momentos, no primeiro momento teve como objeto de estudo a Escola Manoel Beckman, com o objetivo de observar sua realidade, o ano em que este patrimônio foi fundado, o seu espaço físico e seu corpo docente e discente. Diante da realização desse estudo, para finalizar a etapa de investigação fez-se necessária à realização da tabulação de dados por meio de apresentação de gráficos.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Atualmente é indispensável ter um espírito inovador. Há uma necessidade de o jovem, que está aprendendo, pensar primeiro no seu projeto de vida. Não adianta só estudar se não tiver conteúdo dentro dessa formação que esteja acoplado a toda a tecnologia que está vindo. É preciso ter capacidade de inovar. Inovar é enxergar, é perceber, é adiantar-se àquilo que lhe vai ser solicitado.

Mas não basta saber manejar a tecnologia. A tecnologia é condição. Mais criar a partir da tecnologia é o diferencial. É isso que permite a manutenção e ascensão dentro do mercado. É, além disso, ser criativo a partir desse manejo. Aí é que faz falta o ensino de base, um ensino que traga de novo a consciência ao aluno que ele precisa pensar.

Portanto, a pesquisa realizada a partir dessa perspectiva fez-se através da aplicação de um questionário com perguntas de múltiplas escolhas o qual se obteve as seguintes respostas.

Dentre o público dos discentes constatou-se as seguintes características:

Os pesquisados em sua maioria correspondem ao sexo feminino com o total de 60% e o restante 40 % são do sexo masculino (GRÁFICO 1). E no requisito faixa etária, constatou-se que 63% correspondem a idade de 13 a 15 anos e 37% correspondem a faixa etária de 16 a 18 anos. Todos os alunos propostos à pesquisa cursam o 1º ano do ensino médio da Escola Manoel Beckman. (GRÁFICO 2).

Gráfico 1 – Sexo

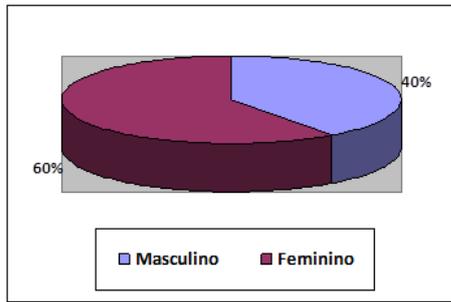
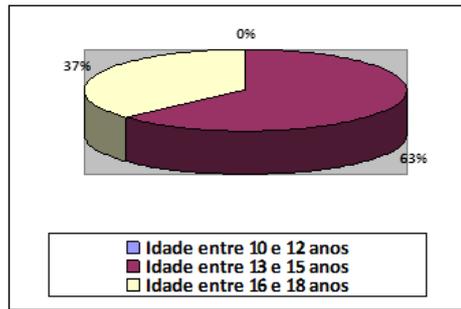


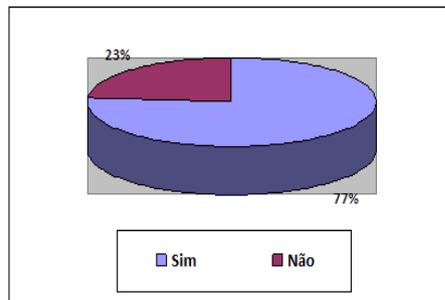
Gráfico 2 – Idade



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

O trabalho foi desenvolvido com a problemática sobre as TICS no contexto educacional, portanto, a proposta era saber quantos dos pesquisados tem internet em casa. A grande maioria dos alunos tem internet em casa, um total de 77%, conforme gráfico 3.

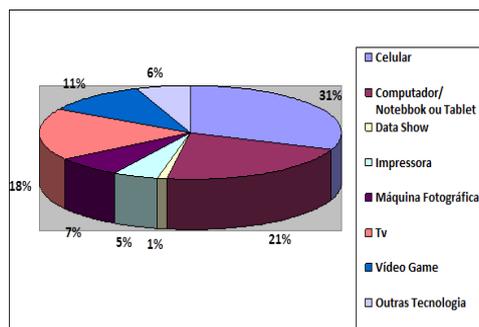
Gráfico 3 – Tem internet em casa?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

E sobre os equipamentos que eles utilizam com frequência, eles responderam da seguinte forma. Observa-se que o celular é o equipamento mais utilizado entre os alunos, com um total de 31% dos pesquisados. Por ser um equipamento com várias utilidades e com uso indispensável da telecomunicação fica impossível não tê-lo no cotidiano. Em segundo lugar constatou-se o computador com o total de 21%. (GRÁFICO 4)

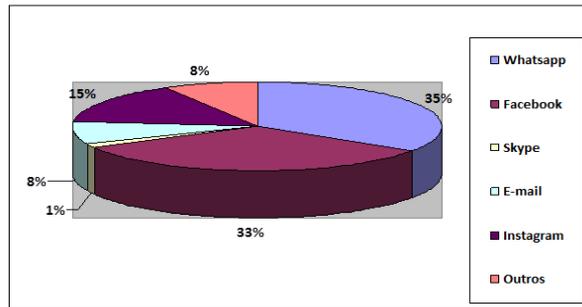
Gráfico 4 – Dentre os equipamentos citados, quais são utilizados com maior frequência?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Em seguida foi questionado sobre o uso das redes sociais. Um dos maiores fenômenos comunicativos que chegam hoje às salas de aula são as redes sociais, em que pessoas se relacionam umas com as outras em ambientes virtuais, de acordo com suas afinidades e seus interesses. Conforme pesquisa realizada constatou-se que 35% dos pesquisados utilizam com maior frequência o *Whatsapp*, em seguida com 33% fica o *Facebook* que a cada dia, conquistam mais a atenção e o tempo dos internautas. (GRÁFICO 5).

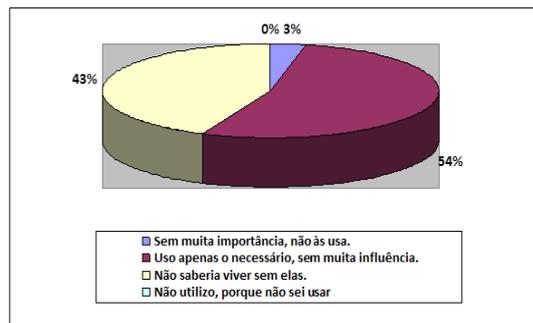
Gráfico 5 – Quais as redes sociais que mais utilizam?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Dando continuidade ao questionário foi perguntado como os alunos avaliam as tecnologias em sua vida. Constatou-se que 54% utilizam apenas o necessário, sem muita influência no seu convívio social, o que é muito bom, pois estão usando de forma coincidente e sadia. (GRÁFICO 6).

Gráfico 6 – Como você avalia essas tecnologias na sua vida?



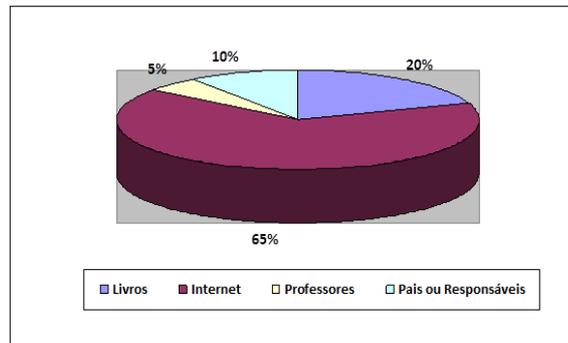
Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

No momento em que o uso da tecnologia deixa de ser apenas um complemento, um suporte e passa a ser um vício descontrolado isso interfere no desenvolvimento humano e no convívio social os quais são de fundamental importância na vida do homem.

Sob essa perspectiva foi questionado sobre o que eles usam quando necessitam realizar suas tarefas ou tirar dúvidas sobre algo. De acordo com o levantamento a maioria procura primeiramente a internet para realizar suas tarefas e/ou descobrir algo que não saiba o

significado, o que corresponde a 65% conforme mostra o gráfico 7. Porém os mesmos também ainda utilizam os livros como ferramenta pedagógica, onde 20% dos pesquisados comprovam essa afirmativa.

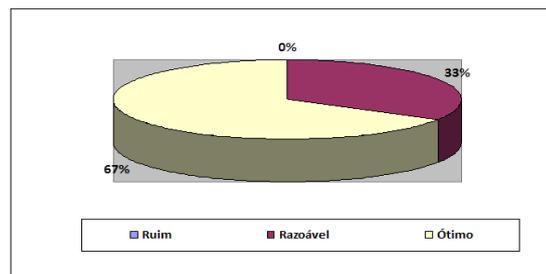
Gráfico 7 – Quando você necessita fazer algum trabalho escolar ou verificar o significado de algo que não saiba, você procura auxílio em?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

O interesse pela busca na internet é nítido, pois a mesma possibilita rapidez, facilidade e respostas rápidas e atualizadas. A respeito do crescente avanço da tecnologia, foi perguntado aos alunos como eles as avaliam. Conforme gráfico 8, a grande maioria totalizando 67% dos pesquisados avaliaram que os avanços são ótimos e acreditam que o crescente desenvolvimento das tecnologias só vem a contribuir para o crescimento humano.

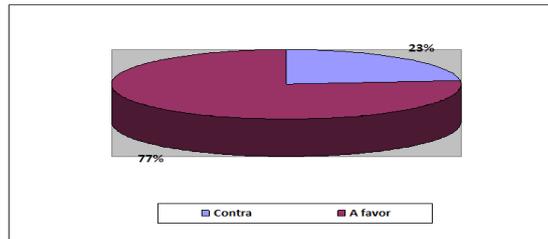
Gráfico 8 – Como você avalia os avanços tecnológicos que estão surgindo?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Ao ser questionado sobre o uso das tecnologias em sala de aula, foi perguntado aos alunos se são contra ou favor. A grande maioria dos pesquisados, no total de 77% são a favor de usar as tecnologias em sala de aula. (GRÁFICO 9).

Gráfico 9 – Quanto ao uso das tecnologias em sala de aula. Você é contra ou a favor?

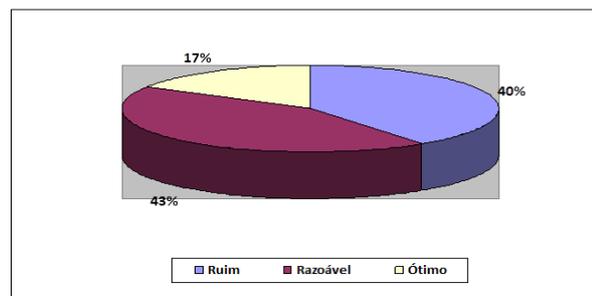


Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

As tecnologias são ferramentas que chegaram para complementar a didática do professor. Saber manuseá-la de forma criativa e dinâmica só depende do profissional. A escola Manoel Beckman é comprometida com essa ideia. De acordo com o Diretor Adjunto Fábio, a escola proporciona aos docentes um espaço total equipado com computadores interligados à rede banda larga, lousa digital que facilita na hora da apresentação e Data show, os quais estão à disposição quando solicitados. A escola tem como objetivo transferir aos alunos o melhor em conteúdo e didática. Porém a escola também ensina que as tecnologias são ferramentas que devem ser utilizadas de forma saudável e com responsabilidade. Assim como ela incentiva o uso, também ela busca conscientizá-los de como usar. Portanto os mesmos são controlados ao utilizarem a rede *WIFI* da escola. Para que se saiba o que os alunos acham disso, foi perguntado aos mesmos como eles avaliam esse controle.

Com 43% dos pesquisados a resposta foi Razoável e 40% disseram que é ruim. Não é o resultado desejado mas é o esperado, quando se trata de jovens adolescente tidos como geração digital. O momento é de descobertas, facilidades e descontração e tudo isso eles acham ao estarem conectados à rede. Porém como já foi dito tudo o que é bom deve ser usado de forma controlada, para que não venha depois a prejudicar o seu bem estar. (GRÁFICO 10).

Gráfico 10 – O que você acha do bloqueio das redes sociais dentro da escola?

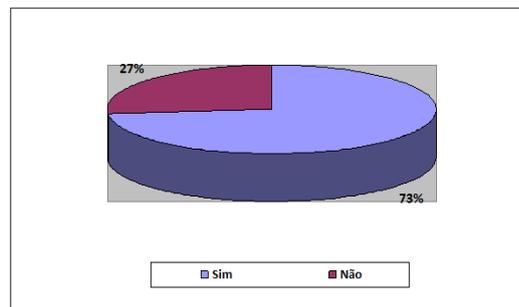


Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Dando sequência à pesquisa, foi perguntado sobre o parecer deles com relação à educação totalmente tecnológica, em que todas as atividades seriam feitas em computadores, tabletes ou notebooks.

Conforme gráfico 11, foi questionado se os alunos concordam com uma educação onde só se utilizaria a máquina como instrumento pedagógico, deixando de utilizar livros, cadernos, lápis, enfim, os tradicionais materiais de uso em sala de aula. Com um total de 73%, os alunos nos disseram que concordam em se adotar esse método de trabalho na sala de aula.

Gráfico 11 – Você concorda com uma educação totalmente tecnológica, onde as pesquisas, anotações e avaliações deveriam ser excluídas feitas através de um computador / tablete ou notebook?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

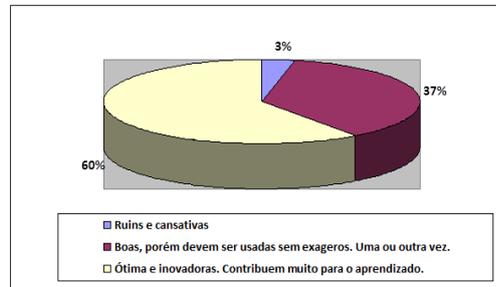
Sabe-se que muitas mudanças já foram feitas. O diretor adjunto o Senhor Fábio comentou conosco no momento da pesquisa que a escola sediou um teste, onde o tradicional ENEM o qual atualmente é feito por provas de múltiplas escolhas e Redação de forma manuscrita passaria a ser digital. O teste foi um sucesso, mais ainda encontra-se em fase de aperfeiçoamento. Mas no momento em que se pensa em deixar de trabalhar a escrita, isso é uma realidade totalmente prejudicial ao desenvolvimento humano, pois acredita-se que voltaríamos a era do analfabetismo funcional e passaríamos a apenas reproduzir.

Após essa resposta, perguntou-se aos alunos o que eles acham das aulas que os professores utilizam-se de vídeo, slides e filmes.

De acordo com o gráfico 12, a maioria com um total de 60% acha que as aulas ficam ótima e inovadoras. Contribuindo muito para o aprendizado. Já 37% acham que as aulas ficam boas, porém o uso dessas ferramentas não deve ser exagerado. Uma vez ou outra. Dessa forma a aula não se torna chata e entediante, pois a novidade atrai à atenção. O impacto que se tem desses dados é no mínimo curioso, pois o que se esperava era na verdade um número bem maior daqueles que apoiam, tendo em vista que é algo novo e privilégio de poucos. Entende-se

portanto, a resistência de muitos profissionais da educação em se opor a conhecer mais de perto o mundo tecnológico, com o receio de não ser bem aceito pelos seus alunos.

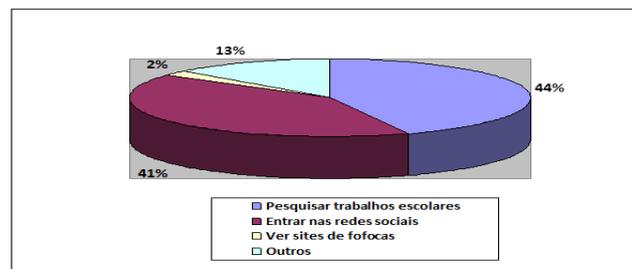
Gráfico 12 – Quando o professor utiliza vídeo aulas, você acha as aulas?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

A seguir questionou-se sobre para que eles mais utilizam a internet. Num total de 44% dos alunos marcaram que utilizam para pesquisar trabalhos escolares e 41% para entrar nas redes sociais de acordo com o gráfico 13. Observa-se que há um balanço, no qual pode-se afirmar que as tecnologias podem ser trabalhadas de forma responsável para o saber e para o conviver. Fazendo acontecer uma vida saudável e social.

Gráfico 13 – Você utiliza a internet com frequência para?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

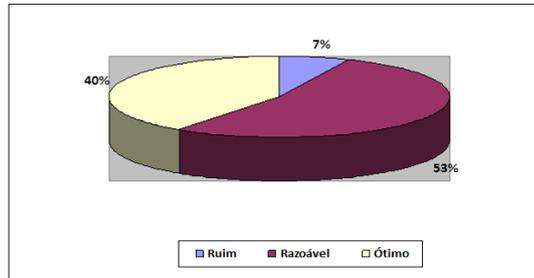
A correlação que a tecnologia proporciona na vida do indivíduo pode ser vista de forma favorável, pois a mesma pode ser trabalhada em diferentes momentos.

No entanto, perguntou-se aos alunos como eles avaliam os projetos criados pelo governo para implantação das TICS nas escolas.

Conforme os resultados mostrados no gráfico 14, cerca de 53% dos pesquisados acham razoável essa iniciativa, porém percebeu-se que ainda falta muito para se garantir uma

utilização favorável e apropriado para os projetos. Observou-se que também há uma falta de acompanhamento e suporte às instituições credenciadas.

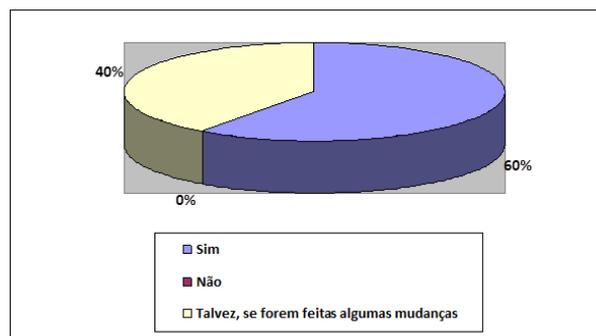
Gráfico 14 – Como você avalia os projetos governamentais para implementação de equipamentos tecnológicos nas escolas públicas?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

E, em relação a implementação das TICS nas escolas, foi perguntado aos alunos se concordam que as mesmas chegaram para contribuir no processo ensino-aprendizagem? Segue dados coletados. A maioria dos pesquisados no total de 60% acham que sim. As TICS são ferramentas que chegaram para contribuir e ajudar a melhorar a didática do ensino. (GRÁFICO 15)

Gráfico 15 – As TICS (Tecnologias da Informação e Comunicação) chegaram às escolas para contribuir no processo ensino-aprendizagem?



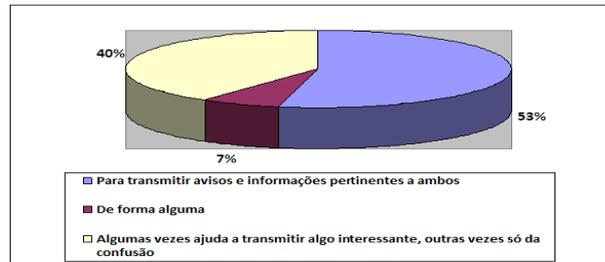
Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Após análise do questionário perguntou-se sobre o uso das redes sociais para a relação escola/aluno, no momento que as mesmas como foi citado podem ser de grande contribuição para troca de informações.

De acordo com gráfico 16 abaixo, 53% dos pesquisados afirmaram que as redes sociais podem ser usadas para transmitir avisos e informações pertinentes a ambas as partes (escola/alunado). As redes sociais como o Whatsapp são ferramentas facilitadoras para quem

quer alcançar o maior número possível de aluno, pois a mesma é uma mania nacional e é difícil não contar com elas.

Gráfico 16 – de que forma as redes sociais contribuem na relação escola/aluno?

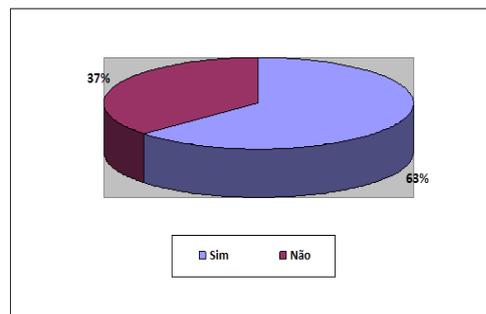


Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Seguindo a pesquisa e dando continuidade em relação do uso das TICS em sala de aula. Questionou-se aos alunos se eles concordam sobre a utilização das TICS em sala de aula, como o tablete ao invés do caderno e livro.

Conforme gráfico 17, 63% dos pesquisados afirmam que sim, o tablete, notebook e o computador estão sendo inseridos nas salas de aula para substituir os livros e cadernos. Porém esta realidade não será tão boa para a caligrafia e o cérebro humano, pois a leitura é uma prática essencial para o bom funcionamento da memória.

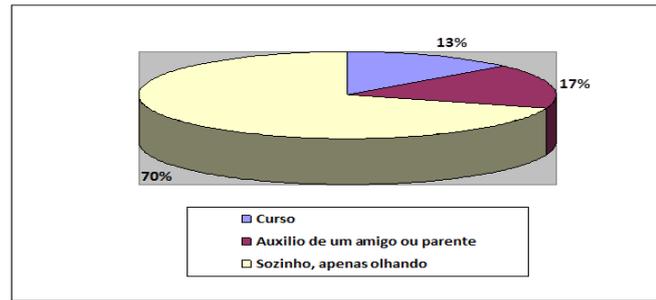
Gráfico 17 – Os livros e cadernos estão sendo substituídos pelos tabletes, notebook e computadores?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Em seguida foi questionado a respeito de como aprenderam a manusear as TICS. Os resultados obtidos, constataram que 70% dos pesquisados afirmaram que aprenderam a manusear as TICS sozinho, apenas observando. (GRÁFICO 18)

Gráfico 18 – De que maneira você aprendeu a manusear as TICS?



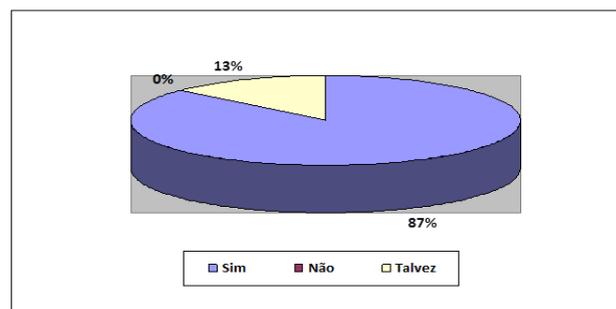
Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Em plena Era Tecnológica não é impressionante esta afirmativa, pois hoje até mesmo uma criança de dois anos já manuseia a tecnologia com facilidade. É inaceitável o não saber fazer, o não conhecer trabalhar com a tecnologia, principalmente no ambiente escolar.

Para finalizar o questionário, observou-se que a escola é adepta à tecnologia, e preocupada com a segurança de todos fez-se instalar câmeras de segurança por toda a escola e sistema de som. Então foi perguntado aos alunos se eles acham que as câmeras ajudam a evitar algo indesejado que possa vir a acontecer como; assalto ou roubo. Segue abaixo tabulação.

Conforme gráfico 19, obteve-se um total de 87% de aprovação os quais concordam com a instalação deste material de segurança que vem a contribuir muito para a escola e seus frequentadores.

Gráfico 19 – As câmeras de segurança é uma maneira segura de se evitar algo indesejado nas escolas?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Após conhecer um pouco sobre o que pensam os alunos sobre as TICS no ambiente escolar, agora faz-se necessário conhecer o parecer dos docentes. Foi aplicado um questionário com três docentes que fazem parte do grupo de professores da escola Manoel Beckman. Será feito a classificação em três níveis: professor A, professor B e professor C.

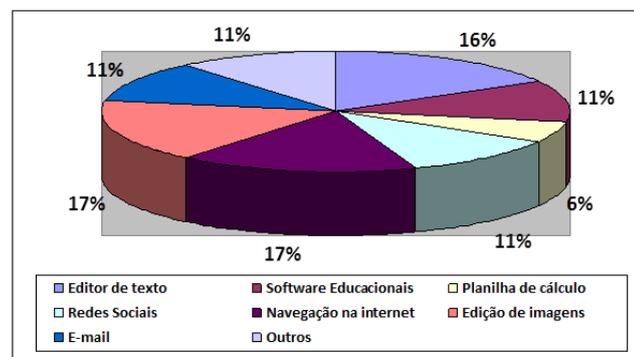
O professor A é do sexo masculino, tem 20 anos de profissão, atua nos níveis fundamental, médio e superior. Tem graduação e especialização na sua área de ensino. O

segundo é o professor B, também é do sexo masculino, tem 12 anos de profissão, atua no nível médio e também é graduado com especialização em sua área de ensino. O terceiro é o professor C que é do sexo feminino, tem 10 anos de profissão e atua no nível médio. Também é graduada com especialização na sua área de ensino. Após conhecer um pouco cada um dos profissionais, foi dada continuidade a pesquisa. O primeiro questionamento feito foi para saber se utilizam o computador no dia-a-dia em casa, e todos afirmaram que sim. Também foi questionado se utilizam o mesmo para preparar suas aulas e mais uma vez a resposta foi unânime ao sim. Observa-se que os docentes da escola Manoel Beckman estão bem preparados e adeptos ao uso das TICs como ferramenta de trabalho e apoio pedagógico.

Com relação à pergunta sobre a utilização do computador para preparar suas aulas, foi questionado aos docentes sobre quais recursos eles mais utilizam.

De acordo com o gráfico 20, os recursos mais utilizados na preparação das aulas é o navegador de internet e o editor de imagens, ambos com 17% entre os demais citados acima. As ferramentas tecnológicas são instrumentos que possibilitam uma aula mais dinâmica e com contextos atualizados. Pois o momento é propício para utilizá-las no qual as mesmas despertam o maior interesse dos alunos.

Gráfico 20 – Quais recursos você mais utiliza para preparar suas aulas?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Dando continuidade ao questionário, foi perguntado aos professores se o conhecimento que possuem sobre como utilizar o computador é suficiente para manuseá-lo dentro e fora da escola? Todos responderam que sim. Estão aptos a trabalhar com essa ferramenta que facilita a transmissão do conhecimento para com os alunos. Como todos afirmaram estarem bem preparados para trabalhar com o computador, foi questionado se utilizam da internet para preparar suas aulas e materiais a serem trabalhados em sala de aula. Todos os professores novamente afirmaram que sim. Constatou-se que a escola é muito bem equipada quanto as ferramentas tecnológicas e portanto incentiva o uso delas para lecionar as

aulas. No laboratório de informática além do professor que sabe manusear o computador muito bem eles contam ainda com um apoio de um outro professor que é formado na área da informática.

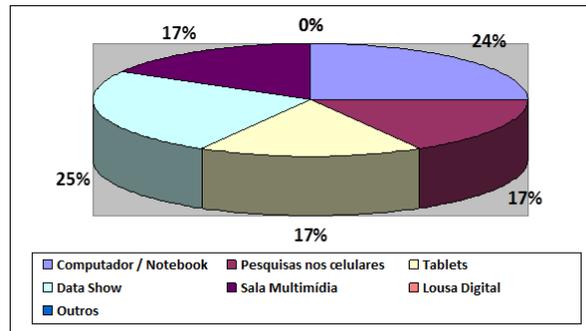
Também foi perguntado aos professores quanto a formação acadêmica se em sua grade curricular obtiveram a disciplina de metodologia do ensino/aprendizagem para utilização do computador na área da educação? O professor A disse que sim, foi instruído no momento da sua formação a trabalhar com o computador como ferramenta para o uso em sua metodologia de ensino, porém os professores B e C disseram que não, que só aprenderam a utilizar-se desta ferramenta após procurarem uma especialização na área. Após o levantamento dos dados acima questionou-se aos docentes se participaram de algum curso preparatório para trabalhar com as tecnologias em sala de aula. Os professores A e C afirmaram que sim, já o professor B disse que não. É de suma importância que os professores se qualifiquem e estejam preparados para trabalhar com as ferramentas tecnológicas, pois as mesmas vieram para contribuir de forma satisfatória em sua metodologia de trabalho.

Dando continuidade ao questionário se perguntou aos professores quem proporcionou a eles esta oportunidade de aperfeiçoamento. Conforme foi relatado acima, apenas os professores A e C tiveram este complemento, portanto apenas os mesmos responderam a este questionamento. O professor A respondeu que foi ele mesmo que se propôs a este aprendizado, custeando seu próprio curso. Já o professor C respondeu que adquiriu esta formação através de programas oferecido pelo Governo Federal. Em seguida questionou-se sobre como eles avaliam as tecnologias como ferramenta de trabalho para o processo ensino/aprendizagem. Todos os professores avaliaram como ótimo. Mencionaram ainda que foi uma forma facilitadora de adquirir a atenção de seus alunos e aumentar a participação dos mesmos em sala de aula.

Quanto aos equipamentos, perguntou-se aos docentes quais eles utilizam com maior frequência em suas aulas, conforme listados. Segue tabulação no gráfico abaixo.

Conforme gráfico 21, constatou-se que dentre todos os equipamentos citados os que eles utilizam com maior frequência é o Data Show 25% da pesquisa e o computador / notebook com 24%, os mesmos são equipamentos disponibilizados pela escola Manoel Beckman. Porém os demais também são utilizados, com menor frequência, pois alguns deles precisam do auxílio do profissional de informática que é apenas um para toda a escola, assim deve-se fazer um agendamento juntamente com a secretária para conseguir o auxílio do mesmo.

Gráfico 21 – Quais equipamentos tecnológicos utilizam com mais frequência em suas aulas?

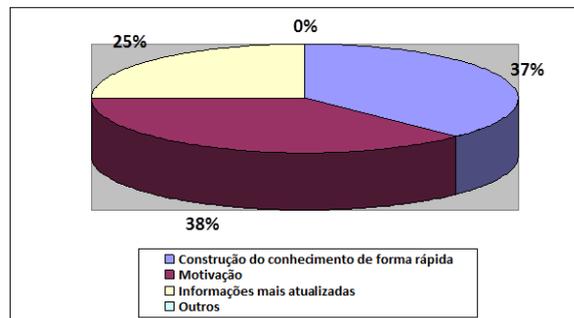


Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Por fim questionou-se aos docentes quais as vantagens ao utilizar-se dos recursos tecnológicos em suas aulas como ferramenta pedagógica. Abaixo gráfico com as respostas.

Com um total de 38% das respostas, os docentes afirmam que os recursos tecnológicos motivam os alunos no processo ensino/aprendizagem. (GRÁFICO 22).

Gráfico 22 – Quais vantagens você vê no uso pedagógico dos recursos tecnológicos para suas aulas?



Fonte: Pesquisa dos autores, 2016

Através destes levantamentos de dados, pode-se constatar que o trabalho envolvendo as TICS em meio ao contexto escolar estimula a troca de saberes entre os estudantes e os docentes, pois em meio a escola contemporânea, o aluno tem muito a ensinar e a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, pois os mesmos são parte de uma geração denominada geração digital, imersos na sociedade da informação. A maioria dos alunos tem uma grande familiaridade com as práticas em rede, e esse potencial pode ser aproveitado para que eles compartilhem saberes e aprendizagens.

Essa característica também faz com que os estudantes esperem da escola a oferta de atividades criativas, conteúdos e metodologias que contemplem suas habilidades e cultura em que se encontram. Sendo assim foi elaborado uma entrevista com o Diretor Adjunto Fábio Lopes Fernandes para saber qual o posicionamento da escola em meio a tantas mudanças e

evoluções. Primeiramente faz-se necessário uma pequena bibliografia de sua carreira acadêmica.

Fábio Lopes Fernandes atualmente atua como diretor adjunto da Escola Manoel Beckman, tem 13 anos de profissão divididos entre os cargos de professor de geografia o qual é graduado e gestor sua atual posição profissional. O mesmo é especialista na área de gestão e supervisão educacional. Ao dar-se início a entrevista, se pôs a seguinte pergunta: As TICS rompem os muros da escola Manoel Beckman e estabelece novas relações com o saber que ultrapassam todos os limites de instruções tradicionais. Como isso tem influenciado dentro da sala de aula?

Na visão do Diretor Adjunto Fábio Lopes “a utilização da tecnologia dentro da sala de aula tende funcionar como estimulador do aprendizado através da curiosidade do aluno atualmente e na Escola Manoel Beckman isto não é diferente”. Em seguida perguntou-se: O fato de utilizarem as TICS como ferramenta de acesso a informação que proporcionam maior facilidade no desenvolvimento das atividades e envolvimento da classe tem proporcionado um melhor relacionamento dos alunos com as disciplinas? Como? Fábio Lopes nos diz que “os alunos se tornam mais dispostos em participarem das disciplinas se estas permitirem as diferentes práticas pedagógicas utilizando-se das práticas tecnológica. E quanto aos professores da escola Manoel Beckman, os mesmos receberam instruções e capacitação para trabalhar com as TICS em sala de aula? Por meio de quê?

Fábio Lopes responde: Os professores sempre recebem treinamento para a utilização das tecnologias através do SIAEP (Sistema Integrado de Administração de Escolas Públicas) tanto para o equipamento móvel quanto para desktop, sala multimídia a qual encontra-se a lousa digital o mais novo equipamento que adquirimos em questão tecnologia. E quanto as dificuldades? Perguntou-se a Diretor Adjunto onde foram encontradas as maiores dificuldades à prática na utilização das TICS na Escola Manoel Beckman. Porque? Segundo Fábio Lopes: Na adequação da aula de cada professor ao novo momento que vivemos (informacional), onde o professor devem buscar reinventar seus métodos didáticos. Então, como os professores encaram o desafio de aliar tecnologia e educação na sala de aula? Fábio Lopes diz: A maioria dos professores não enfrentou muitas dificuldades neste novo modelo de ensino e os que obtiveram dificuldade, puderam ser auxiliados por seus colegas de trabalhos e os cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo governo. Sendo assim quais meios foram utilizados para incentivar o uso das tecnologias em sala de aula? Fábio Lopes respondeu: Além da inserção dos meios de tecnologia como: o notebook, data show, câmera fotográfica e filmadoras, treinamentos também foram ministrados para uso das mesmas.

Perguntou-se como os alunos encaram essa nova realidade de conviver com professores ambientados com as novas tecnologias? De acordo com Fábio Lopes “os alunos consideram que estes professores que acompanham essa nova realidade apresentam um melhor desempenho didático.

Houve mudanças no relacionamento de professor/aluno com a chegada da tecnologia? Segundo Fábio Lopes “sim. Facilitou-se esta interação e uma melhor compreensão do assunto proposto”. E quanto aos professores, houve algum tipo de resistência ao incorporar a tecnologia na sala de aula?

Fábio responde: resistência sempre há a todas as novidades, mais os professores procuram adaptar-se, procurando formas de superar essas dificuldades.

Após todas essas informações obtidas, pode-se observar que as TICS têm dois lados: o negativo e o positivo, porém a Escola Manoel Beckman busca sempre superar os pontos negativos, fazendo prevalecer a positividade em se trabalhar com a tecnologia no ambiente escolar. É uma escola com olhar no futuro, busca formar indivíduos críticos e preparados para o meio social em que se encontram. Portanto não deixam se abater com qualquer dificuldade, buscam sempre uma solução para todos os imprevistos que possam vir a acontecer. Partindo deste pressuposto pode-se dizer que só haverá educação para a vida se a escola, os programas, os conteúdos estiverem imersos na realidade e na vida cotidiana do aluno, de sua família, do seu meio social. O autêntico planejamento parte da experiência, dos saberes, dos sentimentos e das necessidades dos alunos, de tal modo a mergulhar a prática escolar a prática social cotidiana de sua vida. Deixemos que a realidade invada os programas. Não deixamos esquecer que só é possível preparar para a vida no âmbito da própria vida.

## **5 CONCLUSÃO**

Atualmente é indispensável ter um espírito inovador. Há uma necessidade de o jovem, que está aprendendo, pensar primeiro no seu projeto de vida. Não adianta só estudar se não tiver conteúdo dentro dessa formação que esteja acoplado a toda a tecnologia que está vindo. É preciso ter capacidade de inovar. Inovar é enxergar, é perceber, é adiantar-se àquilo que lhe vai ser solicitado.

Mas não basta saber manejar a tecnologia, pois isto é uma condição. Porém, criar a partir da tecnologia é o diferencial. É isso que permite a manutenção e ascensão dentro do mercado. É, além disso, ser criativo a partir desse manejo. É nesse momento que faz falta o ensino de base, um ensino que traga de novo a consciência ao aluno que ele precisa pensar.

As TICs são ferramentas facilitadoras e revolucionárias, uma vez que veio para fazer uma mudança no paradigma educacional, podemos dizer também que não foram criadas para fazer a substituição do professor, muito pelo contrário, são na verdade, mecanismos que foram introduzidos na educação por uma necessidade que há em atender a demanda da sociedade capitalista.

Mas o que se constatou através das pesquisas realizadas é que, o Brasil ainda tem uma longa caminhada pela frente, tendo em vista a sua realidade tecnológica que está muito aquém daquilo que se espera e necessitamos para um bom desenvolvimento econômico, o que se vê de fato é que vivemos como uma “colônia” dos países desenvolvidos. Foi observado, por meio desses estudos que estamos muito atrasados em termos tecnológicos, o Brasil não investe na criação de tecnologia, apenas capacita técnicos para atuarem na área de montagem e manutenção dos produtos criados pelos países desenvolvidos, quando na verdade temos um grande potencial para termos os nossos próprios cientistas trabalhando na criação de produtos de alta qualidade com preços mais acessíveis no mercado brasileiro.

Contudo, percebe-se que há uma necessidade na valorização de uma educação bidirecional, em que os alunos deixem de ser apenas receptores de conhecimentos e comecem estabelecer relações dialógicas, críticas, criativas e participativas, tornando assim um indivíduo mais produtivo.

Portanto, não se pode negar o fato de que as tecnologias trouxeram grandes benefícios para a educação, como se vê na Escola Manoel Beckman, que é a Unidade em questão, a começar pela estrutura organizacional da instituição, o setor burocrático, foi a partir daí que observou-se que as coisas se tornaram mais fáceis, acessíveis, a começar pelo fácil acesso às documentações de todos os docentes e discentes, além, do controle que tem os gestores sobre os professores e alunos.

De acordo com as informações fornecidas pela gestora Alcione Bezerra e o Gestor adjunto Fábio Lopes, as TIC's são instrumentos de grande contribuição para a escola, pois esta usufrui de todas as tecnologias disponíveis para o bom andamento do processo de ensino aprendizagem, pela facilidade de acesso aos conteúdos propostos, quanto ao aprendizado, este se tornou muito mais viável, através do uso de aplicativos como whatsapp, pois este tem propiciado uma maior aproximação entre professores e alunos e até mesmo entre os próprios professores e os demais docentes da instituição.

A maioria dos alunos estão de acordo com a introdução das TIC,s na escola, pois isso lhes passa mais segurança e acima de tudo lhes proporciona um ensino de melhor qualidade. A opinião dos alunos é muito clara com relação ao uso dessas tecnologias como

recurso didático, pois elas se sentem mais preparadas para o mercado, e até mesmo para irem se adaptando para a sua vida no cotidiano, pois se sabe que se não houver uma educação voltada para essa visão pós escola, provavelmente perder-se-ão em meio às muitas distrações oferecidas pela mídia, pois a Tecnologia é vista como uma ferramenta que possibilita a construção e difusão do conhecimento, devendo a escola se utilizar dos avanços tecnológicos de forma a contribuir para melhor eficiência do processo educacional. E isso responde aos nossos questionamentos quanto aos benefícios oferecidos pelas TICs na Educação, tendo em vista as hipótese levantadas que contemplam uma realidade da Escola Manoel Beckman, pois no auge desta pesquisa atingimos o nosso objetivo, que é ressaltar a importância do uso das Tecnologias nas escolas públicas, especificamente na Escola Manoel Beckman.

**THE INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY (TIC'S) AS A PEDAGOGICAL  
INSTRUMENT IN THE TEACHING / LEARNING PROCESS IN THE SCHOOL MANOEL  
BECKMAN**

**ABSTRACT**

The study in question shows the impact of information and communication technologies in teaching and learning process in school Manoel Beckmam. The objective was to verify the use of ICT in the school environment, which Predominates a new way of teaching as well as learning. Giving emphasis on the value of ICTs is perceivable that it doesn't replace the educator, but is a means of transmitting information that are transformed in wisdom, It is the educator's responsibility to adapt the design of motivating learning environments , strategies, models and practices for teaching learning. The school as driving this new paradigm should provide tools that help teachers to use ICT. With purpose of testing applied a questionnaire with students and teachers and an interview with the manager in order to verify the use and expectations of ICTs.

**Keywords:** Technological Education. Information and Communication Technology (ICT). Learning Education.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (Org.). **Tecnologias na formação e na gestão escolar**. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, da Ivonélia. **Educação e novas tecnologias: um (re) pensar**. CURITIBA. Editora: Intersaberes, 2011.

HOURS, Francis **As civilizações do Paleolítico**. Temas: História Geral. Editora: Europa-América PT, 2004 a 2016. Disponível em: <[http://www.sua\\_pesquisa.com/pesquisa/paleolitico.htm](http://www.sua_pesquisa.com/pesquisa/paleolitico.htm)>. Acesso em: jan. 2016.

RANGEL, Mary; FREIRE, Wendel. **Educação com Tecnologia: texto, hipertexto e leitura**. Rio de Janeiro. Editora Wak, 2012.

VIEIRA, Alexandre Thomaz. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. In: ALONSO, Myrtes (Org.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Editora Avercamp, 2003.

## **ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL:**

possibilidades e perspectivas na Educação Infantil I no Jardim de Infância Pingo de Gente

**Antonia Ildeã Lima da Silva\***

**Auricelia Silva Garcês\***

### **RESUMO**

O presente trabalho vem investigar acerca da alimentação saudável na Educação Infantil I no Jardim de Infância Pingo de Gente. Para realizar este trabalho, foram realizadas as seguintes pesquisas: bibliografia e de campo. O objetivo da pesquisa foi verificar como hábitos de alimentação saudável contribuem no desenvolvimento e na aprendizagem e sua importância nas fases do desenvolvimento cognitivo da criança, identificar os hábitos alimentares dos alunos, observar como é inserida a alimentação saudável nas atividades escolares, pesquisar e registrar sobre a alimentação da família.

**Palavras chaves:** Alimentação. Educação. Saudável.

### **1 INTRODUÇÃO**

A proposta da educação nutritiva na infância vem desenvolver nas crianças, o interesse por atitudes saudáveis, em relação aos alimentos. Por conta das observações dos alimentos trazidos pelos alunos, que surgiu a necessidade de investigar acerca dos hábitos alimentares e a importância do consumo de alimentos saudáveis.

Por essa razão, quando a criança não tem uma alimentação nutritiva, e a mesma apresenta deficiência na ingestão de algum desses nutrientes essenciais, ela pode ter seu desenvolvimento prejudicado. E por conta disso, chega a causar a desnutrição, esta é a doença mais perigosa para uma criança, afinal a infância não é somente a fase da vida em que o organismo se desenvolve, mas também é quando criamos nossa capacidade de raciocínio e compreensão. E por essa razão, a escola terá um papel fundamental na formação integral e ainda será um ambiente de prevenção de doença no período a criança frequentar a escola.

A problemática foi elencada, e por essa razão norteou a elaboração deste estudo, foi de que maneira a alimentação saudável influencia no cotidiano escolar e na aprendizagem dos alunos da Educação Infantil I no Jardim de Infância Pingo de Gente? E por conta dessa abordagem, foram levantadas algumas hipóteses a respeito da problemática, a alimentação

---

\* Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), Pós Graduação em AEE-Atendimento Educacional Especializado pelo IESF. E-mail: ildeãjesus@gmail.com

\* Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), Pós Graduação em AEE-Atendimento Educacional Especializado pelo IESF. E-mail: as.garces@hotmail.com

saudável contribui para o desenvolvimento saudável e uma aprendizagem de qualidade; propicia benefícios para fisiologia dos alunos e melhora o rendimento escolar, e também o contato diário com frutas, legumes e verduras colaboram para incentivar uma alimentação saudável dos alunos.

Diante deste contexto, para dar procedimentos a este estudo temos como principal objetivo, verificar como hábitos de alimentação saudável contribuem no desenvolvimento e na aprendizagem da criança da Educação Infantil I da Escola Jardim de Infância Pingo de Gente. E ainda identificar os hábitos alimentares dos alunos; observar como é inserida a alimentação saudável nas atividades escolares; pesquisar e registrar sobre a alimentação da família.

O estudo está estruturado da seguinte forma: o primeiro tópico será descrito a revisão de literatura, o segundo tópico abordará a respeito da história da educação alimentar, o terceiro sobre as políticas públicas direcionadas para alimentação da criança, o quarto, se alimentação saudável é primordial para o desenvolvimento da criança, o quinto tópico o papel da escola na alimentação da criança, o sexto tópico a influência da alimentação na aprendizagem e as causas da má alimentação, o sétimo tópico tratará da pesquisa de campo, neste foi verificado como hábitos de alimentação saudável contribuem no desenvolvimento e na aprendizagem da criança da Educação Infantil I da Escola Jardim de Infância Pingo de Gente.

Tendo em vista que a pesquisa visa discutir alimentação saudável na educação infantil I do Jardim de Infância Pingo de Gente, é relevante enfatizar a respeito da metodologia utilizada para a realização deste trabalho acadêmico: a pesquisa de campo.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

A criança ao ser incluída na educação infantil passa a construir sua autonomia e outras habilidades. Essa educação é a base da aprendizagem formal da criança, a fim de que haja o desenvolvimento intelectual, cognitivo, e ainda a formação de condutas, é nesta educação que a mesma começa a compreender e assimilar diferentes contextos no ambiente a qual está inserida.

No período da infância, a criança por manifestar diferentes reações, desejos, curiosidades entre outras, a escola torna-se o segundo espaço de educação coletiva onde serão trabalhadas todas essas emoções, mesmo estando fora do meio familiar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na seção II do artigo 29, vem afirmar que a educação infantil é necessária para o desenvolvimento da criança, ou seja: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento

integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 2011).

Durante a passagem da criança na educação infantil, espaço pelo qual será iniciada a construção de sua identidade, é um âmbito educativo que se torna possível trabalhar o coletivo e a socialização com diferentes crianças, isto é, por meio dessa vivência propicia que a mesma aprenda novos bens culturais. É também, neste ambiente que a criança começa a apresentar opiniões, ritmos e formas próprias de lidar com algumas situações impostas durante a sua vivência na educação infantil. Contudo, essa educação além de promover a construção estrutural dos sentidos passa a ser desenvolvido o lado crítico da criança.

Diante desse exposto, Piaget (2009) informa que durante a passagem da criança na educação infantil “essa educação deve possibilitar à criança um desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato”. Ou seja, esta educação deve ser desenvolvida durante o processo de formação da criança, e que esta assegure uma aprendizagem significativa, assim fazendo com que a mesma compreenda e perceba o mundo em que está inserido, e também fazer com que seja desenvolvido o seu pensamento.

A vivência da criança no ambiente educacional no período da infância é muito importante. É nesse período que a criança passa a desenvolver o conhecimento prévio adquirido no meio familiar e na instituição educacional, e por conta disso, a família por exercer o papel de primeira escola e ambiente social que a criança tem contato, passará a lapidar estes conhecimentos já assimilados, favorecendo o processo formativo da mesma. Sobre este conhecimento que a criança adquire no meio familiar, Moreira (2006, p. 18) vem esclarecer a relevância deste para a criança durante a infância: “O conhecimento prévio é de suma importância para que a aprendizagem aconteça, ou seja, só aprendemos a partir daquilo que já conhecemos a partir daquilo que possuímos que está armazenado na nossa estrutura cognitiva”.

A escola se destaca como espaço privilegiado, uma vez que o indivíduo a frequenta por longo período de sua vida. É nesse ambiente que ocorrem experiências favoráveis à construção de valores, hábitos e atitudes com intuito intrinsecamente pedagógico, porém, tendo em vista também o desenvolvimento e a aprendizagem para formação social do cidadão.

No entanto, a educação infantil não só vem possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem de forma dinâmica, mas propicia aprendizagem por meio da interação social, ou seja, a criança aprenderá e construirá seus conhecimentos por meio da sua interação em espaço diferenciado. E por outro lado, a educação infantil por iniciar a formação da criança, é neste âmbito que possibilita a construção dos valores e a compreensão com a realidade exterior, isto é, o inconsciente e a consciência.

## 2.1 A história da Educação Alimentar

A alimentação, desde que se avança a história, faz parte do ser vivo em razão disso, este ato é o ‘futuro e o destino de uma civilização’. Esse mesmo ato é fonte fundamental para o ser humano, pois promove e oferta ao corpo energia e nutrientes, assim possibilitando que o mesmo tenha funcionamento de seu organismo. (BRENDA; NUNES, 2010, p. 8).

Logo, é importante enfatizar que durante a pré-história o homem chegou a se alimentar de alimentos crus como folhas, frutas, plantas, raízes e grãos, esta alimentação era identificada como alimentação vegetal. Porém, isso se modificou a partir do surgimento do fogo, algo propício para que o homem deixasse de consumir alguns alimentos crus de origem animal e vegetal, já que o homem passou a fazer o cozimento desses alimentos. E por essa razão, o mesmo não só passou a realizar esta ação, mas, posteriormente, passou a desenvolver outras atividades, a fim de que acrescentasse mais em sua alimentação.

Por haver essa modificação, o homem só veio desenvolver atividades, como caça e pesca só no período paleolítico, já que neste período o homem era omnívoro, ou seja, se alimentava de carne magra e principalmente crua. Já no período neolítico o homem se mostrou habilidoso, pois ele começou a cultivar o solo e dele tirar proveito e também passou a criar animais. Porém, ao exercer a agricultura constatou que esta ação não era o suficiente para mantê-lo vivo, pois a comida se tornava escassa, e em razão disso, o homem chegou sair de seu lugar de vivência para buscar alimentos em outro local. Diante dessa situação o homem passou a ficar conhecido com nômade, porque ele nunca ficava em um só lugar.

Segundo Ramos (2005), ao longo dessas modificações o homem não só transformou o seu hábito alimentar, como ocorreu mudanças em seu corpo, pois a alimentação tornou mais sofisticada, contendo mais nutriente, vitaminas, proteínas e gordura, por meio do consumo de alimentos saudáveis, ou seja, “[...] alimentos este que passou a atender as necessidades nutricionais do homem”. (RAMOS, 2005, p. 1). Desta forma, o ato da alimentação veio sendo passado de geração para outra e assim esse ato se tornou algo cultural. Ou seja, a alimentação por ser cultura, visto que toda ocasião da vida ela esta presente, como exemplo: as datas comemorativas, onde os alimentos estão presentes e por consequência chega a reunir as famílias.

Diante deste contexto, Mello (2003, p. 56) vem complementar que:

Através da cultura, o homem é capaz de manifestar os mais diversos tipos de comportamento diante da comida que, por sua vez, carrega um significado só social muito importante, podendo ser sinônimo de prestígio, força e fertilidade. Ela está

presente nos momentos felizes e nos tristes e tem o poder de unir e confortar as pessoas.

Porém, por mais que o processo da alimentação esteja se modificando, fica explícito que, atualmente, a educação alimentar não está sendo divulgada na sociedade e nem colocada em prática, e em razão disso, é comum observar adultos e jovens em lanchonetes passando a consumir alimentos industrializados como: refrigerantes e frituras. Diante dessa situação, as crianças também estão fazendo parte desse meio, ou seja, elas por estarem em fase de crescimento requerem cuidado na alimentação, já que as crianças desde cedo estão consumindo alimentos industrializados com sabores artificiais, isto é, não contêm nutrientes necessários que irão contribuir para o seu desenvolvimento corporal e cerebral.

Contudo, o objetivo da educação alimentar é de fato trabalhar a cerca da saúde, e ao mesmo tempo fazer com que a criança conheça a importância da nutrição e do bem estar que ela oferece ao corpo. Na maioria das vezes essa educação é voltada pra uma reeducação alimentar, no qual a pessoa começa a compreender que o alimento influencia no seu bem estar físico e mental, diante disso, essa educação por ser um processo contínuo é ainda um método de manutenção de mudança na vida. Essa educação ao ser compreendido pela criança na fase da infância, permiti o aceitamento de que a alimentação ao ser diversificada e saudável é necessária para sua vida.

A finalidade da educação alimentar é fazer com que a criança ao longo do seu desenvolvimento adquira novos hábitos alimentares, e que este hábito é voltado para uma vida mais saudável, por meio da alimentação baseada em alimentos naturais. Toda via, para que isso aconteça a educação alimentar dever estar veiculada a produção de informação que seria como subsidio para auxilio de tomada decisão da própria criança e que esta informação deve ser clara e coerente. (BARBOSA, 2013).

Toda alimentação saudável sabe-se que é direcionada a uma alimentação completa, equilibrada e variada, ou seja, comer é combinar alimentos variados, assim fazendo com que haja a nutrição do corpo. Por outro lado, essa nutrição constitui em alimentos que além de ser saudável para o organismo, vem fornecer energia para a manutenção do organismo e nutriente que pode ser ou não energético.

## **2.2 As políticas públicas direcionadas para alimentação da criança**

Sabe-se que a alimentação faz parte da vida da criança, concede para o corpo o desenvolvimento e o crescimento. Este também vem desenvolver o potencial da criança e a

qualidade de vida da mesma. Quando iniciada no meio familiar e em seguida dando o seu prolongamento no contexto educacional, é percebido que há políticas que visam uma alimentação saudável e nutritiva durante a presença da criança no âmbito escolar, sendo este a educação básica.

Diante deste exposto, é visto que a alimentação, por fazer parte em qualquer fase da vida da criança, também se torna fundamental para uma educação de qualidade e ainda uma vida saudável, e por essa razão é também direito da escola desenvolver na criança este ato. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado para desenvolver o processo da alimentação nutritiva na escola em diferentes fases. Este programa, por ser voltado para a promoção da alimentação saudável deve ser trabalhado nas diversas situações no contexto educacional, e que este seja envolvido nas atividades educativas da criança. Assim, visando promover a saúde e possibilitando construir novos conhecimentos.

Mediante esse pressuposto, considera-se:

A alimentação escolar deve ter características nutricionais, desde que ofereça alimentos adequados em quantidade e qualidade, para satisfazer às necessidades nutricionais da criança, no período do dia em que permanece na escola. Mas também, por ser servida na escola, adquire características de ferramenta educativa, que pode e deve ser utilizada para os fins maiores da educação, habilitando o aluno a intervir na própria realidade. (BRASIL, 2008, p. 9).

Desse modo, o PNAE pode ser considerado um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que a escola necessita diariamente, mas também por contribuir em um espaço educativo melhor, isto é, estimulando a integração de temas relativos à nutrição ao currículo escolar. Sendo assim, este programa por ser um modelo de programa social, o mesmo visa colaborar para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem, rendimento escolar e a formação de hábito saudável dos alunos que devem acontecer por meio de ações educativas alimentar e nutricional no período em que permanece na escola. (BRASIL, 2015).

A alimentação e a educação são dois atos importantes para a vida da criança, pois os mesmos sempre andam juntos; é por meio da educação que é construída o conhecimento e o ato da alimentação, ou melhor, o ato de educar que é desenvolvido a educação alimentar, uma vez que é transmitido informações necessárias sobre a alimentação para criança.

O PNAE por ser direcionado para alimentação saudável, e ainda a promoção da saúde por meio de atividade educacional referente à mesma. Em razão disso, este programa é relevante e adequado para que seja abordando durante a educação básica, isto é, atendendo a fase da pré-escola, na educação infantil e outras fases da educação.

Por outro lado, a alimentação no âmbito escolar, e por fazer parte do contexto curricular da escola, é necessária para o desenvolvimento da criança, em razão disso, quando ela passa a frequentar a educação infantil, começam a ser construídos novos conhecimentos, é neste momento que a alimentação também fará parte do processo de formação da mesma. Por conta disso a Constituição Federal de 1988 vem complementar, que a criança tem direito à alimentação escolar nas diversas etapas educacional, como informa o artigo, 208 no inciso IV e VII:

- IV - a educação infantil, em creche e pré-escolar, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
- VII - atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1998).

A educação infantil por ser uma fase importante na vida da criança, isto é, o momento em que a criança começa a construir e expandir os seus próprios conhecimentos. No entanto, a escola e principalmente o educador terão papel importante durante a formação de conduta da criança, pois este contribui para que a criança tenha avanço positivo durante a formação.

Conforme a Lei 11.947 estabelecida no dia 16 de junho de 2009, vem esclarecer que a alimentação no processo de ensino da criança, faz parte da formação básica. Como apresenta:

- [...] a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2012b, p. 19).

Alimentação saudável é essencial para a saúde, e principalmente quando ela torna nutritiva e equilibrada para a criança, ela propicia bons resultados para corpo e para educação. Diante disso, o PNAE é uma oportunidade que não vem só oferecer alimentos que preencha a falta das necessidades nutricionais dos alunos, no período em que a criança frequenta a escola, este programa contribui para melhoria do processo de ensino aprendizagem e a formação de hábitos alimentares saudáveis na comunidade escolar.

Portanto, deve-se controlar o impulso quanto a quantidade de alimentos a ser ingerido pelas crianças. Comer bem não é comer muito, por isso é importante ter cuidado ao incentivar a criança e o adolescente para ingestão de mais alimentos, sob o pretexto de que estão em fase de crescimento. A quantidade de calorias que deve ser ingerida e o tempo de exercícios físicos necessários à queima dessas calorias.

Com portaria interministerial de nº 1.010 estabelecida no dia 08 de maio de 2006, as diretrizes para a promoção da alimentação saudável na escola infantil e outro nível

educacional visam incorporar a alimentação no projeto político pedagógico. “[...] incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico (PPP) da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares”. (BRASIL, 2006).

Diante desse contexto, a alimentação saudável por fazer parte do contexto social da criança, será essencial, pois faz parte da formação da criança, desta forma a alimentação influencia na aprendizagem da mesma.

### **2.3 Alimentação saudável é primordial para o desenvolvimento da criança**

A alimentação saudável e nutritiva por ser importante para a vida da criança, deve fazer parte do cotidiano da mesma, que traga energia para o corpo e assim venha suprir algumas necessidades do organismo, com o propósito de beneficiar durante a fase de formação, seja ela física e mental.

Diante deste exposto, esclarece-se que a alimentação saudável “[...] é aquela que atende todas as exigências do corpo, ou seja, não está abaixo nem acima das necessidades de nosso organismo”. (BRASIL, 2007, p. 16). Alimentar-se é fonte de nutrientes, e que esse ato envolve diferentes aspectos, como valores culturais, sociais, afetivos e sensoriais.

Contudo vale ressaltar, que ao embasar acerca da alimentação é importante esclarecer que, a alimentação mais eficaz e eficiente, é aquela que vem suprir as necessidades nutricionais do primeiro dia de vida até seu desenvolvimento completo.

A alimentação se inicia a partir do momento em que a criança é amamentada pela mãe, e passa a desenvolver a bagagem genética, isto é esta ação permite que a mesma venha sentir o gosto dos alimentos oferecidos durante o seu desenvolvimento. Em virtude dessa ação, a criança por ter o contato com diversos alimentos passa a degustar, sentir cheiro, textura, é nesta fase que começa o desenvolvimento do seu paladar, quando se forma os primeiros hábitos alimentares.

Conforme Ramos (2005), a alimentação da criança é diferente porque em cada fase da vida ela passa por um processo de desenvolvimento, em vista disso esse processo é dividido em: primeira fase e segunda fase. “[...] a primeira fase é conhecida como pré-escolar, no qual a criança encontra-se entre 1 a 6 anos e já a segunda fase é conhecida como a escolar, de 7 e 14, pois a criança encontra-se no período escolar”. (RAMOS, 2005, p. 59).

De acordo com a autora supracitada, a alimentação na primeira fase é importante para a criança na pré-escola, já que este vem garantir o aprendizado a respeito da variedade,

quantidade e qualidade dos alimentos e ainda o bem estar físico e social, mas principalmente mental, além disso, a amamentação faz parte deste período. Contudo, durante seis meses de idade por ser a fase lactante, isto é, do leite materno, a fim de que seja uma alimentação saudável para a criança, é necessário que a mãe tenha também uma alimentação saudável, pois o filho recebe tudo que a mãe tem a oferecer.

O ato da alimentação complementar só chega a acontecer quando a criança encontra-se entre sete a onze meses, no qual os alimentos são introduzidos na vida da criança. Toda alimentação complementar oferecida à criança pelo seu responsável, principalmente as mães, deverá respeitar cada peculiaridade da fase do desenvolvimento da criança, a vista de que essa traga benefícios tanto para a saúde psicológica quanto física.

Sendo assim, alimentação da criança em todo processo de formação deve trazer resultado positivo para o corpo, e com isso a criança possa vir desempenhar costumes, isto é, a criança deve fazer uma alimentação próxima do adulto, mas de maneira saudável, pois os pais ao “[...] fazer o consumo de grande variedade de alimentos, desenvolvem o interesse da criança pelos os alimentos” como completa. (RAMOS, 2005, p. 60).

Para que a alimentação tenha ação de ajuda para a criança no processo de desenvolvimento, os alimentos terão de oferecer nutrientes essenciais para o funcionamento do organismo, pois estes alimentos terão que ajudar principalmente nos primeiros anos de vida da criança com a finalidade de que a mesma não tenha dificuldade e risco na saúde durante o crescimento. Essa alimentação saudável é importante, pois permite com que a criança no futuro não tenha doenças, e assim proporcionar mais qualidade de vida.

A criança ao fazer escolha positiva, estas são caracterizadas como os alimentos que trazem prazer e são conhecidas como os alimentos “favoritos”, já as escolhas negativas são os alimentos que são rejeitados e por consequência apresentam gosto ruim, mas maioria das vezes isso vem acontecer por que a criança chega a associar cores com o gosto. Por outro lado reações negativas da criança são chamadas “neofobia alimentar”, quando a mesma tem medo de consumir alimentos novos, no entanto, isso é uma reação natural e comum na infância, já que isso acontece apenas na hora das refeições, onde são apresentados alimentos saudáveis como verdura e legumes a criança. Este comportamento alimentar acontece, quando a criança tem entre 1 e 7 anos de idade, por outro lado a criança por ter essa reação não significa que isso aconteça até a vida adulta, pois torna algo passageiro. (NEVES, 2015).

A alimentação da criança durante o período da infância, por ser baseada em alimentos nutritivos e naturais é momento em que se inicia a base alimentar, é o início em que a criança desenvolverá os hábitos alimentares, e ainda aprenderá a sua cultura familiar, porém

para que isso aconteça, os pais serão fundamentais neste processo, pois eles desde cedo deverão ter o compromisso de compartilhar informações a respeito da educação alimentar, e assim dar o suporte necessário para que a alimentação saudável seja um ato de sucesso. Em razão disso os pais deverão estimular, dialogar com a criança, impor medidas disciplinares rígidas, pois não dá pra brincar na hora das refeições.

Mediante este contexto, toda alimentação saudável disponibilizada pra criança deve haver combinação de vários alimentos. Sobre o mesmo ponto de vista, é importante ressaltar que alimentação saudável da criança deve ser composta por vários grupos alimentares, a fim de que traga benefício durante a infância, para que aconteça corretamente, primeiramente a alimentação deve ser:

[...] equilibrada respeitando o consumo dos alimentos, ter quantidade suficiente com o propósito de que atue de acordo com necessidade nutricionais da criança, acessível baseada em alimentos industrializados e naturais, uma alimentação colorida, pois é adequada para a criança, porque apresenta mais nutrientes e segurança, sem que venha apresentar contaminação biológica, física. (BRASIL, 2009a, p. 16).

Portanto, durante o processo de alimentação da criança até a fase adulta, deverá desenvolver estas ações para que tenha efeito positivo, proporcionando o desenvolvimento de todos os sentidos da criança, essa alimentação vem permitir o aumento da capacidade da mesma em realizar algumas funções mais complexas.

No entanto, quando não há consumo de alimento saudável nas refeições por parte da criança, essa alimentação não irá garantir energia e força suficiente ao longo do dia a dia. Por essa razão, Cavalcanti (2009, p. 19) vem atentar que:

O consumo alimentar inadequado, por períodos longos, resulta em esgotamento das reservas orgânicas de micronutrientes, trazendo como consequência para as crianças e adolescentes retardo no desenvolvimento, redução na atividade física, diminuição na capacidade de aprendizagem, baixa resistência às infecções e maior suscetibilidade a doenças.

O autor enfatiza que essa alimentação por ser inadequada passa a afetar todo o desenvolvimento da aprendizagem da criança, assim prejudicando as capacidades e funções do corpo.

### **3 O PAPEL DA ESCOLA NA ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA**

A criança quando começa a frequentar a escola, é possível observar que as mesmas levam em suas lancheiras alimentos sem nutrientes, ou melhor, dizendo alimentos industrializados consumíveis, este tipo de alimento a partir do momento que é ingerido, automaticamente a criança apresenta resultado negativo. Por outro lado é importante esclarecer

que na maioria das vezes isso chega a acontecer, porque essa seria uma forma mais fácil que os pais encontram para preparar o lanche de suas crianças, também por causa da situação financeira dos mesmos, o que leva a não ter diariamente dinheiro para comprar frutas para ofertar a seu filho um lanche mais saudável.

Por essa razão, a Associação Brasileira de Endocrinologia e Metabologia aborda que durante a infância, a “[...] nutrição representa a maior influência ambiental sobre o crescimento físico e mental”. (BRASIL, 2009a, p. 29). Assim, o período em que a criança frequenta a escola é marcado por importantes mudanças corporais e de aquisição de hábitos alimentares que podem perdurar na idade adulta e no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem da criança.

Dessa forma, a escola por ser um órgão que propicia a criança desenvolver suas potencialidades, é um espaço que trabalha com diferentes contextos a fim de que a criança compreenda o meio em que está inserida, o mundo em que vive.

A escola por tornar um espaço educativo, este promove o desenvolvimento da aprendizagem, o intelectual, o cognitivo, mas também promove a saúde, pois a partir de uma alimentação saudável vem implicar na qualidade de vida, ainda propicia melhor desempenho por parte da criança. (BRASIL, 2008, p. 15).

Sabe-se que alimentação saudável passou a ser um tema muito abordado na escola, mais principalmente alimentação nutritiva, pois esta é necessária para a formação e crescimento da criança. Por conta disso, admite-se que: “[...] a escola configura-se como um espaço privilegiado para ações de promoção da alimentação saudável, em virtude de seu potencial para produzir impactos sobre a saúde, autoestima, comportamento de habilidade para a vida da criança”. (BRASIL, 2008, p. 10).

Ao abordar, sobre a alimentação da criança na escola, o educador tem o papel de trabalhar várias atividades educativas, já que o conteúdo interdisciplinar está incluído no PPP (Projeto Político Pedagógico), e por conta disso é necessário que o educando estabeleça uma relação de diálogo entre o saber popular e o saber técnico, com o objetivo de mudar o comportamento da criança que está inserida no ambiente educacional.

A escola por ser um espaço privilegiado, pois trabalha todas as áreas do conhecimento, promove a formação, socialização, o compartilhamento de saberes e cultura, também chega a promover a promoção da alimentação saudável, isto é,

[...] a escola é um espaço privilegiado para influenciar nos hábitos saudáveis. E no ambiente escolar, seu contato constante com as crianças é muito importante para incentivá-las a se alimentar de forma saudável e para monitorar o seu consumo alimentar. (BRASIL, 2009b, p. 125).

Por essa razão, a escola e os educadores que nela estão presentes, são fundamentais na formação dos hábitos saudáveis no que compete a respeito da alimentação. Por que estes formadores são responsáveis por conduzir o processo de ensino aprendizagem, os mesmos devem incentivar e motivar a criança a experimentar diversos alimentos, e ainda permitir que a criança alimente-se sozinha, pois assim ela passa a construir sua autonomia. Dessa forma o professor deve utilizar múltiplas possibilidades educativas, afim de que o hábito alimentar aconteça.

### **3.1 A influência da alimentação na aprendizagem e as causas da má alimentação**

A aprendizagem por ser iniciada no meio familiar e depois levada para o contexto educacional, a criança terá como fator principal que irá contribuir para essa aprendizagem, a alimentação saudável, pois esta é o combustível para o desenvolvimento do corpo e do cérebro. Para tanto, essa ação só acontece quando a criança passa a comer bem, e assim ela terá o desenvolvimento saudável e maturação dos seus sentidos.

Observa-se que a energia mecânica do nosso corpo sob a forma de calorías, deve ser suficiente para as atividades cotidianas do indivíduo. Desse modo, a alimentação será importante, pois a criança começa a ingerir quantidade e qualidade de alimentos nutritivos, estas estão submissas a terem energia suficiente para realizar atividade complexa no meio em que está inserida. (BARROS, 2004).

A alimentação equilibrada proporciona um desenvolvimento saudável, não somente durante a infância, mas também na fase da pré-adolescência e adolescência. Os nutricionistas reforçam a importância do papel da alimentação na aprendizagem das crianças, já que a ciência já comprovou que alunos bem nutridos podem apresentar melhores notas e aproveitamento do que aqueles que têm uma alimentação desequilibrada e deficiente.

Para Póvoas, Ayer e Callegaro (2005, p. 1), “[...] a evolução do ser humano no planeta vem sendo determinada pela ampliação de sua inteligência” o que correu devido as tensões exercidas pelo meio em que vive, gerando no cérebro novas estruturas e funções aumentando nossa capacidade de descobrir, inovar e inventar. Porém, para que houvesse a evolução e o desenvolvimento da inteligência o homem necessitou de uma alimentação, no qual veio contribuir para sua existência, e com isso possibilitou que o mesmo expandisse suas habilidades, pois ele tinha que encontrar maneiras para manter-se vivo.

A boa nutrição é fundamental, pois garante que a criança tenha aprendizagem. No entanto isso é possível por que a criança ao consumir alimentos que são ricos em nutrientes

permite que o seu corpo tenha energia e assim dá mais impulso no cérebro, sem que a criança insista em aprender, isso ocorrerá de forma natural. Como esclarece Dinis (2006), os nutrientes disponibilizam energia e força na produção da memória.

Os alimentos como frutas, legumes e verduras são essenciais numa alimentação, pois esses alimentos são ricos em proteínas, minerais, carboidratos, vitaminas e sais minerais. Por essa razão, os nutrientes são indispensáveis, pois a proteína serve ao reforço e a construção de nova sinapse e com isso ocorre a aprendizagem. (MELLO, 2005).

Diante dessa abordagem, alimentar-se não é apenas um ato a fim de que a criança se mantenha vivo, mas tenha saúde, pois esta vem permitir que a mesma tenha energia e ainda mais desempenho nas realizações de atividades educacionais e por fim uma aprendizagem significativa.

Quando alimentação é inadequada causa na criança problema que pode alcançar a vida adulta, mas principalmente causa dificuldade dentro e fora do meio familiar e também no meio escolar. Ou seja, a criança por estar em fase de desenvolvimento, a mesma precisa de nutrientes proteínas, carboidratos entre outros, a fim de que traga benefício para a vida e assim fazer com que esta tenha bom desempenho na atividade diária do seu cotidiano como jogar bola, correr fazer atividade física entre outros.

Contudo, um fato que torna preocupante quando ocorre a má alimentação é o surgimento da desnutrição, esta chega a prejudicar aprendizagem da criança o desenvolvimento, mas também prejudica algumas funções, como os aspectos afetivo e cognitivo. Em outras palavras, Cozzolino e Cominetti (2013) complementam que esta má alimentação por possibilitar a desnutrição faz com que a criança se torne indisposta, desatenta e agressiva e na maioria das vezes a mesma chega a repetir de ano e acaba abandonando o estudo. E ainda resulta no desenvolvimento incompleto, baixa capacidade de raciocínio e dificultando a aprendizagem.

A desnutrição por ser causada pela má alimentação ocasiona na criança o retardo do desenvolvimento neuropsicomotor, ou seja, faz com a que a criança não evolua alguns de seus sentidos, e ainda fazer com que a criança não desenvolva adequadamente suas funções cognitivas. Mello (2005) ainda informa que a desnutrição causa alterações fisiopatológicas, ou seja, as funções anormais ou patológicas dos vários órgãos e aparelhos do organismo. A fisiopatologia, na compreensão do mecanismo de funcionamento do corpo em relação às doenças, pode nos indicar as possíveis fraquezas ou causas que nos levam a desenvolver determinada enfermidade.

Conforme Mello (2005), a desnutrição pode ser classificada em dois tipos, a “marasmos e kwashiorker” estas causam na criança o retardo no desenvolvimento, transtornos

psicomotores e outros. Isso chega a ocorrer quando a criança consome diversos alimentos fora de casa e ainda sendo industrializados, e por consequência chega a ocorrer a obesidade infantil. No entanto, isso não acontece apenas pela falta de comida, ou porque a criança pulou alguma de suas refeições, mas conseqüentemente um erro comum dos pais, é insistir demais para que a criança raspe o prato e por consequência forçá-la a comer mais. Sobre este ponto de vista Ramos (2000) esclarece que “[...] a criança tem mecanismo de controle de saciedade, se os pais a forçam a ir, além disso, ela vai se acostumar a comer mais do que necessário”, esse tipo de situação pode levar até mesmo à obesidade no futuro.

A maior inimiga da educação alimentar é a troca, ou seja, a substituição do almoço por um lanche. Muitas vezes quando a criança se recusa a almoçar, fora de hora, a mãe oferece um iogurte, por exemplo; com isso impede que o pequeno experimente e conheça sabores, por conta dessa situação torna-se difícil que a criança consuma alimentos saudáveis.

Segundo Mello (2003), uma das causas da má alimentação que pode ocorrer na criança é a constipação, obstipação intestinal ou “prisão de ventre” este é um sintoma que significa uma irregularidade dos hábitos intestinais diários, com repetidas faltas de resposta a vontade de evacuar, caracterizada pela difícil eliminação das fezes, devido ao endurecimento e/ou alteração no volume das mesmas, provocando dor quando o esforço para evacuar for maior, e fissuras anais, se não for tratada adequadamente.

A constipação na infância pode acontecer, entre outras causas, em consequência a uma dieta inadequada, com quantidade insuficiente de líquidos e fibras, ou seja, este é um elemento presente nos alimentos que, se hidratados pela água, são capazes de regular a função intestinal, aumentar o volume fecal e facilitar a passagem dos alimentos pelo intestino. A desidratação endurece as fezes e a restrição de fibras interfere na formação satisfatória do volume fecal, assim como no funcionamento intestinal.

A criança ao ter uma ingestão adequada de fibras na dieta, sem excessos, é capaz de prevenir hemorroidas, diabetes, câncer do intestino e doenças provocadas pelo acúmulo de gordura no sangue. Nos casos de aleitamento exclusivo, é comum a criança passar alguns dias sem evacuar ou ter as fezes amolecidas e esverdeadas, o que costuma preocupar os familiares. O fato ocorre pela falta de resíduo alimentar a ser eliminado ou pelo esvaziamento rápido do conteúdo intestinal, por imaturidade do órgão e/ou devido a boa digestibilidade do leite humano.

O uso de leites artificiais deve seguir as recomendações e cuidados na diluição e na adição de “[...] e açúcares que, por produzirem mais resíduo, podem causar fermentação e, conseqüentemente, formar gases, se as fezes não forem satisfatoriamente eliminadas,

provocando também terríveis cólicas”. (MELLO, 2003, p. 70-72). Desta forma, para que, a criança tem um desenvolvimento saudável, o processo alimentar deve levar em conta algumas considerações.

Portanto, uma alimentação saudável é essencial para organismo, mas principalmente quando nesta alimentação é incluída os vegetais e verduras, pois ela passará a consumir nutrientes no qual ajudará a regular o intestino, assim fazendo como que a criança não tenha a constipação.

#### **4ANÁLISE E DISCUSSÃO**

O trabalho foi realizado por meio de fontes bibliográficas para assim obter uma melhor fundamentação sobre o tema abordado. Foram utilizados para esse processo: artigos, livros, revistas eletrônicas, jornais e sites acadêmicos. A pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Mediante tal revisão optou-se pelos seguintes: BARBOSA, BRENDA, BRASIL, CAVALVANTI, COMINETTI e COZZOLINO, DINIS, MELLO, MOREIRA NUNES, PIAGET, PÓVOAS, RAMOS foram fundamentais, pois contribuíram na composição teórica do trabalho, partindo da visão crítica e holística dos fatos sobre a alimentação saudável e sua importância para o desenvolvimento da criança tanto nos aspectos social, cognitivo e intelectual.

A pesquisa de campo procede da observação dos fatos e fenômenos como ocorrem realmente, a coleta de dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado. O instrumento utilizado para coleta de dados será entrevista, optou-se por esse instrumento, pois o mesmo permite obter com melhor exatidão o que se almeja na coleta de dados desta forma o instrumento será aplicada aos professores e pais dos alunos. O universo da pesquisa será todos os funcionários do Jardim de Infância Pingo de Gente. Enquanto a amostra terá professores, pais e alunos da educação infantil I. O tempo de acompanhamento foi de 1 (um) mês, de outubro a novembro de 2015. A análise dos dados foi qualitativa.

A análise do material teve como foco o objeto deste estudo, a investigação de que maneira a alimentação saudável influencia no cotidiano escolar e na aprendizagem dos alunos da Educação Infantil I no Jardim de Infância Pingo de Gente?

O universo da pesquisa são alunos matriculados na educação infantil, professores, pais, e um diretor responsável pela administração da escola. Diante da estratégia utilizada para

coleta de dados, serão expostos os resultados da entrevista (APÊNDICE A) a qual foram respondidos pelos mesmos.

#### **4.1 Apresentação da Escola Campo**

A escola Comunitária Padre Maurício, fundada em 01 de janeiro de 1985 pelo presidente Raimundo Privado, a escola funcionava no prédio cedido na Escola Marly Sarney no mesmo bairro, logo após mudou-se para o endereço atual Rua 61, Quadra 123, S/N, Conjunto Maiobão – Paço do Lumiar/MA, onde a educação funcionava no salão da escola. Depois passou por uma reforma de ampliação do prédio onde foi criado um anexo, onde hoje funciona o Jardim de Infância Pingo de Gente.

A escola disponibiliza de salas funcionando nos turnos matutino e vespertino, sendo creche, infantil I, infantil II e fundamental. No turno vespertino funciona do 6º ao 9º ano. O prédio é próprio, tem uma boa estrutura, possui um auditório, 01 secretaria, 01 sala para os professores, 20 salas de aula, 1 pátio, 1 auditório, 02 banheiros adaptados para criança, (sendo 1 masculino e 1 feminino), 02 banheiros para alunos do fundamental, 01 cantina, 01 depósito para guardar a merenda escolar, 1 lanchonete terceirizada, 1 bebedouro.

#### **4.2 Entrevista com a Gestora**

Inicialmente a primeira parte da entrevista foi realizada com a gestora com o propósito analisar e compreender como é trabalhada a alimentação saudável na escola.

A primeira etapa da entrevista trabalha com a temática alimentação na escola.

A gestora ressalta que é relevante para a escola trabalhar com o tema alimentação saudável, pois se sabe que uma boa alimentação é fundamental para o desenvolvimento de todo ser humano, portanto a escola sentiu a necessidade de desenvolver um projeto com o tema alimentação saudável voltado inicialmente para educação infantil para conscientização dos pais em relação ao lanche dos seus filhos, Amaral (2008, p. 1) menciona que

[...] a formação de hábitos alimentares saudáveis é um processo que se inicia desde o nascimento, com as práticas alimentares introduzidas nos primeiros anos de vida pelos pais, primeiros responsáveis pela formação dos mesmos.

Em relação a alimentação e aprendizagem, a mesma explica ter sim relação, é importante que a escola se preocupe com aprendizagem dos seus alunos. Assim, vale ressaltar que uma alimentação saudável é pressuposto para o bom desenvolvimento físico, e cognitivo

do indivíduo, logo se o mesmo não tiver uma boa alimentação, conseqüentemente, poderá ter sua aprendizagem prejudicada.

Sobre a responsabilidade da escola na alimentação das crianças, esclarece que o papel da escola, é mais do que oferecer uma merenda escolar com alimentos saudáveis, é conscientizar pais e alunos da importância de uma boa alimentação. Observa-se que a criança não alimentada adequadamente não tem um rendimento suficiente para contribuir com sua aprendizagem.

Dessa forma, o objetivo do projeto é permitir que os alunos, juntamente com seus familiares, reflitam sobre seus hábitos alimentares e das conseqüências que esses hábitos têm na sua saúde.

Para essa conscientização sobre alimentação como fator de grande contribuição para melhor qualidade de vida, se faz necessário um incentivo a promoção da saúde por meio da educação nutricional se tornando, portanto uma necessidade atual. A sociedade não precisa de modismos, e sim da verdadeira conscientização da importância dos hábitos alimentares corretos, isto é, fornecimento de alimentos necessários, nas quantidades adequadas, nos momentos certos, e por meio desta disciplina alimentar, alcançar os benefícios satisfatórios para a saúde do corpo e, desta forma, contribuir para a aquisição de uma boa qualidade de vida. (AMARAL, 2008).

No que tange a alimentação das crianças na escola, a gestora esclarece que o papel da escola, é mais do que oferecer uma merenda escolar. Com alimentação saudável é conscientizar pais e alunos da importância de uma boa alimentação do indivíduo. Observa-se que a criança não alimentada adequadamente não tem um rendimento suficiente para contribuir com sua aprendizagem.

Quanto ao incentivo da escola sobre a temática elencada, ressaltou que a escola incentiva os alunos por parte dos profissionais, mais reconhece que falta sensibilizar mais o corpo docente da escola, e principalmente os pais através de palestras, atividades que envolva o tema em questão.

Sobre os projetos desenvolvidos com essa temática, até o momento houve só um que ficou permanente na escola, e teve início em 2015.

Sobre a relevância do projeto ressaltou que é de grande importância com a construção deste projeto, pretende-se levar ao conhecimento dos alunos que tanto a carência quanto o excesso de alimentos podem gerar doenças e prejudicar o crescimento. Ao compreender a importância da alimentação saudável, espera-se uma mudança de hábitos alimentares.

A gestora esclarece que é necessário mudar o lanche vendido na lanchonete terceirizada que funciona dentro da escola, trocar os alimentos industrializados por alimentos naturais.

Quando perguntado sobre benefícios do projeto disse que acredita que os pais estão mais conscientes quanto aos alimentos saudáveis e algumas crianças começaram a levar frutas e sucos naturais como lanche.

Nas questões finais apontou que a participação dos alunos disse que foi fundamental houve interação por parte dos mesmos, fizeram oficinas, a salada de fruta coletiva que aconteceu na cantina, onde os alunos manusearam as frutas, teve preparação de sucos naturais e sopas, logo após degustaram. Sobre a horta finalizou a entrevista afirmando que está em andamento para o ano de 2017 a construção de uma horta na escola para que os alunos participem da plantação e manutenção dos alimentos.

### **4.3 Entrevista com os Professores**

A entrevista com os professores aconteceu com o propósito de compreender como é inserida a alimentação saudável nas atividades escolares e os tipos de alimentos consumidos pelos alunos como lanche.

Quando questionados se a escola tem projeto direcionado à alimentação, relataram que sim, a escola desenvolveu um projeto no início do ano de 2015.

E quanto ao incentivo da escola para a alimentação correta, relataram que durante a acolhida, e nas atividades desenvolvidas em sala, incentivam os alunos para consumo de alimentos saudáveis, e durante a semana tem o dia do lanche saudável na quarta-feira, onde solicitam, por meio da agenda escolar, frutas e sucos naturais para o lanche, mas afirmam que poucos alunos levam, a maioria deles só lancham alimentos industrializados trazidos de casa.

As crianças em idade escolar precisam de uma dieta saudável, pois esta favorece níveis ideais de saúde, de crescimento e de desenvolvimento intelectual, que atuam diretamente na melhora do nível educacional, reduzindo assim, os transtornos de aprendizagem causados por deficiências nutricionais e/ou distúrbios alimentares. (BARBOSA, 2004).

Seguindo a entrevista sobre a participação dos alunos no projeto, afirmaram que todos os alunos participaram, fizeram várias atividades sobre alimentação saudável, tais como: pintura e colagem de frutas, legumes e verduras, explicaram a importância desses alimentos para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, logo após, essas atividades foram encadernadas e entregues aos pais, na cantina aconteceu a salada de fruta coletiva onde houve

participação dos alunos, que ajudaram na preparação da salada, houve também a exposição de frutas e degustação.

Em relação as atividades que levam para casa, disseram que sim, os alunos levam atividades com essa temática para fazerem em casa. Segundo os professores durante este ano somente o projeto macro está sendo feito em suas especificidades, a escola não realizou eventos direcionados a alimentação saudável, mas os professores continuam trabalhando esse tema em sala de aula.

Para Freitas (2002, p. 15) “[...] a alimentação influi em nossa disposição, em nosso estado emocional e até em nossa inteligência”. Todo esse contexto pode prejudicar o interesse das crianças em frequentar a escola, apresentando baixo rendimento, irritabilidade, agitação, estresse, apatia, dentre outros.

Os professores ainda ressaltaram que a escola precisa mobilizar os pais para conscientizá-los sobre a alimentação saudável e dar continuidade ao projeto, pois favorece o rendimento escolar e a aprendizagem.

Durante a observação na hora do lanche, percebemos que a escola tem a merenda escolar, porém os alunos não gostam e dão preferência aos alimentos trazidos de casa. Houve a distribuição de frutas como melancia, banana, mamão e numa turma com 18 alunos, somente 2 alunos comeram frutas.

Portanto, a escola torna-se responsável pelo desenvolvimento de ações educativas como: seminários, palestras, e outras. Vale lembrar que a educação atinge diretamente as crianças em idade escolar e, indiretamente sua família e comunidade.

#### **4.4 Entrevista com os Pais**

Mediante a entrevista com a gestora e os professores, houve a necessidade de realizar a entrevista com os pais, com a finalidade de compreender a importância da alimentação e a alimentação do filho; esta foi dividida em duas partes.

Na primeira pergunta os pais deram sua opinião sobre a alimentação e sua importância para a criança, disseram que é importante, porque a criança necessita de energia e nutrientes, e uma boa alimentação só traz benefícios.

Alguns pais consideram importante ter uma boa alimentação, pois a partir de uma boa alimentação se tem uma vida saudável, admitem que sim, é necessário para ter saúde.

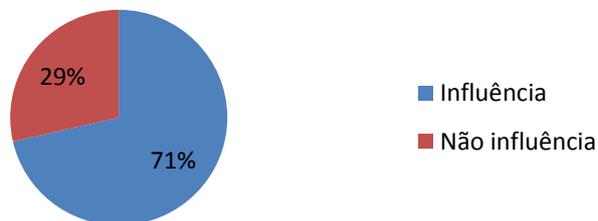
A formação de hábitos alimentares é influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais, e econômicos. (FISBERG, 2003).

Para que o hábito alimentar aconteça é necessário que os pais participem das refeições com os filhos, estimulando-os a prática de uma alimentação saudável.

Sobre a influência da alimentação na aprendizagem, os pais acreditam que sim, tem uma grande influência porque quando não há uma alimentação adequada as pessoas ficam indispostas, fracas e desnutridas e nada funciona bem e atrapalha até o raciocínio.

Gráfico 1 – A influência da alimentação saudável para a aprendizagem

### **A influência da alimentação saudável para a aprendizagem**



Fonte: As autoras (2016)

De acordo com o gráfico, observa-se que 71% dos pais afirmam que a alimentação influencia na aprendizagem, fica claro que a maioria dos pais tem a concepção da importância de uma alimentação saudável para seus filhos. Apenas 29% acham que não influencia.

Sobre a consequência de uma boa alimentação, ressaltaram que através dela adquirem saúde física, mental, disposição e previne contra doenças.

Finalizando a entrevista os mesmos deixam claro que a má alimentação prejudica e causa doenças como: hipertensão, obesidade infantil, diabetes e colesterol alto entre outros.

Quanto ao consumo de frutas afirmaram que sim consomem duas frutas, diariamente. E os legumes e verduras os mais consumidos pelos pais foram: tomate, batata, cenoura e alface, uma vez por semana.

Uma criança bem alimentada é uma criança com resistência às doenças, com vontade de estudar e brincar. A alimentação é uma necessidade básica ao desenvolvimento do ser humano, sendo na fase da infância que acontece uma maior transformação que favorece o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, emocional e social. (KUREK; BUTZKE, 2006).

Uma alimentação saudável é aquela que reúne todas as substâncias químicas de que o corpo precisa para funcionar de forma correta. Requer a variedade de ingredientes em todas as refeições, com equilíbrio entre carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas e minerais.

Dando continuidade a entrevista, os pais relataram como foi a alimentação da criança quando bebê, afirmaram que até o quinto mês se alimentavam somente com o leite materno e a partir do sexto mês, com sopa de legumes, sucos naturais e água.

Em relação a alimentação atual da criança, frisaram que comem de tudo um pouco. Os alimentos preferidos são: pão com queijo, arroz, carne, frutas, macarronada e frango. Sobre os alimentos que menos gostam, carne com molho. Quanto ao lanche que as crianças levam para escola, os pais esclareceram que as crianças dão preferência para biscoitos recheados, achocolatado e suco de caixinha, e reconhecem que às vezes devido a praticidade, mandam os alimentos industrializados para lanche dos filhos e algumas vezes mandam fruta.

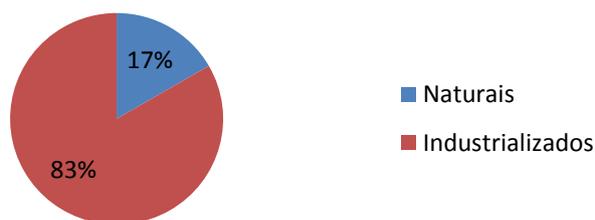
#### 4.5 Entrevista com os Alunos

Foram entrevistadas algumas crianças para conhecer suas preferências sobre a alimentação das mesmas tanto no meio familiar quanto na escola.

As crianças disseram que gostam de comer frutas somente em casa. Quando perguntado se levam para escola, responderam que às vezes sim. E que têm como lanche preferido biscoito recheado, salgadinho e refrigerante. Os refrigerantes e sucos artificiais expressam grande preocupação com relação a um grupo de bebidas de alta densidade calórica, elevado teor de açúcar, pobre em fibras e em micronutrientes e que possuem aditivos do tipo corantes. (BRASIL, 2007). De acordo com os alunos a comida preferida deles é: lasanha, macarronada e batata frita.

Gráfico 1 – Tipo de alimentos que as crianças levam para escola

#### Tipo de alimentos que as crianças levam para escola



Fonte: As autoras (2016)

O gráfico mostra que as crianças consomem 83% alimentos industrializados e somente 17% levam alimentos naturais para escola.

De acordo com Accioly et al. (2005) a população infantil é a mais vulnerável aos efeitos dos aditivos, conhecidos como corantes e conservantes. Em primeiro lugar porque as quantidades ingeridas pelas crianças, em relação ao peso corporal são maiores na criança que no adulto. Em segundo lugar, essas substâncias têm ação sobre o sistema nervoso central e são, provavelmente, mais prejudiciais ao cérebro infantil, que ainda está em desenvolvimento.

Por último, as crianças ainda não possuem capacidade de autocontrole com relação à quantidade a ser ingerida. Sob o ponto de vista da Saúde Pública os aditivos vêm provocando preocupações constantes, pois já existem estudos associando-os ao desencadeamento de déficit de atenção com hiperatividade em crianças, hipersensibilidade alimentar e câncer. Diante do exposto, os alimentos industrializados prejudicam o desenvolvimento da criança e podem desencadear várias doenças.

No que foram questionados sobre comidas saudáveis, os alunos deixam claro que gostam de verduras e legumes, mas não os consomem todos os dias.

A alimentação é uma necessidade básica ao desenvolvimento do ser humano, sendo na fase da infância que acontece uma maior transformação que favorece o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, emocional e social. (KUREK, 2006). A última pergunta foi relacionada sobre as refeições com os pais, onde as crianças afirmaram que os pais não estão presentes durante as refeições.

## **5 CONCLUSÃO**

A alimentação saudável além de fazer parte da vida da criança, desenvolve o aprendizado, essa boa alimentação causa bem estar físico, bom rendimento escolar e promoção à saúde. E ainda alimentação nutritiva e saudável tem por finalidade desde o nascimento da criança, possibilitar a nutrição do corpo e dar energia.

A criança na fase da infância necessita de nutrientes suficientes para o corpo, porém para que isso aconteça a criança necessita fazer uma alimentação saudável afim de que a mesma tenha benefícios em vários aspectos, mas principalmente no crescimento. Por essa razão, esta ação será possível quando a criança desenvolver hábito alimentar saudável.

Quando passa a frequentar a escola, é possível observar que as mesmas levam em suas lancheiras alimentos sem nutrientes, alimentos industrializados consumíveis, este tipo de alimento a partir do momento que ele é ingerido, automaticamente a criança apresenta resultado

negativo. Por outro lado é importante esclarecer que na maioria das vezes isso chega a acontecer, porque essa seria uma forma mais fácil que os pais encontraram em preparar o lanche de suas crianças, também por causa da situação financeira dos mesmos, o que leva a não ter diariamente dinheiro para comprar frutas para ofertar a seu filho um lanche mais saudável.

A problematização do tema é de suma importância, pois pode causar consequências na vida da criança, principalmente por causa da tecnologia, e a não disponibilidade de tempo dos pais, que exerce total influência no hábito alimentar dos filhos.

As hipóteses estabelecidas na introdução deste artigo foram validadas na medida em que: a relação da alimentação saudável e aprendizagem das crianças, com hábitos saudáveis as mesma têm mais disposição, favorece seu desenvolvimento intelectual, cognitivo e social.

A escola continua com a proposta de ampliar o projeto para conscientizar os pais e a comunidade escolar para a mudança dos hábitos alimentares dos alunos, e ampliação para outras séries, assim como a construção da horta na escola, os professores e a direção continuam nesse foco que é ver os alunos consumindo alimentos necessários para uma alimentação saudável propiciando seu desenvolvimento futuro. Considerando que os hábitos alimentares iniciam-se com o nascimento da criança e seguem durante os primeiros anos de vida. O educador pode influenciar criando situações que estimulem a criança a consumir alimentos saudáveis; para isso podem procurar parcerias com a equipe pedagógica, família e comunidade. Precisa-se que o projeto seja redimensionado com participação maior dos pais, que a escola proporcione um dia para que os pais possam participar de eventos como palestras, proporcionando momento de interação maior com a escola, o dia do lanche saudável para que os pais possam participar e fazer o lanche com as crianças, assim como oficinas de alimentação saudável utilizando frutas, legumes e verduras e a oferta de frutas e hortaliças na alimentação escolar.

Desde pequenas, as crianças precisam se habituar às frutas e verduras, e a prática de conhecer novos alimentos, proporcionando a elas oportunidade de experimentar novos sabores.

Conclui-se que práticas alimentares inadequadas durante a infância podem, no futuro, repercutir de forma negativa no desenvolvimento global das crianças e ocasionar diversos problemas.

### **HEALTHY EATING:**

possibilities and perspectives in Early Childhood Education I in the  
Kindergarten Pingo de Gente

**ABSTRACT**

The present work investigates the possibilities and perspectives of infant feeding in the Pingo de Gente Children's Nursery, but in order to carry out this work, two approaches have been studied: the bibliography research and the field research. The main goal is to check how healthy eating habits contribute to student development and learning.

**Keywords:** Feeding. Education. Healthy.

**REFERÊNCIAS**

ACCIOLY, E. et al. **Nutrição em obstetrícia e pediatria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica; 2005.

AMARAL, C. M. C. Educação alimentar. FMPB, 2008. Disponível no site: <[www.fmpb.org.br/mostraconteudos.asp?cod\\_conteudo=6/](http://www.fmpb.org.br/mostraconteudos.asp?cod_conteudo=6/)>. Acesso em: 22 dez. 2016.

BARBOSA, Roseane Maria Sampaio (Org.). **Guia alimentar. Para criança de 2 e 3 anos**. Rio de Janeiro, 2013.

BARBOSA, Vera Lúcia Perino. **Prevenção da obesidade na infância e na adolescência: exercício, nutrição e psicologia**. Barueri, SP: Manole, 2004.

BARROS, C. **Ciências, físicas e química**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.

BRASIL. Associação Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. **Manual de orientação**. Departamento de Neurologia. Brasília, 2009.

BRASIL. Carneiro Moacir Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva**, artigo a artigo 18 ed. atualizada e aplicada – Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

BRASIL. Cartilha Nacional da Educação. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: DF, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso: 10 out. 2016.

BRASIL. LDB 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 de nov. de 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Manual de orientação para a alimentação escolar na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e na educação de jovens e adultos. 2. ed. Brasília, DF: PNAE, 2012a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Alimentação saudável e sustentável**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica: cardápios saudáveis**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº. 1.010 de 8 de maio de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://dtr2004.saude.gov.br/sas/legislação/portaria1010\\_08\\_05\\_06.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/sas/legislação/portaria1010_08_05_06.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar/Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.** Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012b.

BRENDA, Joao; NUNES, Emília. **Manual para uma alimentação em jardins de infância.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010.

CAVALCANTI, Leonardo de Almeida. **Efeitos de uma intervenção em escolares do ensino fundamental I, para a promoção de hábitos alimentares saudáveis.** Tese de Mestrado. Brasília, DF, 2009. Acesso em: 20 out. 2016.

COZZOLINO. S. M. F; COMINETTI. Cristina. **Bases bioquímicas fisiológicas de nutrição: nos diferentes fases da vida, saúde e na doença.** Barueri-SP: Manole, 2013.

DINIS, T. **Especialistas discutem a importância da Nutrição Cerebral, 2006** Folha online. Disponível: <<http://web.colegionext.com.br/>>. Acesso: 5 set. 2016.

FISBERG, M. Obesidade Infantil na infância e adolescência. **Pediatr Mod.**, v. 36, n. 11, p. 724-34, 2003.

FREITAS, Paulo G. **Saúde um estilo de vida. Baseado no equilíbrio de quatro pilares.** São Paulo: IBRASA, 2002.

KUREK, Marlene; BUTZKE, Claracy Maria Ferrari. Alimentação escolar saudável para educandos da educação infantil e ensino fundamental. **Revista de Divulgação Técnica – Científica do ICPG**, v. 3, n. 9, jul./dez. 2006.

MELLO, Flávia. **Nutrição aplicada a enfermagem.** Goiania: AB, 2005.

MELLO, Maura Maria Sá de. **Nutrição infantil: uma receita de saúde.** Porto alegre: mediação, 2003.

MOREIRA, Marco Antônio. Revista Série Estudos, 2013. Estudos – Periódico do Mestrado em educação da UCDB. Campo Grande, 2006.

NEVES, Mariana Braga. **Nutrição infantil.** São Paulo: A. S. Sistemas, 2015.

PIAGET, Jean. As teorias de Piaget para a educação. **Revista Educação Infantil**, 17 de março de 2009. São Paulo, 2009.

PÓVOA, H.; AYER, L.; CALLEGARO, J. **Nutrição cerebral**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 228p.

RAMOS, Adriana. **Enfermagem e nutrição**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitário-Ltda. Org.: Geraldo Mota de Carvalho, 2005.

RAMOS, Maurem. **Jornal de pediatria**. Rio de Janeiro, 2000.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA COM A GESTORA

### PORQUE TRABALHA COM A TEMÁTICA ALIMENTAÇÃO NA ESCOLA

1. Por que a escola trabalha com o tema alimentação?
2. Existe relação entre alimentação e aprendizagem?  
 Sim  
 Não  
Justifique: \_\_\_\_\_
3. Qual a responsabilidade da escola no que tange a alimentação das crianças?
4. A escola incentiva os alunos a terem uma alimentação saudável?
5. Quais os projetos que a escola já desenvolveu com essa temática?
6. Quando iniciou o projeto?
7. Qual a relevância do projeto?
8. Quais os benefícios o projeto trouxe para as crianças?
9. Como ocorreu a participação das crianças no projeto?
10. A escola pretende implantar a horta?

## **APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O PROFESSOR**

### **O TRABALHO DA ESCOLA NO QUE TANGE A ALIMENTAÇÃO**

1. A escola desenvolve algum projeto sobre a alimentação?
2. A escola incentiva a criança a se alimentar corretamente?
3. Solicita que a criança leve lanches mais saudáveis?
4. A criança já participou de algum projeto ou atividade sobre alimentação?
5. A criança leva atividade para casa que tratem sobre o tema alimentação?
6. Na sua opinião qual a importância da alimentação saudável?

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM OS PAIS

### I PARTE – A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO

1. Você acha a alimentação um aspecto importante na vida da criança?  
 Sim  Não  
 Justifique: \_\_\_\_\_
  
2. Considera importante ter uma boa alimentação  
 Sim  Não  
 Justifique: \_\_\_\_\_
  
3. A alimentação influencia na aprendizagem?  
 Sim  Não  
 Justifique: \_\_\_\_\_
  
4. Na sua opinião, quais as consequências de uma boa alimentação?
  
5. Quais as consequências de uma má alimentação?
  
6. Quantas frutas você consome por dia?
  
7. Você consome verduras e legumes com frequência?  
 Sim  Não  
 Quais: \_\_\_\_\_

### II PARTE – A ALIMENTAÇÃO DO SEU FILHO

1. Como foi a alimentação da criança quando bebê?
  
2. A partir de quando a criança começou a se alimentar com alimentos sólidos?
  
3. Atualmente, como é a alimentação da criança?
  
4. Que alimentos mais gosta?
  
5. Que alimentos menos gosta?
  
6. Você incentiva a criança a ter uma alimentação saudável?  
 Sim  Não
  
7. Quais são os alimentos a criança leva para escola para o lanche?

**APÊNDICE D – ENTREVISTA COM AS CRIANÇAS****QUE TIPOS DE ALIMENTOS AS CRIANÇAS GOSTAM**

1. Você gosta de frutas?

( ) Não

( ) Sim

Quais? \_\_\_\_\_

2. Quais os alimentos que você traz para lanche na escola?

3. Você come frutas diariamente?

( ) Sim

( ) Não

4. Gosta de legumes ou verduras?

( ) Sim

( ) Não

Quais: \_\_\_\_\_

5. Qual sua comida preferida?

## APONTAMENTOS SOBRE EXPERIÊNCIAS EM PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS, NO MUNICÍPIO DE MONÇÃO-MA, À LUZ DO MÉTODO PAULO FREIRE

**Gisele de Fátima Cardoso Nunes\***

**Neuziane Sousa dos Santos\***

**Paula Marize Nogueira Pereira\***

### RESUMO

O presente artigo traz uma abordagem sobre a metodologia de educação popular adotada na Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no município de Monção, Maranhão, no ano de 2010, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Apresentamos a discussão com base na análise empírica, a partir da participação de atividades realizadas pelo PRONERA, com educandos e educadores, multiplicares desta metodologia no município de Monção – MA. O reflexo dessa experiência metodológica fomentou a construção de objetos de pesquisa que possam enfatizar a realidade da educação, sob o olhar dos sujeitos sociais que a compõem.

**Palavras-chave:** Educação popular. Educação de jovens e adultos. Sujeitos sociais.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se da síntese de apontamentos de uma experiência de estágio no projeto de alfabetização de jovens e adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no município de Monção, Maranhão, no ano de 2010, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pretende-se desse modo refletir e apontar de forma breve a concepção de educação pretendida pelo Programa, qual seja, educação popular, para tanto buscaremos refletir teoricamente o método pedagógico empregado nas capacitações dos educadores (alfabetizadores) e nas salas de aulas aos educandos (alfabetizandos).

Na seqüência busca-se um breve resgate das metodologias de educação de jovens e adultos no Brasil, junto ao desenvolvimento da educação popular além de demonstrar a metodologia do Programa, considerando o contexto e especificidades da população rural.

---

\* Assistente Social; Especialista em Gestão Pública; Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: gisanunes06@gmail.com

\* Assistente Social; Mestre em Políticas Públicas. Professora do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: sneuziane@yahoo.com

\* Assistente Social; Especialista em Saúde da Mulher. E-mail: paulamarize@yahoo.com.br

A metodologia adotada na pesquisa constitui-se de fundamentação teórica baseada em princípios da educação popular<sup>1</sup> e acompanhamento das turmas a luz de investigação caracterizada por observação direta que possibilitou. Ressalta-se que mediante tal reflexão, pretende-se apresentar uma apreciação crítica sobre a relação entre o discurso oficial e a prática da educação popular empregada pelo Programa.

Vive-se em um país com um passado educacional desfavorável à classe trabalhadora, permeado por uma dominação econômica, política, social e, sobretudo cultural de uma classe elitista, de discurso hegemônico, sobre a classe trabalhadora, bem como as populações rurais, afirmado por Fávero (1983) como condicionadas, analfabeta, distante das grandes cidades e ausentes ao processo político e cultural do país.

Percebe-se a responsabilidade do educador da classe trabalhadora em articular o político em pedagógico, e vice-versa, de forma a realizar o momento de construir/desconstruir. Para isso é preciso não se deixar absorver pela sociedade perversa, dizer não aos excessos produzidos pelas contradições sociais.

Desse modo, o controle social está cada vez mais abrangente, persuasivo, e com forma de engodo, dotado de um aparato tecnológico e ideológico. Como um câncer que vem matando a história e o sonho dos homens por uma sociedade igualitária, cidadã e democrática.

Por isso, nos preocupamos em analisar duas dimensões do projeto: a realidade do educando e do educador, pois estes são os sujeitos do processo de educação do campo. A ação educativa direcionada ao educando adulto tem por fundamentação os princípios freireanos. Nesse sentido, para complementar tal reflexão trazemos algumas abordagens teóricas que auxiliam no entendimento da educação popular.

## **2 EDUCAÇÃO POPULAR**

Constitui-se em uma difícil tarefa conceituar a educação popular, considerando que sua definição vai muito além das concepções teóricas, pois tem uma complexidade muito maior. Neste sentido, Hurtado (2005, p. 88, grifo do autor) traz essa questão conceitual da seguinte forma:

Como corrente teórica de pensamento e ação, a educação popular somente pode ser entendida e conceituada a partir de sua própria *praxe*. Portanto, não se trata e nem se pode dar uma definição da mesma, mas sim, cabe analisar seus componentes e suas diferentes expressões para assim construir categorias que ajudam a dar conta de sua natureza.

Hurtado (1993, p. 44) em outra produção teórica, completa que:

Para nós, educação popular é um processo de formação e capacitação que se dá dentro de uma perspectiva política de classe e que toma parte ou se vincula à ação organizada do povo, das massas para alcançar o objetivo de construir uma sociedade nova de acordo com seus interesses.

Buscando uma contextualização mais histórica da educação popular, Afonso Scocuglia (1997) observa a mesma como sendo uma proposta de ação, que mesmo acontecendo de forma parcial, pode estabelecer uma tentativa de participação e de representatividade política e social, apesar das dificuldades colocadas pelo meio em que esta surge.

Para Silva (2003, p. 148), temos uma compreensão de educação popular atrelada aos movimentos sociais populares. Como afirma a autora

Por Educação Popular compreendemos os processos político-pedagógicos desenvolvidos junto e com os movimentos sociais populares, visando a ampliação dos conhecimentos na perspectiva da construção da consciência crítica e da transformação.

Já sobre o ponto de vista de Gadotti (1992, p. 2)<sup>2</sup>, temos uma visão desse método de educação com um sentido mais pedagógico, onde se reflete acerca de sua função na sociedade e como esta prática se mostra antagônica em relação à educação formal

A educação popular, como uma concepção geral da educação, via de regra, se opôs à educação de adultos impulsionada pela educação estatal e tem ocupado os espaços que a educação de adultos oficial não levou muito a sério. Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum. Os setores populares têm sua prática cotidiana, problematizam o senso comum, tratam de descobrir a teoria presente na prática popular, teoria ainda não conhecida pelo povo, incorporando-lhe um raciocínio mais rigoroso, científico e unitário.

Em concordância com Gadotti, Brandão (1995, p. 30, grifo do autor) enfatiza que

A *educação popular* não é um nível (como o ensino supletivo), nem uma modalidade de trabalho pedagógico (como a educação de adultos). É antes a convergência entre a necessidade de movimentos sociais estabelecerem a dimensão de sua prática pedagógica e a necessidade de setores de educação dissidentes se reorganizarem como movimentos pedagógicos [...] uma educação em busca de compromissos com as classes populares e ainda nominada 'educação popular' defini-se como fração e instrumento de *movimentos de cultura popular*.

Portanto, é importante ressaltar que todos esses autores concordam em algum ponto, onde a educação popular é um instrumento de libertação, uma prática que pode ser utilizada para possibilitar ações que desenvolvam a noção de educação democrática, pautada em princípios de igualdade, de participação, de reflexão das ações e do ideal de liberdade que está expresso de forma mais concisa nas idéias de Paulo Freire, precursor dessa metodologia

no Brasil. Freire (apud Torres 2002, p.74) pontua que “a educação popular se delinea como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular”.

Nesse sentido, há que se concordar que a educação popular tem como propósito incitar nos sujeitos sociais uma “sede” por conhecimento, que está além de princípios puramente teóricos, refletindo a cerca de sua realidade, de sua cultura, colocando seus posicionamentos políticos, com ações refletidas e conscientes.

## **2[A1].1 Metodologia da educação popular: algumas experiências “freirianas”**

A educação popular tem uma metodologia pautada em uma práxis dialética a qual propõe um compromisso social e econômico por parte dos sujeitos sociais em busca de uma prática de educação libertadora. Essa práxis dialética tem uma proposta teórico e prática onde se realiza uma metodologia pedagógica e didática pautada em princípios de participação, no diálogo, na percepção da diversidade de saberes e em como tais ações propiciam uma nova dinâmica de aprendizagem para os sujeitos que a compõem.

Paulo Freire tem uma perspectiva de estudo baseada em princípios educacionais pautados nos ideais de liberdade e conscientização das massas.

Este trabalho considera os princípios teóricos deste autor, pois é consenso que os estudos desenvolvidos pelo mesmo são de grande relevância para o entendimento inicial da educação popular, considerando as metodologias utilizadas pelo mesmo, que deram subsídios para o desenvolvimento e propagação deste método.

O Método Paulo Freire teve no processo de aprendizado, o alfabetizando(a) sendo estimulado (a) a articular sílabas, formando palavras, extraídas da sua realidade, do seu cotidiano e das suas vivências. Nesse sentido, esse método vai além das normas metodológicas e lingüísticas, na medida em que propõe aos homens e mulheres alfabetizando que se apropriem da escrita e da palavra para se politizarem, tendo uma visão de totalidade da linguagem e do mundo. O método estimula a alfabetização/educação dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de tema/palavras geradoras da realidade dos alunos (as), que é decodificada para a aquisição da palavra escrita e da compreensão do mundo (PROJETO MÉMORIA, 2008).

A título de informação, no Brasil registra-se algumas experiências alçadas na prática da educação popular, destacam-se entre outras, em 1960, em Recife – Movimento de Cultura Popular (MPC), o Serviço de extensão Cultural da Universidade de Recife – equipe

interdisciplinar trabalha a fundamentação do “sistema” proposto por Freire e a União Estadual dos estudantes de Pernambuco e Diretoria Central dos Estudantes da Universidade de Recife (financiado pelo MEC); em João Pessoa, a CEPLAR (Campanha de Educação Popular da Paraíba) [...]; em Natal (RN) – Campanha “De pé no chão também se aprende a ler” (financiada pela prefeitura de Natal); em Angicos [...] – Governo do Rio Grande do Norte (financiada pela aliança para o progresso, através do convênio USAID/SUDENE); na cidade de Osasco (SP); em Brasília, através do Plano Nacional de Alfabetização (PNA-MEC); e os Projetos Nordeste e Projeto Sul (Sergipe e Rio de Janeiro) - financiado pelo PNA-MEC. (SCOCUGLIA, 1997, p. 31).

O que se pode destacar como ponto comum dessas ações é a forte vinculação governamental que a mesmas tem, pois, como já foi citado anteriormente, seu surgimento se deu em meio às políticas populistas, de caráter compensatório, com interesses eminentemente políticos, utilizando a educação como um instrumento ideológico, que adestra e aliena os participantes, apesar de essa não ser à base das práticas de educação popular indo contraditoriamente aos seus princípios e fundamentos. Contudo, essas primeiras experiências podem ser caracterizadas como um marco histórico para a educação popular, pois foi a partir delas que se passou a discutir sua viabilidade e efetividade.

No que se refere à vinculação destas experiências de educação popular com a cultura popular, que trabalha com ações de diversidades culturais específicas dos sujeitos que a compõem e propõem ações que primem por uma sociedade igualitária, Brandão (1995, p. 141) coloca que

Em uma sociedade igualitária e regida por princípios de justiça e fraternidade, a diferença entre as culturas é um bem. A sua pluralidade corresponde à presença de diversos grupos étnicos ou mesmo nacionais, à diversidade de suas regiões e à associação entre tudo isto e a variedade de vocações e estilos de vida e de representação da experiência particular de um grupo ou povo no curso da realização de sua vida, é desejável.

Portanto, os princípios que norteiam a educação popular estão intrinsecamente ligados aos da cultura popular, considerando que ambas focalizam suas ações no sujeito, como atuante e portador de características diferenciadas que precisam ser respeitadas e consideradas como um meio de aprimoramento de sua aprendizagem, ou seja, o sujeito como “fazedor” da sua história e não apenas um expectador, uma educação alfabetizadora “[...] que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores”. (FREIRE, 1981, p. 104).

As metodologias utilizadas nesse momento histórico inicial, e que acabam por dar uma base às metodologias empregadas atualmente, utilizavam instrumentais como os círculos

de cultura (substituindo as salas de aula da educação formal), os cadernos de cultura (que substituem as cartilhas didáticas), os centros de cultura, os debates em grupo sobre a sua realidade empírica, utilizando, ainda, músicas, teatro, rádios, cinema, literatura, que focalizam na cultura popular de cada povo. Todas essas ações, sempre feitas com e para o povo, sendo métodos ativos, visando um diálogo, bem como uma postura crítica diante das suas problemáticas. Portanto, os princípios metodológicos da educação popular têm uma complexidade bem maior.

Hurtado (1992, p. 46-47) tem uma explicação bem coerente sobre como deve ser a metodologia utilizada nessa forma de educação. O autor aponta que

É necessário construir e desenvolver uma metodologia que, precisamente por ser tal, exija a relação lógica entre objetivos, conteúdos, métodos com que se pretende implementar o processo de geração e de apropriação dos conteúdos e, portanto, a geração de ações transformadoras tendentes a busca dos objetivos colocados. [...] somente baseando-se na teoria dialética do conhecimento se pode conseguir que o processo ‘ação-reflexão-ação’ ‘prática-teoria-prática’ dos grupos populares [...] conduza à apropriação consciente de sua prática, transformando-a permanentemente para a conquista de uma nova sociedade.

Constata-se assim que a metodologia da educação popular está atrelada diretamente ao sujeito, nas suas ações sociais que serão feitas de forma reflexiva, indo além das práticas ativistas.

A educação popular, vinculada aos Movimentos Sociais Populares, tem os momentos em que se torna uma prática puramente ativista, com isso, pode influenciar apenas no sentido da politização das pessoas envolvidas ou na luta contra as desigualdades. Não sendo intenção desse trabalho, desmerecer esse perfil, mais é importante que se vá além do ativismo e buscar ações com enfoques teóricos e práticos, no intuito de avançar no propósito final, que é a busca pela transformação social<sup>3</sup>, no sentido inserir o sujeito na sua realidade saindo da posição de ingenuidade passando ao nível da criticidade, da participação popular efetiva.

Além disso, é importante perceber que as práticas de educação popular são pautadas, fundamentalmente, no conhecimento. Esse conhecimento tem uma base eminentemente popular, ou seja, baseada no conhecimento da realidade social que cada indivíduo tem, onde este conhecimento “[...] é o modo como cada um apreende e explica todos os acontecimentos da vida: o trabalho, as classes sociais, as relações pessoais, os fenômenos da natureza, a família, os valores, as organizações de classe”. (COSTA, 1981, p. 14).

Portanto, o que se tem de mais relevante na metodologia da educação popular, não são os instrumentais trazidos prontos pelo educador popular, o que Paulo Freire intitula de educação bancária onde o aluno se torna apenas um mero receptor e apenas absorve o que lhe está sendo passado, sem questionar ou contribuir, sendo apenas um depósito de informações.

É importante trabalhar a construção desses materiais didáticos em conjunto com os sujeitos que irão utilizá-los e a forma como serão utilizados, considerando seus conhecimentos e suas necessidades. Estes instrumentos precisam trabalhar nos indivíduos a sua integralidade, o seu contexto histórico e de sua leitura de mundo. Como bem pontua Hurtado (2005, p. 100):

A proposta da educação popular tem sempre, como ponto de partida, a própria prática social dos participantes no processo educativo. Parte do concreto, do simples, do pessoal e do subjetivo. Do mais próximo. Mas a partir daí, processualmente, avança para o abstrato e o complexo, para as categorias científicas que explicam – pelo menos temporalmente – os fenômenos estudados. E isto – reitero – somente pode se obter com a participação ativa de todos os envolvidos.

Destarte, Melo Neto (2003, p. 4)<sup>5</sup> também contribui teoricamente com a discussões quando diz que a educação popular se trata de uma

[...] educação que está expressa por um sistema aberto de ensino e aprendizagem. Um sistema que possibilita a troca das visões e dos demais jeitos do sentir e do agir nas relações de aprendizagem. Mesmo como um sistema aberto, isto caracteriza uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, cobrando metodologias incentivadoras à participação e ao empoderamento das pessoas. O trabalho continua mantido como centro das atividades educativas, definindo uma pedagogia que potencializa as condições de participação, por meio de conteúdos e técnicas de avaliação processuais. Não cabe, portanto, outro tipo de processo avaliativo que não seja o acompanhamento permanente das ações educativas.

Esse acompanhamento das ações educativas, do qual o autor se refere, faz parte do processo metodológico dessa forma de educação e, mais uma vez, tem o foco no sujeito e em suas ações. Portanto, conta-se com um sistema de educação aberto, pautado nas condições objetivas e subjetivas dos sujeitos, bem como na sua realidade.

Essas práticas metodológicas abordadas são alusivas a experiência vivenciada em Monção, bem como contributiva para o entendimento da educação popular hoje com suas novas demandas e enfoques que ajudam a fomentar o debate e afunilar o conteúdo que este trabalho pretende focar: as políticas públicas voltadas para educação de jovens e adultos e sua possível efetivação junto a práticas de educação popular.

## 2.2 Alguns apontamentos da educação popular na contemporaneidade

Com base na fundamentação teórica da educação popular e na prática cotidiana da alfabetização de jovens e adultos, percebemos a despolitização da prática pedagógica gerando uma apatia generalizada entre educador e educando, ofuscando os ideais de transformação social. Não se busca entender o movimento contraditório de classes proclamado por Paulo Freire, mesmo porque novos atores sociais emergem reivindicando novos valores.

Há o enfoque maciço de uma metodologia conteudista marcada pela imposição do conhecimento pronto e acabado através da adoção de material didático na perspectiva de uma educação formalizada.

Outro aspecto avaliado refere-se ao duplo papel que o educando desempenha no projeto, ora educador cuja formação é limitada, havendo uma precarização da mão-de-obra.

À luz deste entendimento classifica-se uma mudança no significado da transformação social, onde as desigualdades não mais se explicam pela base econômica estrutural. Surgem novos elementos segmentados no tecido social composto pela individualidade, pelo pluralismo, pelo surgimento de diferentes agentes de resistência. Como enfatiza Oliveira (2003, p. 45) “[...] a transformação social vem sendo substituída pela apatia generalizada, existindo tanto nos promotores ou nas ideias de mudança social”.

Para responder as novas determinações do capitalismo, cabe a educação popular:

Novas leituras que estão, também sendo exigidas no campo teórico-prático da educação popular, tais como: a mudança de análise das estruturas sociais para os problemas da vida cotidiana; ampliação do campo da educação especial da alfabetização de adultos para problemas gerais da educação; a perspectiva da criação de uma escola pública popular e de uma prática educativa participativa, dialógica e interpretativa com experiências cotidiana dos grupos sociais. (OLIVEIRA, 2000, p. 64).

As discussões em torno das práticas de educação popular na atualidade têm base teórica no que ela foi anteriormente, por isso alguns críticos afirmam que suas teorias e ações continuam “presas” apenas aos conceitos utilizados no seu surgimento, sem se colocar diante das demandas postas atualmente. Tais discussões fomentam análises críticas sobre a atual função da educação popular na sociedade, assim como sobre os “novos sujeitos” que são alcançados por essa prática.

Nesse sentido, Silva (2003, p. 148) explica que

Os processos de Educação Popular comportam uma diversidade de práticas educativas, dentre as quais são destacadas aquelas caracterizadas como atividades de formação, que demonstram a renovada vigência e necessidade desta educação para atender às novas demandas da realidade. Dentre estas práticas destacamos experiências: de educação ambiental; de formação da sociedade civil e dos espaços

para a construção das políticas públicas; de capacitação para a defesa dos direitos humanos; de projetos locais de produção, capacitação técnica e comercialização; de processos de formação de dirigentes sindicais e políticos, assim como de educadores populares vinculados as ONGs e no movimento popular sindical.

Frei Betto (1998), assessor da Pastoral Operária do ABC Paulista e da Central dos Movimentos Populares, elenca alguns dos novos desafios que a educação popular tem enfrentado nessa conjuntura social<sup>5</sup>. Dentre eles, podemos destacar a Deshistorização do Tempo e os Novos Paradigmas da educação popular. Cada um desses desafios foi destacado pelo autor como sendo uma forma de trabalhar a educação popular. No que diz respeito a Deshistorização do tempo, o autor destaca a necessidade de percepção do tempo como história, o que vem sendo perdido nessa conjuntura social vigente. Por isso, Frei Betto (1998, p. 13) afirma que “[...] o neoliberalismo está detonando essa perspectiva” e exemplifica tal assertiva, fazendo os seguintes questionamentos

Por que hoje as pessoas têm dificuldade de ter projetos de vida? Por que os jovens chegam ao terceiro colegial e não tem a menor idéia do que vão fazer, que pretendem da vida? Cada vez saem mais tarde das casas dos pais? Pela perda da dimensão histórica, é tudo aqui e agora.

Assim, o autor continua enfatizando que a educação popular enfrenta os novos paradigmas da sociedade atual, em que a ideia da conscientização das massas precisa ser melhor discutida, para que não se caia no “erro” de continuar usando a chamada educação “bancária” de Paulo Freire. Por isso, afirma que “[...] o processo de educação popular é indutivo e não dedutivo. Devemos partir do educando porque é a única maneira de partir da experiência do grupo, senão vamos continuar partindo da ideia dos educadores”. (BETTO, 1998, p. 15).

Dando noções de como se deve trabalhar com esses novos paradigmas, o autor pontua a necessidade de utilizar a dimensão holística da realidade, a dimensão ecológica, às relações de gênero, as relações de subjetividade dos indivíduos, bem como a relação do micro e do macro da sociedade. A dimensão holística traz o indivíduo na sua totalidade, “dotado de razão e emoção”. (BETTO, 1998, p. 16).

Quando trata da dimensão ecológica, o autor busca demonstrar relação intrínseca entre natureza e sociedade, que é uma temática emergente na conjuntura atual e estrutura-se como mais um desafio para a prática da educação popular, assim como as questões relacionadas as subjetividades e das relações sociais em que os indivíduos estão inseridos. O cerne da discussão levantada pelo autor está nos desafios que a educação popular enfrenta na atualidade.

Dessa forma, Betto (1998, p.18-19) faz questionamentos, instigantes à discussão, no sentido de dizer que

No momento, a discussão é saber quais são os novos paradigmas da Educação Popular. O que seria uma Educação Popular pós-paulofreiriana? O que Paulo Freire desenvolveu foi muito importante para o contexto em que viveu. Como as teorias de Marx foram importantes para entender a sociedade capitalista, nos tempos da revolução industrial. Contribuição que continua válida, ainda hoje. Mas, há toda uma crítica à teoria do Marx porque, em muitos aspectos, já não corresponde à realidade globalizada em que vivemos. Isso vale para as teorias pedagógicas de Paulo Freire. Como desenvolver uma metodologia, uma teoria de Educação Popular incorporando o legado de Paulo Freire e fazendo-o avançar? É um desafio que se apresenta para nós.

Portanto, acredita-se que o sentido crucial de toda essa discussão está em como se pode usar a educação popular na sociedade atual, dada a forte conjuntura de dominação capitalista, bem como as práticas neoliberais vigentes, que são um fator dificultador que influencia a prática de educação popular. A composição da sociedade se dá de forma desigual, onde uma classe acaba por sobrepor-se a outra e como já dizia Pierre Bourdieu (1975 apud STIVAL; FORTUNATO, 2008, p. 2):

[...] no interior de uma sociedade de classes existem diferenças culturais e por sua vez as classes burguesas possuem um determinado patrimônio cultural constituído de normas de falar, forma de conduta, de valores, etc. Já as classes trabalhadoras possuem outras características culturais que lhes têm permitido sua manutenção enquanto classes.

Tal situação sempre foi foco de discussão na educação popular, a sobreposição das classes e a diversidade cultural. Contudo, é fator recorrente nos dias atuais as discussões acerca da superação de tais desigualdades sociais, que estão cada vez mais em evidência, considerando as demandas específicas da sociedade.

Silva (1999, p. 126) aponta que, considerando as ideias de Paulo Freire, a educação popular se baseia em fundamentos teóricos que auxiliam na construção de suas concepções, pautadas em ações e princípios que busquem a educação como um processo libertador. Nesse processo de libertação, busca-se a possibilidade de conscientização e a participação dos homens como sujeitos da aprendizagem e da construção da sua história de vida, bem como a superação da consciência ingênua para outra predominantemente crítica. A autora destaca ainda elementos como a dialogicidade, em que se constitui uma relação horizontal entre educador e educando, para a problematização do conhecimento em sua relação com a realidade e a síntese cultural, onde as duas visões de mundo do educador e do educando, a partir das suas diferenças, se confrontam e se enriquecem.

### **3 EDUCAÇÃO POPULAR NO PRONERA: EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE MONÇÃO – MA**

Considerando a realidade estrutural dos municípios maranhenses, os mesmos tornam-se público do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que tem como objetivo fomentar a política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, com o objetivo de fortalecer a área rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas. Idealizado no ano de 1998, fruto das lutas dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais pelo direito à educação com qualidade social.

Segundo o Manual de Operações do PRONERA<sup>6</sup> destaca-se que

Enquanto política pública, o PRONERA fundamenta-se na gestão participativa e na descentralização das ações das instituições públicas envolvidas com a educação. Essas instituições criam por meio dos projetos a oportunidade de exercitar e realizar ações com a co-participação dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições de pesquisa, governos estaduais e municipais, em prol do desenvolvimento sustentável no campo, da construção da solidariedade e da justiça social.

O município de Monção é localizado a 150 km da capital São Luís, com extensão territorial de 1.302 km<sup>2</sup> contando com 31.780 habitantes conforme censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2010, com estimativa de crescimento populacional de 32.884 no ano de 2016. Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, ainda com base nos dados de IBGE (2010), temos o percentual de 0,546, que demonstra a necessidade de políticas públicas e sociais que alcancem as necessidades dos habitantes da população monçonense.<sup>7</sup>

O PRONERA contou com a participação da Secretaria Municipal de Educação dos municípios, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores um coordenador administrativo e um pedagógico, quatro coordenadores locais, cinco estagiários universitários e cinquenta e quatro salas funcionando em áreas de assentamentos nos municípios de Barra do Corda, Monção, São Mateus e Bacabal. (RELATÓRIO FINAL DO PRONERA, 2010).

No município de Monção o Programa ocorreu nos assentamentos de Santa Helena, São José dos Cocais, Pedras, Pequizeiro, Bacuri, M. N República e Santa Rita, com visitas bimestrais realizadas por uma assistente pedagógica universitária do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A experiência de educação popular proposta pelo PRONERA ocorreu nesses assentamentos, todos com características peculiares. Constatou-se, através da observação *in*

*loco* das experiências, que a maioria das salas de aulas funcionavam em barracões da comunidade ou nas residências dos educadores o que demonstrou o “envolvimento” e o sentimento de pertença sendo estimulado na população com relação ao Programa.

### **3.1 O “olhar” dos Educadores/Alunos e dos Educandos**

Aos educadores das salas de aulas foram oferecida escolarização de 7<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries<sup>8</sup>, além da capacitação pedagógica. Bimestralmente, os educadores se deslocam até São Luís para participarem da formação. A escolarização foi ministrada por professores/alunos recém-formados na UEMA.

No que diz respeito aos conteúdos, estes embora fundantes em princípios da educação popular, segundo relatos e conversas realizadas com os próprios educadores, não refletiu a realidade do educador que encontra-se como aluno, na perspectiva de construção de conhecimento.

Os educadores/alunos pareciam desmotivados nas aulas, o período de escolarização era de uma semana completa, mas muitos retornavam para seus assentamentos antes de completar a carga horária alegando ter muitos afazeres em casa, e outros, chegavam a dormir em sala de aula. Outro elemento importante é que algumas educadoras levavam seus bebês de colo para sala de aula, o que causava certa desconcentração as aulas.

Desse modo, percebe-se a descontextualização do Programa quanto a temporalidade do educador acarretando na estigmatização de sua imagem como “preguiçoso”, “lerdo”.

Outra dificuldade elencada foi com relação a capacitação pedagógica que não cumpriu a carga horária prevista pelo Programa, acarretando na realização das atividades pedagógicas que deveriam ser melhor administradas, segundo próprios relatos dos educadores.

Com relação aos educandos, notou-se a grande expectativa e desejo de aprender a ler e escrever. Quando se pergunta o que os motiva, as respostas são parecidas: “ler a Bíblia”, “não errar na hora de pegar o ônibus”, “fazer compra e não ser enganado”, “não passar vergonha por não saber ler o nome do produto”, “saber fazer seu nome”, “ensinar os filhos e netos” às atividades escolares.

Os educandos têm uma verdadeira adoração pelos coordenadores do projeto, assim que aprendem a decodificar o sistema de código alfabético, são incentivados a escreverem cartas de agradecimento, almejando continuidade do projeto.

Tal situação acrescenta dados relevantes a discussão sobre o real propósito do Programa e sobre o alcance dessas expectativas e gera alguns questionamentos: O que fica é a realização do sonho das letras, será isso o mais importante? Existe, efetivamente, o uso da metodologia de educação popular?

#### 4 CONCLUSÃO

Percebemos como um grande vilão dessa proposta pedagógica com base teórica em educação popular, a temporalidade aliada às novas configurações da sociedade moderna, as varias estratégias em que o capitalismo se regenera contra tudo isso, Gorgen (1994, p. 31), no prefácio da obra “Coragem de educar: uma proposta de educação popular para o meio rural/FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa)”, “[...] é preciso estar disposto a transformar não só as estruturas de produção mais de si mesmo. Construir na pratica o novo homem e a nova mulher. Combater os novos desafios ideológicos em nos pelo capitalismo. Capacitar técnica e politicamente”.

Tal tarefa pode ser considerada como um grande e árduo desafio aos novos educadores. É preciso uma maior atenção do poder público as políticas de educação, principalmente em município de pequeno e médio porte como é o caso de Monção - MA, onde é latente a necessidade de maior compromisso do Estado em proporcionar educação de qualidade e dos educadores em compreender uma metodologia de ensino que não é receita, embora seja assim entendido e assim executado.

Partindo deste pressuposto, para que se fale em educação popular, efetivamente, identifica-se a necessidade de uma abordagem mais específica dos sujeitos envolvidos no processo, educadores e educandos, no sentido de conceber aos mesmos a possibilidade de uma comunicação, da liberdade de expressão e de escolha, garantindo sua identificação social e cultural. Santos e Almeida (2005 apud SEQUEIRA, 2007, p. 3, grifo do autor), indicam possibilidades nesse processo, através da

[...] **comunicação** – possibilitando nomear e classificar, de maneira unívoca, as partes de seu mundo, de sua história individual e coletiva, sendo modeladoras do pensamento e da **(re)construção do real**, assumindo uma dinamicidade entre comunicação - representação, permitindo aos sujeitos reconstruírem a realidade cotidiana, assumindo, um sentido de guias de interpretação e organização da realidade, fornecendo elementos para que os sujeitos se posicionem e definam a natureza de suas ações sobre a realidade.

Portanto, as questões que norteiam a metodologia de educação popular estão postas em demandas que englobam o sujeito e fazem deste fazedor de sua história e munidos

de instrumentos que promovam a reflexão de suas ações, o que ficou muito distante da metodologia utilizada em Monção – MA, através do PRONERA.

Nesse sentido, se faz necessário fomentar as ações dos Programas que tem esse objetivo, focalizem estratégias e intervenções nos sujeitos e suas habilidades, bem como no respeito ao seu processo de aprendizagem, considerando-o como cidadão de direitos e deveres.

## **REFERENCES ON EXPERIENCES IN EDUCATION PROGRAM FOR YOUTH AND ADULTS, IN THE MUNICIPALITY OF MONÇÃO-MA, IN THE LIGHT OF THE PAULO FREIRE METHOD**

### **ABSTRACT**

This article presents an approach on the methodology of popular education adopted in the National Program of Education in Agrarian Reform (PRONERA), in the municipality of Monção, Maranhão, in the year 2010, developed in partnership with the State University of Maranhão (UEMA). We present the discussion based on the empirical analysis, based on the participation of activities carried out by PRONERA, with students and educators, multiplying this methodology in the municipality of Monção - MA. The reflection of this methodological experience fostered the construction of research objects that could emphasize the reality of education, under the eyes of the social subjects that compose it.

**Keywords:** Popular education. Youth and adult education. Social subjects.

### **NOTAS**

<sup>1</sup> Tomando como base as novas dinâmicas sociais que a Educação Popular comporta, e os elementos básicos que são próprios desta concepção, tais como a participação; a dialogicidade; a construção de uma história de vida considerando aspectos culturais; a possibilidade de formação de uma consciência crítica nos sujeitos; e o reconhecimento de sua realidade, ressalta-se a importância de fazer uma relação entre os princípios norteadores dessa prática educativa e a efetivação dos mesmos [...] (FREIRE, 1982).

<sup>2</sup> Esse trecho foi retirado de um texto que é uma versão revisada de uma conferência feita nas Nações Unidas (New York), dia 5 de agosto de 1992, por ocasião da conferência sobre alfabetização de adultos organizada pela UNESCO com o título: ADULT LITERACY: AN INTERNATIONAL URBAN PERSPECTIVE. Disponível em: <[www.pead.faced.ufrgs.br](http://www.pead.faced.ufrgs.br)>.

<sup>3</sup> Entendemos essa transformação social como uma atitude de reconhecimento da identidade social desse sujeito, aliada aos suportes que a sociedade lhe garante, como as políticas públicas que visam sua proteção e integração social, fazendo dele sujeito atuante de suas ações, indo em busca de uma outra sociedade.

<sup>4</sup> Professor Titular em Filosofia e História da Educação, da Universidade Federal da Paraíba. Atua na pós-graduação em educação (PPGE), coordenando o grupo de pesquisa em Extensão Popular – EXTELAR, desenvolvendo pesquisas no campo da Educação Popular em Economia Solidária. Participa da Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES/UFPB.

<sup>5</sup> Publicação do CEPIS – Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, feita a partir da contribuição de Frei Betto na V Jornada Nacional de Educação Popular, realizada pelo CEPIS, em novembro de 1998, em São Paulo.

<sup>6</sup> Disponível em < [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa\\_nac\\_educacao\\_reforma\\_agraria.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/programa_nac_educacao_reforma_agraria.pdf)>.

<sup>7</sup> Fonte: IBGE, censo 2010.

<sup>8</sup> À época da pesquisa, ainda não havia sido realizada a reforma do ensino fundamental, por isso utilizamos o termo “série”.

## REFERÊNCIAS

BETTO, Frei. **Desafios da educação popular**. São Paulo. CEPIS. 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Em campo aberto**: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária PRONERA. **Manual de operações**. ed. rev. Brasília: Abril de 2004.

COSTA, Beatriz. **Para analisar uma prática de educação popular**. **Cadernos de Educação Popular**, Rio de Janeiro: Vozes/Nova, n. 1, p. 7-47 1981.

FÁVERO, Osmar (Coord.). **Cultura popular e educação popular**: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 15-30.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular**. [S. l.]. 1992. Disponível em: <[www.pead.faced.cfrgs.br](http://www.pead.faced.cfrgs.br)>. Acesso em: 30 mar. 2010.

GORGEN, Sergio. **Coragem de educar**: uma proposta de educação popular para o meio rural/FUNDEP (prefácio). Petropolis, RJ:Vozes, 1994.

HURTADO, Carlos Nuñez. **Educar para transformar, transformar para educar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992. Cap.2.

\_\_\_\_\_. Educação popular: uma visão de conjunto. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; ARREGUI, Carola Carbajal (Org.). **Colóquio animação sociocultural**. [S.l.] CAPES, 2005. p. 87-105.

MELO NETO, José Francisco de. **Metodologias Participativas em Educação para os Direitos Humanos**. 2003. Disponível em: <[www.redhbrasil.net/documentos](http://www.redhbrasil.net/documentos)>. Acesso em: 26 abr. 2010.

OLIVEIRA, Ivonilde Apoluceno de. **Leituras Freireanas sobre e Educação**. São Paulo: UNESP, 2003.

PROJETO MEMÓRIA. **Paulo Freire**: educar para transformar. Disponível em: <[www.projeto memoria.art.br/paulofreire](http://www.projeto memoria.art.br/paulofreire)>. Acesso em: 3 abr. 2010.

RELATÓRIO FINAL DO PRONERA. Universidade Estadual do Maranhão. **Projeto de educação de jovens e adultos e escolarização de alfabetizadores**. FETAEMA/ FACT/ INCRA/UEMA, 2010.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A história das idéias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **Histórias inéditas da educação popular: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora universitária, UFPB. [São Paulo]: Cortez, 2000. p. 37-58.

SILVA, Maria Jacinta. A atualidade e o potencial da Educação Popular. In: **Trabalho Políticas Públicas e Movimentos Sociais no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2003, p.147-177.

\_\_\_\_\_. Educação popular: concepções e perspectivas. In: **Cadernos de Pesquisa**. Unidade de Pós – Graduação em Ciências Sociais, Mestrado em Educação. vol.1, nº 1(jan/jul.). São Luís: UFMA, 1999, p. 123-136.

STIVAL, Maria Cristina Elias Esper; FORTUNATO, Sarita Aparecida de Oliveira. **Dominação e reprodução na escola: visão de Pierre Bourdieu**. Paraná, 2008. Disponível em: < [www.followscience.com.br](http://www.followscience.com.br)>. Acesso em: 3 abr. 2010.

TORRES, Rosa Maria (Org.). **Educação Popular: um encontro com Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

## **GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO: gastos e desgastes na manutenção do ensino público no nível fundamental**

**Laureci Souza Castro\***

**Josemar Nogueira Silva\*\***

### **RESUMO**

Este trabalho consiste em fazer um estudo minucioso sobre gastos e desgastes na manutenção e desenvolvimento do ensino público no nível fundamental. A pesquisa nos permitiu colher informações sobre a utilização e finalidade desses recursos para manutenção do ensino, facilitando o entendimento sobre a responsabilidade dos Municípios arcarem com os custos da educação infantil e do ensino fundamental, o que causou uma sobrecarga financeira nas Redes de Ensino. Permitiu ainda perceber que as desigualdades regionais ou até no mesmo Estado interferem na qualidade de ensino quanto à suplementação e redistribuição dos recursos públicos. O estudo comprova que a qualidade da educação nos municípios acaba por não corresponder às expectativas governamentais, pois a pouca participação da União e dos Estados no que diz respeito a verbas Municipais são insuficientes para garantir uma educação igual para toda a população do país.

**Palavras-chave:** Gestão educacional. Financiamento da educação. Gastos no ensino.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Educação necessariamente precisa de recursos para se manter, pois sem este não é possível garantir uma educação de qualidade. No entanto é de responsabilidades das instâncias administrativas oferecer uma educação inteiramente gratuita a todos os cidadãos, independentemente de sua naturalidade, desde que residente no Brasil. Nessa perspectiva, este estudo pretende falar sobre o Financiamento da Educação.

O poder público diz que a escola ganhou autonomia e cabe a ela cumprir com suas responsabilidades. Porém, os recursos financeiros não são suficientes no que diz respeito a manutenção do ensino ou será que simplesmente são mal aplicados? Se sabe é que temos um ensino baseado somente em dados quantitativo, sem primar pela qualidade necessária. Isto nos remete a algumas dúvidas e buscas investigativas para esclarecimentos se os recursos são suficientes e utilizado adequadamente.

A gestão financeira da educação é algo sem importância principalmente por parte de gestores. Muitas escolas não desenvolveram uma prática focada nas questões financeiras, e não possuem o hábito de prestar conta, tanto dos recursos recebidos, como dos gastos

---

\* Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Pós Graduada em Gestão, Supervisão e Planejamento Educacional pelo IESF. E-mail: laurecicastro@gmail.com

\*\* Graduado em Agronomia pela Universidade Estadual do Maranhão (1978), mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2005). Supervisor das Secretarias Municipais de Educação (SEMED/MA), com atuação na Docência Superior, em Graduação e Pós-graduação, na Faculdade Atenas Maranhense e Instituto de Educação São Francisco. E-mail: josemarnsilva@gmail.com

praticados.

Nesse tema, será discutido de um lado sobre os orçamentos, receitas, despesas, e do outro lado as responsabilidades advindas das políticas públicas de Controle Social adstrito aos repasses da União para os Estados, Distrito Federal, e Municípios ou Termos de Ajustamentos coletivos, pois cada financiado tem por obrigação a manutenção e desenvolvimento do ensino, assim como a expansão de suas redes.

No ponto de partida, indaga-se: Até que ponto o controle racional dos gastos pode facilitar os desgastes na Manutenção do Ensino? Pressupõe-se de início, que a manutenção do ensino perpassa por inúmeras dificuldades, quando administrada de forma eficaz, traz benefícios para a comunidade escolar, transformando a Educação em um campo produtivo e eficaz. Entende-se, ainda que despesas quando administradas com certa clareza deixam transparecer que os recursos utilizados são essenciais para que a escola funcione adequadamente.

O estudo está dividido nas abordagens: Legislação Financeira da Educação, Financiamento da educação, gastos públicos em educação, apresenta a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Por fim, trata dos Gastos e desgastes na manutenção e desenvolvimento do ensino público no nível fundamental e seus impactos na qualidade do ensino.

## **2 ABORDAGEM ACERCA DA LEGISLAÇÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO**

A constituição de 1988 garantiu que a educação seria um direito de todos. Em seu artigo 6º a educação é um direito social, ou seja, é um direito de todos (BRASIL, 1988). Afirma a LDB em seu artigo 69 que se refere aos recursos financeiros que por meio dessa garantia a educação passou a ser de responsabilidades de todos em especial as instâncias administrativas União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cabendo-a estes arcarem com as receitas e as despesas, além de se organizarem em regime colaborativo um com as outras de acordo com suas responsabilidades. (BRASIL, 1996).

A União organizará o sistema federal de ensino, em colaboração com demais estados da federação, coordenará a política educacional (LDB, art. 08, §1º) e financiará as instituições públicas para dá assistência financeira as demais instâncias, Estados, Distrito Federal e aos Municípios (CF, art. 211, §1º) (BRASIL, 1996). Em seu artigo 212 Constituição Federal exige que,

[...] a união aplicará 18%, e os estados o distrito federal e os municípios 25%, ou que consta nas respectivas constituições ou leis orgânicas, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino público” dados estes os percentuais mínimos exigidos a cada esfera do governo para aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino, está presente no artigo 69 da LDB. (BRANDÃO, 2010, p. 151).

A Constituição Federal, mesmo com a mudança do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), e a LDB foram generosas em prever verbas para o ensino público. O grande problema é que, no Brasil, as leis ficam subordinadas às políticas de governo central e este, por sua vez, as junções internacionais. (MONLEDAVE, 2008). Como visto a Constituição de 1988 já se pensava em ações voltadas para financiar a educação brasileira, através do rendimento de impostos arrecadado pela União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, também prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no título VII que trata dos recursos financeiros.

As arrecadações feitas serão necessárias para que as finanças públicas permitam que o governo equilibre os gastos e lucros, ou especificamente despesas e receitas, pois através do orçamento o governo analisa as prioridades e o que são supérfluos é que as diretrizes de contabilidade pública dão norteamentos para essas decisões. As receitas a qual se referem segundo o artigo 68 serão os recursos originários:

- I. Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II. Receitas de Transferências Constitucionais e outras transferências;
- III. Receita do salário- educação e de outras contribuições sociais;
- IV. Receitas de incentivos fiscais;
- V. outros recursos previstos em lei. (BRASIL, 1996, p. 488).

Essas receitas devem ser aplicadas no ensino em prazos estabelecidos pelos órgãos competentes. As receitas citadas no artigo 68 são fontes essenciais que sustentam de primeira mão a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), ou seja, todo e qualquer tributo pago pelo povo estes irão para o Tesouro Nacional e lá serão transferidos ao fundo responsáveis pela distribuição neste caso o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

No artigo 69 da LDB deixa bem claro que a União, aplicará anualmente nunca menos que 18%, e os Estados, Distrito Federal e os Municípios 25% no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996).

Todos os impostos recolhidos serão distribuídos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica Nacional e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB) anteriormente Fundef estes serão de acordo com níveis e

modalidades de ensino.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma Lei Complementar decretada e sancionada em 4 de maio de 2000 que estabelece normas para as finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal. Essa responsabilidade pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas (§1º) do governo. (BRASIL, 2000).

As finanças como ditas anteriormente segundo a Constituição Federal (1988) caput. II, que trata das Finanças Públicas, seção II (dos orçamentos). Art. 165, as leis de iniciativas do poder executivo estabeleceram:

- I- O plano plurianual;
- II- As diretrizes orçamentárias;
- III- Os orçamentos anuais. (BRASIL, 1988).

O Plano Plurianual (PPA) foi regulamentado pelo Decreto nº 2829 de 1998 e estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e de outras delas recorrentes e para programas de duração continuada (§1º) (BRASIL, 1998). Após seu funcionamento o governo passou a ser obrigado a se planejar. Suas ações são poderão ser divididas: fontes de financiamentos, prazo de conclusão, órgão responsável, e por fim conter quais os objetivos do projeto.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) atenderá o §2º da CF 98 onde determinaram o caminho para que os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), empresas públicas e autarquias possam ter orçamentos em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e Plano Plurianual (PPA). O art. 4 (lei complementar 101/04/2000) que trata dessa lei onde o mesmo I - disporá sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho;
- e) normas sobre o controle de custos;
- f) condições, exigência para transferências de recursos. (BRASIL, 2000).

A iniciativa compreenderá as metas, objetivos, prioridades da administração pública (§2º CF 98) são de exclusividade do Governo Federal, ou melhor, dizendo do Presidente da República e este é encaminhado para o Congresso até o dia quinze de abril a cada ano. (BRASIL, 1998).

O poder executivo publicará, até trinta dias após o encerramento da cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária (§3º) da CF. Segundo o artigo 52 que trata do Relatório da Execução Orçamentária (Lei complementar nº 101/04/2000) que se refere ao

parágrafo § 3º do art. 165 da CF 98 dita que todos os poderes e o Ministério Público devem publicar a cada tinta dias após o encerramento de cada bimestre, sendo que este deve conter: “I – Balanço orçamentário, especificando a categoria econômica; II – demonstrativos da execução das receitas e das despesas como citado anteriormente”. (BRASIL, 2000).

A LOA é elaborada pelo poder Executivo que faz estimativas de suas receitas e despesas para fazer valer-se no ano seguinte. O orçamento anual busca compatibilidade junto ao plano plurianual, por meio das diretrizes orçamentárias.

Como explicitado no parágrafo 4º, art.165 da CF 98, os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. (BRASIL, 1998).

Segundo o artigo 5 (lei complementar) que trata da lei orçamentária anual que o projeto desta lei é elaborado em compatibilidade com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas da lei complementar: “I - Conterá em anexo os demonstrativos dos orçamentos contendo objetivos, metas do documento; II - serão acompanhados os demonstrativos sobre o aumento das receitas e as despesas; III - conterá a reserva de utilização e montante e etc.” (BRASIL, 2000).

As leis de iniciativas do poder executivo como o PPA, LDO e LOA deveram andar em sintonia para que o governo equilibre suas contas. O projeto orçamentário elaborado pelo presidente e seus ministros deverá ser aprovado pelo poder legislativo para ser efetivado o projeto do poder executivo. Em síntese o financiamento da educação precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional para depois ser executado.

### **3 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

A educação é financiada por fontes de recursos de públicos e estes vão para o cofre do tesouro nacional e depois distribuídos para as demais instâncias administrativas do governo, poder executivo divide esses recursos em quotas Federais, Estaduais e Municipais a de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do país.

Existem dois tipos de financiamento: o financiamento Protegido (Lei) e o Financiamento Flexível (Contribuições Sociais), o primeiro são os impostos e contribuições que exigem a Carta Magna e cabe a responsabilidade da União, Estados, Distrito Federal e os Municípios, e o flexível depende dos setores econômicos, políticos e sociais, portanto estes estão ligados aos valores arrecadados durante o ano, sendo estes maior ou menor proporção,

ou seja, seus tributos são incertos e estáveis estão sujeitos a variação dependendo dos valores que serão recolhidos. Esses recursos são fontes específicas de financiamento da educação brasileira de instituições públicas, contribuições de instituições privadas, impostos, taxas, tributos, enfim tudo aquilo que o cidadão paga ao governo necessariamente vão para o tesouro nacional no caso da educação serão este para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

### **3.1 Recursos financeiros e repasses**

Os tributos pagos pelo povo irão financiar a educação de milhares de brasileiros, cabe aqui cita-los: IPTU, ICMS, ITCMI, IPVA, ITR, PLEXP, Desoneração de Exportação e do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. Estes são as fontes componentes do FUNDEB antes com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), a União pouco participou com recursos para manutenção da educação. Assim,

Quando o Fundef surgiu sua função era direcionar as verbas somente para o ensino fundamental e para a valorização do profissional do magistério deixando de fora o ensino médio. Após a criação do FUNDEB o fundo incluiu em sua nova legislação que os Municípios ficariam responsáveis também com as matrículas da Educação Infantil e da Educação Especial.

Através de Ementa Constitucional 53 com aprovação em 06/12/06, foi criado FUNDEB. Os seus objetivos podem ser sintetizados na busca pela equidade no campo dos serviços educacional públicos [...], ou seja, trabalha-se com uma expectativa de universalização da educação básica de qualidade sob inspiração do princípio constitucional de igualdade de direitos e sob o fluxo das políticas de inclusão do Estado brasileiro. (CARNEIRO, 2014, p. 495).

Diferentemente do FUNDEF o FUNDEB trabalha com o número de alunos matriculados no ano anterior baseado nas informações colhidas através do censo escolar. Como relatado anteriormente o fundo conta com 20% das receitas estaduais, tendo como fonte desses tributos os seguintes impostos (FPE, FPM, ICMS, IPI, Desoneração das Exportações, ITCMD, IPVA, ITR, dívida ativa e de juros e multas incidentes) além do salário educação por meio do Decreto 6003/06 passou a exigir que empresas descontassem 2,5% do salário de seus funcionários para a complementação dos recursos financeiros direcionados a manutenção e desenvolvimento do ensino.

O salário-educação quando criado seu objetivo era erradicar o analfabetismo, mas muitas empresas não colaboraram para que a meta fosse alcançada e por meio desse decreto de 2006 a lei passou a ser mais rigorosa. Diante dessa afirmativa as empresas foram obrigadas

a fazer o desconto necessário na folha de pagamentos de seus funcionários para que estas contribuíssem com a qualidade do ensino no país.

O Decreto 6003/ 06 veio a estabelecer regras, para que empresas em geral, entidades públicas e privadas vinculadas a Previdência Social, possam descontar 2,5% do salário de seus empregados para contribuir com a manutenção e desenvolvimento do ensino. Esse decreto sujeita a regulamentação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação [...] (CARNEIRO, 2014, p. 491).

A obrigatoriedade explícita nesse decreto tornou-se uma medida essencial para colaborar com mais verbas direcionadas a educação. O que antes era incerto passou a ser fundamental na garantia de mais qualidade.

De acordo com Ministério da Educação as despesas, conforme o inciso II do § 1º do art. 15 da Lei nº 9.424/1996 que trata do salário educação foi alterada pela lei 10.832/2003, serão realizadas para financiamento de programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do ensino básico público (BRASIL, 2003). Antes na lei preconizava as quotas Federais, quotas Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, com essa nova correção inclui também os Municípios para o financiamento que corresponde 2/3 dos recursos educacionais.

Em relação à divisão das fontes de recursos e das responsabilidades pelos gastos do sistema educacional entre as esferas de governos, a aplicações de seus recursos na manutenção do sistema federal o mesmo acontece com as outras instâncias os Estados e Municípios. Ou seja,

[...] na execução de programas próprios e em transferências para os sistemas estaduais e municipais. Por sua vez, os estados na composição de seus recursos, somam aqueles recebidos da União aos provimentos de suas fontes, os quais são utilizados na manutenção e expansão de seus sistemas de ensino. Finalmente, na composição dos recursos destinados a manutenção e expansão de suas redes de ensino, os municípios recebem recursos da União e dos Estados, os quais são somados aos seus recursos próprios [...] (CASTRO, 2010, p. 172).

Como enfatiza Gemaque (2009) que há uma diferença enorme da União em relação as outras esferas do governo, por que esta arrecada mais que as outra, o que lhe possibilita maior investimento em educação, ou seja, suas quantidades de recursos são superiores se comparado com Estados e Municípios. Diz ainda que as receitas para educação em boa parte são provenientes de recursos arrecadados por meio de outras fontes, cujo variam de acordo com o desenvolvimento econômico do país.

Os repasses vêm da União direta ao caixa das escolas para suplementação e redistribuição das verbas financeiras este de forma automática mediante a conta de Estados e Municípios em bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), toda essa ação

visa evitar fraudes, caso as prestações de contas de a escolas não satisfizerem os órgãos fiscalizadores as verbas serão bloqueadas até que o gestor responsável esclareça de maneira transparente a comprovação da utilização dos recursos recebidos. Além disso, é necessário que a sociedade tenha conhecimento do rumo desses repasses e como eles estão sendo aplicados na educação brasileira.

O Fundo é a base de financiamento da educação, uma vez que este de forma automática é distribuída para as redes de ensino. O fundo contará com 20% de impostos previstos até 2020 onde é responsável pela distribuição de acordo com as Regiões, Níveis e Modalidades. No Brasil o financiamento da educação não é suficiente para manter a padrão de qualidade como exige a Constituição Federal de 98 e a LDB 9394/96, pois este não é bastante para ampliar e melhorar essa produção.

Além dos impostos existentes, a possibilidades de financiamento e de arrecadação, os impostos ITR; IPTU; ITCD; IPVA; ISS; ITBI sofreriam alterações no que fiz respeito a suas contribuições.

- a) ITR que antes contribuía com 0,1% passa a sofrer uma variação de 0,3% a 1,0%;
- b) IPTU sofre uma queda e passa de 0,46% para 0,8%;
- c) ITCD de 0,05% para 0,49%;
- d) IPVA contribuía com 0,62% colaborará com 0,89%;
- e) ISS sua quantia era 0,60% e o ITBI 0,09% não foram estipulados valores. (BRASIL, 2011, p. 18).

Em meios aos impostos citados o Imposto de Grandes Fortunas (IGF) que não participara antes do financiamento irá fazer parte do financiamento com variável de 0,4% a 0,74%. O subtotal desses produtos passaria de 0,7% a 3,88% do Produto Interno Bruto que antes era apenas 1,83% do PIB. O Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), assim como a diminuição das renúncias e subsídios fiscais passaram a serem indicadores de arrecadação para financiar a educação, junto passam a contribuir com 3,0% do PIB.

As instâncias administrativas que antes no caso da União que financiava 18% no mínimo passará a contribuir com 20%, assim das demais instâncias colaborarão com 30% e não somente 25% como anteriormente, somados estes correspondem com 0,7% do Produto Interno Bruto. O Pre-sal, por exemplo, para financiar a educação brasileira será ampliado dependendo este do aspecto geral de arrecadação está dividido em: Cenário pessimista, Cenário básico e Cenário otimista, ou seja, o seu valor vai depender das despesas da renda total.

Foram também inclusos financiamento mediante a folga orçamentária proveniente da redução da taxa de juros, Financiamentos de outras fontes:

- a) recursos de agências públicas como BMDS, BNB;
- b) recursos de agências internacionais de fomento;

- c) empresas públicas (estatais) e privadas;
  - d) buscar parcerias com a sociedade;
  - e) melhorias da gestão e controle social dos gastos públicos em educação.
- (BRASIL, 2011).

Dentro dessas melhorias estão ações que tem como objetivo a busca pela eficiência do gasto, aperfeiçoar o controle social dos recursos por meio da criação de uma comissão que visa acompanhar e monitorar o gasto público em educação. As possibilidades de arrecadações segundo o IPEA talvez seriam a solução para muitos problemas no que diz respeito a educação. (BRASIL, 2011).

Esses dados foram elaborados pelo IPEA uma fundação vinculada a Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Segundo ainda o instituto é preciso garantir essas metas, por meio de um planejamento focando os problemas gerais perpassando pelos específicos, ou seja, o governo precisa criar um plano de ação para que os recursos tenham o efeito esperado e que obtenha bons resultados para que a educação brasileira alcance o padrão de qualidade estipulado pela Carta Magna e a LDB 9394/96. (BRASIL, 2011).

### **3.2 Gastos**

A distribuição desses recursos, por exemplo, deve atender os níveis e modalidades e que essa distribuição acontecerá conforme o orçamento previsto para atender o sistema educacional brasileiro. Constituem despesas ou não na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 70 e 71) ambos estabelecem os limites para manter a educação, pois buscam evitar os desperdício abusos e até mesmo às fraudes. (BRASIL, 1996).

O investimento realizado pelas instâncias administrativas em relação aplicabilidade dos recursos do FUNDEB estão disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por meio do site do Ministério de Educação e Cultura (MEC).

A educação depende da quantidade dos recursos financeiros para ser garantidos a manutenção e desenvolvimento do ensino. Em termos administrativos a educação financeira precisa levar em consideração as normas estabelecidas pela política educacional, pois o país busca equilibrar seus gastos.

Como a maior parte dos gastos com educação são salários dos professores, essa lei tem grande importância para definição dos gastos. Mas, [...] o gasto mínimo consolidado tenderá a ser menor do que o gasto previsto, mas isso não muda o piso

salarial dos professores, que foi definido com base no gasto previsto no final do ano anterior. (MENEZES FILHO, p. 12).

O no art. 70 da LDB, enumera as ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino. As instituições sem fins lucrativos que também estão inclusas devem seguir as regras padrões para que possam beneficiárias das verbas públicas (BRASIL, 1996). Entretanto, “[...] para que os alunos atendidos por meios de instituições conveniadas sejam contabilizados para efeito de recebimento nos recursos a lei que regulamenta o FUNDEB estabeleceu uma serie de exigência [...]” (PINTO, 2007, p. 889). Além disso, os recursos não são repassados diretamente às instituições, mas ao poder público municipal, que pode inclusive utilizar parte destes para ampliação da rede própria (art. 8º §§).

As instituições sem fins lucrativos ditas redes conveniadas em parceria com os Municípios iriam a receber os recursos financeiros que até então somente a educação pública era beneficiaria, os recursos passaram a ser direcionada a rede particular, ou seja, a redes conveniadas sem fins lucrativos passaram a oferecer vagas na Educação Infantil e Educação Especial com intuito de reduzir a carência municipal já que suas verbas são insuficientes para a manutenção do seu ensino. Essas instituições serão beneficiadas caso comprovarem a não lucratividade, por meio de certificados que apresentam provas que estão regularizadas junto ao Conselho Nacional de Assistência Social do seu Município.

Tanto ensino fundamental como a educação infantil é responsabilidade dos Municípios estes não possuem recursos que suportam atender a demanda ficando assim milhões de crianças fora da escola. Vendo essa situação a LDB resolveu favorecer por meio do artigo 77 que as instituições sem fins lucrativos serão beneficiárias de recursos públicos (BRASIL, 1996). Este artigo fere as normas básicas que determina o destino dos recursos financeiros as escolas públicas.

#### **4 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)**

Para fazer a manutenção e desenvolvimento do ensino o governo necessariamente precisa arrecadar impostos suficiente para oferecer um ensino de qualidade. Na divisão das responsabilidades para o financiamento do sistema educacional brasileiro para que as esferas do governo cumpram com seus compromissos foram especificados de maneira legal por meio da CF 98 e da LDB 9394/96, as divisões reponsabilidades de cada um com sua rede, visto que nenhum destes sistemas poderão interferir nos demais, ainda que não alcance o valor estimado, estes deverão somente ajudar de forma a suplementar e redistribuir de modo a

favorecer as outras redes.

A divisão de responsabilidades de bens e serviços e a limitação da participação das demais instâncias do governo como dito anteriormente cabe a elas se unirem umas com as outras para trabalharem juntos nos sistemas ensino.

Após a criação do FUNDEB a estrutura organizacional do mapa educacional brasileira mudou, houve uma superlotação no sistema municipal, já que o estado ficou com o ensino fundamental maior e o ensino médio, essa alteração no sistema trouxe preocupações, uma vez que as receitas líquidas dos impostos arrecadados nos municípios é bastante inferior se compararmos aos estados, ora se os impostos são insuficientes como oferecer padrão mínimo de qualidade se os recursos distribuídos pelo FUNDEB é apenas 20% o restante serão aplicado em outras despesas com o ensino.

A educação tem um custo e um preço a ser pago, enfim o ensino dependerá dos orçamentos federais, ou seja, o custo mínimo de qualidade resulta do estado que a economia do país se apresenta.

Uma pesquisa realizada em 2006 identificou que descentralização contribuiu com essas diferenças de custos por região, que de certa forma, prejudicaram vários estados e municípios, este último foram ainda piores porque estes não conseguiam arrecadar o suficiente para manter sua rede de ensino.

O governo passou a dividir as tarefas, as responsabilidades e os recursos para a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino deixando bem claro que a educação primária é de inteira responsabilidades de Estados e Municípios. A descentralização das esferas e à baixa participação do Governo Federal no Financiamento da Educação Básica foram cruciais para a fraca participação na qualidade de ensino o que acabou comprometendo o padrão mínimo e que gerou um certo desconforto, pois os sistemas ficaram sobrecarregados.

A suplementação e a redistribuição foram a melhor forma encontrada pela a União para ajudar financeiramente os entes federados que por sua vez cabe a eles a responsabilidades de manter o ensino elementar.

É de suma importância que essa sociedade participe do controle dos gastos públicos mesmo que de forma indireta dela deve ficar atenta a distribuição dos recursos e da aplicação destes na educação, pois existem órgãos fiscalizadores que são responsáveis por fazerem esses controles fiscais do próprio Poder Executivo, Secretarias de Educação, e dos representantes dos Conselhos do Fundeb entre outros.

Uma sociedade só avança quando o cidadão exige, busca, investiga e cobra do poder público o destino das verbas de todos os setores, com o Financiamento da Educação

não é diferente quanto mais pessoas exigirem informações detalhadas de como esses recursos estão sendo divididos, como estes são gastos, e quais impostos são direcionados para a manutenção e desenvolvimento do ensino maior será o controle dessas verbas, assim por meio dessa cobrança conseguiremos avançar no que diz respeito à qualidade de ensino seja na garantia do conhecimento, na construção de valores ou no compartilhamento de novas ideias.

## **5 GASTOS E DESGASTES NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PÚBLICO NO NÍVEL FUNDAMENTAL**

Os gastos educacionais com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino na Educação Pública necessitam de mais controle social, externos e internos, para que haja eficácia e eficiência dos procedimentos legais dos órgãos competentes.

O poder público deve usar de transparências na utilização de seus recursos, já que os brasileiros pagam altas taxas, através de impostos, tributos ou contribuições sociais, o que impõe obrigatoriedade ao governo de publicar seu orçamento em modos que todo cidadão possa entender as informações explicitadas, e como tais recursos são aplicados nos setores públicos, em especial o da educação.

As instituições escolares, tanto federais, estaduais como municipais, segundo pesquisas, não possuem uma gestão financeira eficaz. Na verdade, seus responsáveis não se preocupam em criar mecanismos para possibilitar o controle mais racional dos gastos dos recursos financeiros recebidos das instâncias fomentadoras.

De outro modo, os profissionais envolvidos com a dimensão financeira, especialmente na Educação, precisam ter compromissos com os recursos recebidos, conhecer as Leis e Diretrizes Orçamentárias para que possam administrar o seu Orçamento e fazer uso adequado dos recursos financeiros disponibilizados.

As esferas administrativas têm por obrigação informar ao cidadão brasileiro o rumo dos recursos educacionais utilizados sejam estes da União, Estados e/ou no Municípios, este último em particular deve transparecer a população de sua localidade de maneira clara e objetiva os impostos pagos pelo cidadão residente e como estes estão sendo utilizados para garantir uma educação de qualidade a população.

A escola precisa criar caixas escolares junto aos pais de seus alunos para que recursos recebidos da União, dos Estados e dos municípios possam tomar destino certo já que cada escola tem uma conta individual no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal não custa nada que estas sejam administradas por todos da comunidade escolar (gestores,

docentes, discente e pais) desde que estes tenham conhecimento necessário para manusear essas verbas, pois uma equipe bem estruturada tornará uma escola mais produtiva em todas as dimensões sejam essas Pedagógicas, Administrativa e/ou Financeira.

Por certo os caixas escolares o qual me refiro tem como finalidade fazer o controle e as despesas da aplicação dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino para intervir futuramente em possíveis danos nas prestações de conta da escola, esta deve comprovar as despesas por meio de documentos indicando o que foi gasto e com que foi gasto, deve conter documentos de recebimentos, quitação das compras feitas pelos responsáveis por meio de cheques nunca por dinheiro em espécie para que estes não venham a ser desgastes educacionais. Em fim tudo que for utilizado para manter uma escola deverá ser esclarecido na prestação de contas.

A própria lei em seu artigo 70 a LDB 9394/96 considera-se somente as despesas essenciais com a educação básica como por exemplo a:

- I- remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais do setor educacional;
- II- aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos prediais necessários ao ensino;
- III- uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;
- IV- levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando a qualidade e expansão do ensino;
- V- realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas educacionais;
- VI- autorização de bolsas de estudos em escolas públicas e privadas;
- VII- amortização e custeio de operações de créditos para atender as necessidades acima citadas;
- VIII- aquisição de material didático e do transporte escolar e a manutenção de programas de transporte escolar. (BRASIL, 1996).

As informações citadas acima pela lei são consideradas despesas essenciais para garantir a manutenção e desenvolvimento do ensino público na educação básica das instituições educacionais.

O primeiro inciso desse artigo trata das remunerações e formações dos profissionais da educação, sendo que esta formação deve ser Inicial e continuada para capacitar não só os docentes como também os demais profissionais, visto que todo e qualquer profissional merece um salário justo a sua formação.

Segundo a lei de FUNDEB 60% dos recursos serão destinados a educação para arcar com as despesas desses profissionais e o restante manterá a educação básica. Se calcularmos esse valor veremos que é insuficiente para manter o padrão mínimo de qualidade, o que sobra será em prol de outras despesas abaixo no mesmo artigo.

No inciso II e III trata das construções, reformas, conservação e instalações de

prédios para a prestação de serviços da educação. Já o inciso IV serão custeados com recursos públicos os investimentos feitos para coletar dados que visam melhorias na qualidade e na expansão do ensino.

No item V essas atividades-meio necessárias nos remete a entender que os serviços diversos diz respeito a limpeza, materiais para uso interno nas escolas e nos demais órgãos educacionais etc.

O inciso VI autoriza bolsas de estudos para instituições publicas e particulares para manter o aluno quando as condições deste não for favoravel nesse caso o aluno do ensino superior, pois o Fundeb em sua legislação não permite esses tipos de bolsas de estudos a alunos da educação básica.

No item VII nos remete a entender que os emprestimo solicitados para serem investidos na educação possam beneficiar o ensino desde que seja para construir novas escolas para expansão educacional. Por ultimo o item VIII dita que estes materias didáticos são direcionados a auxiliar o trabalho pedagogico nas redes de ensino, assim como fazer a manutenção dos veiculos de transportes escolares. Pois sem este seria impossivel que todos os estudantes comparessem as escolas todos os dias, no entanto muito deles estudam longe de suas residencias e os transportes escolares são o unico meio de chegar até a escola.

Ao um olhar mais detalhado seriam considerados desgastes nos recursos públicos se as atividades meio necessarias relatadas no item V não focassem os serviços de limpeza, vigilancias, materias como papel, canetas, lápis, tesouras entre outros.

As bolsas de estudos para manter alunos de escolas públicas e privadas, é considerado desgaste educacional, pois o Fundeb é fundo que direciona as verbas para a educação básica pública salvo instituições confessionais, filantrópicas e comunitária como exige a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e não a Educação Superior como se pensava, o que deve ser feito a luz dos meus conhecimentos é ampliar os recursos para que Estados e Municipios possam investir mais em suas redes.

Na garantia de mais controle o governo criou mais medidas para combater os desgastes das verbas educacionais. Segundo o artigo 71, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 não deixa dúvida em seus 6 incisos o que não são gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino público tais como:

- I- pesquisa, quando não vinculada ás instituições de ensino, ou, quando efetivadas fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou sua expansão;
- II- subvenção a instituições públicas ou privadas de caratér assistencial, despórtivo ou cultural;

- III- formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;
- IV- programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica, psicológica, e outras formas de assistência social;
- V- obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;
- VI- pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino. (BRASIL, 1996).

O Ministério da Educação afirma que todos os itens acima especificados são considerados desgastes educacionais. A lei deixou bem claro quando determinou que os itens acima não pertencem a relação de despesas do governo para com a manutenção e desenvolvimento do ensino e que estes não são de suas responsabilidades. Visto que estas não fazem partes da prioridade do fundo, diante do exposto são desnecessários a redes de ensino, no item I por exemplo as pesquisas não vinculadas as instituições de ensino e que estas não favoreçam a promoção da qualidade do ensino são desconsideradas.

O legislador quando colocou o item falado anteriormente este se preocupou com pesquisas de qualquer natureza possível o dinheiro público este venho coibir qualquer ato indesejável que possa beneficiar outros setores que não sejam os educacionais.

Cabe ainda referenciar as ações voltadas para prática no campo dos esportes em concordância as atitudes do legislador este é de responsabilidades das instituições escolares juntos as secretarias de educação em parcerias com o Governo quando este oferecer programas voltados para o mesmo não é de dedicação deles, mas de todos em regime colaborativo.

Em relação a cultura, a União também não considera despesas, pois estão são de responsabilidades da escola difundir-la a modo de transmissão de conhecimentos a respeito da mesma. Ora estas despesas buscam desafiar as relações de poder entre as classes sociais, pois é investindo na cultura dentro da escola que se traduz em pluralidade cultural de nossa sociedade. Militares, civis e diplomáticos ainda que sejam servidores públicos não cabe ao MDE mantê-los, mesmo que haja escolas militares o governo não garante verbas direcionadas a estas instituições, pois devem se sustentarem.

Há alguns desses incisos são bastante contraditórios, se a MDE é para garantir uma educação em prol de todos porque as escolas militares não participam dos despesas? E porque as escolas confessionais, filantrópicas e comunitárias participam?

Ainda existem muitas falhas a serem corrigidas, assim essas medidas de direcionar verbas da educação para esses tipos de instituições são considerados desgastes não despesas como diz o artigo 70 da LDB 9394/96, desgastes porque muitas escolas públicas

deveriam ser construídas para expansão da rede Municipal e não simplesmente atropelar as regras do qual é submetido o montante público que direciona somente a escolas públicas e não a favor instituições privadas estas sim devem viver a suas custas e não a custa do dinheiro público, mesmo que ofereça vagas na educação infantil e preste favores aos municípios não são cunho serem beneficiárias da manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os desgastes podem ocorrer quando o quadro especial da administração pública como afirma o inciso III passa a beneficiar os oficiais citados no inciso, qual retorno eles trariam para a educação brasileira? Não há contribuição no que diz respeito a educação porque não há difusão e nem expansão do conhecimento. Seria um absurdo que Municípios usassem o dinheiro da MDE em prol de pagamentos desses oficiais de modo a beneficia-los.

Ainda que o governo não prioriza os programas de suplementação a saúde física, psicológica e o meio social do aluno, estes por exemplo quando afetados vem a contribuir de forma negativa no desempenho desse aluno em sala de aula, e por meio desses fatores negativos, os Municípios acabam gastando mais do que devem o que compromete os orçamentos municipais de muitos deles.

As obras de infraestruturas considerada desgastes pelo legislador são aquelas que não está dentro das despesas básicas da educação, pois são desnecessárias para tal medida, visto que cabe a prefeitura fazer os reparos nos prédios escolares de suas responsabilidades com recursos próprios e não recursos do fundo este é contabilizado e disponibilizado ao município pelo o número de matrículas de alunos baseado no censo do ano anterior,

Em síntese o município tem obrigação de arcar com sua educação, mas cabe apenas ao governo dá suporte financeiro. Por isso o legislador foi bem preciso quando estabeleceu como e quais seriam esses suportes deixando bem claro quais despesas são necessárias para manter uma educação básica.

A propósito muitos dos profissionais que são aposentados por quaisquer que tenha sido o motivo de sua aposentadoria, afastamento ou até o desvio de sua função estão a mercê, ainda sim é de responsabilidade do município de arcar com esses profissionais que são pagos com recursos do fundo.

Por outro lado, não se encaixam nesse quadro despesas com profissionais aqueles que estejam em exercício, mas em outra função que não seja propriamente a sua, nestes casos profissionais de outros níveis educacionais por exemplo. O pagamento desses profissionais com recursos do fundo é considerado desgastes pois não se encaixam nas prioridades educacionais do FUNDEB.

Por sua vez a Secretaria de Educação tem um papel crucial em relação a esses

desgastes, pois ela é o órgão regional que controla todos os dados os profissionais da educação e cabe ela encaminhar ao Ministério Público a relação de toda as ações realizadas durante a execução das infrações no período que será investigado por órgãos superiores de cunho fiscalizador, caso haja algum tipo de desgaste, porque os itens citados anteriormente não poderão ser quitados com recursos vinculados à educação.

Na verdade, o Secretário de Educação do município é o responsável pela gestão dos recursos financeiros correspondentes do FUNDEB. O Conselho do FUNDEB constitui em uma representação social, pois seus representantes são (professores, diretores, pais, alunos secundaristas entres outros) além da fiscalização seu controle vem intervir possíveis desgastes para que as autoridades competentes gozam de seu poder para tomar providencias que lhes cabe.

Qualquer que seja essa ação visa combater desgastes educacionais para que o conselho do fundo acompanhe, fiscalize e controle o desempenho da aplicação dos recursos do FUNDEB nas redes municipais de ensino.

A prestação de conta dos recursos segue um critério rigoroso respectivamente mensal, bimestral ou anual é uma forma encontrada pela legislação da comprovação da utilização dos recursos educacionais, enfim o Ministério Público tem função fiscalizadora destes em caso de desgastes o mesmo procede por meio de dados coletados, ou seja, as informações serão analisadas para que haja uma abertura de inquérito para apurar todos os fatos se houve ou não desgastes nos recursos financeiros.

Provavelmente as ações poderão ser suficiente para combater esses desgastes, mas se não houver uma ação fiscalizadora comprometida em acabar com maus gestores do dinheiro publico esta não trará beneficios a população. A acompanhamento constante da sociedade civil é um importante instrumento avaliador, se caso não aconteça certamente não passará de uma simples rota alternativa para novos diferentes destinos dos recursos.

Os orgãos competentes deverão ser mais exigentes e comprometidos em tomarem medidas cabiveis, o que dificilmente acontecerá os desvios com frequencia serão apenas reduzidos e não exterminado como se fossem pragas em plantações a que se extermina e se prepara para a próxima safra que há de vim. De fato alguma intervenção por partes das instancias administrativas devem ser feitas mais rigorosamente já que são dependentes de certa forma dos recursos umas das outras.

Com as penalidades previstas no artigo 69 da mesma lei, a não aplicação dos recursos resulta em ações que não são favoraveis para a educação publica brasileira por esta razão deu-se autonomia as escola da controle interno das verbas por elas recebidas. Como foi

exposto qualquer movimentação de forma delituosa ato passa a ser considerado como desgastes.

O fato é que essas medidas dotadas pelo MEC à sociedade pouco faz questão de exigir o modo de agir no que diz respeito a fiscalização das verbas, para tanto este instrumento de prevenção fiscalizadora garante esta ação para que não haja mal uso dos recursos educacionais, os órgãos fiscalizadores devem impor mecanismo de exigência uns para com os outros para verificar se a legislação está sendo obedecida corretamente por todos os órgãos ligados com as redes de ensino da educação pública brasileira .

O governo quando estabeleceu essas medidas ele observou que tinham muitas despesas sem precisão, pois haviam muitos desvios de verbas a exemplos disso ocorreram durante a fragilidade da obrigatoriedade das prestações de contas dos municípios em relação a despesas educacionais.

Nos Municípios brasileiros é onde se concentra os maiores índices de desgastes educacionais por mais que a lei vise combater esses inúmeros desfalques ainda sim vemos muitos prefeitos envolvidos em atos criminosos no que diz respeito a verba educacionais, falta de controle da gestão ou falta de fiscalização da gestão e da população?

Os constantes desgastes que vem ocorrendo como a educação há uma falta de controle de fiscalização dos interessados. A Lei complementar nº 101, 04 de Maio de 2000 estabelece normas de finanças voltada para a gestão fiscal. Em seu art. 48 são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido de Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000).

Para estes fins a Lei Complementar sancionada de nº 131, de 7 maio de 2009 em seu parágrafo único dita que a transparência será assegurada com a participação da população; a sociedade deve fazer o acompanhamento em tempo real da execução orçamentaria e orçamentos; a administração financeira e controle deve adotar um sistema integrado que atenda o padrão mínimo de qualidade exigido pelo poder Executivo. (BRASIL, 2009).

A fiscalização da Gestão Fiscal no Artgo 59 § 1º inciso V estabelece fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentárias cabe ao Tribunais de Contas alertar os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo estes responsáveis pela a fiscalização.

O dinheiro educacional que vem para as escolas é limitado o pouco que vem aos

municípios são insuficiente para garantir uma educação de qualidade ao povo, se caso haja um desfalque nessa pequena parte desse dinheiro trará um impacto enorme para municípios carentes como já citado seu cálculo é baseado no número de alunos matriculados no ano anterior, nem mesmo o fundo de participação será suficiente para cobrir o rombo educacional.

O governo deve dar mais atenção a municípios carentes a modo de favorece-los com mais recursos devido a insuficiência dos recursos destinados à educação como um todo para serem reduzidas as desigualdades regionais, ajudando os municípios pobres mesmo que já tenha sido redistribuídos e suplementados, pois este depende do Estado e este da União para que sejam realmente beneficiados com mais verbas, devido a descentralização das esferas administrativas os Municípios por exemplo ficaram com seus sistemas em situação de alerta, ou seja, estão sobrecarregados de responsabilidade para com a educação básica.

Os Estados assim como a União focaram sua atenção somente para um sistema em especial, e os Municípios além da Educação Infantil, das Series Iniciais passaram a sustentar também o Ensino Fundamental Maior, visto que somente estes arcaram com quase todas as despesas da educação básica.

Os gastos serão de responsabilidades exclusiva dos municípios. Caso não seja desenvolvidos o suficiente será complementado com recursos outros municípios para que as desigualdades seja eliminadas. Uma maneira justa que o Fundeb encontrou para acabar com essas desigualdades em nível educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) em seu artigo 75 e 76 dita que a esfera de maior arrecadação neste caso a União só ajudará aqueles que não puderem se manter com recursos próprios caso seja insuficiente ela irá suprir essa carência. (BRASIL, 1996).

Com a escassez de recursos a União precisa fazer mais investimentos educacionais, mas para isso ela necessita criar novas fontes de recursos e direcionar mais verbas para a educação básica, participar mais financeiramente em especial ao ensino fundamental.

A Desvinculação de Receitas da União (DRU)<sup>1</sup> é um mecanismo que permite que a União utilize 20% de todos os impostos federais o que permite o governo aplicação de novos recursos destinados a educação e em áreas consideradas prioritárias. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87/15<sup>2</sup> esse valor passa de 20% para 30% além da exploração de petróleo ou gás natural como garantia de mais recursos para financiar a educação.

Aprovada em 2000 pelo Congresso Nacional a Lei de Responsabilidade Fiscal compete aos administradores públicos novas responsabilidades em relação ao orçamento do

governo federal, estadual e municipal, contendo o limite de gastos. Esta mesma lei introduziu o restrição orçamentária na legislação e obrigou os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para fiscalizar os desgastes com o dinheiro público.

Essa lei tem como objetivo o equilíbrio das contas públicas que consiste estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal (art1º). Além de fiscalizar o Poder Executivo que em caso de desgastes, pois este poder tem por obrigação apresentar também prestações de suas contas.

O comprometimento do governo federal podemos ver em meio a ações voltadas para criar novas fonte de financiamento da educação diante de tal afirmativa a União passa a investir mais na educação básica. Como falado o investimento feito pelo governo no ano de 2016 foram para 09 estados, sendo 02 de região Norte e 06 da região Nordeste que não conseguem se sustentarem.

Essa complementação está enserida de forma implícita em uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014 no artigo 2º inciso IV melhoria da qualidade na educação brasileira. O PNE e o Plano Municipal de Educação deve ser elaborados ou adequar-se aos planos já aprovados em lei contendo seus objetivos, focando as metas e estratégias a serem alcançada a implementar uma instrução igualitará sem distinção de classes.

Fazer investimento na qualificação docente oferecendo uma formação inicial e continuada de profissionais da area, construção de novas escolas, reestruturação de prédios antigos, criação de novos projetos de incentivos a educação, ao esporte, a cultura, principalmente as famílias carentes e desamparadas, convocar a população para participar mais dando sua opinião através de suas experiências é fundamental.

A meta 20 do PNE amplia o investimento público em educação. Para que a educação avance e o país saia dessa posição envergonhosa ocasionados por péssimos gestores públicos. O controle das verbas necessitam de políticas ainda mais rigorosa, com mais participação da sociedade civil, mais comprometimento dos conselhos estaduais e municipais, com mais exigência por parte do Ministério Público.

Segundo Nascimento e Debus (2016), os “[...] instrumento preconizados pela LRF para o planejamento do gasto público são os mesmo adotados na Constituição: Plano Plurianual-PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária-LDO, A Lei de Orçamentária Anual LOA [...]”.

As transparências da utilização dos recursos será alcançada se a população tevir mais esclarecimento da ações governamentais em relação as transparências da utilização e o

limite de seus gastos. Os meios de comunicação são mecanismo essenciais para essa divulgação.

Cabe a todos insistir clareza de maneira sucinta por meio dessas cobranças, além de instrumentos de punição aos responsáveis quando houver desgastes no sistema de ensino seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal para que as metas previstas pelo Plano Nacional de Educação sejam cumpridas e todos possam ser realmente beneficiados.

A lei 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB exige que os dados da natureza contábil para cumprimento dos limites da mesma legislação são monitorados por meios das informações declaradas no Sistema de Informações sobre os Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Segundo o Governo o sistema tem como prioridade levar a população o conhecimento necessário de quanto cada Estado e Município investem em educação, na garantia de maior efetividade das despesas com a educação.

Em adição, todo recurso gerado é distribuído pelo fundo para aplicação na Educação Básica, por isso quando há desgastes educacionais o governo prioriza o bloqueio financeiro em especial das instituições escolares que não fazem a prestação de conta dos recursos recebidos de forma transparentes.

## **6 CONCLUSÃO**

A sociedade tem que exigir do poder público a transparência da utilização de seus recursos educacionais, a fim de acompanhar e obter explicações de como esses recursos são aplicados nos setores públicos, em especial na educação.

Na linha da exigência, o povo deve se posicionar e lutar por uma educação digna que mereça mais atenção de seus responsáveis, além de lutar por uma sociedade melhor, mais justa e menos hipócrita, com direitos iguais sem distinção de classes sociais.

De outro modo, fazer entender que o conhecimento é algo que não pode ser simplesmente dado, mais sim conquistado e compartilhado de maneira adequada e justa não apenas para a minoria do país, mas a população de modo geral.

Cabe aqui identificar alguns fatores que contribuem para a interferência na qualidade da educação do Brasil. O padrão mínimo de qualidade, estipulado pelo governo federal, possui um valor que não satisfaz a realidade da educação brasileira.

Conforme visto as variações regionais também contribui para a insatisfação quanto a qualidade do ensino, algumas são mais desenvolvidas outras não, tanto no que diz respeito a nível econômico como educacional.

Outro fator bastante interessante é a baixa suplementação e redistribuição da

União ao dá suporte financeiros aos Estados e Municípios, pois a este último só garantirá mais verbas se oferecer números de vagas suficientes nas redes. Ora se esses municípios não arrecadam o suficiente para manter sua rede o que lhes resta é pedir ajuda a União, cabe a ela atendê-los independentemente de oferecer vagas ou não, já que é o órgão maior de arrecadação de impostos do país é o próprio governo federal.

As fontes de recursos são insuficientes e a União pouco participa financeiramente. Os Estados se desfizeram do gerenciamento do Ensino Fundamental e abraçaram o Ensino Médio, deixando toda a responsabilidade dos municípios de quem sofre com a insuficiência de arrecadações de impostos desfavorecendo os já desfavorecidos.

O governo precisa rever orçamentos públicos, criar novas fontes de recursos, ter mais controle das verbas exigindo que estados e os municípios mostrem seus balanços mensalmente e não bimestral e/ou anual. Ele deve participar com mais intensidade e acima de tudo e de todos priorizar a educação, pois um país não é nada sem os pilares educacionais que lhes dão toda sustentabilidade necessária. Investimento em educação estão presentes no dia-a-dia das potências mundiais, não será um currículo comum feito da noite para o dia que será a panaceia educacional para Brasil.

A União necessita cooperar com os Estados e Municípios em um regime colaborativo e obter essa visão ampla, investindo mais na sua nação para que a educação de seu país possa alavancar mesmo que seja degrau por degrau, talvez só assim sairemos desta posição que envergonha nosso Brasil.

Em suma, com as mudanças na legislação por meio da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 o governo priorizou os gastos com a educação em seu artigo 70 e restringiu também alguns desses gastos chamado aqui de desgastes no artigo 71 da mesma lei. Reforçou na nova lei do Fundeb lei 11.494/2007 passando a exigir a prestação de contas das instituições por meio do Siope que visa garantir a transparência das verbas que quando direcionadas a manutenção e desenvolvimento do ensino público no nível fundamental. Além da Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 e a Lei Complementar nº 131/2009, divulgação dos relatórios também pode ser feita por meios de comunicação de livre acesso.

As despesas básicas realizadas para manter a educação são compreendidas apenas para manter o dia-a-dia do aluno, não objetiva garantir a produção de novos conhecimentos. As restrições no uso dos recursos educacionais aqui chamados de desgastes não garantem a funcionalidade efetiva da lei. Por sua vez, a população deve fazer o acompanhamento do dinheiro para tirar suas dúvidas quanto ao uso adequado a verbas educacionais como mecanismo de controle social em tempo real como exige a própria lei. Os mecanismos de

controle ainda podem corrigir determinadas ações, de forma a evitar maiores desgastes na sua realização. Investir em educação, ainda que traga retorno a longo prazo, é um caminho para o desenvolvimento garantido de um país. Assim, para que mudanças possam acontecer, quanto mais suporte financeiro da União mais a educação se transforma em um ambiente construtor de novos horizontes, oportunizando ao indivíduo possibilidades de inserção na realidade social, na direção de sua transformação.

**FINANCIAL MANAGEMENT OF EDUCATION: expenditures and expenditures on  
maintaining public education at the fundamental level**

**ABSTRACT**

This work is to do a thorough study on spending and wear in the maintenance and development of public education at the elementary school. The research has allowed us to gather information on the use and purpose of these resources for maintenance of teaching, facilitating the understanding of the responsibility of municipalities shouldering the costs of kindergarten and elementary school, which caused a financial burden on School Networks. It has also to realize that regional inequalities or even the same state interfere with the quality education as supplementation and redistribution of public resources. The study shows that the quality of education in the municipalities ultimately not meet government expectations, because the low participation of the Union and the States with regard the municipal funds are insufficient to ensure equal education for the entire population of the country.

Keywords: Education management. Education funding. Spending on education.

NOTAS

<sup>1</sup> Proposta Emenda Constitucional criada em 1994 com o nome de Fundo Social de Emergência (FSE) foi instituída para estabilizar a economia, em 2000 passou a se chamar Desvinculação de Receitas da União (DRU).

<sup>2</sup> Em julho de 2015 o governo enviou ao Congresso a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 87/15 para que a proposta fique em vigor até 2023 o que altera quais tributos serão desvinculados.

**REFERÊNCIAS**

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LBD passo a passo: lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei 9394/96**. Comentada e Interpretada, artigo por artigo. Dos Recursos Financeiros. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: Acompanhada de novas remissivas e dos textos, integrais, das Emendas Constitucionais e das Emendas Constitucionais de Revisão**. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 2829 de 29 de outubro de 1998. 1998. Estabelece normas para a elaboração e execução do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000. 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 5 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.832 de 29 de dezembro de 2003. 2003. Altera o § 1º e o seu inciso II do art. 15 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e o art. 2º da Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998, que dispõem sobre o Salário-Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.832.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.832.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Secretária de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Financiamento da educação: necessidades e possibilidades**. N. 124, Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo**. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento de educação pública no Brasil: evolução dos gastos. Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília, DF: Unesco, 2010.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 10. ed. São Paulo: Papyrus, 2000.

GEMAQUE, Rosana Maria O. Financiamento da educação básica e da educação superior: disputas e prioridades na distribuição dos recursos da união. In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antônio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Org.). **Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2009.

MENEZES FILHO, Naercio. Como melhorar a educação. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

MONLEDAVE, João Antônio C. de. Financiamento da educação na Constituição Federal e na LDB. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretção sob diversos olhares**. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, Fernando C. Preste; VASCONCELLOS, Isabella F. Gouveia de. **A Escola Clássica de Administração e o Movimento da Administração Científica**. Teoria Geral da Administração. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MOTTA, Fernando C. Preste; VASCONCELLOS, Isabella F. Gouveia de. **Administração como ciência: uma introdução**. 22. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei complementar de 2000:** entendendo a lei de responsabilidade fiscal. Secretaria do Tesouro. Disponível em: <<http://www.tcm.pa.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **A política recente dos fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo.** 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 7 ago. 2015.

SOUZA, Paulo Natanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDB:** Lei nº 9394/96. São Paulo: Thomson, 1998.

## MARIA FIRMINA DOS REIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO MARANHENSE NO SÉCULO XIX:

breves apontamentos

**Katiana Souza Santos\***

### RESUMO

O artigo busca apresentar elementos para se pensar a educação feminina no século XIX, identificando as características que perpassavam as relações de poder inclusas no campo educacional oitocentista. Analisa o caso de Maria Firmina dos Reis, educadora, escritora e mulher que viveu no século XIX na Vila de São José de Guimarães, cuja trajetória é marcada por rupturas com os códigos de seu tempo.

**Palavras-chave:** Género. Literatura. Educación.

### 1 INTRODUÇÃO

Pensar a mulher no século XIX nos motiva a perceber a trajetória de luta e os rompimentos com os códigos e valores que muitas delas precisaram realizar. A mulher oitocentista é representada historicamente como inferior ao homem, modelo que tem sido designado como patriarcal e representa as relações de poder constituídas em algumas sociedade. No conjunto dos discursos oficiais, legitimadores da estrutura social, os códigos religiosos marcam as relações sociais e ditam as regras às famílias que aceitam e passam a viver sob estas regras. Há uma necessidade de manutenção destes modelos, visto que a inserção e permanência nos grupos sociais dependem da adequação e fortalecimentos dos vínculos entre as instituições vigentes. Portanto, percebemos que por conveniência e pela manutenção do poder a maioria das sociedades ocidentais são organizadas de modo excludente e hierarquizante.

Um grande ponto de difusão desta maneira de organização, foi através dos processos educacionais, formais e informais, estabelecidos por bastante tempo. Como exemplo disto, citamos a educação formal das mulheres, que no Brasil não era pauta relevante nas discussões dos governantes, tão pouco foco de preocupação para as famílias. Somente no século XIX, na segunda década, observamos mudança na legislação brasileira que contemplava o ensino das mulheres.

---

\* Mestre em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós – Graduação Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, Universidade Federal do Maranhão. Licenciada em História, Universidade Federal do Maranhão. Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão. E-mail: [katianasouzasantos@gmail.com](mailto:katianasouzasantos@gmail.com).

Ao longo de todo século XIX identificamos vozes isoladas que tentaram, de alguma forma, questionar, propor ou mesmo inovar no que se refere ao ensino e condição de vida de mulheres no país. Através da literatura, das artes, da educação mulheres pioneiras iniciaram mudanças pontuais que com o passar dos séculos se configuraram em grandes avanços.

Discutiremos neste trabalho algumas facetas da educação feminina no Brasil no século XIX, fazendo um breve apanhado histórico da situação da mulher na Colônia e Império. Posteriormente, analisaremos o caso da maranhense Maria Firmina dos Reis, mulher, educadora e escritora que deu grandes contribuições no campo literário e educacional deste estado.

## **2 EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL: UM PERCURSO MARCADO POR VIOLÊNCIA, NEGAÇÃO DE ACESSO E LUTAS**

Entender as nuances de um processo histórico é um trabalho árduo e pautado numa base teórica bastante sólida. Quando estamos falando dos excluídos da história (PERROT, 1998) como é o caso das mulheres este esforço de perceber o outro se faz ainda mais complexo e desafiador. Alguns motivos podem ser elencados aqui, mas vamos nos deter aquele que julgamos como primordial, o fato destas mulheres não participarem como protagonistas de suas trajetórias de vida. Muitas delas têm suas vidas determinadas, no período do Brasil Colônia e Império, por suas famílias que lhes arranjam casamentos, destinam-nas aos conventos e decidem sobre os rumos de suas vidas de modo a anular suas vontades, desejos e sonhos. (PRIORI, 2006).

Como afirma Dias (1995) repensar e reconstruir os papéis sociais ocupados pelas mulheres no cotidiano nos instiga a refletir sobre a integração destas ao processo histórico e se constitui uma forma peculiar de desmitificar e superar antigos preconceitos.

A mulher como categoria histórica ganha corpo e espaço nos debates acadêmicos desde o final do século XX com o advento da Nova História. A partir da Escola dos Annales o modelo tradicional de pensar a história foi sendo questionado, dando margem ao surgimento de novas categorias históricas.

Para os fundadores dos *Analles*, porta-vozes da história nova, o eixo das preocupações do historiador, o objeto da história, são o homem e sua atividade. Cuidado, entretanto, com as confusões semânticas: quando se diz *homem* não se quer dizer *personagem*, em um sentido tão caro a tantos historiadores que viam a história como o resultado da soma das ações dos heróis ou dos gênios, cujo cenário natural era constituído pela guerra e pela política. [...] e podemos entender bem que a história nova, que os fundadores dos *Analles* contribuíram decisivamente para criar, é uma história do homem e de seu grupo social, em suma: uma história da sociedade em movimento. (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p. 349, grifo do autor).

Pensar o sujeito histórico, a sociedade e a dinâmica da sociedade nos leva a voltar o olhar para novos horizontes, superar antigos preconceitos e trabalhar com novos conceitos e categorias.

Para pensar este cenário sócio histórico, que se revela bastante diversificado e complexo, é necessário utilizar metodologia diferenciada que contempla as várias facetas sociais e a relação do sujeito com estas mudanças. Pensar a História, sob este prisma, leva o pesquisador a explorar campos bem distintos, que até então ficavam à margem das pesquisas e grandes estudos.

A categoria mulher ganha força neste período de efervescência teórica e metodológica. Mary Del Priori afirma que por muitos séculos este sujeito sócio histórico ficou à margem da sociedade, exercendo papéis secundários na trama social. Exercia papel secundário nos grandes estudos, e conseqüentemente, na historiografia nacional. (PRIORI, 2006).

Na história do Brasil muitas figuras femininas foram importantes para a concretização de eventos históricos de relevância. Ressaltamos que os fundadores dos Anales já sugeriam que as novas categorias não deveriam ser exploradas, apenas, devido sua ligação com marco histórico de relevância, mas que o papel do historiador deveria ser pensar o ser social no cotidiano, em atividades simples, contribuindo de forma decisiva para a escrita da História. (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002).

A mulher como ser sócio histórico importante contempla todos estes espaços. Neste sentido percebemos a mulher exercendo papéis distintos, ora protagonizando sua história na sociedade, ora sendo figurante dos enredos culturais.

O Brasil como colônia da Coroa Portuguesa teve, desde sua colonização, a influência dos valores sociais advindos das terras além mar. Tal concepção estendeu-se quando o assunto eram as questões femininas.

Na Colônia o papel da mulher era bem definido pelos preceitos da Igreja Católica. Conforme os escritos bíblicos a mulher deveria ser submissa ao homem. Desde sua origem, na pessoa de Eva, a mulher entrou em contato com as forças malignas, desencaminhando o homem, personificado em Adão. Por este erro, as mulheres deveriam pagar com o silêncio e submissão. A mulher na colônia era vista como aquela que devia obediência ao homem, que tem seus hábitos regulados para que não caia em tentação ou cometa alguma transgressão aos bons costumes, são mais afeitas às ordens malignas, por isso mais adeptas às bruxarias e outras formas de encantamento. (ARAÚJO, 2006). Esta visão do feminino permitiu que às mulheres fossem renegados espaços de participação, visto que tomando a mulher como afeita ao erro e

ao maligno, temos na outra ponta o homem detentor do saber, representante divino e, portanto, à eles deveriam estar todos submetidos.

Destacamos que neste período histórico, a imagem da mulher estava intimamente ligada à produção do discurso religioso. Para a Igreja a mulher, era representada como aquela que, nos primórdios, exerceu o papel de levar o homem ao erro, contribuindo para a condenação de toda humanidade. Por este delito, ela foi renegada a uma condição secundária, carregando por vários séculos o estigma de pecadora. Este episódio justificava a superioridade masculina, que norteou a educação religiosa e social durante muito tempo, ainda tendo espaço nos tempos atuais. A Igreja, como instituição de grande notoriedade tinha poder para ordenar a organização social das famílias, sendo fundamental no processo de educação na Colônia.

Para manter as mulheres sob a tutela de suas famílias e obedientes ao marido, a escola oferecia um ensino diferenciado. A educação feminina no período colonial era destinada ao bom funcionamento do lar, ou seja, “*ler, escrever, contar, coser e bordar*”. (ARAÚJO, 2006, p. 51). Além disso, nas igrejas todo ensinamento religioso destinava-se à regular e doutrinar as mulheres, sob a ótica da dominação e submissão.

Tal situação se perpetuou durante alguns séculos da formação social do Brasil, então atrelado à Coroa Portuguesa. Durante o Império a educação feminina permaneceu sob a responsabilidade da igreja. As elites brasileiras não dispunham grandes esforços para a questão da educação de suas mulheres, personificadas em filhas, sobrinhas, irmãs, entre outras mulheres ligadas aos grupos de maior poder na sociedade brasileira. É consenso entre os pesquisadores brasileiros que a educação escolarizada feminina até meados do século XIX não era fator de preocupação para a sociedade patriarcal oitocentista. (MANOEL, 1996).

Nas escolas, por exemplo, o ensino de meninas e meninos era diferenciado. Para meninas um currículo que contemplava língua estrangeira, português, economia doméstica e afazeres voltados para a rotina de uma casa, como bordado. Diferentemente, para os meninos aulas direcionadas para alcançar o ensino Superior.

O Ensino Secundário permitido às mulheres só acontecia para as filhas de famílias abastadas, dado que era eminentemente particular. Mesmo assim, havia diferença no ensinamento para os homens e para as mulheres das classes sociais mais favorecidas. Os homens eram geralmente preparados para o Ensino Superior e, para as mulheres, sobrava o contentamento de poderem se aperfeiçoar em línguas estrangeiras e aprender a serem boas ‘donas de casas’.

Embora de forma muito simplificada, nos estabelecimentos de ensino começava-se a permitir a figura de meninos e de meninas como alunos e alunas, com direito à instrução sem grandes diferenças nas disciplinas ministradas. A grande inovação era a inclusão das meninas, que receberiam o mesmo tipo de instrução dos meninos, exceto o ensino de geometria. Em vez deste, elas teriam ensinamentos de prendas que serviriam à economia doméstica. Embora com esta abertura, ainda havia o recorte de

gênero, pois aos meninos era permitido raciocinar abstratamente e às meninas destinava-se o trabalho de prendas do lar. (NEVES, 2011, p. 176).

Observamos a lacuna presente na formação das mulheres no Brasil. Podemos destacar que a função principal da educação feminina era preparar para o cuidado com o lar, no máximo eram preparadas para se tornar professoras das séries iniciais ou ensino das primeiras letras, negando às mulheres possibilidades de ascensão em carreiras de maior prestígio social ou que permitiria uma ruptura com alguns valores daquela sociedade.

A história da educação feminina, podemos afirmar é marcada por traços de violência, visto que o saber é essencial na formação do ser humano e base para o alcance de níveis mínimos de cidadania. As mulheres que aqui estamos nos referindo são aquelas pertencentes às elites, não falamos daquelas mulheres que estavam à margem da sociedade elitista. Estas não tinham acesso à educação formal, eventualmente observamos experiências de ensino de crianças pobres, num ato caritativo, sem formalidade ou sistematização.

Outra característica presente no ensino regular brasileiro das séries iniciais até o século XIX é a separação entre sexos, meninos e meninas não ocupavam o mesmo espaço nas escolas. Havia salas de meninas e salas de meninos, obedecendo a ordem social, marcada por preceitos religiosos.

Cristalizou-se a imagem da mulher como rainha do lar, que trazia para si toda responsabilidade com as atividades do seu “reino”, como por exemplo, o cuidado dos filhos, a alimentação, a higiene, a implantação de valores religiosos no seio do lar, a unidade doméstica de uma maneira geral. Assim, algumas exigências foram lançadas às mulheres, como a sabedoria para atrair o marido ao aconchego da casa, melhor educação para os filhos, sendo bem disposta, amável e, sobretudo silenciosa. Essas imagens e ideais foram importantes na formação das perspectivas sobre as mulheres no início do século XX. (SALES, 2010, p. 141).

Percebemos o reforço a este ideal de mulher oitocentista, ao passo que são feitas e identificadas, igualmente, novas posturas que vão caracterizar uma “nova mulher” que mantém traços construídos em períodos anteriores, mas se traveste de novas responsabilidades. O positivismo influencia as ciências, artes, vida social e interfere na percepção desta nova mulher. Silva (2013) afirma que o escritor maranhense Aloísio de Azevedo escreve algumas notas onde faz crítica à postura das mulheres maranhense, que estão muito afeitas às tradições e religiosidade. Parecia ser necessário estabelecer novas posturas e transcender práticas ligadas ao passado colonial, mantendo as demarcações de gênero anteriormente construídas.

A constante frequência das mulheres maranhenses nas igrejas passou também a ser criticada, muitas vezes em discursos agressivos e de tom jocoso. Os males da sociedade eram atribuídos à Igreja e sua influência sobre a educação, sobretudo feminina. No século XIX a presença das mulheres da elite nos templos se tornou algo mais constante ou mais visível, principalmente pelo fato de que era uma forma destas escaparem do estado de clausura que o ambiente patriarcal as impelia, além do fato do ambiente urbano propiciar mais lugares de convívio e possibilidade de sociabilidade. (SOUSA, 2010, p. 48).

Como exemplo, citamos o discurso de Aloísio de Azevedo, no Jornal *O Pensador* – citado por Silva (2013) em seu estudo - onde o mesmo estabelece uma crítica severa às posturas exercidas pelas mulheres maranhenses que são orientadas pela igreja, afeita às superstições e temerosas. Mas, estabelece algumas ponderações destacando àquelas que não se dobram a todas as normas e tomando algumas posturas de micro resistências burlam normas, escrevem, leem obras tidas por inapropriadas e aceitam cortejos ou administram fortunas, como o caso da tão conhecida Ana Jansen.

Campos (2009) expõe através de seu estudo a história de 40 mulheres que viveram no Maranhão entre os anos de 1800 a 1822 que administraram riquezas e mantinham relações de poder nesta sociedade, tão marcada por valores hierarquizantes sobre as mulheres. D. Anna Umbelina de Aguiar, Vicência de Oliveria, A preta Anna Maria, Maria Thereza Pereira, D. Maria Raimunda, Anna Joaquina dos Reys de Aragão, Apolônia Maria de Lemos, Anna de Araújo Cerveira, Anna Roza Gomes, Francisca Xavier Bekeman, Maria Thereza de Jesus, Maria de Nazaré, Maria Izabel Freire, Rita Raimunda de Cássia Castro e Souza, Anna Joaquina Mouzinha, Anna Maria Garcia, Chatarina Maria, Joanna Correa de Andrade, Josefa Maria Cappitulo, Jozefa Maria da Encarnação, Maria de Castro Cavalcante, Maria Joaquina Rosa, Maria José Lopes de Souza, Laurianna Ferreira Gomes, Maria Magdalena de Jesus, Anna Joanna Dornelles, Apolonia Maria do Livramento, Apolônia Pereira da Silva, Maria Gertrudes Ferreira, Joanna Michaella de Castro Jansen Moller, Apolônia Tereza Gonçalves, Izabel Caetana Botelho, negra Maria do Rozario, Francisca Apolonia Pahim, Monica Joaquina Lopes, Roza Francisca Maria Berfort, Joaquina Maria Garcia, Maria Querubina de Morais Rego e Silva, Donana Caetana Pacheco e Maria da Silva. Histórias que têm em comum a possibilidade de exercer “papéis” ou funções que destoavam daquilo que reforçava as ideias das mulheres numa posição de submissão. Estas mulheres administraram fortunas, distribuíram riquezas através de seus testamentos e circulavam em São Luís como figuras a serem respeitadas.

Outra frente de resistência, em nível de Brasil, é a inserção no mundo da literatura, seja como leitoras ou escritoras. São raros os casos de escritoras ao longo de nossa história e isto se explica devido o fato desta educação tão politicamente demarcado e excludente, que negava o direito a uma educação emancipatória. Em pesquisa realizada nos arquivos públicos

identificamos resistência à esta ordem, com muitas escritoras sendo catalogadas ao longo da história brasileira.

Um campo de bastante expansão foi o da produção jornalística e literária, o que permitiu a inserção de novos sujeitos como algumas mulheres, que perceberam a possibilidade transcender os limites impostos a elas, lançando-se no campo das letras como autoras.

Contudo, a censura sobre estas iniciativas ainda era bem significativa, mas tais autoras se utilizavam de estratégias para expor suas obras, como assinatura com pseudônimos ou usando nomes masculinos – às vezes de seus cônjuges. Foucault (2003) já afirmava que toda relação de poder é permeada por experiências de resistência, tais como observamos na experiência destas mulheres escritoras no século XIX. Não trabalhamos com a ideia de protagonistas ou heroínas, mas buscamos perceber os determinantes que auxiliam nestes avanços feitos por estas mulheres no século XIX.

Identificamos que desde o período colonial houveram experiências de escrita de mulheres. A Biblioteca Nacional tem catalogadas trinta e cinco mulheres que desenvolveram publicações no século XIX e início do século XX, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Escritoras do Século XIX

<b>ESCRITORAS DO SÉCULO XIX</b>	
<b>Escritora</b>	<b>Nascimento - Óbito</b>
Bárbara Hiodora	1759 - 1819
Gertrudes Cunha	1794 - 1850
Delfina Benigna da Cunha	1791 -1857
Beatris Francisca de Assis Brandão	1779 – 1868
Ana Luisa Castro	1823 – 1869
Ana Bárbara de Lóssio e Seilbitz	1830 – 1877
Amalia Figijeiroa	1845 – 1878
Luciana Abreu	1847 -1880
Maria Ribeiro	1829 – 1880
Nissia Floresta	1810 – 1885
Luisa Cavalcanti Filha	1869 -1891
Carmem, Baronesa de Mamanguapem Freire	1855 – 1891
Maria Benedita Câmara de Bormann	1853 – 1895
Luisa de Queirós	1846 – 1898

Maria Azevedo Matos	1855 – 1899
Amélia Correa	1872 – 1900
Auta de Sousa	1876 – 1901
Maria do Patrocíneo Furtado	1866 – 1906
Emília de Freitas	1855 – 1908
Carmem Dolores	1852 – 1910
Maria Clara dos Santos	1866 – 1911
Inês Sabino	1853 – 1911
Concita Ferraz	1895 – 1915
Hilde Guimarães	? – 1916
Maria Firmina dos Reis	1825 – 1917
Ana Lima	1882 – 1918
Adelia Fonseca	1827 – 1920
Francisca Julia	1874 – 1920
Maria Amália Vaz de Carvalho	1847 – 1921
Alexina de Magalhães Pinto	1870 - 1921
Julia Costa	1844 – 1922
Serafina Pontes	1850 – 1923
Narcisa Amalia	1852 – 1924
Nazaré Menezes	1822 – 1926
Amelia Rodrigues	1861 – 1926

Fonte: Biblioteca Nacional/Domínio Público – Catálogo de Autores.

Estão catalogados mil trezentos e quarenta e nove escritores, deste apenas 2,59% são mulheres. Tal dado reforça a percepção de que as atuais relações de poder prejudicavam a escrita feminina. Fatores como ausência de escolaridade, proibições, castigos e falta de incentivo favoreciam a ausência de publicações feitas por mulheres.

Até bem pouco tempo, como ressalta Margareth Rago (2008), no Prefácio do livro “Encatações: escritoras e imaginação literária no Brasil - século XIX”, estas escritoras eram desconhecidas. Sabia-se do letramento de mulheres, principalmente aquelas que pertenciam à famílias de alguma posse, tínhamos notícias de algumas raras publicações, mas Norma Telles, historiadora paulista, desenvolveu uma pesquisa com conclusão na década de 1980 onde

começou a descortinar estes não ditos da história, trazendo ao conhecimento do público algumas publicações femininas.

Muitas destas escritoras oitocentistas encontram um maior espaço para suas produções no estilo literário conhecido por romance. Primeiramente como leitoras assíduas, este estilo literário tinha como principal público as mulheres.

Os primeiros cinquenta anos do século XIX presenciaram um enorme florescimento de todas as artes. Nenhum outro momento reuniu um tão grande número de bons artistas em todas as áreas e foi tão difundido no mundo Ocidental. O que marca essa produção e aquele século é o desenvolvimento da literatura. Homens e mulheres notáveis escrevendo em prosa fizeram com que este fosse o século do romance. (TELLES, 2012, p. 83).

Nas produções literárias escritas por mulheres deste período, uma característica comum é ressaltada, o uso de pseudônimos para assinarem suas publicações, quer seja em formato de folhetins, poemas, matérias em jornais ou livros. Esta característica é fruto do contexto social no qual estavam inseridas. Mulheres eram destinadas ao cuidado com o lar, sendo inabilitadas para funções tidas como mais abstratas, por isto sofriam forte repressão social. Aquelas que ousavam destoar das regras impostas pela Igreja, Estado, instituições educacionais eram severamente punidas.

Observaremos adiante como estas mudanças ressurgiram no contexto maranhense, destacando algumas características da difusão de informação e comunicação neste território.

### **3 MARIA FIRMINA DOS REIS E SUA CONTRIBUIÇÃO COM A EDUCAÇÃO MARANHENSE**

Como apontamos anteriormente a educação no Brasil foi marcada por códigos e valores religiosos e elitistas. Não se fazia diferente na Província do Maranhão, onde meninas e meninos ocupavam lugares diferenciados nas escolas.

Maria Firmina dos Reis tinha real dimensão de sua realidade. Na obra Ursula, escrita em 1859 a autora revela que aquela era uma obra que não teria muita relevância por ser escrita por uma mulher de educação limitada e que não teria reconhecimento entre os grandes intelectuais oitocentistas (REIS, 2004). Maria Firmina narra, através de suas personagens, posturas distintas daquilo que era mais comum à uma mulher, naquele contexto social. Muzart (2003) afirma que as escritoras do século XIX, exercem posicionamentos diferenciados, pois estas desenvolvem quebras do silêncio, deslocam algumas práticas naturalizada e refletem sobre as condições sociais que estão inseridas, através de seus textos. Mas quem foi esta mulher?

Nascida em São Luís no ano de 1825, em família abastada, foi morar muito nova na Vila de São José de Guimarães na casa de uma tia, onde viveu e foi educada.

O vilarejo fazia parte do domínio da Comarca de São Luís e despontava como um importante centro comercial. Ocupada por portugueses, índios e escravos a vila foi tomando corpo e incorporando marcas da civilidade burguesa europeia, como as igrejas, comércio e escolas. (MORAIS FILHO, 1975).

Neste cenário cresceu a pequena Maria Firmina que conviveu com personalidades como Sotero dos Reis, do qual tinha relação parental e de quem recebeu incentivo no ingresso para o mundo das letras. Vivenciou uma sociedade marcada por fortes distinções de segregação racial e social, subsídios importantes para as ações da educadora e escritora Maria Firmina dos Reis.

Em suas obras o tema do negro é presente, com claras afirmações que expõem seu posicionamento contrário à permanência e manutenção do sistema escravista no Brasil. Além disso, rompe com o estilo literário do romance voltado ao público feminino quando escreve *Úrsula*, onde a personagem principal se envolve amorosamente, mas não tem o final usual para à época – o final feliz. Nesta obra a personagem principal fica louca e morre ao final, não desfrutando do “juntos para sempre”, característico dos romances femininos oitocentista, que destacavam as posições de sujeito do gênero em relação de oposição e complementariedade. Tal posicionamento de escrita vai contra o ideal do amor romântico e nos indica pistas de uma crítica feita por Maria Firmina à condição feminina naquela sociedade.

Outra importante contribuição de Maria Firmina dos Reis está na área educacional. Com 22 anos foi titular da Cadeira de Instruções Primárias, na Vila de São José de Guimarães, onde desenvolveu suas habilidades no campo do ensino das primeiras letras.

Maria Firmina não teve filhos, tão pouco foi casada. Reunia características suficientes, para ser vista como “uma mulher que não deu certo”. Firmina justificou sua existência através de seu trabalho árduo no campo das letras, educação e crítica a alguns postulados da época. Foi de grande relevância na educação de dezenas de crianças de seu vilarejo, primeiro por ter lecionado por décadas e, posteriormente, por ter fundado uma escola em sua própria residência na Vila de São José de Guimarães.

Ressaltamos que o século XIX foi importante no avanço do estudo feminino, antes às mulheres era negado o acesso ao letramento formal.

A primeira metade do século XIX foi um tempo de aceleração, a vinda da família real modificou a paisagem e os hábitos. Da chegada da família real e corte ao Rio de Janeiro (1808), a colônia tomava-se de ares de Metrópole.

Os novos hábitos apresentados pela corte de D. João IV desencadearam um aumento na produção de espetáculos, ampliaram-se as peças teatrais, as óperas, a entrada de livros, etc. Mas data do Império a primeira legislação sobre a educação feminina, nem 1827 é ortogada a Lei das Escolas de Primeiras Letras (TAVARES; TABAK, 2007, p. 2).

Podemos afirmar que a escolarização sistematizada feminina deu novos ares à condição da mulher na sociedade. O acesso a outras realidades, mesmo que por meio das letras instigou o imaginário de algumas mulheres. Muitas destas, como o exemplo de Maria Firmina, se tornaram pioneiras em áreas distintas, contribuindo para uma mudança significativa do comportamento feminino nos séculos posteriores.

Até os anos 40 do século XIX, na Província do Maranhão não existia nenhuma escola destinada à formação de professores ou professoras para o magistério. O ensino público e o particular estavam voltados para a instrução do homem, como preparatórios para cursos do Ensino Superior. Em se tratando de ensino público, aquele oferecido para mulheres era de péssima qualidade e as poucas escolas a elas destinadas eram apenas de Primeiras letras, onde as meninas preferencialmente recebiam ensinamentos morais, religiosos, prendas do lar e conhecimentos básicos, tais como leitura, escrita e as quatro operações aritméticas. (NEVES, 2011, p. 176).

É nesse contexto que esta inserida Maria Firmina dos Reis, numa realidade de segregação, exclusão e violência, onde mulheres eram doutrinadas para servirem bem seus maridos e conduzirem perfeitamente as atividades do lar. A precariedade no ensino era latente e produz efeitos nos discursos de governantes durante todo século XIX. Todos apontam para uma necessidade de melhorar a “instrução”, aqui a preocupação destina-se exclusivamente ao aperfeiçoamento das escolas de preparo para homens. Um ponto de dificuldade ressaltado nos estudos sobre a educação no Maranhão no século XIX foi a descontinuidade das propostas pedagógicas, que a cada mudança de governo provincial era modificada, esquecida ou até anulada. Estas rupturas trouxeram sérios problemas para o sistema educacional maranhense. (NEVES, 2011).

Abordando a temática do pionerismo e retomando a questão educacional identificamos no Maranhão a existência de escolas mistas, ou seja, escolas que permitiam a convivência de meninos e meninas no mesmo espaço e recebendo educação equiparada. Para os valores oitocentistas esta se configurava uma grande ousadia, visto que a separação entre os sexos era muito defendida entre as elites e religiosos que detinham o poder político.

Relatos afirmam que Maria Firmina dos Reis, após aposentar-se da função de professora de primeiras letras, criou aquela que é considerada por estudiosos como Nascimento Moraes Filho (1975) a primeira escola mista e gratuita do estado do Maranhão. Esta opção reflete a trajetória de vida de Maria Firmina dos Reis que optou sempre por questionar certos valores usuais em sua sociedade. Assim se posicionou contra o escravismo, ideia claramente

defendida em suas obras literárias; questionou o ideal de amor romântico, quando em algumas de suas obras não perpetua com a escrita comum para os romances femininos oitocentista. Firmina ao dar possibilidade de acesso aos estudos a meninas e meninos pobres, podem alguns questionar, somente reproduz um costume do Império, onde muitas professoras abriam em suas residências turmas de ensino. O diferencial refere-se ao fato de as turmas de Firmina serem fundamentadas no modelo misto, onde estudantes, independente do sexo teriam acesso simultâneo ao saber. Esta atitude consiste num grande avanço para os valores da época, que não permitiam o ensino misto.

## 5 CONCLUSÃO

Pensar na mulher no século XIX é uma atividade prazerosa, porém o prazer não está dissociado do trabalho árduo e incessante. As fontes escassas, os textos frutos de uma época onde ser homem era sinônimo de ser superior instigam o pesquisador a identificar todos os tons deste cenário complexo.

É sabida a condição de inferioridade a qual milhares de mulheres viveram durante mais de trezentos anos de nossa história. Entretanto o século XIX foi palco de importantes mudanças encabeçadas por muitas pioneiras, que sabedoras ou não de sua ousadia, se permitiram questionar a ordem estabelecida e realizaram ações pontuais que contribuíram para mudança de todo um ordenamento.

Maria Firmina dos Reis foi uma destas pioneiras encontradas no século XIX, hoje um pouco esquecida, cabe a ela um busto no Museu Artístico e Historiográfico do Maranhão, situado à Rua do Sol desta capital, duas escolas de ensino fundamental que leva o seu nome, situadas no bairro da Cohama desta capital e outra no município de Guimarães, uma rua em sua homenagem também em terras vimarenses<sup>1</sup> e seu túmulo, na cidade que viveu, aberto à visitação. Ademais, cabe a nós pesquisadores resgatar os feitos desta mulher.

Como educadora Maria Firmina propôs um questionamento importante para os postulados educacionais oitocentistas. O governo sabia da carência educacional do estado e as famílias encontravam dificuldade para educar formalmente seus filhos, mas pouco se fazia. Firmina propõe à sociedade do século XIX que se unam meninos e meninas, que se confiem a eles uma educação igualitária e pública, no qual o critério de acesso era exclusivamente a vontade de querer aprender.

Com o nome atrelado à primeira escola de ensino misto e público do Maranhão, Maria Firmina dos Reis fala da Vila de São José de Guimarães para o estado, através de atos e

palavras. Seus livros e poesias atravessaram os tempos e hoje nos permitem visualizar a sociedade oitocentista, nas suas entrelinhas, nos seus impasses e em suas querelas.

## MARÍA FIRMINA DE LOS REYES Y SU CONTRIBUCIÓN PARA LA EDUCACIÓN MARANHENSE EN EL SÉCULO XIX:

breves apuntes

### RESUMEN

El artículo búsqueda presentar elementos para pensarse la educación femenina el siglo XIX, identificando las características que perpassavam las relaciones de poder inclusas en el campo educacional oitocentista. Analiza el caso de Maria Firmina de los Reyes, educadora, escritora y mujer que vivió el siglo XIX en Vila de São José de Guimarães, cuya trayectoria es marcada por rupturas con los códigos de su tiempo.

**Palabras claves:** Genero. Literatura. Historia.

### NOTAS

<sup>1</sup> Vimarense diz respeito a pessoas e localidades da cidade de Guimarães.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

CAMPOS, Marize Helena. As Donas do Poder: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800 – 1822). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís. Editora UEMA, 2009.

CARDORO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da História**. 6. ed. Tradução de João Maria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2003.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e Educação Feminina (1859–1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina dos Reis, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

NEVES, Raimundo Luna. Escola Normal no Maranhão no período 1838-1888. In: FARIA, Regina Helena Martins de; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (Org.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc XIX-XX**. São Luís, EDUFMA, 2011.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PRIORI, Mary Del (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Ed. São Paulo. Contexto, 2006.

RAGO, M. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo**, 2008.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. (1859). Minas Gerais: Editora Mulheres-PUC/MG, 2004.

SALES, Tatiane da Silva. Educação para o lar: instrução e condição social feminina em São Luís (1900–1920). In: ABRANTES, E. S. **Fazendo gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX)**. 2010.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/en.php>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

SOUSA, Alexandre Miller Câmara. Da igreja aos bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina em São Luís na segunda metade do século XIX. In: ABRANTES, E. S. **Fazendo gênero no Maranhão: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX)**. 2010.

TAVARES, Eleuza Diana Almeida; TABAK, Fani Miranda. **Literatura e História no romance feminino do Brasil no século XIX: Ursula**. Bahia, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

TELLES, Norma. **Encantações: escritoras e tradição literária no Brasil, século XIX**. 531 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

## O ENTRE-LUGAR DE DOIS INTELLECTUAIS:

Mestre Severino, Barqueiro e Josué Montello, autor em *Cais da Sagração*

**Edimilson Moreira Rodrigues\***

**Jacqueline Brandão\***

**Clodomir Cordeiro de Matos Júnior<sup>□</sup>**

**Josenildo Campos Brussio<sup>□</sup>**

*Caminhos do mar  
Quem ouve desde menino  
Aprende a acreditar  
Que o vento sopra o destino  
Pelos caminhos do mar*

Dorival Caymmi

### RESUMO

O ambiente marítimo em Josué Montello, na obra *Cais da Sagração* (1971), o insere no rol dos escritores que fizeram do mar a junção de espaços correlacionados pela sua força simbólica. Deste modo, a temática do mar e suas metáforas é objeto deste trabalho, objetivando-se assim, a realizar um estudo do romance de Josué Montello *Cais da Sagração* (1971), refletindo sobre a representação do mar na obra do romancista maranhense. O barqueiro, mestre Severino, personagem de ficção proprietário do meio de subsistência, o Bonança e o outro, o autor, Josué Montello que confirma que a arte é produto da divisão do trabalho. Metodologicamente esta pesquisa constitui-se como exploratória, com abordagem qualitativa, envolvendo um levantamento bibliográfico de literatura específica, e por fim, a análise documental da obra já citado. Ressalta-se a relevância deste estudo, partindo do pressuposto de que o mar em sua forma simbólica – na poética de Montello – é digno de investigação científica.

**Palavras-chave:** Intelectual. Literatura maranhense. Mar.

---

\* Doutorando em Letras, literatura, intermedialidade e tradução-UFF-Niterói, mestre em Políticas Públicas-UFMA. Especialista em perspectivas críticas da literatura brasileira contemporânea-UEMA e especialista em metodologia do ensino superior - UFMA, mestre em Políticas Públicas pela UFMA em metodologia do ensino superior-UFMA. Atua como professor da Universidade Federal do Maranhão do Curso de Linguagens e Códigos, em São Bernardo MA, coordenador do PIBID-UFMA interdisciplinar. Líder do Grupo de pesquisa: AXOLOTL – tradução e intermedialidade em língua espanhola.

\* Graduada em Linguagens e códigos – letras/portuguesa pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, no campus de São Bernardo, pesquisadora do Grupo de pesquisa: AXOLOTL – tradução e intermedialidade em língua espanhola.

<sup>□</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de São Bernardo. Atua como professor de Sociologia no referido curso. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre as Cidades (CITADINOS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

<sup>□</sup> Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC). Coordenador do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de São Bernardo. Atua como professor de Sociologia no referido curso. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre as Cidades (CITADINOS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva realizar um estudo do romance de Josué Montello *Cais da Sagração* (1971), refletindo sobre a representação do mar na obra do romancista maranhense.

Descrevemos o tratamento da temática marítima na obra, associando esta investigação com as questões acerca da estruturação da narrativa; com relevo para o que chamamos entre-lugar dos intelectuais na obra: Mestre Severino, barqueiro e Josué Montello, autor; categorizados neste texto, como intelectuais, porque atuam ambos como elementos chave na estrutura social e literária. E cuja função dos dois intelectuais faz parte dos processos de formação de uma consciência crítica e da organização de suas lutas e ações políticas.

Para tanto, estudamos a configuração do espaço na obra e a ordenação temporal dos relatos, bem como a memória que flui – pela via memorialística de Severino e os comerciantes da Praia Grande – de uma São Luís da segunda metade do século XX.

Em diálogo com a fortuna crítica existente sobre a memória, o espaço marítimo, o romance, e a representação do mar, tendo a categoria <sup>c</sup> <http://www.iesfma.com.br/index.php/r> que marcou uma época nos portos do Maranhão, este artigo ancora-se na certeza de uma pesquisa inovadora quanto ao aspecto da temática – tratar de dois intelectuais, no âmbito da criação literária. Um, o autor, o outro, sua criação, misto de verdade e mentira, que se converte em mercadoria de consumo da sociedade, objeto da divisão do trabalho.

Para Marx (apud EAGLETON, 2011, p. 131):

A arte é um produto da divisão do trabalho, que em determinado estágio da sociedade resulta na separação do trabalho material do intelectual, e assim traz à existência um grupo de artistas e intelectuais relativamente separados dos meios materiais de produção.

Criação antagônica, mas que se estrutura na narratividade e se justifica pela existência do personagem: ser da ficção, que possibilita pensar sobre a sociedade, e, conseqüentemente, sobre o processo produtivo que tem o autor como produtor que, através do seu trabalho intelectual, nos declara – “Ha muitas formas de dizer a verdade, e talvez a mais persuasiva seja a que tem aparência de mentira”, José Américo de Almeida, no pórtico de sua *A bagaceira* (1983).

O ambiente marítimo em Josué Montello, na obra *Cais da Sagração* (1971), o insere no rol dos escritores que fizeram do mar a junção de espaços correlacionados pela sua força simbólica. Uma das formas de dizer 'verdades do mar' e sua força na dinâmica das sociedades litorâneas que dependem, não do fluxo de textos, mas do fluxo das marés. A verdade sobre o

saber de Severino representante de toda uma aglomeração de profissionais autônomos do mar, está declarada em uma das formas persuasivas, a narração, sobre o manto da literariedade.

Mas que também, Montello traça, nas linhas do mar, as rotas mais inusitadas sobre as questões da verdade e da mentira, bem como as da vida e da morte que repetem em ambos, autor e personagem, as semelhanças do homem, como no caso em que Mercedes, filha de Vanju e mestre Severino, reproduz os traços fenotípicos da mãe. “Uma repetia a outra, com a mesma cintura fina, os mesmos quadris, as mesmas espáduas, os mesmos cabelos, as mesmas pernas grossas”. (MONTELLO, 1976, p. 69).

Plagiando Marx podemos deduzir que a literatura não apenas cria um objeto – o romance – para o sujeito, como também um sujeito – o autor – para o objeto, declarando a situação social e histórica de uma época e de uma sociedade. É o caso do romance em tela, em que o autor, como produtor de sentidos, nos presenteia com a fotografia de uma sociedade em transformação, a ludovicense, mas também, de um profissional que foi veículo propulsor e dinamizador da economia local; cuja função social está, na obra, em declínio: o barqueiro, imantado na personagem de mestre Severino artífice e condutor do Bonança.

Posto desta forma, *Cais da Sagração* sagra é o entre-lugar de dois intelectuais: Mestre Severino, barqueiro e Josué Montello, autor.

A obra é um trabalho que pretende demonstrar mais uma das tantas miríades criacionais, deste que é o colecionador de imaginários da literatura maranhense, onde nada se perdia ou passava pelo olvidamento. Usando uma frase de Oliveira (1991) para definir a poética de Rilke, podemos declarar que Josué Montello, como os grandes escritores de nosso tempo, soube copilar do social, com suas querelas marcadas no vulto dos personagens, as questões do fazer literário, pois, “jamais contentou-se em fazê-la deslizar, emoliente e macia, sobre a superfície dos objetos que demarcam a nossa presença no universo” (OLIVEIRA 1991, p. 385). Sua escrita sempre foi um canto épico de alarde das questões étnicas e raciais do homem brasileiro, questionante, da verdade e denunciando os dramas humanos ali coletados.

Assim, para eleger o mar como objeto desta pesquisa, utilizou-se do método exploratório, visto que este permite ao pesquisador mais liberdade, podendo passear por várias perspectivas, motivando conclusões diversas, observando assim, o seu caráter maleável, como afirma Gil (2002).

Inicialmente um levantamento bibliográfico de literatura específica foi realizado – fazendo uso da leitura de referência - e ainda, da leitura corrente, que se refere a obra de cunho literário – em evidência aqui a obra *Cais da sagração*. Foi necessário passar por esse processo, pois para se chegar a uma interpretação específica precisa-se partir de hipóteses de leitura, para

então este trabalho assumir um formato.

É importante ressaltar ainda, que a abordagem aqui se classifica como qualitativa, pois segundo alguns pesquisadores que esclarecem essa perspectiva como, um deslumbrar num universo de significados, momentos, anseios, princípios, valores e tradições.

Tudo isso nos possibilita formular aspectos mais profundos da própria pesquisa, focalizando processos e fenômenos que não se restringem a meras codificações. Mas sim, a análises profundas, que se materializam em ações fundamentadas, das quais se busca descrever, compreender, explicar o objeto em estudo – as metáforas do mar em *Cais da sagração* de Josué Montello.

## 2 'VIAGEM À RODA DO BONANÇA' NO MAR DA LITERATURA

Toda grande literatura é um ato de perplexidade que coloca o homem diante dos enigmas que a vida lhe propõe. A esfera de interesses intelectuais de Montello era dispersa e profundamente vasta. Na obra *Cais da sagração*, ele se aproxima de Moacir C. Lopes, de Jorge Amado, de José Geraldo Vieira só para citar três escritores que fizeram incursões significativas na literatura marítima. Montello, através de seu personagem nos apresenta sua arte ao “fazer narrar a história por intermédio de alguém encolerizado”. Este ser encolerizado, à beira do aniquilamento é Mestre Severino, um ser condenado à morte, mas que resiste a todo chamado como dizendo, eu sou mais forte que o mar revoltado da morte.

E, porque está possuído por grave cardiopatia, diz ao leitor: “A morte, para me apanhar, tem de ter primeiro o meu consentimento. Doutra jeito não me leva. Minha hora ela não escolhe sozinha. Tem de se ver comigo. A vida é minha, foi Deus quem me deu, eu só abro mão dela quando quiser, quando quiser.” (MONTELLO, 1976, p. 47).

Nestas viagens no mar da literatura, a linguagem fantástica, se solda à linguagem onírica dos pescadores litorâneos que se negam a morrer, não porque querem perdurar, mas por motivos de manutenção do *corpus* familiar.

[...] numa luta às vezes implacável com as palavras, o poeta, o narrador, deram forma, corpo, movimento, ritmo, harmonia, vida. Uma vida artificial, feita com a linguagem e a fantasia, que coexiste com a outra, a real, desde tempos imemoriais, e à qual acorrem homens e mulheres – alguns com frequência e outros esporadicamente – porque a vida que têm não lhes basta, não é capaz de lhes oferecer tudo aquilo que gostariam de ter. (VARGAS LLOSA, 2009, p. 23).

Ao lermos a obra de Josué Montello o Bonança, barco de mestre Severino, no mar em cortejo, parece está completando a valsa descrita pelo mesmo autor em *Os tambores de São*

*Luís* – “rufando forte os seus instrumentos rituais”; o Bonança, em sua trajetória pinta uma paisagem diferente das demais descrições de barcos sobre o mar, porque pensamos que ele, o barco, como personagem nos afirma: “a vida que tem não lhe basta”, a vida verdadeira dos barcos não lhe basta, mas é ela mesma, a vida do Bonança, “uma vida artificial, feita com a linguagem e a fantasia”, que nos conduz a pensar que uma vida real, na ausência de fantasias de linguagens não atravessa o corpo real. Pois, ao lermos as descrições das viagens de mestre Severino no Bonança, ela, a narrativa, nos adere à toa da embarcação literária de outro poeta do mar – Fernando Pessoa, quando certifica: “Não procures, nem creias: tudo é oculto”.

O profissão de barqueiro, o ser intelectual Severino, é oculta na história social e econômica do Maranhão e, em especial de sua capital São Luís erguida com o suor e sangue dos negros e dos Estivas que transportavam dos barcos, as mercadorias alimentícias, o algodão, e as nossas especiarias locais, as cerâmicas, as miuçalhas decorativas, os frutos e frutas.

É oculta a história social destes degredados na história econômica. É oculta a história da construção dos barcos, enquanto artefatos artísticos e utilitários dos homens ribeirinhos e lacustres da sociedade maranhense. É oculta a história deste meio de transporte e de cargas. É oculta a vida e a formação da nossa história, dos homens que sobreviveram dos meios de transportes fluviais e lacustre desta sociedade.

Severino não despotencializa a vida, que vê como um ato de responsabilidade moral. (...) A vida para ele não é uma soma de hábitos, mas de atos, resoluções, deliberações, determinações, decisões. Tem o seu *ethos* próprio, que se não fosse o de um homem do povo, dir-se-ia imantado em Avicibrón, o malaguenho extraordinário para quem a vontade é a fonte de vida. (OLIVEIRA, 1991, p. 358, grifo do autor).

O tema do mar está na poética de Montello, a serviço da narrativa que absorve as metáforas do ambiente marítimo vivenciada por “mestre Severino, sua personagem central, um rude barqueiro – um homem que aprendeu com o mar que a vida é um contínuo ato de coragem”. (OLIVEIRA, 1991, p. 357).

O autor maranhense cria seu personagem insulado no mar das grandes narrativas. O autor dialoga com outros escritores, fazendo-se fraterno no tema e na opção memorialística das aventuras que, igualmente ao mar, têm suas tormentas, suas ondas de alto e baixo como constructo estrutural do “personagem vertical”: aquele que se ergue ante às dificuldades da vida novelesca com sua dialética interna, que se confunde com a dialética da vida. Porque, “a dialética que pulsa na vida da poesia não é diferente da dialética social” (BOSI, 1977, p. 67).

O personagem de Josué Montello nos induz, pelo seu poder e vontade de viver, que sua vocação é conhecer e domar o mar em suas profundezas. No qual encontra motivos para viver, para perdurar nele e por ele. Diz o personagem que o conhecimento do mar se confunde

com o seu desejo de liberdade de navegar, que o ancora à vida, sendo a antítese maior da obra. Quando no mar, o personagem se sente seguro, ancorado na vida; quando no porto, é um andrajo em terra movediça, um peixe fora d'água, carente de movimentos, à deriva.

Vida que o faz se aventurar, nesta que é a sua última viagem na companhia do neto Pedro, seu pretense substituto. Estas aventuras se passam em terra, mas a grande tempestade, e os momentos de reminiscências, nos induzem a afirmar que são narrativas do mar pelo que esclarece Góes (2016, p. 23):

Cada um desses elementos, que faz essa espécie de mediação entre o mar e o homem e permite tornar essa massa líquida um espaço pleno, é já parte do ambiente marítimo. Para se pensar espacialmente o mar, portanto, é preciso ligá-lo a outros espaços e assim configurar uma cadeia espacial marítima, onde o mar é quem dá a tonalidade caracterizadora.

Vale o dizer que o Bonança é, segundo, a teoria literária, um personagem, tem vida. Ele faz a travessia, mas também a mediação entre o mar e o homem. É neste *corpus*, no Bonança, e nesta práxis, a experiência das muitas travessias, onde temos a certeza de que “a realidade, o confronto com o real, muda as coisas e os homens”. E no caso da obra, o confronto com o ser das coisas, o fazer, oferece a mudança, o agir de Pedro, o neto, ante a “Concisão absoluta. Perfeita, a homologia entre duas tempestades – a que se desencadeia no mar e a que se desata no espírito do mestre Severino. E, simétrica à ação, a formação de Pedro – sua conversão em barqueiro”. (OLIVEIRA, 1991, p. 359).

### **3 DOIS INTELLECTUAIS – MESTRE SEVERINO E JOSUÉ MONTELLO**

A literatura, como produto social, é objeto de discussões e denúncias. Ela é um artefato social. E, como artefato carrega em si todo um conjunto de valores históricos e sociais, da grande dinâmica do capital. Há sempre um conflito a ser posto, tanto nas obras literárias, quanto na comercialização do artefato livro. Mas como diz Benjamin (1994) “[...] é a literalização das condições de vida que resolve as antinomias”. (BENJAMIN, 1994, p. 125).

Algumas vezes, o conflito é velado, noutras está declaradamente perceptível. As leis do mercado determinam o valor a ser cobrado pela produção do artista que se iguala ao trabalhador. Pois, “[...] o autor é essencialmente um fabricante, que transforma determinados materiais em um novo produto” (EAGLETON, 2011, p. 123), as histórias colhidas nas ruas e praças, da São Luís, pelo narrador de Montello.

Toda produção intelectual é uma relação de poder; há os que mandam e os que obedecem. Neste caso, podemos ilustrar com as grandes obras literárias produzidas em séries;

os que produzem e os que distribuem; a cadeia produtiva dos bens culturais carece de livreiros e distribuidores; há os que divulgam e aqueles que recebem passivos o produto da divulgação; nessa dinâmica, se localiza a mídia e o leitor, que compra o produto sem que haja uma percepção dessas relações de produção. Porque “[...] as relações de produção artísticas são, nesse sentido, *internas* à própria arte, moldando suas formas de dentro para fora”. (EAGLETON, 2011, p. 123).

O lugar do intelectual, Mestre Severino, está determinado como ente que move a vida do ambiente marítimo em todo seu processo produtivo, do pescador ao que visita a capital e dos que embrenham nas cidades da orla. Mestre Severino é barqueiro, é condutor de pessoas e mercadorias, é dono de imóvel, é ele uma peça na grande máquina da economia singela de uma região da orla maranhense. Região posta em suspense pelo narrador, o que determina qualquer lugar da costa ou do interior. Mestre Severino é o ser da “refuncionalização”, ele distribui, comercializa e transforma seu mundo numa aventura comercial pelas rotas do mar e dos rios. A sua vida está vincada pela atuação de intelectual possuidor do meio de produção de sua subsistência, fruto de sua produção artesanal, herança familiar, o barco Bonança: meio de transporte que transforma em algo economicamente válido: a função econômica do Bonança não é criar intermediários, atravessadores, é ser ele mesmo produtor de rendas ao Mestre Severino. Mesmo quando passa anos na cadeia, Severino o deixa adernando à sua espera, o intelectual Severino confirma que “O seu vetor de significação parece ser absolutamente esquivo à ordem burguesa”. (BOSI, 1977, p. 149).

O intelectual Severino não vê apenas o valor mercantil, mas vê a beleza e a importância do Bonança, como a “objetivação da essência humana” que cria “*sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural”. (MARX, 1987, p. 145).

Severino se sabe barqueiro porque sua vida está toda ela centrada no assombro de descobertas de que seu pai, seu avô tiraram do mar a sua sobrevivência, sobre as tábuas do Bonança, e as do mar. Deles aprendeu o manejo do leme, da vela e das rotas, no manto imaginário de cartografias simbólicas: do mar que lemos através dos enigmas de *Cais da Sagração*, das literaturas do mar, e suas “cadeias espaciais marítimas” que se transformam em vida através de nossas experiências compartilhadas com mestre Severino.

O autor, Josué Montello, nos faz usar a feliz lição de Benjamin em diálogo com Eagleton (2011) para dizermos que Severino, barqueiro, e ele, autor, “[...] é igualmente um produtor, análogo a qualquer outro fabricante de produtos sociais”. (EAGLETON 2011, p. 123). Porém, neste nosso mundo moderno, nos perguntamos com Gadamer (2010): “[...] os poetas estão emudecendo”. E os aparatos tecnológicos que individualizam mais que socializam, nos

confirmam: “a arte de narrar está em vias de extinção” (BENJAMIN, 1994, p. 197), não há mais os ritos e as palavras sagradas que abriam o mundo ao homem e o transforma em herói, alertando sempre, pelas imagens literárias que – “O ser herói Marília, não consiste Em queimar os impérios: move a guerra, Espalha o sangue humano, E despovo a terra Também o mau tirano. Consiste o ser herói em viver justo: E tanto pode ser herói pobre, Como o maior Augusto” (GONZAGA. Marília de Dirceu, parte I, Lira XXVII). Severino espelha esta vocação de Gonzaga – é herói pobre, que enriquece a lenda dos barqueiros do Nordeste do Brasil, profissionais autônomos enquadrados como produtores de serviços justos e íntegros.

Isto tudo porque, “A extrema divisão do trabalho manual e intelectual, a Ciência e, mais do que esta, os discursos ideológicos e as faixas domesticadas do senso comum preenchem hoje o imenso vazio deixado pelas mitologias. É a ideologia dominante que dá, hoje, nome e sentido às coisas”. (BOSI, 1977, p. 142).

#### **4 MINHA TERRA TEM LITERATURA DO MAR**

Na narrativa de Cais da Sagração, o mar é representação de espaço seguro para mestre Severino que, a todo instante se sente arregimentado pelas ondas. Permanecer no leito do mar, sobre à tábua da embarcação que o predestina, é condição existencial e elo de permanência na trajetória familiar marítima; no manto do mar o personagem é linha que borda a fronha da delicada travessia humana, mas é também linha com a qual Montello cerze sua incursão na poética do mar. O ambiente marítimo não se confunde com o cidadão, no qual o personagem se sente insulado e enclausurado. A linguagem que utiliza Montello carrega em si, o estigma da separação, a antinomia da sobrevivência. O narrador, em fluxo de consciência, poucas vezes fala de soldo, de valores a receber, mas de pessoas a transportar, do compromisso com a vida. O homem do mar, Mestre Severino, não se molda ao homem da terra, o qual está atravessado pelo cheiro e barulho do ambiente marítimo, que é, ele mesmo, o mar revoltado que se ancora nas metáforas da segurança, com expressões resultantes não da cor local, onde mora, mas da cor e fragrância do local que o habita: o mar. Por isso, podemos dizer que ele é um homem-caracol que carrega seu mar, transporta os ventos, as ondas e o frenético alarido delas no corpo do Bonança.

Como fizeram, principalmente, Moacir C. Lopes, em *Maria de Cada porto* e, Jorge Amado com seu *Mar morto*, Montello se adequa a esses cantantes do mar, criando novos itinerários que são abertos pela proa de suas embarcações, em direção ao mar alto da literatura brasileira. O Pacote voador, segundo barco de Guma, da obra de Jorge Amado, se assemelha

à nau da embarcação de Montello – Bonança, às de Moacir C. Lopes com o vicejo de cortar o mar e suas espumas, no deleite da entrega ao barco, como presente ao leitor, que o adere à sua salídrica e órfica memória.

É interessante ressaltar que os personagens aqui considerados, os barcos, de que estamos tratando têm uma significação própria ao universo marítimo, que tanto podem ser bem declarados quanto podem pejar de significados os elementos que negam suas existências. Na obra de Montello o Bonança indica no lexema uma sólida adequação de bons ares acontecidos, distintamente de autores como Moacir C. Lopes, pois suas personagens estão ligadas ao negativismo da vida e das situações que envolvem o porto e os espaços marítimos.

O narrador descreve as personagens utilizando-se de lexemas do ambiente marítimo. Boca-da-Barra, a personagem mais mal querida, tem esse nome porque boca da barra é o local da praia onde se despejam os esgotos da cidade no mar: ‘Armando era o Boca-da-Barra, porta de mar por onde saem as impurezas das cidades’. (GOÉS, 2016, p. 90).

Vale o destaque para dizer com Goés (2016, p. 90):

Os lexemas voltados ao universo marítimo conferem à tessitura verbal da espacialidade das narrativas de Lopes o ar marítimo característico dos romances ditos do mar. E analisando mais a fundo esses lexemas, poder-se-á vislumbrar características importantes das várias categorias da narrativa e o como esses elementos interagem a fim de dar contorno à história contada.

Montello move o personagem na eterna busca da viagem interior, na construção de laços entre ele, o barco, e, supostamente, o neto Pedro com seu pendor que oscila para as artes. O personagem tem confiança na vida; mas esta só tem sentido no chão do barco Bonança, como dizendo: eu sou o Bonança, e o Bonança sou. Somos um só navegados pela ondas do mar que nos conduz à vida e à morte. Ainda assim ele submete a morte à sua vontade, que não representa entrega, derrota ou ato de submissão ante as aventuras que a vida proporciona: “O homem só morre quando se entrega”. (MONTELLO, 1971, p. 43).

Neste ato de resistência e voluntarismo sua reflexão se ajusta a Bachelard (1989) “O herói do mar é um herói da morte. O primeiro marujo é o primeiro homem vivo que foi tão corajoso como um morto” (BACHELARD, 1989, p. 76).

Todas estas incursões náuticas estão contempladas na vocação do homem costeiro, como Josué Montello, em transpor o mar em forma de poesia, de prosa ou romance. Orientados por operações intelectuais que dão conta de recordar o que o mar provoca no homem da orla marítima, transformando-os em personagens, suas histórias e causos contados no frescor dos cais, fazem dos escritores, recompiladores das narrativas marítimas, o masculino da Sherazade.

A única companhia segura para Severino é o mar, sem ele o personagem se sente

preso, mais que quando pagou pena pela morte de sua companheira que conheceu no Cais da Sagração, e o fez atravessar o degredo da condição de assassino confesso.

Ambas as histórias, de Severino, de Montello, e de sua mulher, estão alagadas pela poética do mar que é memória humana. Diz-nos Schlafman (1998, p. 207) que “Todo romance é memorialístico, no sentido de que romance é libertação de estado interior profundo, soma de experiências observadas e vividas”.

Em nossa eterna vocação de narrar os fatos, entender o presente e o passado, o homem se vale da linguagem literária como uma fórmula algébrica. A literatura é leitora privilegiada dos signos da vida, plagiando Costa Milton, mas é também privilegiada pela leitura que faz o escrito ante a vida, e no caso de Montello, ante o mar que alagou desde sempre, primeiramente no mar do Maranhão e, depois, no mar da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Asseverando para os leitores que o escritor de *Os Tambores de São Luís* nos faz enveredar pela sua consciência história, com seu vigor épico, toda sua soma de vivências de e sobre o mar. “[...] por consciência histórica a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo”. (RUSEN, 2001, p. 57).

Tais operações mentais, nos levam a refletir que a história e a literatura têm algo a nos dizer, ambas lidam com materiais de pesquisa idênticos, constituídos de materiais discursivos, permeados por distintas maneiras de narrar os fatos e observar os documentos ou, no caso da literatura, os “monumentos literários”. (WARREN, 1975).

No seu fluir como no percurso do mar que retraça o homem, ele, o romancista também retraça a vida sob o signo de luta entre a água, o tempo e o homem. Nesta organização subjetiva da realidade que se faz em cada presença do ser da narrativa, está a imaginação, e, neste estudo, a imaginação sobre o mar.

## 5 CONCLUSÃO

Deste modo, podemos afirmar que a literatura de Josué Montello, *Cais da Sagração* permite análises comparativas com a poética do mar, do tempo e das intempéries do texto que se solidificam aos ritos da narratividade. “A verdadeira relação entre água e tempo passado dá-se, portanto, num nível mais profundo da imaginação das águas, no mesmo nível em que se encontra a morte tomada como uma eterna viagem marítima (GOÉS, 2016, p. 56), viagem realizada, em busca das aventuras que, terrestre, nos transportaram ao tempo da São Luís de

começo do século XX e das sagas dos barqueiros aguerridos daquele mar de outrora.

O trato dos dois intelectuais confirma: o personagem é um intelectual, distintamente do que já sabemos sobre o autor. Este posicionamento é uma questão de destruição de paradigmas. Pois considerar o ser da ficção como ente real é contrapor categorias cristalizadas. O personagem é ser fictício e se o é, existe e reflete a trama das relações sociais. Pelas suas atuações e funções enquanto intelectuais inseridos nos processos de formação de uma consciência crítica, bem como na estrutura e na organização de suas lutas e ações políticas.

O que nos faz lembrar o crítico maranhense Franklin de Oliveira quando aduz “A personagem não é um objeto, como o poema na poesia lírica, mas um agente dotado de uma multiplicidade de vozes. Na morfologia da personagem projeta-se toda a morfologia da sociedade à qual a personagem pertence”. (OLIVEIRA 1991, p. 352).

### THE ENTRE-PLACE OF TWO INTELLECTUALS:

Mestre Severino, Barqueiro and Josué Montello, author on *Cais da Sagração*

#### ABSTRACT

The maritime environment in Josué Montello, in the work *Cais da Sagração* (1971), places him in the list of writers who made the sea part of the junction of spaces correlated by their symbolic force. In this way, the thematic of the sea and its metaphors is object of this work, aiming at the study of the novel by Josué Montello *Cais da Sagração* (1971), reflecting on a representation of the sea in the work of the Maranhense novelist. The boatman, Master Severino, fiction character owner of the means of subsistence, Bonança and the other, the author, Josué Montello confirms that art is the product of the division of labor. Methodologically this research is an exploratory one, with a qualitative approach, involving a bibliographical survey of specific literature, and finally, a documentary analysis of the work cited. It is emphasized the relevance of this study, based on the assumption that the sea in its symbolic form - in the poetics of Montello - is worthy of scientific research.

**Keywords:** Intellectual. Maranhense literature. Sea.

#### REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Mar morto**. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1977.

COUTINHO, C. N. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 34, 1990.

EAGLETON, Terry. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica da obra de arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOÉS, Fernando. **A representação do mar na obra de Moacir C. Lopes**. Tese de Doutorado em UNSEP Araraquara – Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras. São Paulo: 2016.

GRAMSCI, A **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MANACORDA, M. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARX, Karl. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

MONTELLO, Josué. **Cais da sagração**. Rio de Janeiro: Record, 1971.

OLIVEIRA, Franklin. **A dança das letras**. Rio de Janeiro: Top Books, 1991.

RUSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTIGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SCHLAFMAN, Léo. **A verdade e a mentira – novos caminhos para a literatura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

VARGAS LLOSA, Mário. In: MORETI, **A história do romance**. São Paulo: Record, 2009.

## O SINDICALISMO NO BRASIL: trajetória histórica e estrutura sindical

Denise de Jesus Albuquerque\*

### RESUMO

O presente artigo trata do processo de surgimento e desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, destacando-se a estrutura sindical corporativista assumida pelo movimento sindical brasileiro a partir da década de 1930. Destaca-se, ainda, o surgimento e crise do novo sindicalismo no contexto das lutas pela redemocratização no país e a nova estrutura sindical assumida a partir de então. Por fim, faz-se uma breve análise do movimento sindical brasileiro no contexto do neoliberalismo, enfatizando-se as posturas das centrais sindicais mediante os governos neoliberais das décadas de 1990 e 2000.

**Palavras-chave:** Sindicalismo. Corporativismo. Novo sindicalismo. Neoliberalismo.

### 1 INTRODUÇÃO

Para tratar da história do sindicalismo brasileiro e da estrutura sindical que por aqui se constitui tomaremos como ponto de partida o debate em torno da organização política da classe trabalhadora a partir do legado marxiano e da tradição marxista. Nesse sentido, o reconhecimento da luta de classes como fio condutor da história é fundamental.

A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporações e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito. (MARX; ENGELS, 2010, p. 40).

Sendo a sociedade capitalista aquela que simplifica estes antagonismos de classe, dividindo a sociedade em duas classes fundamentais, burgueses e proletários, Marx e Engels vão argumentar no *Manifesto Comunista* a necessidade dos trabalhadores organizarem-se enquanto classe contra a exploração capitalista e pela emancipação humana, sendo esta possível apenas com a destruição do capitalismo a partir de uma revolução proletária.

A discussão em torno das classes sociais configura-se como uma das mais importantes no âmbito da tradição marxista. Embora a sua existência seja bastante anterior ao próprio modo de produção capitalista, neste tipo de sociedade, de acordo com a visão de Marx, as classes sociais são determinadas na esfera da produção. Nesse sentido, os aspectos que comumente são utilizados para caracterizar as classes sociais como aqueles que indicam a qual classe pertence cada indivíduo na sociedade, na verdade, são definidos pela posição que cada homem e mulher ocupa em relação à produção: se dono dos meios de produção ou se detentor apenas da força de trabalho.

---

\* Assistente social, Professora do Curso de Serviço Social do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail: denicst@yahoo.com.br

No tocante à questão da formação da consciência de classe por parte da classe trabalhadora, verifica-se que a presença de elementos objetivos (a realidade existente) e subjetivos (os sujeitos que fazem parte dela) são determinantes para a formação desta. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Como exemplo, podemos citar a passagem do *Manifesto Comunista* em que Marx e Engels apontam que as próprias condições de desenvolvimento da indústria e crescimento do proletariado permitem a aglutinação e união dos operários que se percebem todos nas mesmas condições de exploração e começam a lutar contra tal feito. (CARDOSO, 1995).

[...] com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda a diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. [...] os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular toma cada vez mais o caráter de confrontos entre duas classes. Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaver de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. (MARX; ENGELS, 2011, p. 47-48).

Nesse sentido, a passagem da “classe em si” à “classe para si”, pressupõe um processo de organização e luta da classe trabalhadora. Inicialmente, esta luta diz respeito aos aspectos econômicos da exploração capitalista levando os trabalhadores a uma “consciência sindical” cujo grau máximo é o nível reivindicatório. Nesse sentido, a luta econômica (ou sindical) configura-se como uma luta reformista na medida em que suas reivindicações estabelecem-se nos marcos do capitalismo. Diz respeito, portanto, às mudanças nas condições da compra e venda da mercadoria mais importante, a força de trabalho. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A sinalização para os limites da luta econômica não implica uma desqualificação desta por parte de Marx e Engels e de outros pensadores marxistas como Lênin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Gramsci. Ao contrário, estes têm em comum o reconhecimento de que a luta econômica constitui um momento importante da luta de classes, não podendo ser vista como um fim em si mesma.

A luta econômica tem o mérito de reunir os trabalhadores em torno de reivindicações que dizem respeito à condição de existência destes enquanto classe trabalhadora, a “classe em si” e, desse modo, tem o papel de educar os trabalhadores para uma luta maior, a luta contra o próprio capitalismo. Nesse sentido, trata-se de reconhecer os limites da luta econômica (sindical) e não de desprezá-la.

No debate sobre a organização da classe trabalhadora segundo a tradição marxista, é inegável a distinção existente entre sindicato e partido. Esta distinção se dá em função da própria diferenciação entre luta econômica e luta política.

A luta econômica (sindical) é de responsabilidade dos sindicatos por ter um caráter mais específico no que tange ao seu objetivo central: “[...] melhorar a situação material e cultural do proletariado, além de ampliar seus direitos políticos”. (FRANÇA, 2013, p. 191). Trata-se, portanto, de uma luta reformista, de melhorias nos marcos da sociedade capitalista.

No que tange à tarefa de organizar os trabalhadores para a revolução social, isto é, a luta política, esta fica a cargo do partido revolucionário.

Nesse sentido, ambos os tipos de organização são muito importantes para a luta da classe trabalhadora, mas cada um tem um papel específico neste processo.

Vejam agora um pouco do processo de organização sindical da classe trabalhadora no Brasil.

## **2 A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA: PROCESSO HISTÓRICO E ESTRUTURA SINDICAL**

Partiremos do processo de formação da classe operária brasileira para compreendermos como se dá o surgimento e desenvolvimento do sindicalismo no Brasil. Para tanto, recorreremos inicialmente à análise de Mattos (2009) sobre tal processo. Concordamos com este autor quando ele diz:

[...] numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada sem levar em conta as lutas de classes – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas. (MATTOS, 2009, p. 17).

É comum nos estudos sobre a formação da classe operária no Brasil tomar-se como único fato histórico determinante a vinda dos imigrantes europeus no ano de 1888. No entanto, é preciso perceber os elos existentes entre o trabalho escravizado e o trabalho assalariado em nosso país no século XIX, uma vez que, até 1850 – ano em que se deu o fim oficial da escravidão e a repressão ao tráfico negreiro –, os trabalhadores escravizados eram responsáveis não somente pelas atividades nos grandes latifúndios monocultores, mas também realizavam importantes tarefas nas principais cidades brasileiras (portos, transportes terrestres, comércio urbano e até mesmo as primeiras fábricas). (MATTOS, 2009).

Embora em condições diferentes, trabalhadores escravizados ou livres conviviam uns com os outros compartilhando hábitos, valores, experiências de trabalho e de organização e luta. Assim, muitas das lutas empreendidas pelos escravizados tiveram o apoio e solidariedade dos trabalhadores assalariados da época e a “[...] luta pela liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação”. (MATTOS, 2009, p. 21).

Nesse processo, as experiências de luta e organização também foram compartilhadas, como é o caso das associações de caráter religioso (permitidas aos escravizados), as associações de ajuda mútua (mutuais), que não tinham caráter religioso e que eram compostas apenas por trabalhadores assalariados, as greves e primeiras associações com caráter sindical<sup>1</sup>. Vale ressaltar que as primeiras organizações operárias eram marcadas pela forte presença de lideranças negras.

Sendo a escravidão um aspecto central da luta de classes no século XIX, é necessário não perdermos de vista que a luta pela liberdade se coloca naquele momento como um eixo de ligação entre trabalhadores escravizados e trabalhadores assalariados. Nesse sentido, ainda que não se possa falar em uma classe operária completamente formada naquele período, é imprescindível levarmos em conta que através da partilha de experiências de trabalho e de vida foi possível também a partilha de experiências de organização e de luta, “[...] gerando valores e expectativas comuns, que acabariam tendo uma importância central para momentos posteriores do processo de formação da classe”. (MATTOS, 2009, p. 30).

De acordo com Mattos (2009), a República Velha (1889-1930) constitui um momento histórico determinante para a formação da classe trabalhadora brasileira e do movimento operário, em que pese o pequeno volume do operariado industrial naquele período.

Vale destacar que o cenário brasileiro do mercado de trabalho à época era de profunda diferenciação quanto à origem nacional e étnica dos trabalhadores – em que os trabalhadores de origem negra em geral ocupavam-se de funções domésticas e recebiam uma remuneração mais baixa que os estrangeiros –, péssimas condições de trabalho nas fábricas, com super exploração de mulheres crianças, além de baixos salários e alto custo de vida nas cidades.

No tocante à participação política dos trabalhadores na República Velha evidencia-se que pela via da política partidária esta era praticamente inexistente devido à proibição do voto dos analfabetos, das mulheres, dos menores de 21 anos, além de outras. No entanto, outras formas de participação podem ser observadas como, por exemplo, no caso de protestos urbanos violentos contra aumentos de tarifas públicas e intervenções abusivas do poder público na vida privada dos indivíduos (“Revolta da Vacina” em 1904). (MATTOS, 2009)

Em termos de lutas sindicais, Abramides (1995) destaca que a partir de 1901 inicia-se o ciclo de greves operárias que tem por expoentes as greves gerais de 1905, 1907, 1917 e 1919.

Tais greves apresentavam como principais reivindicações: melhores salários, redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho do menor, aposentadoria, etc. Como fruto destas pressões dos trabalhadores, em 5 de fevereiro de 1907 é criado o decreto-lei nº 1.637 que se refere à legalização dos sindicatos.

No processo de formação do movimento sindical, correntes políticas com concepções e práticas sindicais distintas disputaram a direção das primeiras organizações sindicais. Logo nas primeiras décadas do século XX o peso maior foi dos anarquistas que defendiam a ideia da ação direta (a greve) como principal meio para a mobilização e conscientização dos trabalhadores para a transformação profunda da sociedade (fim das classes e do Estado).

Como estratégia para despertar a mobilização operária, esse sindicalistas revolucionários defendiam a utilização intensiva de meios de propaganda, como os jornais e as palestras. [...] Os anarquistas acreditavam, ainda, que a emancipação social dos trabalhadores dependia de sua libertação moral dos vícios e das ideologias da burguesia[...]. Uma verdadeira cultura operária deveria, segundo essa ótica, surgir e difundir-se por meio de bibliotecas proletárias, centros de estudos, círculos culturais, escolas livres, teatro social e literatura engajada. (MATTOS, 2009, p. 49).

No entanto, no início dos anos 1920 verifica-se um declínio do anarcossindicalismo a partir da repressão do Estado com o fechamento de entidades sindicais e jornais de trabalhadores, prisão de lideranças sindicais, etc. Além deste fator, contribuiu também para o referido declínio a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Os comunistas privilegiavam a política partidária mas viam nos sindicatos espaços importantes de aglutinação de trabalhadores e difusão da doutrina comunista. Em fins da década de 1920 os comunistas ganham a hegemonia no meio sindical e criam uma central sindical sob sua orientação, a Confederação Geral do Trabalho do Brasil (CGTB). (MATTOS, 2009).

Além dos anarquistas e dos comunistas tiveram também atuação no nascente movimento sindical – embora àquela época não conseguissem dirigir o movimento – aqueles que defendiam a conciliação de classes, que acreditavam que os trabalhadores para alcançarem seus objetivos deveriam cooperar com o Estado e o patronato. Era um grupo heterogêneo composto por católicos, “não extremados”, “práticos” e cooperativistas que eram chamados de sindicalistas “amarelos” pelos seus adversários.

## **2.1 Corporativismo e estrutura sindical**

A análise do movimento sindical brasileiro a partir da década de 1930 deve ter como ponto de partida o exame preciso do que foi o primeiro governo Vargas. Sob este governo, o Estado

assume o papel de regulador e protetor ao apresentar-se como inventor da legislação social. (MATTOS, 2009).

De acordo com Abramides (1995, p. 42):

A partir de 1930, tem-se, portanto, um afastamento cada vez maior da democracia liberal, até surgir um quadro corporativista estatal – elitista, paternalista, com baixo nível de institucionalização, o que confere enormes poderes a Getúlio Vargas.

De um lado tem-se um processo de centralização político-administrativa que leva a uma conformação autoritária do Estado brasileiro. De outro, uma política social que interfere não somente no âmbito da reprodução da força de trabalho, mas também no controle da classe trabalhadora e do movimento sindical ao instituir uma legislação sindical que tinha por características:

[...] o modelo do sindicato único por categoria e região (monopólio de representação), a estrutura vertical por categorias (sindicatos locais, federações regionais e confederações de abrangência nacional), e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções; [...] leis que instituíam a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista. (MATTOS, 2009, p. 63).

Tal estratégia é parte do novo tratamento dado pelo Estado à chamada “questão social”. Percebendo que não é mais possível atuar apenas pela repressão o Estado passa a intervir legalmente nas organizações sindicais, instituindo o modelo de sindicato oficial sendo este completamente atrelados ao Estado, com o objetivo de servir como interlocutores entre os trabalhadores e o governo e vice-versa.

Apesar do papel desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em difundir o modelo de sindicato oficial, as organizações sindicais autônomas resistiam a esse processo e até 1934 haviam dois tipos de sindicatos: o oficial e o livre. No entanto, não foram poucas as investidas do Estado para neutralizar o sindicalismo mais combativo, dentre as quais destacam-se: estímulo à criação de sindicatos oficiais e vinculação da concessão de benefícios das novas leis trabalhistas à representação oficial, ocasionando uma pressão das bases sobre as lideranças sindicais combativas. (MATTOS, 2009).

Sob a justificativa de defesa da interposição dos interesses coletivos sobre os individuais, o Estado interventor foi se impondo. Nesse cenário o corporativismo foi se afirmando e, com ele, uma estrutura sindical de *cima para baixo* cujo reconhecimento e aprovação devem vim do governo. Segundo Abramides (1995, p. 44), “[...] este fato marca, também, o fim do sindicalismo baseado na luta de classes, que vê nas lutas econômicas e salariais um meio de chegar à abolição da exploração baseada na propriedade privada dos meios de produção”.

Um fato importante que demarca esse processo de controle estatal sobre os sindicatos é o decreto-lei 24.694, de 12 de julho de 1934, portanto, quatro dias antes da promulgação da Constituição de 1934. Tal decreto é uma resposta à Assembleia Constituinte que havia fixado a pluralidade sindical e a autonomia dos sindicatos. (ABRAMIDES, 1995).

O artigo 2º em sua letra “c” reafirma o sindicato como órgão de colaboração de classes, sendo que os seus estatutos deveriam passar pela aprovação do Ministério do Trabalho, ficando as organizações sindicais submetidas à fiscalização e eventual intervenção do Estado. Além disso, estas não poderiam desenvolver atividades políticas e/ou manifestar qualquer tipo de posicionamento ideológico ou religioso.

Apesar dessas medidas em 1934 já indicarem um controle do Estado sobre os sindicatos, será sob o Estado Novo que tal controle se consolidará, através da Constituição de 1937 e do decreto-lei 1402 de julho de 1939 (ancorado na *Carta Del Lavoro*<sup>2</sup>, de Mussolini).

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio controla os estatutos, a economia, as finanças, as eleições e obriga os sindicatos a manter um livro de registro. Volta a obrigatoriedade do sindicato único, a unicidade sindical, mas permite-se a coexistência com as associações profissionais [...]. Proíbe-se totalmente o direito à greve. O caráter dessa legislação vicia de paternalismo as relações entre trabalhadores e governo. (ABRAMIDES, 1995, p. 48).

Três outras medidas corroboram para a institucionalização desta estrutura sindical dependente do Estado: a criação do salário mínimo em 1940, a criação do imposto sindical em 1942 e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

No tocante ao imposto sindical, este permitia um controle direto do Estado sobre as finanças e atividades desenvolvidas pelos sindicatos. Sobre este imposto, França (2013, p. 95) aponta:

O imposto sindical é uma contribuição compulsória referente a 1/30 do salário do trabalhador descontada anualmente, criada pelo trabalhismo de Vargas para que os sindicatos tivessem condições financeiras para se estruturar, com sede campestre, assistência jurídica, odontológica etc. e dessa forma se tornassem mais atraentes e conseguissem expandir o número de filiações, o que até aquele momento não havia conseguido. [...] A divisão do montante desse dinheiro seria realizada da seguinte forma: 54% ficaria com os sindicatos, 15% com a federação, 5% com a confederação, 20% com o Ministério do Trabalho e 6% com os bancos para saldar seus custos.

Já no que se refere à unicidade, esta é a expressão de uma estrutura sindical fragmentada e verticalizada, em que cada categoria profissional pode ter apenas um sindicato por município, evidenciando-se com isso a ausência de concorrência conjugada aos rígidos limites impostos pela legislação sindical.

O estabelecimento dessa estrutura sindical atrelada ao Estado contribuiu para o enfraquecimento do movimento sindical autônomo e classista. Porém, isso não significa uma falta de resistência por parte das lideranças mais combativas a tal processo de tutela governamental.

Analisando esse processo, Mattos (2009, p. 72) contrapõe-se à interpretação tradicional que afirma ter existido um pacto entre trabalhadores e Estado, em que aqueles “[...] abriam mão da autonomia e combatividade de seus sindicatos, em troca de benefícios materiais concedidos pela legislação social”. Este autor explica que a legislação social já havia sido praticamente toda elaborada entre 1930 e 1935 e as organizações combativas de trabalhadores seguiram resistindo à tutela do Estado. Além disso, ele afirma que os ganhos materiais da classe trabalhadora com a legislação social precisa ser relativizada na medida em que durante o período de guerra houveram restrições à legislação trabalhista e impôs-se uma situação de extrema exploração da classe operária.

Durante o período de 1945 até o golpe de 1964 a estrutura sindical permaneceu inalterada, no entanto, verificam-se fases distintas de mobilização sindical: no período de 1945-1946 tem-se a retomada das lutas no processo de redemocratização; entre 1947 e 1950, anos finais do governo Dutra, a repressão aberta ao movimento sindical; durante o segundo governo Vargas e primeiros anos de JK acontece a retomada das direções sindicais por parte dos setores mais combativos além do ressurgimento das greves e; início dos anos de 1960, tem-se as grandes mobilizações. (MATTOS, 2009).

Apesar das mobilizações evidenciadas nas conjunturas citadas,

[...] as lideranças mais combativas preferiram usar os recursos do sindicato oficial a combater decisivamente seu modelo atrelado ao Estado. Quando o golpe de 1964 pôs fim às esperanças de amplas transformações sociais no país, aquela estrutura mostrou seu potencial repressivo. Milhares de cassações de dirigentes e intervenções em entidades sindicais desmantelaram, em poucos meses, o trabalho de duas décadas de mobilização. (MATTOS, 2009, p. 77-78).

A ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964 impôs ao movimento sindical mais combativo muitíssimos limites, mas também algumas importantes oportunidades.

Como era de se esperar, a intervenção militar sobre os sindicatos e as lideranças sindicais combativas processou-se de forma rápida e violenta. Os sindicatos sofreram intervenção direta do governo e as lideranças foram duramente perseguidas. Além disso, houve a criação de diversos mecanismos de desmobilização dos trabalhadores, a exemplo do fim da estabilidade aos dez anos de serviço que fora substituída pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e desmonte do sistema previdenciário com a substituição dos IAPs pelo INPS. (MATTOS, 2009).

No entanto, essa conjuntura marcada pela repressão e superexploração da classe trabalhadora, que produziu o chamado “milagre brasileiro”, possibilitou a retomada das greves e lutas sindicais a partir da década de 1970 através da ação de ativistas combativos que organizaram os trabalhadores a partir das empresas.

## **2.2 Surgimento e crise do *novo sindicalismo***

A ditadura inaugurada no Brasil em 1964 situa-se no marco do que Florestan Fernandes (1976) configurou como a terceira fase do desenvolvimento do capitalismo brasileiro: a irrupção do capitalismo monopolista.

No bojo deste processo, o regime instaurado no Brasil em 1964 teve como principais marcas a falta de democracia e um modelo de desenvolvimento econômico que gerou um aumento significativo da concentração de renda e a elevação da dívida externa do país.

Conforme Oliveira (1999), o golpe de 1964 representou também todo um esforço por parte das elites dominantes em anular a construção política empreendida pelas classes subalternas desde os anos trinta do século passado. Tal processo coaduna-se com uma característica marcante da formação da sociedade brasileira, qual a seja a destituição da fala dos sujeitos pertencentes às classes dominadas.

Se por um lado, a ditadura militar promoveu a cassação dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros com o fechamento de várias organizações políticas de trabalhadores e estudantes, por outro, impulsionou juntamente com outros fatores de ordem econômica e social a organização dos diversos setores de trabalhadores que lutavam contra o projeto de modernização conservadora das elites que produzia cada vez mais pobres e miseráveis, à revelia da propaganda dos militares sobre o chamado Milagre Econômico.

É partindo deste cenário complexo que devemos analisar a retomada das lutas operárias e sindicais, naquilo que se convencionou chamar de *novo sindicalismo*.

A denominação Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. É importante, porém, lembrar que o sindicalismo combativo esteve presente em toda a trajetória do sindicalismo durante o século XX, por meio do anarcosindicalismo, dos socialistas, comunistas, trotskistas, das pastorais operárias (vinculadas à Teologia da Libertação), e desenvolveram uma ação sindical classista e de lutas. Portanto, não se trata de um novo sindicalismo, posto que o sindicalismo classista de outrora estava sendo retomado nesse momento após anos de repressão ao movimento sindical. Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados ‘novos movimentos sociais’, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido. (ABRAMIDES, 2016, p. 463).

Como já sinalizado anteriormente, o “milagre brasileiro” se deu à custa da superexploração da força de trabalho, intensificando a industrialização do país e tendo como consequência o crescimento do proletariado industrial que começa a se mobilizar em seus locais de trabalho – as fábricas – a partir de 1975.

No ano de 1977 tem início a luta pela reposição salarial e os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, realizam assembleias com mais de cinco mil trabalhadores para organizar a luta pelos 34%. Em 1978 eclodem as greves nas fábricas que se combinam às greves de muitas outras categorias de trabalhadores que realizam-na pela primeira vez. (ABRAMIDES, 1995).

Tais mobilizações apresentam como principais características: extrapolam o âmbito da fábrica e expandem-se para o espaço da cidade, da Câmara Municipal, dos estádios, etc.; enfatizam a organização dos comitês de fábrica, das comissões operárias, oposições sindicais, etc.; têm como reivindicações sindicais a luta por liberdade e autonomia sindical e pelo direito de greve, a estabilidade no emprego para os dirigentes sindicais, negociações diretas com os patrões, melhoria das condições de trabalho, etc.; dentre outras.

Desse modo, segundo Abramides (1995, p. 97):

O novo sindicalismo no Brasil, que surge a partir de 1978, é sem dúvida um marco na vida de história e luta da classe trabalhadora no país. A concepção e prática sindical apresenta traços de descontinuidade e diferenças profundas em relação à existente no período anterior e durante a ditadura militar.

Como expressão de uma nova concepção e prática sindical o *novo* sindicalismo contrapôs-se ao sindicalismo “oficial”, ancorado na estrutura sindical corporativista, herdada do governo de Getúlio Vargas, além de combater o “peleguismo”, com sua política de colaboração de classes calcada no imposto sindical e o populismo sindical que se apoiava em ações assistencialistas para obter adesão das massas.

Vale ressaltar que no bojo desse processo em que é gestado o *novo* sindicalismo temos a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, sendo este em sua origem um partido classista, identificado “[...] com a luta por uma sociedade sem exploradores e explorados sem afirmar, contudo, que essa luta é pelo socialismo”. (ALBUQUERQUE, 2008, p. 37).

Desde 1979 há a tentativa por parte das lideranças sindicais do ABC paulista, dentre as quais encontrava-se Luís Inácio Lula da Silva, de construção de uma central sindical que aglutinasse todo o sindicalismo combativo. Desse modo, em 1983 é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que reunia os sindicatos que se identificavam com o *novo* sindicalismo e as oposições sindicais que tentavam afastar os pelegos dos sindicatos.

Surgida da luta contra a estrutura sindical oficial, a Central apresenta como princípios fundamentais a democracia sindical, a unidade da classe trabalhadora, a liberdade e autonomia sindicais, a organização por local de trabalho, dentre outros. (MATTOS, 2009).

Vale destacar que o processo que dá origem à Central Única dos Trabalhadores foi marcado por divergências entre os grupos que compunham o chamado movimento sindical à época. Os sindicalistas combativos criticavam a Unidade Sindical<sup>3</sup> por definirem-na como pelega, burocrática e autoritária que pretendia se transformar em uma Central Sindical por meio dos pelegos e reformistas. Estes, portanto, adiaram o quanto puderam a fundação da nova central.

Descontentes com a concepção e prática sindical defendidas pelos sindicalistas combativos que resultou na criação da CUT, os adeptos do sindicalismo de “resultados ou negócios” criaram mais tarde a Força Sindical. Os defensores deste tipo de sindicalismo afirmam que o movimento sindical deve ser apolítico e ter sua ação restrita ao âmbito sindical. (ABRAMIDES, 1995).

Para o sindicalismo de resultados, o sindicato nada mais é que um elemento de reprodução do capital, sendo seu papel “vender por um preço mais caro a força de trabalho de seus associados”, nas palavras do dirigente sindical Luís Antonio de Medeiros. Destarte, a greve consiste tão somente num elemento de barganha comercial. Este setor defende claramente o neoliberalismo como saída frente ao capitalismo e por isso é contrário a qualquer intervenção estatal na economia. Defendem, ainda, a unicidade sindical definida em lei, expressão da velha estrutura sindical.

O processo de construção da CUT representa por si mesmo uma ruptura com a estrutura sindical oficial que proibia a formação de centrais sindicais. No entanto, esse processo foi marcado também por contradições uma vez que não é fácil romper com tal estrutura tendo que sofrer as pressões dela decorrentes, como demonstrou França (2013, p. 105):

[...] a pressão exercida pela estrutura oficial sobre o *novo* sindicalismo será bastante forte, como demonstra um panfleto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo por ocasião da eleição da diretoria dessa categoria em 1981, quando ao final da campanha havia a caracterização de que a oposição finalmente venceria o pleito e derrotaria a direção vigente desde 1964. Sob a justificativa de que ‘a massa operária está[va] atrasada e não dá[va] para mudar a mentalidade arraigada desde os últimos cinquenta anos de uma só vez’, a oposição apelou para o assistencialismo em um material intitulado ‘Vamos melhorar o atendimento médico’.

O que se percebe, portanto, é uma profunda contradição entre o discurso crítico da Oposição Metalúrgica Sindical que, na década de 1970 contrapunha-se totalmente à estrutura sindical oficial e ao assistencialismo do sindicalismo atrelado ao Estado, e a prática sindical empreendida por este grupo. Porém, concordamos com França (2013) de que é necessário levar

em consideração as contradições próprias da luta de classes, sobretudo nos períodos avessos à democracia, como é o caso da ditadura militar.

No que tange às propostas do *novo* sindicalismo para o movimento sindical estas foram aprovadas na primeira Conferência da Classe Trabalhadora (1ª Conclat) em 1981 e tratava tanto de questões referentes ao direito do trabalho quanto à estrutura sindical.

No tocante ao direito do trabalho a 1ª Conclat defendia a criação de um novo Código Nacional do Trabalho, uma vez que acreditava que a legislação trabalhista brasileira não representava os interesses da classe trabalhadora. Enquanto esse Código não fosse criado era necessário lutar pela revogação imediata do Título V da CLT, que trata da estrutura sindical do Estado e da restrição ao direito de greve, pela modificação da legislação vigente quanto às restrições aos direitos econômicos, sociais e de ação sindical dos trabalhadores, assim como pelo cumprimento pleno dos dispositivos da CLT de proteção ao trabalho. (FRANÇA, 2013).

Dentre as questões referentes ao sindicalismo defendia-se, dentre outros aspectos: independência dos sindicatos quanto aos patrões, Estado, confissões religiosas, partidos políticos e outras demais associações políticas; direito de sindicalização a todos os trabalhadores, inclusive aos funcionários públicos; liberdade e autonomia sindical, de modo que os sindicatos determinariam seus estatutos e regulamentos, conforme decisão de suas bases; autossustentação financeira, de maneira que os sindicatos buscassem meios próprios junto aos trabalhadores de financiar suas atividades, sem depender de recursos do Estado e por isso colocavam-se contra o imposto sindical.

No congresso de fundação da CUT em 1983, as declarações feitas são de caráter genérico quanto à transformação da estrutura sindical oficial, sendo as propostas de 1981 enfatizadas na Plenária Nacional de 1984, com o adendo de que a CUT fosse reconhecida como órgão máximo de representação dos trabalhadores junto ao Estado, “[...] o que demonstrava que a briga com o Estado praticamente se restringia à liberdade sindical”. (FRANÇA, 2013, p. 108).

A orientação de organização da classe trabalhadora a partir dos ramos de atividade econômica com unificação das datas-base é uma das deliberações do congresso da CUT de 1986. À época, os ramos propostos para o enquadramento sindical foram: agropecuária, comércio e serviços, industrial, autônomos urbanos, serviço público, serviço público e inativos. (FRANÇA, 2013).

Como já apontado anteriormente, a CUT surge da luta contra a estrutura sindical oficial, mas ao mesmo tempo, acaba tendo que se adequar a ela, como é o caso da reivindicação do direito à sindicalização de todos os trabalhadores, inclusive dos funcionários públicos. França (2013) aponta que existem opiniões divergentes entre os estudiosos do movimento

sindical brasileiro sobre a contradição ou não da CUT no tocante a esta reivindicação, na medida em que ela vem junto com a defesa de uma estrutura sindical desatrelada do Estado. Nesse sentido, autores como Boito Júnior, autor da tese do “sindicalismo de estado”<sup>4</sup> acreditam ter sido um grande equívoco a transformação das associações de funcionários públicos em sindicatos, uma vez que, segundo ele, estes trabalhadores deram provas na década de 1980 de que é possível a organização da classe trabalhadora sem a proteção do Estado. Nesse sentido, “[...] o sindicato pode ser representativo sem a carta sindical, pode manter-se financeiramente sem o recolhimento de contribuições sindicais compulsórias e pode forçar o patronato a negociar”. (BOITO JÚNIOR, 1991, p. 64-65 apud FRANÇA, 2013, p. 111).

França pondera, porém, que independentemente de sua vinculação à estrutura sindical oficial, a CUT até meados da década de 1980 cumpriu um papel muito importante de mobilização dos trabalhadores, princípio básico do sindicalismo combativo, assim como conseguiu manter-se financeiramente de maneira independente com a contribuição dos seus filiados.

No entanto, a partir de 1985 – período da “redemocratização” –, observa-se um certo distanciamento das bandeiras socialistas, verificadas nos documentos de congressos cutistas e nos discursos de dirigentes sindicais, que exprimem a posição da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical. Segundo França (2013, p. 116):

[...] não é coincidência que nos documentos que expressam as resoluções congressuais cutistas – que, reafirmo, representa a visão da maioria dirigente da Central pelo Estado, mas não de toda a organização – a reivindicação da autonomia sindical venha junto com a defesa do reconhecimento da CUT pelo Estado, assim como é feita a crítica ao poder normativo da Justiça do Trabalho, mas em nenhum momento se critica a participação da autoridade judicial burguesa como árbitro do conflito capital-trabalho.

Em que pese as conquistas obtidas com a Constituição de 1988 no tocante à questão da organização sindical – o fim da regulação do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, fim do estatuto padrão e direito à sindicalização dos funcionários públicos –, foram mantidos pontos centrais da estrutura sindical oficial com herança corporativista como: a permanência da unicidade sindical, do monopólio da representação, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho. Verifica-se a partir de então uma acomodação do sindicalismo combativo ao novo regime, configurando ao final da década de 1980 o fim da “era” conhecida como *novo* sindicalismo.

### 2.3 Sindicalismo brasileiro sob o signo do neoliberalismo

Ao longo de toda a década de 1990 verifica-se uma profunda transformação na estrutura e prática sindical adotadas pela Central Única dos Trabalhadores. Como exemplos desse processo, temos: a diminuição da participação das bases nos congressos cutistas e aumento da presença de líderes sindicais, adesão à proposta de *sindicato orgânico*<sup>5</sup> formulada pela Articulação Sindical, filiação à Confederação Internacional das Organizações Livres (CIOSL)<sup>6</sup>, implementação de programas de qualificação profissional com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador, incorporando o discurso do capital de que a causa do desemprego é a falta de qualificação do trabalhador, participação em câmaras setoriais, como no “acordo das montadoras” em 1993, apresentação de acordo em torno da reforma da Previdência proposta por Fernando Henrique Cardoso, em 1996.

Esse processo de degeneração da Central Única dos Trabalhadores aprofunda-se ainda mais durante os anos 2000 sob os governos do Partido dos Trabalhadores. Vale lembrar que a CUT apoiou a proposta de reforma sindical do governo Lula, participando do Fórum Nacional do Trabalho (FNT) mesmo esta proposta contrariando claramente suas resoluções congressuais sobre a estrutura sindical.

É verdadeira a afirmação de que o processo de reestruturação produtiva vivenciada a partir da década de 70 teve grandes implicações para o mundo do trabalho e, conseqüentemente, para a organização dos trabalhadores. No entanto, segundo França (2013, p. 194):

Mais do que a reestruturação produtiva, fragilizou ainda mais o sindicalismo da CUT o fato dessa Central considerar esse processo como inexorável e se contentar a encontrar soluções para amenizar os seus efeitos negativos para os trabalhadores, identificando, por conseguinte, aspectos positivos nesse conjunto de transformações.

Nesse sentido, o giro sofrido pela CUT nos anos 1990 fez com que esta central estivesse cada vez menos alinhada aos interesses da classe trabalhadora, defendendo concepções liberais e de valorização da cidadania do tipo “sindicalismo propositivo” e “sindicalismo cidadão”, “desenvolvimento com distribuição de renda”, “cidadania para todos” em detrimento da luta de classes. (FRANÇA, 2013).

Vale dizer que este giro sofrido pela Central herdeira do legado do *novo sindicalismo* brasileiro aprofundou-se ainda mais sob os governos petistas de Lula e Dilma, observando-se uma total subserviência da CUT ao governo federal. Tal processo gerou rupturas no interior desta – assim como também o vivenciou o próprio Partido dos Trabalhadores –, levando, assim, a um lento e difícil processo de reorganização do movimento sindical e

construção de outros instrumentos de organização da classe trabalhadora, do qual a Central Sindical e Popular CSP-CONLUTAS é parte.

### 3 CONCLUSÃO

A análise do sindicalismo no Brasil a partir de sua trajetória histórica e estrutura sindical é um debate de extrema relevância na atualidade, tendo em vista a necessidade sempre presente da organização e luta da classe trabalhadora contra o capital.

Compreender os limites e possibilidades do movimento sindical brasileiro só é possível a partir de uma leitura que leve em consideração a totalidade da vida social, tendo em vista que este movimento é apenas parte do movimento geral da sociedade.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir a relação entre luta política e luta econômica, conforme nos ensinam Marx e Engels e demais pensadores marxistas. Não se trata de opor uma luta à outra, tampouco de opor uma organização à outra. Ao contrário, trata-se de compreender os limites e possibilidades de cada uma no que tange ao processo de organização da classe trabalhadora na luta contra o capital. Para tanto, faz-se urgente e necessário o resgate deste debate junto ao marxismo clássico. Só assim poderemos compreender os entraves postos à organização da classe trabalhadora nos tempos atuais e quais as perspectivas de avanço que ainda se colocam no âmbito da luta sindical e política no Brasil e no mundo.

#### **THE SINDICALISM IN BRAZIL: historical trajectory and union structure**

##### **ABSTRACT**

The present article deals with the process of emergence and development of trade unionism in Brazil, highlighting the corporatist union structure assumed by the Brazilian trade union movement since the 1930s. It is also worth noting the emergence and crisis of the new trade unionism in Brazil. Context of the struggles for redemocratization in the country and the new union structure assumed from then on. Finally, a brief analysis of the Brazilian trade union movement in the context of neoliberalism is emphasized, emphasizing the positions of the union centrals through the neoliberal governments of the 1990s and 2000s.

**Keywords:** Syndicalism. Corporatism. New Syndicalism. Neoliberalism.

##### **NOTAS**

<sup>1</sup> Até 1988 os sindicatos propriamente ditos ainda não haviam se formado. De acordo com Abramides (1995, p. 36): “É na passagem do século que efetivamente se inicia o movimento sindical, com a criação de associações operárias livres como: ligas operárias de resistência e sociedades de auxílio mútuo. As últimas são reconhecidas por lei, já que não criam conflitos entre patrões e empregados. Mantém estreitas relações com a Igreja, interessada em sustentar o sistema, o *status quo*. [...] O caráter dessas associações é beneficente, mas já inclui as reivindicações pela jornada de oito horas de trabalho”.

<sup>2</sup> “[...] a Carta del Lavoro, mãe do corporativismo fascista e totalitário, não apenas inspirou, mas teve partes inteiras traduzidas literalmente na legislação sindical e trabalhista plasmada na Constituição de 1937, que fundou o

Estado Novo e reiterou a *constitucionalização* do direito do trabalho no Brasil, iniciada pela Constituição de 1934”. (CARDOSO, 2003, p. 128).

<sup>3</sup> “[...] A Unidade Sindical era formada por lideranças tradicionais do movimento sindical anterior a 1978 e por militantes do PCB, PC do B e do MR-8. Esses grupos formarão a Confederação Geral dos Trabalhadores, em 1986. Eram taxados, por aqueles que fundarão a CUT, como sindicalistas conciliadores”. (FRANÇA, 2013, p. 106).

<sup>4</sup> Segundo esta tese, “os sindicalistas no Brasil, mesmo os que surgiram após 1978, passaram a reivindicar a tutela estatal antes mesmo de o Estado impô-la”. (FRANÇA, 2013, p. 111).

<sup>5</sup> De acordo com Mattos (2009, p. 136): “a nova estrutura sugerida acabaria com a concepção de sindicato como frente única de trabalhadores, optando pelo modelo europeu dos sindicatos ideologicamente afinados com a Central a qual se filiam”.

<sup>6</sup> Esta Confederação, “historicamente foi dominada pelo sindicalismo de negócios norte-americano, viveu um longo período de subordinação à lógica da guerra fria e, mais recentemente, passou a ser expressão da social-democracia europeia”. (FRANÇA, 2013, p. 170).

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. *O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de lutas de uma categoria: 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

ALBUQUERQUE, Denise de Jesus. *A relação MST-PT na luta pela reforma agrária: um estudo sobre a autonomia do movimento frente ao partido*. 2008. (Monografia) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, São Luís: EDUFMA, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FRANÇA, Teones. *Novo Sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução*. São Paulo: Cortez, 2013.

LÊNIN, Vladimir Iítich. *Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. Greve de massas, partido e sindicatos. In: BOGO, Ademar (Org.). *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de; PALOI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

## PROCESSO DE PRODUÇÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS:

estudo de caso da Empresa Sonho de Fada

**Joelina Maria da Silva Santos\***

**Cassio Renan da Silva Sousa\*\***

**Geraldo Bezerra Costa Neto\*\***

**Joyce Kelly Matos Santos\*\***

**Mayara Andreia Nascimento Pereira\*\***

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de melhoria da Empresa de Confeção Sonho de Fada onde possa ser averiguado todos os processos de produção e gerenciamento de resíduos, no qual seja possível adequar o planejamento e o de forma eficiente e eficaz os resíduos de matéria prima com o custo baixo e, com isso, sejam alcançadas todas as acompanhamento dessas etapas. A pesquisa demonstra o passo a passo dos processos de produção, viabilizando, em menor tempo possível, toda a produtividade da empresa, respeitando, assim, o meio ambiente e reutilizando metas do sistema de produção têxtil até o consumidor final garantindo, assim, um controle ao longo das fases de produção. Como fonte de pesquisa buscou-se embasamento em Biermann (2007), Gaither e Frazier (2002), Martins e Laugeni (2013) dentre outros teóricos.

**Palavras-chaves:** Processo de produção. Gerenciamento de resíduos. Empresa Sonho de Fada.

### 1 INTRODUÇÃO

Verifica-se que há um problema a ser solucionado no setor de confecções, que são os resíduos de tecidos que podem causar danos ao meio ambiente e a saúde humana. Boa parte desse dano é causado principalmente pela falta de gerenciamento de resíduos, ou seja, não há um sistema de produtividade e logística reversa na organização em estudo. Dentro dessa ótica, este trabalho visa contribuir consideravelmente para que tais resíduos sejam reaproveitados, reduzindo os impactos ambientais de maneira positiva ao meio ambiente.

---

\* Artigo orientado pela Professora Doutora Joelina Maria da Silva Santos – UNESP/ Araraquara; Mestre em Pedagogia Profissional – Havana/ CUBA; Graduada Em Letras e Artes/ UFPA.

\*\* Graduado em Administração de Empresas no Instituto Superior Franciscano – Consultor Autônomo e atualmente cursando Pós Graduação *lato sensu* em QSMS e Logística Portuária no IESF Paço do Lumiar – MA.

\*\* Graduado em Administração de Empresas no Instituto Superior Franciscano – Gerente Comercial e atualmente cursando Pós Graduação *lato sensu* em QSMS e Logística Portuária no IESF Paço do Lumiar – MA. E-mail: geraldocosta22@hotmail.com

\*\* Graduada em Administração de Empresas no Instituto Superior Franciscano – Auxiliar Administrativa e atualmente cursando Pós Graduação *lato sensu* em QSMS e Logística Portuária no IESF Paço do Lumiar – MA. E-mail: joy062010@hotmail.com

\*\* Graduada em Administração de Empresas no Instituto Superior Franciscano – Administradora da Escola Comunitária Nova Esperança e atualmente cursando Pós Graduação *lato sensu* em QSMS e Logística Portuária no IESF Paço do Lumiar – MA. E-mail: Mayara.anp@hotmail.com

Vive-se uma crise relacionada com a intensificação do consumo e da crescente exploração dos recursos naturais. Assim, neste contexto, busca-se melhorar o processo de produção da empresa, voltando-se para projetos sustentáveis, reaproveitando e reciclando suas matérias primas.

Com base nesse cenário, buscou-se aprofundar os estudos com o tema que sugere uma concepção que detalhe o processo produtivo da fábrica de confecção Sonho de Fada. Dessa forma, buscou-se identificar fatores que possam melhorar todo o processo operacional onde é preciso coordenar as atividades integradas, buscando resultados nos fatores relevantes ao tema “Processo de Produção e Gerenciamento de resíduos da Empresa de Confecções Sonho de Fada”. Dentro do processo produtivo e para que possa alcançar resultados positivos, são verificados os benefícios e os malefícios que venham causar impacto ambiental. Os riscos se tornam constantes, quando se tratam de resíduos sólidos.

Entretanto, o desconforto é proveniente de como são descartados os resíduos de matéria prima para o meio ambiente.

Precisa-se ter cautela para analisar os problemas, que podem inviabilizar a melhoria do processo de produção, tendo em vista a redução de resíduos têxteis originados do processo de corte, por meio de um sistema reverso que utiliza o reaproveitamento e a customização de todos os produtos que sejam relevantes no processo operacional. Na metodologia, desta pesquisa utiliza-se a Taxionomia de Vergara (2014), e então este estudo é classificado quanto aos fins em Descritivo e Explicativo e quanto aos meios Bibliográfico e Estudo de Caso. O estudo utiliza os seguintes instrumentos de coleta de dados: observação e entrevista.

Esta pesquisa se faz de extrema relevância por abordar problemas relacionados ao processo de produção em uma fábrica de confecções. Dessa forma, a pesquisa tem como cunho a abordagem da necessidade de uma eficiente sistematização de total relevância do processo de produção para alcançar os resultados esperados pela organização.

Para que se possa ter um entendimento sobre o a pesquisa abordada, apresenta-se, inicialmente, a introdução sobre o tema e sua problemática, em seguida a evolução histórica da Administração de produção e seus processos de produção, Gerenciamento de Resíduos e por fim, o estudo de caso da Fábrica de Confecções Sonho de Fada.

## 2 A ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO

Percebe-se que a mão de obra humana, estava perdendo espaço pela descoberta da existência das máquinas. Havendo um direcionamento dos operários que já estavam no seu próprio negócio para que pudessem se integrar para as primeiras fábricas que poderiam aparecer no início e até ao fim do século XIX.

Na visão de Martins e Laugeni (2013, p. 1):

A produção Artesanal começou a entrar em decadência com o advento da Revolução Industrial, com a descoberta da máquina a vapor, em 1764, por James Watt. Nesse momento, tem-se o início do processo de substituição da força humana pela força da máquina.

Pode-se analisar que com esse grande surgimento, as inovações por melhores métodos, intensificaram as pesquisas de conceituação sobre a produtividade onde o objetivo maior era procurar melhorias que pudessem desenvolver a sistematização de padronização para esses processos dentro das empresas.

Conceitua-se administração da produção como um conjunto de informações colhidas no ambiente externo e interno da organização com objetivo na fabricação de bens manufaturados, onde há um procedimento que leva ao processo e seus resultados para o produto final. (MARTINS, LAUGENI, 2013).

Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 4), destacam que: “A administração da produção é a atividade de gerenciar recursos destinados à produção e disponibilização de bens e serviços”. É destacado ainda que “[...] é a administração do sistema de produção de uma organização, que transforma os insumos nos produtos e serviços da organização”. (GAITHER; FRAZIER, 2002, p. 5).

Percebe-se que a administração de produção é um processo de gerir meios, onde são designados para uma ação de produzir e tornar acessível um conjunto de benefícios dentro da produção. “A função de produção é a parte da organização responsável por uma atividade. Toda organização possui uma função de produção por que toda organização produz algum tipo de produto e/ou serviços”. (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2009, p. 60).

Vê-se que as organizações estão voltadas para o cumprimento de suas atividades da produção, com isso as tarefas são distribuídas, as funções são direcionadas, e os resultados alcançados.

A função de produção é o que compete dentro da estrutura de uma empresa responder pela realização de um processo onde dentro da organização possa existir um

domínio pelo qual seja apresentado para adquirir resultados ou algum benefício para organização. O processo de produção, na teoria é igual para qualquer tamanho de organização empresarial, onde todos tem um agrupamento de problemas, buscando solucionar através dos seus meios determinantes. A empresa que está sendo acompanhada implantou e estruturou o processo de produção, mais ainda encontra muita dificuldade em administrar esses processos adequadamente, não há tarefas específicas, sendo assim, todos tem que executar diferentes trabalhos.

A fim de melhor conceituar produtividade, procurou-se explicar primeiro outros conceitos subjacentes que são muitas vezes erroneamente confundidos, como sistema, inputs e sistema de produção. Sobre o sistema, pode-se considerar que tem sido utilizada no desenvolvimento de várias disciplinas, tanto nas ciências exatas como nas humanas. Para aplicações, o sistema é um conjunto de elementos Inter- relacionados com um objetivo comum. Todo sistema compõe-se de três elementos básicos: as entradas (inputs), as saídas (outputs) e as funções de transformações, que são os processos. (MARTINS; LAUGENI, 2013).

Os Inputs são os insumos, ou seja, o conjunto de todos os recursos necessários, tais como instalações, capital, mão de obra, tecnologia, energia elétrica, informações e outros. Eles são transformados em inputs pelas funções de transformação, como decisões, processos, regras heurísticas, algoritmos matemáticos, modelos de simulação, julgamento humano, dentre outros fatores. Os outputs são os produtos manufaturados, serviços prestados, informações fornecidas. Por fim, o sistema de produção que são os que têm por objetivo a fabricação de bens manufaturados, a prestação de serviços ou o fornecimento de informações. (MARTINS; LAUGENI, 2013).

Analisa-se que os insumos passam pelos processos de transformação, e por sua vez são manufaturados através da produção onde as informações de todos os processos produtivos são direcionadas ao sistema gerencial.

## **2.2 Arranjos físicos**

Pode-se definir que o arranjo físico é um planejamento de localização e estruturação adequada para o processo produtivo de uma organização, “[...] como máquinas, instalações hidráulicas, elétricas, vias de locomoção, pessoas [...]” (MARTINS; LAUGENI, 2013, p. 49), pois uma boa estruturação do espaço físico beneficia nos resultados, trazendo

vantagens para um bom desenvolvimento do produto ou materiais a serem transformados, portanto arranjos físicos ou layout é a localização dos recursos produtivos como: maquinários, instalações, espaços para locomoção onde possa ser condicionado o sistema de trabalho para seus colaboradores, com isso possa dar uma evolução nos processos produtivos da empresa dentro do espaço geográfico.

### 2.2.1 Tipos de arranjos físicos

De acordo com Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 184), a maioria dos arranjos físicos, na prática, deriva de apenas quatro tipos básicos de arranjo físico: arranjo físico posicional, arranjo físico funcional, arranjo físico celular e arranjo físico por produto. “Arranjo físico posicional (também conhecido como arranjo físico de posição fixa) é de certa forma, uma contradição em termos, já que os recursos transformados não se movem entre os recursos transformadores”. (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2009). Percebe-se que todos esses processos estão direcionados a maquinários e produtos de grande porte onde não há locomoção para com os mesmos, portanto, possa haver condições e meios de transportar trabalhadores até o produto onde podem ser utilizados em produção de baixa quantidade e alta qualidade.

Sobre o arranjo físico funcional, tem-se:

O arranjo físico funcional é assim chamado porque conforme às necessidades e conveniências das funções desempenhadas pelos recursos transformadores que constituem os processos. [...] No arranjo funcional, recursos ou processos similares são localizados juntos um do outro. A razão para isso é que pode ser conveniente para a operação mantê-los juntos, ou que dessa forma a utilização dos recursos transformadores seja beneficiada. (SLACK; CHAMBERS; JOHNSTON, 2009, p. 186).

Percebe-se que dentro desse processo, são adotados diversos tipos de processos cuja base é mantê-lo sempre direcionados na utilização de seus recursos transformadores, em que esse tipo de arranjo seja adotado quando há variedades de produtos e pequenas demandas com isso os trabalhadores devem ter um nível técnico relativamente conceituado para realizar várias tarefas diferentes.

Sobre o arranjo físico celular, na visão de Slack, Chambers e Johnston (2009, p. 187),

O arranjo físico celular é aquele em que os recursos transformados, entrando na operação, são pré-selecionados (ou pré-selecionam-se a si próprios) para movimentar-se para uma parte específica da operação (ou célula) na qual todos os

recursos transformadores necessários a atender a suas necessidades imediatas de processamento se encontram.

Para Gaither e Frazier (2002, p. 200), “As máquinas são agrupadas em células e as células funcionam de uma forma bastante semelhante a ilha de layout de produção dentro de uma job shop maior ou layout por processo”.

Entende-se que esse processo está designado a uma célula de produção pela qual a linha de montagem se interliga por um sistema de controle de material de puxar, de acordo com a sequência de produção que seja necessário para fazer um grupo de produto. O arranjo físico por produto para Slack, Chambers e Johnston (2009), envolve localizar os recursos produtivos transformadores inteiramente segundo a melhor conveniência do recurso que está sendo transformado. Pois, cada produto, elemento de informação ou cliente segue um roteiro predefinido no qual a sequência de atividades requerida coincide com a sequência, na qual os processos foram arranjados fisicamente.

### **2.3 Gestão Por Etapas do Processo Produtivo para Confecções**

As etapas de um processo de produção de uma confecção servem para um bom planejamento de controle para a construção de bens e serviços, sendo fundamental para a organização desenvolver os seus produtos de acordo com a necessidade dos seus clientes.

#### **2.3.1 Planejamento de coleção**

Segundo Biermann (2007) o planejamento da coleção envolve três etapas do processo produtivo: desenvolvimento do produto, design e modelagem.

Sobre o desenvolvimento do produto, é etapa inicial do processo produtivo e uma das mais importantes. Ao criar o produto, deve-se considerar o mercado de atuação, identificando a necessidade do cliente e suas tendências e, ao mesmo tempo, estar de acordo com sua capacidade de produção. Observa-se que essa etapa é fundamental para começar a criação do produto, sendo assim leva-se em consideração o mercado de atuação, a busca de informações, tendências de moda, a matéria prima e aviamentos, e sempre se identifica a necessidade do cliente e a capacidade da produção da organização.

Sobre o design, após a pesquisa de tendências, o setor de desenvolvimento deve analisar sua viabilidade técnica e econômica, buscando integração entre os produtos desenvolvidos e o custo de produção (BIERMANN, 2007). De acordo com as informações, o

design é um processo de criação, onde organiza as ideias do que foi pesquisado, construindo modelos que serão transformados em croqui, ou seja, desenho da ideia do modelo que dará origem a todo o processo.

No que tange à modelagem, a fidelização do cliente é conquistada pela modelagem. Esta deve estar de acordo com o público-alvo e manter-se estável em suas dimensões, grade de tamanhos e conforto, atualizada com as tendências da moda e de modelos. (BIERMANN, 2007). Pode-se informar que a construção da modelagem vem das informações adquiridas das pesquisas da tendência de moda e da organização das ideias do processo de criação, os moldes são construídos do desenho dos modelos, obedecendo a uma tabela de medida padrão de diferentes tamanhos, desenvolvida de acordo com os clientes.

Além disso, existem outras etapas como pilotagem e ficha técnicas utilizados no desenvolvimento dos moldes que são feitas para identificar as alterações necessárias na modelagem, antes de passar para a reprodução do produto.

Para Lidório (2008, p. 175) a etapa de pilotagem é um “[...] nome dado à peça que servirá de base para reprodução; [...]”, a peça piloto é uma roupa cortada e montada, serve para analisar o tempo gasto na montagem da roupa e os erros cometidos na elaboração da modelagem, havendo duas provas da roupa, a primeira prova sem acabamento, já na segunda a “prova é definitiva que depois de aprovada será a matriz da peça piloto” sendo a base para reprodução. Observa-se que para o desenvolvimento do processo produtivo a peça piloto é uma técnica que minimiza os erros na produção do produto e a Ficha Técnica é um método utilizado para fornecer todas as informações adquiridas sobre o modelo nesse procedimento da montagem da roupa, cada empresa pode criar o seu modelo de acordo com seus critérios estabelecidos ao tipo de produto e a produção da organização.

### 2.3.2 Planejamento do processo produtivo

O Processo produtivo é planejado depois de organizar as informações absorvidas do (planejamento da coleção) para a aprovação do produto, onde esse procedimento constitui-se da execução das tarefas a serem desenvolvidas por um grupo de pessoas na produção de um bem, utilizando como mostruários para providenciar o processo de confecção da mercadoria solicitada para facilitar no processo de produção.

### 2.3.3 Estoque de matérias

No mundo empresarial o estoque de material é um procedimento que deve ser calculado, referente ao método utilizado na organização, para não ter desperdício na hora da compra dos insumos, ou seja, não comprar demais e nem de menos, precisa ser “[...] bem dimensionado deve considerar o tempo de entrega dos fornecedores e grau de importância na entrega das mercadorias”. (BIERMANN, 2007, p. 17).

Como se pode verificar, a aquisição de material deve ser planejada conforme a necessidade da organização, assim, controlando melhor o setor de estoque, pode-se trabalhar de duas formas, no sistema de empurrar, onde a empresa fabrica para vender, e puxar quando é feito o pedido e não precisa ficar na expedição, trabalhando com estoque mínimo de acordo com a demanda e a necessidade do cliente.

### 2.3.4 Risco

É a modelagem que é feita da base em um papel referente ao modelo criado para confecção de diferente tamanho que será encaixada e riscadas no enfiesto, para obter o maior aproveitamento de tecido. O risco marcador é uma marcação feita em um papel com largura do tecido e o comprimento útil da mesa para o enfiesto, sobre o qual são transportados os contornos e marcações de diferentes moldes (encaixe) correspondentes a tamanhos ou modelos distintos que se repetem, para enfim colocá-lo em cima do enfiesto (LIDÓRIO, 2008). Entende-se que na relevância dessa etapa, o tecido não sendo bem marcado e não tendo um bom encaixe dos moldes, pode-se colocar a perder toda malha ou tecido enfiestada. Então, para Lidório (2008, p.17) “[...] o objetivo é encaixar os moldes de modo a obter a melhor utilização possível do tecido na largura dada até o limite máximo do comprimento da mesa”.

### 2.3.5 Enfiesto

É um procedimento feito manual ou com máquinas enfiestadeiras, onde os tecidos ou malhas são colocados uma por cima das outras em uma mesa, formando camadas, garantindo o corte em grande escala de peças.

Segundo Lidório (2008, p. 20), o enfiesto “[...] é a operação pela qual o tecido é estendido em camadas, completamente planas e alinhadas. O enfiesto é feito sobre a mesa de

corte que deve ser perfeitamente horizontal e ter 10% a mais para o manejo das máquinas de corte”. Vale ressaltar os cuidados desse processo, na hora do enfiado no caso de tecido plano não deve deixar pontas exageradas no comprimento e nem na largura para não ter desperdício, no caso da malha precisa estar descansada, bem esticada para ter um bom aproveitamento. Observa-se que esse sistema é o que precisa ter mais atenção, pois é a preparação para o corte. Por essa razão deve-se priorizar as orientações dos fatores de enfiamento.

### 2.3.6 Corte

Esta etapa de corte depois do enfiamento do tecido ou malhas, é colocada à modelagem bem encaixada e riscada para não ter desperdício de matéria prima. O tecido é organizado no enfiado garantindo o corte em grande quantidade. Conforme Biermann (2007), após o enfiado, passamos à etapa de corte. A precisão do corte, seguindo as linhas do risco, é importante na qualidade do produto final e deve ser realizada por profissional qualificado e equipamento adequado ao tipo de tecido e altura do enfiado.

O setor de corte é responsável pelo abastecimento de peças cortadas para serem costuradas, por essa razão é necessário um bom gerenciamento das sobras de retalhos, se o profissional dessa área não souber de todo o procedimento adequado pode causar um grande prejuízo para a empresa.

## 3 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

Refere-se a um ato ou ação de administrar ou gerenciar um negócio não aproveitável em qualquer atividade seja na indústria, no comércio ou residencial.

O gerenciamento de resíduos no setor de Confecção deve ser dotado de uma visão sistêmica e abrangente, visualizando as relações de causa e efeito, com suas inter-relações entre recursos captados e valores obtidos. Esta visão permite uma análise nos cenários a curto, médio e longo prazo, caracterizando os objetivos da empresa e suas estratégias para atingi-los. (HACK, 2007).

As decisões técnicas e econômicas tomadas em todas as fases do resíduo desde a sua geração, o manuseio, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, transporte, tratamento e a sua disposição final, devem basear-se na classificação do resíduo, em função dos riscos que apresentam ao ser humano e ao meio ambiente. (HACK, 2007).

Pode-se analisar que dentro da fábrica de confecção Sonho de Fada, está sendo implantado um processo de gerenciamento de resíduos que envolvem a logística reversa na qual as sobras de matérias primas, estão sendo reutilizadas na fabricação de produtos acabados onde gera uma fonte de lucro 100% garantida em cima de um material que seria praticamente descartado, visando de forma holística e respeitando o meio ambiente, permite que não cause danos ambientais e ao mesmo tempo possa garantir ao público alvo um produto com qualidade aos nossos clientes.

### **3.1 Política Nacional de Resíduos Sólidos**

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento de reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado). (POLÍTICA DE RESÍDUOSSÓLIDOS, 2015).

## **4 ESTUDO DE CASO NA EMPRESA SONHO DE FADA LTDA.**

A empresa Sonho de Fada foi formalizada por Cleonice Silva Costa e Costa em 12 de fevereiro de 2014 portadora do CNPJ 19.930.939/0001-83, e inscrição estadual 12433109-2, para exercer a atividade no setor comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, especificamente: pijamas, camisolas, baby-doll etc., localizada na rua 8h, quadra 8j, nº 17, jardim das Palmeiras-Cidade Operária, São Luís MA. A empresa “Sonho de Fada” está se estruturando a cada dia, dentro do que foi estudado, para obter seu próprio espaço no mercado, seus setores são divididos em loja, setor de criação, setor de corte, passadoria, produção, financeiro, depósito, copa, banheiro. A empresa de confecções atualmente possui 09 (NOVE) colaboradores que são responsáveis pelas devidas atividades: Gestor Administrativo (Cleonice Costa), Gerente Comercial (Geraldo Costa), Planejamento da

coleção (Wanessa Costa), Design e vendas (Wallace Costa), Financeiro (Willderson Costa), Setor de Produção (Natalia Araújo), (Thalia Régia), (Eloides Assunção), (Angela Câmara). Mais por ser uma organização de pequeno porte os colaboradores executam diferentes tarefas, conforme a necessidade. Vale ressaltar que a empresa começou informal, criada pela Sr.<sup>a</sup> Josima Silva costa e Sr<sup>o</sup> Filomeno Penha Costa, onde faziam vários trabalhos como concertos, confeccionamento de fardamento, camisola, baby-doll e peças íntimas. já existindo desde 1998.

#### 4.2 Processo de produção da empresa Sonho de Fada

A pesquisa foi realizada para implantar e estruturar a empresa Sonho de Fada, tendo como objetivo o processo de produção com eficiência no trabalho, dando sequência operacional para alcançar resultados no processo produtivo com efetividade. A empresa Sonho de Fada está dividida nos seguintes setores: Setor de Criação, Setor de Corte, Encaixe e Risco, Depósito, Passadoria, Limpeza, Expedição e Financeiro.

No setor de criação desenvolve o produto onde é feito pesquisas de modelos, aquisição de material, desenvolvimento das modelagens, pilotagem e utilização da ficha técnica com discriminação da matéria prima, modelos, aviamentos, preço. Conforme mostra figura 1:

Figura 1 – Setor de criação



Fonte: Os autores

No setor de corte existem vários procedimentos a serem executados para construção de um produto. Ao começar o processo de corte, as malhas são descansadas com duração de 24 h para não encolher depois de cortadas. São enfiadas em formas de empilhamentos e após esse processo é feito o encaixe e riscos dos moldes, depois das malhas estarem prontas para o corte, são realizadas simultaneamente os corte das peças, sendo separadas por tamanhos conforme figura 2, 3, 4, 5, 6 e 7.

Figura 2 – Tensão (descanso)

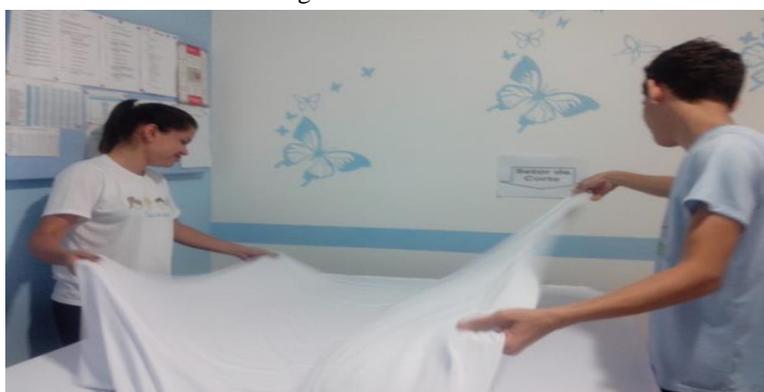


Fonte: Os autores

Neste processo de descanso de malha, é feito encolhimento para que a malha que vem esticada fique sem tensão, ou seja, em repouso para que volte ao estado inicial sem deformação, caso isso não aconteça, o produto depois de cortado encolhe atrasando todo o processo produtivo.

O enfesto é feito manualmente, onde a malha é esticada em camada sobre camada, e sendo calculado de acordo com a quantidade de peças a serem cortadas. Por motivo de o enfesto ser manual é descansado uma grande quantidade de malhas sendo enfestada de camada de 10 peças e colocadas para o sistema de produção.

Figura 3 – Enfesto



Fonte: Os autores

Malhas Enfestadas e descansadas sendo divididas em camadas de 10 peças e estocadas, para serem cortadas de acordo com a programação da empresa conforme mostra a figura.

Figura 4 – Malhas enfestadas



Fonte: Os autores

Depois do término do Enfestamento da malha, é realizado a marcação do molde sobre o tecido (encaixe e risco), garantindo o corte em grande quantidades de peças cortadas conforme a figura 5:

Figura 5 – Encaixe e risco



Fonte: Os autores

Após os procedimentos acima, as peças são cortadas, obedecendo o risco para não ocasionar defeito na montagem das peças, conforme a figura 6:

Figura 6 – Corte



Fonte: Os autores

Depois de cortadas, são separadas por tamanhos com os aviamentos, antes das peças chegarem ao setor de costura, para diminuir qualquer problema que venha acontecer no setor de produção.

Figura 7 – Preparação das peças para costura



Fonte: Os autores

O setor de máquinas de costura recebe as peças cortadas e separadas por tamanhos com todos os aviamentos para montagem das peças, com as informações do procedimento discriminado em uma ficha técnica que contém as indicações e o desenho para facilitar no ato da montagem da peça conforme a figura 8:

Figura 8 – Resíduo Sólido e Customização de Produção



Fonte: O próprio autor

Com as sobras de matéria prima, os produtos são confeccionados.

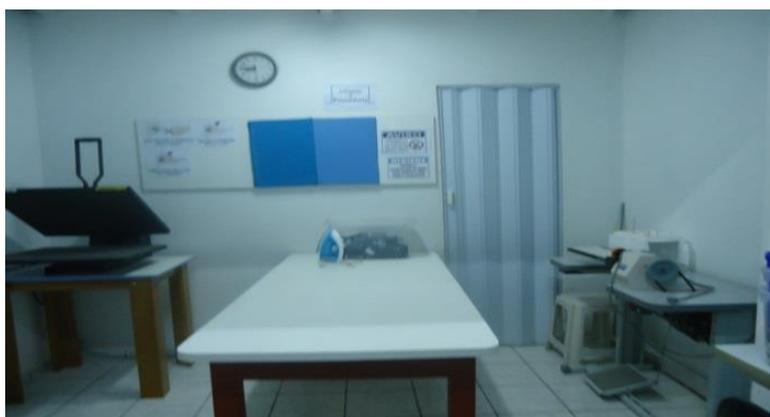
Figura 9 – Setor das máquinas



Fonte: Os autores

Neste setor, é feita a inspeção de limpeza e passada a ferro para garantir que o produto não tenha nenhum tipo de defeitos como dobras, vincos, etc., depois desse procedimento, é embalada as peças em saco plástico. Conforme figura 10.

Figura 10 – Mesa de limpeza, passadoria e embalagem



Fonte: Os autores

Depois de o produto ter passado pelas etapas do processo produtivo da empresa Sonho de Fada, saindo da inspeção e embalado, o produto é enviado para o setor de expedição para ser estocado e entregue de acordo com os pedidos dos clientes conforme figura 11.

Figura 11 – Expedição



Fonte: Os autores

## 5 CONCLUSÃO

Neste artigo foi abordado o processo de produção e gerenciamento de resíduos da empresa de confecções *Sonho de Fada*, que tem como objetivo organizar os processos com eficiência e acompanhar de forma holística o sistema que envolve a parte ambiental, permitindo que sejam analisadas as ações de gerenciamento, a logística reversa e a reutilização de sobras de matérias primas para a confecção de produtos acabados alcançando assim os resultados com efetividade.

O estudo desse processo é concedido por meio de uma pesquisa bibliográfica onde se buscou informações coerentes sobre os assuntos abordados e diante disso foram feitas análises de todo sistema do processo de produção da empresa em estudo, que vai desde a criação do produto, até a sua saída para consumo.

Diante desse problema, de acordo com as informações bibliográficas, foram implantados os processos de produção da empresa *Sonho de Fada*, com as divisões de setores adequadamente como: loja, setor de criação, setor de corte, limpeza, passadoria, embalagem, expedição, depósito e financeiro, onde está sendo organizada toda a parte administrativa priorizando as tarefas de acordo com os pedidos dos clientes.

Tendo em vista o sistema de logística reversa, e respeitando o meio ambiente, a empresa está se adequando dentro da política ambiental de forma sustentável, proporcionando assim, a reutilização dos resíduos que são as sobras de matéria prima em forma de confecção de outros produtos acabados para o consumidor final. Sendo assim contribui para eliminação de lixo nos que podem causar danos tanto para população quanto para o meio ambiente.

A empresa *Sonho de Fada* deve-se manter informada do que estar acontecendo no mercado, para investir em seu negócio de acordo com a mudança e crescimento tecnológico, para se tornar competitiva no mercado.

Foi de fundamental importância a realização desta pesquisa devido à compreensão aprofundada desse tema que vai contribuir para o desenvolvimento da empresa *Sonho de Fada* e outras empresas do mesmo ramo para alcançarem seus objetivos.

Esta pesquisa se apresenta então como algo de fundamental importância para compreensão e aprofundamento das discussões aqui abordadas. Contribuem significativamente para o desenvolvimento da Empresa *Sonho de Fada* e outra empresa do mesmo ramo que desejam melhorar sua produção e respeitar o meio ambiente.

## **PRODUCTION PROCESS AND WASTE MANAGEMENT:**

a Case Study of Fairy Dream Company.

### **ABSTRACT**

This research aims to analyze the processes of improving the clothing firm FAIRY DREAM which can be ascertained all waste production and management processes, in which you can adapt the planning and monitoring of these steps. The research study shows step by step production processes, making it possible, in the shortest time possible, all the company's productivity, thus respecting the environment and reusing efficiently and effectively the waste of raw materials to the cost low and, therefore, are reached all the goals of the textile production system to the end user, thus ensuring a control over the production phases. As a source of research sought to grounding in Biermann (2007), Gaither and Frazier (2002), Martins and Laugeni (2013) among other authors.

**Keywords:** Production process. Waste management. Dream Fairy.

## **REFERÊNCIAS**

BIERMANN, M. J. E. **Gestão do processo produtivo**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2007.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. **Administração da produção e operações**. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2002.

HACK, Enilda **Produção mais limpa em confecções**. Porto Alegre: SENAI/RS, 2007.

LIDÓRIO, F. C. **Tecnologia da confecção**. Araranguá: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2008. Apostila. Disponível em: <<http://wiki.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção fácil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

POLÍTICA NACIONAL. **Resíduos Sólidos**, disponível em: <<http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos.acesso>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERGARA Sylvania Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

## **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO GOVERNO FEDERAL:**

solução ou consequência para erradicar a evasão escolar na Unidade de Educação Básica

Padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar-MA

**Edjane Nunes Pinto Ramos\***

**Sônia Maria Feitosa da Paz\***

### **RESUMO**

O Programa Bolsa Família ao ser implementado pelo Governo Federal, tornou-se de grande relevância para as famílias carentes, pois permite a sua inclusão na sociedade e o desenvolvimento educacional de suas crianças. Por essa razão que o objetivo desse artigo é investigar qual a contribuição do Programa Bolsa Família para permanência escolar e para o desenvolvimento educacional dos discentes, sem que haja a evasão escolar na Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar-MA. O artigo teve dois enfoques, a pesquisa bibliográfica e a de campo. A metodologia proposta para obter resultados, foi utilizar como instrumento de coleta de dados o questionário, em seguida, análise e discussão dos dados obtidos.

Palavras-chaves: Programa Bolsa Família. Evasão Escolar. Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix.

### **1 INTRODUÇÃO**

As famílias brasileiras, por certo tempo se encontravam em situação de extrema pobreza, porém essa realidade está se modificando, após as contemplações dos programas sociais de renda. Isto é, a existência desses programas se tornou uma ferramenta essencial para se reverter este quadro lamentável, já que o mesmo passou a trazer resultados positivo e satisfatório, assim garantindo o desenvolvimento e mudança de vida dos seus beneficiados. A vista disso, temos como programa de transformação o Programa Bolsa Família (PBF), que por ser um mecanismo de inclusão de crianças e adolescentes, veio facilitar o trabalho da família e da escola em conjunto, assim visando à permanência do mesmo na comunidade escolar, porém isso só foi possível por conta do acompanhamento pedagógico, que envolve o controle da frequência escolar. Dessa forma, sendo possível o desenvolvimento educacional de crianças durante a sua continuidade na educação básica.

Sendo assim, o Programa Bolsa Família foi criado para satisfazer as necessidades de algumas famílias que estão em situação de pobreza e que passam fome, mas principalmente

---

\*Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: edjanenpramos@gmail.com

\*Licenciada em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). E-mail: soniacorrea@hotmail.com

para romper o ciclo da miséria, já que, atualmente, este programa é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome (MDS).

Além disso, esse programa, por se caracterizar como um programa público social e por tornar um instrumento de combate à fome e à pobreza, veio permitir que famílias de baixa renda ao serem contempladas com o programa, tivessem mais oportunidade em garantir seus direitos sociais como, Saúde e Educação. Mas, ao longo do tempo, o programa foi passando por algumas transformações; a princípio o Programa Bolsa Família atendia poucas pessoas, foi tomando uma proporção maior; a ponto de ser a renda principal para muitas famílias carentes.

Por conta desse contexto, a temática a ser abordada neste estudo é o “Programa Bolsa Família do Governo Federal: solução ou consequência para erradicar a evasão escolar na unidade de educação básica padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar – MA?” E o objetivo deste estudo é de investigar qual a contribuição do Programa Bolsa Família para permanência escolar e para o desenvolvimento educacional dos discentes, sem que haja a evasão escolar na Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar – MA. Assim, a investigação foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e de campo.

Diante da problemática levantada, foram elencadas as seguintes hipóteses: o Programa Bolsa Família contribui para que a família matricule os seus filhos na escola; o programa possibilita que família e escola trabalhem juntas visando à permanência das crianças na comunidade escolar; por meio do programa bolsa família é possível que a escola faça o acompanhamento pedagógico na qual envolve o controle de matrículas e frequência escolar dos beneficiados; programa bolsa família contribui para que as crianças não só tenham benefício ao serviço público, como a educação, mas se mantenham fora da marginalidade.

Este estudo tem relevância acadêmica e social, pois o intuito da temática é estabelecer a compressão sobre essa política social e de sua funcionalidade como um sistema público e para a sociedade como mecanismo de oportunidade para os menos favorecidos.

O presente artigo científico está dividido em tópicos e subtópico, ou seja, o mesmo iniciará enfatizando acerca do governo e seu programa social. Já em seguida abordará o histórico do Programa Bolsa Família, a fim de que seja compreendida a sua trajetória e as alterações decorrentes. No que diz respeito ao Programa Bolsa Família e a educação, que contribuição este programa trouxe para a educação, e ainda, que relevância a educação traz para o indivíduo. A vista dessa abordagem, para compor este artigo tem-se como parte do mesmo a pesquisa de campo, onde serão apresentados resultados obtidos acerca do questionário aplicado na Escola Padre Maurice Lacroix.

## 2 O GOVERNO E SEUS PROGRAMAS SOCIAIS

O governo federal vem criando programas sociais com a finalidade de dar condições aos brasileiros, para que os mesmos melhorem suas vidas e ao mesmo tempo tenham acesso a serviços público, dessa forma os programas vem possibilitar mais oportunidade e igualdade para ambos, visando assim, a inclusão e a diminuição da desigualdade social.

Por outro lado, os programas de renda condicionada é um benefício financeiro dado à família que tem uma renda *per capita* mínima, contudo os beneficiados ao serem contemplados, os mesmos passam a ter responsabilidade com alguns serviços que vem atrelado ao programa. Isto é, esse compromisso permite que os ofertados tenham além do benefício financeiro o direito básico garantindo.

É importante informar que as primeiras iniciativas dos programas sociais no Brasil só aconteceram em 1960 com a criação do fundo de assistência do trabalho rural (FUNRURAL), que deu direito previdenciário aos trabalhadores rurais, porém essa proteção social só aconteceu em 1963, já o programa de assistência rural (PRORURAL) criado na metade de 1970. (PAES SOUSA, 2013).

Por existir diversos programas sociais, houve programas que sobressaíram no Brasil e que trouxeram para a sociedade efeitos positivos e mudança na vida de seus beneficiados, ainda mais quando estes foram designados para a educação como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Este foi criado para retirar crianças e adolescentes do trabalho infantil e da marginalidade; o Bolsa Escola foi designado com o objetivo de propiciar às crianças pobres, o acesso e a permanência na escola, assim fazendo com que a família participasse do desenvolvimento educacional de seus filhos.

Por outro lado, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) é um programa que dá oportunidade para que a maioria dos brasileiros possam se matricular no ensino superior. Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), este é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. (BRASIL, 2011b). Sem mencionar o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) criado com objetivo de financiar as mensalidades de curso de graduação para estudante de baixa renda que almejam estudar numa instituição privada de forma regular. Já o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) vem ofertar cursos, e assim expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica seja ela no nível médio presencial e a distância, além de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

### **3 ABORDAGEM SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

O Brasil tem mostrado resultados positivos no que se refere aos programas sociais, sejam eles de transferência de renda com ou sem condicionalidade voltada para dar assistência financeira às famílias de baixa renda. Mas isso só foi possível porque havia um alto índice de famílias que se encontravam em circunstância de pobreza. Devido a realidade da população brasileira por ocorrer por longos períodos, os governantes viram necessidade em criar políticas públicas voltadas para o incentivo e a garantia de direitos básicos, e não apenas proporcionar renda às famílias em extrema pobreza, mas que venha romper o ciclo da pobreza entre gerações.

Os programas de transferência de renda criados até hoje pelo Governo Federal, passou a ser visto pela sociedade carente como um benefício a mais ou para alguns uma fonte de escape, em que possibilita as mesmas a melhorar de vida, mas também um incentivo para que estas busquem maneiras de se alto sustentar. Dessa maneira, os programas sociais impulsionam as famílias a quererem mudar sua própria realidade, como a situação financeira, a inclusão de seus filhos na escola, adquirir uma alimentação básica entre outros direitos básicos.

No Brasil, em março de 1995, foi criado o primeiro programa de transferência de renda condicionada, o Bolsa Família. No entanto, este programa só foi instituído no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2004 e estabelecido como Lei de nº 10.836 no dia 04 de janeiro de 2004, por conta da medida provisória de nº132. (BRASIL, 2004b).

Em 09 de janeiro de 2003 foi atrelado ao Programa Bolsa Família, outro programa já existente, isso ocorreu porque os programas anteriores encontravam-se espalhados, e por conta dessa unificação o mesmo programa vem sendo ampliado.

Além disso, o Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome vem esclarecer que o PBF faz parte da integração de estratégia do Fome Zero, este tem como objetivo o alívio imediato na situação de pobreza, ampliação no acesso a serviços públicos que representam direito básico, apoio por meio de outros programas sociais do governo para que as famílias superem a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2003). Sem mencionar que bolsa família vem atrelada a alguns benefícios, como o Benefício Básico (BB), Básico Variável (BV), Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) e o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP).

Mediante esse contexto, o Brasil salienta que a distribuição renda era designada por diferente situação. ou seja:

[...] o benefício básico é concedido para as famílias que não têm filhos, já o benefício variável é designado para as famílias em situação de extrema pobreza e que nelas tenha gestantes, nutrizes e crianças e adolescente de até 15 anos e o benefício de superação da extrema pobreza vem possibilita que as famílias mantenham com a renda designada por cada membro. (BRASIL, 2003, p. 7).

Por meio do Gabinete do Ministro (GM), no dia 09 de novembro de 2005 foi criada a portaria de nº 551, aonde vem regulamentar a gestão de condicionalidade para a bolsa família, com objetivo de quebrar o ciclo Intergeracional, ou seja, de geração para outra. (BRASIL, 2005).

Entre 17 e 18 de novembro de 2004 foram abertas duas portarias interministeriais, a de nº 3.784 e a nº 2.509, a primeira portaria com a parceira do ministério da educação e a segunda com o ministério da saúde, essas estabelecem normas, monitoramento de ações designada para estas duas áreas. (BRASIL 2004a).

Em 2005 foi realizada a primeira roda de avaliação de impacto do programa bolsa família (AIBF), no setor da educação. No dia 28 de dezembro de 2007 foi criada uma medida provisória de nº411 aonde amplia a faixa etária dos beneficiados até os 17 anos. (BRASIL, 2007). Já em 2 de junho de 2011, o PBF passou a integrar o Plano Brasil sem Miséria (PBM), assim agregando vários programas de combate à pobreza. (HELLMAN, 2015).

Em 2011 houve o lançamento do plano sem miséria, este reforça a importância das condicionalidades do PBF, dando ênfase no âmbito da educação e saúde. Em 2012 houve a parceria com o ministério da educação no qual veio expandir a educação integral. (BRASIL, 2003).

### **3.1 Programa Bolsa Família e a Educação**

Inicialmente, ao abordar o programa bolsa família e a educação, é possível notar que antes mesmos de haver programa social voltado para impulsionar o crescimento no país, este programa também passou a influenciar a educação. E por essa razão a educação vem passando por várias transformações, a fim de que a educação seja direito de todos.

No que se refere à educação, houve um tempo em que a mesma por ser um dos principais atos que permite a formação e a transformação do indivíduo, era para poucos, isto é, a classe que tinha esse privilégio era a elite, do outro lado, a classe inferior não tinha direito a mesma, pois esses viviam apenas para o trabalho. Essa realidade foi se modificando, por conta dos programas de transferências de renda; este foi criado para melhorar a vida, e dar à classe menos favorecida mais oportunidade de acesso a uma educação de qualidade. Por consequência

dessa conquista foi possível a inclusão desse indivíduo no ambiente educacional, seu avanço acadêmico e por fim sua formação para o mercado de trabalho.

Diante desse contexto, é importante esclarecer que as pessoas não tinham direito à educação, não porque elas se encontravam nesta situação, mas por um fator que possibilitava isso acontecer, seria por conta do país não ser desenvolvido. Ou seja, entende-se que os países com baixo índice de desenvolvimento têm tido a necessidade de programas sociais, designados para a educação, como é o caso do Brasil que se encontra como “60º do ranking” e não poderia ficar fora desses planejamentos. (LONTRA, 2015). Sendo assim, por conta dessa realidade, o programa bolsa família vem ser relevante, pois vem impulsionar os seus beneficiados ao acesso à educação.

O programa bolsa família por propiciar educação passa a abranger não só o bem estar de seus beneficiados, mas também a inclusão social, já que o programa passou a cortar todo ciclo privação que tem impedido as famílias de serem beneficiadas com uma educação e de usufruir a sua totalidade.

Diante dessa abordagem, Freire (2002) ainda complementa que o homem ao utilizar da educação como todo ele passa ter capacidade de aprender, não apenas para se adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade e para nela intervir e recriar. Ou seja, assim que o indivíduo tem a educação como meio de transformação o mesmo permitir percebe, crítica como esta sendo o mundo a sua volta, é ter seu horizonte cada vez ampliado.

Contudo, reconhece que a educação gerar conhecimento e oportunizar o crescimento e desenvolvimento do indivíduo, não importando sua classe social ou econômica. No entanto, o PBF não só foi desenvolvido a fim de que seus beneficiados tenham acesso à educação, mas também que garanta a permanência da criança na escola, essa condição acontece devido as condicionalidade, pois este ajuda no processo de assiduidade escolar da criança. Por outro lado garantir a permanência da criança na escola é permitir que “[...] as crianças ao frequentar a escola, elas desenvolvem habilidades/competências essenciais para a obtenção de trabalhos qualificados e melhor remunerados no mercado de trabalho e, assim, romperiam o ciclo intergeracional da pobreza”. (BRASIL 2009, p. 18).

De acordo com os autores supracitados, quando há inclusão de criança na escola, além de dar oportunidade de adquirir conhecimento, a escola passa a dar condições para que a criança se desenvolva no aspecto, intelectual, físico e psicológico, dessa forma construindo sua visão acerca da sociedade que o rodeia. Desse modo, a criança ao longo do sua aprendizagem passa a ser um sujeito ativo, com autonomia, capaz de garantir o seu espaço no mercado de

trabalho, assim mudando a sua realidade, isto é, essa criança permite a ruptura do ciclo da pobreza e da desigualdade social.

Além disso, o PBF tem como foco a relação com o trabalho e escola, assim visando o desenvolvimento do cidadão e de sua inclusão social e educacional, ainda mais que o objetivo central do programa faz-se refletir na garantia de direitos, e não apenas proporcionar renda às famílias que se encontram em circunstâncias de pobreza, mas também rompem o ciclo da pobreza entre gerações, e um dos meios ou recurso é acesso à educação, pois este permite que a criança eleve o grau de sua escolaridade, aumentado e ao mesmo tempo equilibrando as oportunidades.

Após a criação do Programa Bolsa Família é possível perceber que este programa veio aos pouco mostrando resultado positivo no que tange em serviço público, isto é, na área da educação. Porém esse feito só aconteceu por conta da condicionalidade. Esta foi uma maneira de envolver a família no compromisso e com a responsabilidade da educação de seus filhos. Essa condição foi imposta com o intuito de que as famílias beneficiadas matriculassem os seus filhos na escola e assim as mesmas passariam a receber o benefício.

Por outro lado, à medida que o Programa Bolsa Família vem propiciar que a criança saísse do trabalho infantil escravo, este também implica que as mesmas passem a ir à escola. Além disso, a família tinha que garantir que seus filhos não fossem apenas matriculados na escola, mas que eles frequentassem o ensino regular de forma presencial, pois dessa maneira a instituição escolar tinha que fazer sua parte, isto é, manter o órgão privativo informado acerca das crianças beneficiadas, por meio da frequência. Diante desse contexto, Campelo (2013) informa que por conta do ato da frequência, a criança tem maior oportunidade de permanecer na escola e de concluir o período escolar com a idade correta, ou seja:

A exigência da permanência na escola tem como premissa básica o exercício do direito à educação, pois não basta possibilitar o acesso a meninos e meninas, é fundamental que permaneçam na escola, aprendam na idade adequada, tenham oportunidades de continuidade dos estudos e, ainda, de inserção no mundo do trabalho. (CAMPELO, 2013, p. 114).

Autora implica que a educação, por ser constitucional, é obrigatória e direito de todos, sendo assim a criança por estar frequente na sala de aula, tem chance de ler e escreve como direito básico. Porém, isso só é possível a partir de sua inclusão na escola e o compromisso de concluir cada etapa do ensino na faixa etária adequada, afim de que ele esteja qualificado e capacitado para esse mercado.

Entretanto, é importante frisar que o Programa Bolsa Família e sua condicionalidade, tem o compromisso de assegurar à criança o direito da educação, já que no

programa é concedido o benefício variável aos jovens (BVJ), criado por meio da medida nº 411, no qual foi convertido na lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008. (BRASIL, 2009). Dessa maneira, o programa bolsa família propicia à criança sua permanência e progresso na escola, e assim, dando-lhe a oportunidade de frequentar a educação básica, e fazer com que as mesmas continuem aprendendo ao longo da vida, sem que haja interrupção na sua vida acadêmica. Pois a educação é o ponto primordial para todo indivíduo, possibilitando os mesmos a desenvolverem-se integralmente.

Diante deste contexto, Piaget (1934 apud MUNARI, 2010) vem enfatizar que a educação é importante e de grande valor para o indivíduo, porque somente a educação pode salvar nossa sociedade de uma possível dissolução, violenta e gradual, ou seja, a ação educativa é algo que vale a pena lutar. Além disso, ao definir que a educação é o maior ato que transforma a sociedade, sem a qual não há movimentos significativos para o desenvolvimento da sociedade, esta é importante para o cidadão produtivo e crítico.

Um país sem política educativa e sem pensar em educação formal de qualidade, leva a sociedade a ser, fracassada social e economicamente. Por que sem uma educação de qualidade com paradigma adequado para cada etapa ou fase na vida desse indivíduo, a sociedade deixa de ter cidadão enquanto produtivo, crítico e eficiente, um ser sociável capitalista e político. Por tanto, a educação é a cultura do indivíduo, e essa é sua identidade, é por ela que ele busca definir seus valores e expirações, além disso, a cultura está atrelada ao conhecimento, permitindo assim que o homem seja um ser social.

O programa bolsa família não só oferta às crianças educação, mas, também aos jovens, pois estes têm direito tal qual às crianças, de retomar a sua formação acadêmica. Isto é, estes jovens que por algum motivo deixaram de estudar passaram a ser inclusos no ambiente educacional e assim frequentar a escola na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo este no ensino regular e presencial. Por conta disso, esse programa além de dar oportunidade aos seus beneficiados, passou a combater a repetência, prolongar a trajetória educacional das mesmas, assim diminuindo o abandono escolar, propiciando que estas concluam a educação básica na idade correta, para que elas tenham oportunidade e crescimento no mercado de trabalho.

A educação exerce certamente o papel fundamental no rompimento do ciclo interacional, à medida que consegue assegurar aos sujeitos de direito, uma educação de qualidade com aprendizagem significativa (BRASIL, 2009). Ou seja, manter a criança e o jovem na escola, é dar a estes o direito de aproveitar as oportunidades que a escola tem a

oferecer, assim passando a não só conviver com outras crianças, mas, tendo o acesso a educação ao mesmo passo que compartilha e amplia os conhecimentos dentro e fora do contexto escolar.

## **4 METODOLOGIA**

Dividido em dois momentos, o artigo inicialmente foi elaborado mediante pesquisa bibliográfica, que deu o embasamento necessário com a finalidade de que seja compreendido a temática, e assim sustente as análises e discursões propostas pelo problema da pesquisa. Contudo, para complementação do mesmo, fez-se uma pesquisa de campo, na qual permitiu uma abrangência melhor da realidade pesquisada, possibilitando assim, a verificação *in loco* no contexto social e cultural, destacando suas contribuições para o sistema educacional no que diz respeito à evasão escolar. Sendo assim, Lakatos e Marconi (2010, p. 139) ainda complementam que “[...] a pesquisa de campo, é um procedimento formal e que constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir a verdades parciais”.

### **4.1 Caracterização do campo pesquisado**

A Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix, na qual se deu a pesquisa de campo, está localizada na zona rural, no endereço: Avenida Principal da Vila São José I, este órgão público, faz parte do Município de Paço do Lumiar-MA. Porém, não se sabe em que ano essa instituição educacional iniciou suas atividades. A escola funciona nos turnos matutino e vespertino, as atividades educacionais iniciam-se às 07h15min e encerram às 17h15min.

Essa instituição trabalha com projetos educacionais voltados para leitura, com intuito de desenvolver a hábito de ler entre os discentes, feiras científicas, projeto direcionado para o raciocínio lógico com a inclusão de jogos educativos.

A escola é composta por uma gestora, 8 (oito) docentes, 1 (uma) merendeira; sem mencionar que a estrutura física da escola é constituída por 5 salas de aula, uma secretaria e pátio onde são realizadas reuniões entre os professores e responsáveis dos discentes, bem como as atividades recreativas. A mesma atende aproximadamente 200 alunos.

## 4.2 Análise e discussão

Para a realização da pesquisa de campo entrevistou-se o gestor da Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix e os pais dos alunos. Para obter resposta sobre as implicações da pesquisa, foram aplicados questionários (APÊNDICE A e B), sabendo que o mesmo foi dividido em três partes, contendo perguntas mistas. Este estudo configurou-se pela pesquisa quantitativa e descritiva, no qual envolve análise e discussão dos dados obtidos por meio do questionário.

Neste momento, serão apresentados os resultados relacionados à pesquisa de campo, e para a compreensão e viabilização desse estudo, as respostas serão sistematizadas e apresentadas em forma de gráficos. Ainda, ressalta-se que o objetivo da pesquisa de campo, concentra-se em investigar se o Programa Bolsa Família do Governo Federal é solução ou consequência para erradicar a evasão escolar na Unidade de Educação Básica Padre Maurice Lacroix em Paço do Lumiar – MA.

Do universo de 128 pais que têm filhos matriculados no ensino fundamental menor, obtivemos informações de 10% como amostra, isto é, de 13 pais e do gestor responsável pela administração da escola. Diante da estratégia utilizada para a coleta de dados, serão expostos os resultados do questionário na qual foram respondidos pelos os mesmos.

### 4.2.1 Entrevista com a gestora

Inicialmente será exposta a entrevista que foi realizada com a gestora com o propósito de analisar e compreender esse ponto de vista relacionado ao Programa Bolsa Família (PBF), ressalta-se que o questionário foi dividido em 4 (quatro) partes.

A primeira parte da entrevista está relacionada às informações sobre o Programa Bolsa Família.

Com relação à quantidade de alunos matriculados, a gestora afirma que há 146 alunos em sua escola, no entanto apenas 138 são beneficiados com o Programa Bolsa Família. É pertinente informar que alguns alunos não são contemplados com este benefício, pois os seus pais têm renda fixa. Sendo assim, Brasil (2008) menciona que são inscritos no programa, família com renda mínima ou sem nenhuma renda.

Segundo a gestora, a escola aderiu ao programa apenas em 2008, isso ocorreu por haver alto índice de crianças inscritas no programa, sendo assim, o programa ao ter parceria

com órgão público, e por haver necessidade do acompanhamento deste aluno, a escola foi automaticamente inserida no programa, assim ajudando por meio de repasse de informações.

Por outro lado, em relação aos critérios que a escola e os pais devem atender, a gestora explicita que a principal delas é que os alunos estejam frequentes na escola, já os critérios direcionados aos pais é que eles mantenham os seus filhos na escola, pois assim, eles terão o benefício garantido. Ainda foi embasado que os responsáveis têm cumprido os critérios imposto pelo programa; segunda a gestora esse critério é mediante, pois assim os pais têm acompanhado e participado da vida de seus filhos.

Conforme o roteiro da entrevista a segunda parte foi voltado para evasão escolar e a permanência na escola.

A respeito da evasão escolar, a gestora esclarece que não há evasão na escola, pois os alunos que não são contemplados com o programa bolsa família e os que são beneficiados, têm se mantido na escola. No entanto, isso só foi possível por que os pais passaram a valorizar a educação de seus filhos e ao mesmo tempo o programa contribuir para que não houvesse evasão. Segundo a gestora antes do programa bolsa família, alguns alunos não estavam presentes na sala de aula, e na maioria das vezes estes tinham dificuldades em adquirir material escolar e fardamento, por passarem por algumas dificuldades, deixavam de ir à escola. Atualmente, programa tem ajudado os alunos em vários aspectos.

Quando se pergunta se o programa bolsa família tem cooperado para permanência dos discentes, a gestora afirma que após a criação desse programa, os discentes estão frequentes e mantidos na escola. Já sobre as políticas para solucionar a evasão escolar ou incentivar o aluno a permanecer na escola, a mesma frisa que planeja um meio de chamar atenção dos discentes, como projetos que envolva dinâmica, lazer, evento entre outros.

O programa bolsa família é acompanhado por alguns critérios e já foram mencionados alguns. Sendo assim, outro critério relacionado à evasão escolar, a gestora explica que os alunos não podem faltar às aulas, pois deixando de frequentar está propenso a perder o benefício e ao mesmo tempo prejudica o seu desenvolvimento educacional.

A terceira parte da entrevista está voltada ao processo de ensino aprendizagem dos alunos inseridos no programa. Quando a questão se refere às normas da escola no que diz respeito à farda, higiene, material didático, ela ressalta que fica a desejar, pois isso não é frequente, não chega a ser um problema. Já com relação à pontualidade e assiduidade, os alunos respeitam as regras que a escola impõe e também todos os alunos são pontuais.

A respeito do rendimento escolar dos beneficiados, a gestora salienta que estes alunos não apresentam nenhuma dificuldade em relação às atividades pedagógicas. Por outro

lado, quando a pergunta é direcionada se a escola informar ao programa sobre o desenvolvimento educacional das crianças beneficiadas, a mesma diz que não há necessidade, mas dever sempre informar a respeito da presença dos alunos na escola.

Ainda seguido o roteiro da entrevista, foi abordado se existe alguma recomendação direcionada aos professores em relação ao acompanhamento destes alunos beneficiados, a gestora ressalta que sim, a questão das faltas. Os alunos devem estar presentes na sala aula, pois a professora é responsável em observar este aluno e manter os seus responsáveis informados em relação à presença e o desenvolvimento educacional. Mediante essa abordagem, a Constituição Federal, vem complementar com artigo 208 no inciso VII que “compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. (BRASIL, 1998). Pois, isso uma responsabilidade institucional.

Já na quarta parte da entrevista o questionamento foi a respeito do Acompanhamento dos Pais. Ao falar sobre as orientações que são passadas aos pais, que são beneficiados com programa, a escola informa aos pais que não deixe que seus filhos não faltem, pois podem perder o benefício. Já por outro lado foi mencionado se pais acompanham a vida escolar de seus filhos, sobre essa questão gestora diz, que eles têm preocupação saber da vida educacional os filhos.

A respeito das reuniões ou eventos promovidos pela escola, os pais são participativos. Ainda foi abordado se os pais necessitam do benefício do programa, a mesma afirma que maioria dos responsáveis necessita desse programa.

Há vista disso, foi mencionado se eles valorizam a educação ou cumprem apenas os requisitos do programa, segunda a gestora, alguns pais valorizam, mais tem uns que usam o benefício em prol de outras coisas.

Nas questões finais, a gestora apontou seu ponto vista, a respeito à adesão do programa bolsa família, ou seja, a sua percepção em relação ao aumento do índice de aprovação dos alunos inseridos no programa, segundo ela, afirma que houve um aumento constante após este programa. Contudo, quando é embasado se houve aumento de inseridos no número de matriculados, ela ainda afirma que o índice tem elevado

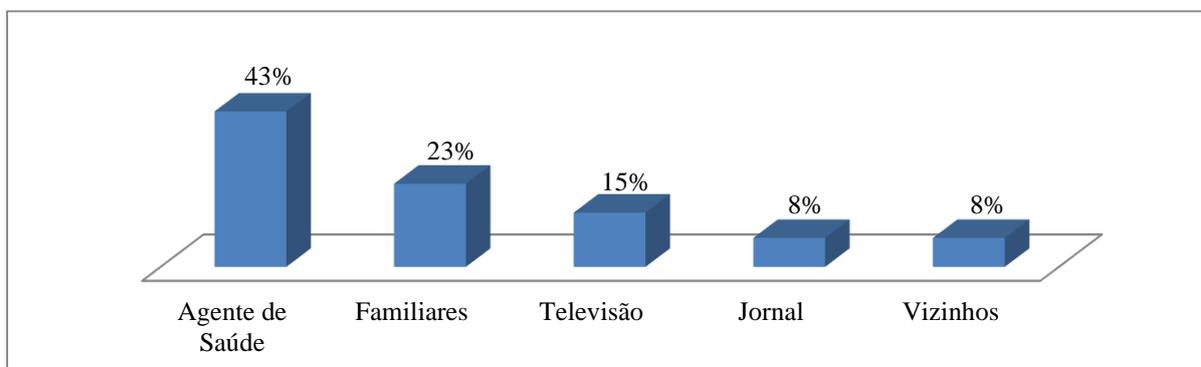
Sobre a bolsa família, a entrevistada mencionou críticas positivas, ao programa, ou seja, o mesmo incentiva os alunos estarem na escola assim, diminui o número de evasão. Por outro lado, frisou críticas negativas, isto é, tem família que não usa o benefício para a educação, mas em prol de si mesmo.

#### 4.2.2 Questionamentos aos pais

Mediante a entrevista realizada com a gestora, houve também a necessidade de realizar uma entrevista com os pais, com propósito de compreender sua opinião em diversos aspectos relacionada ao programa bolsa família.

O primeiro questionamento foi feito com intuito de mensurar como os pais souberam do Programa Bolsa Família. O gráfico1 mostra o perceptual da maneira como se deram o conhecimento do programa, segundo os pais.

Gráfico1 – Como soube do Programa Bolsa Família (PBF)

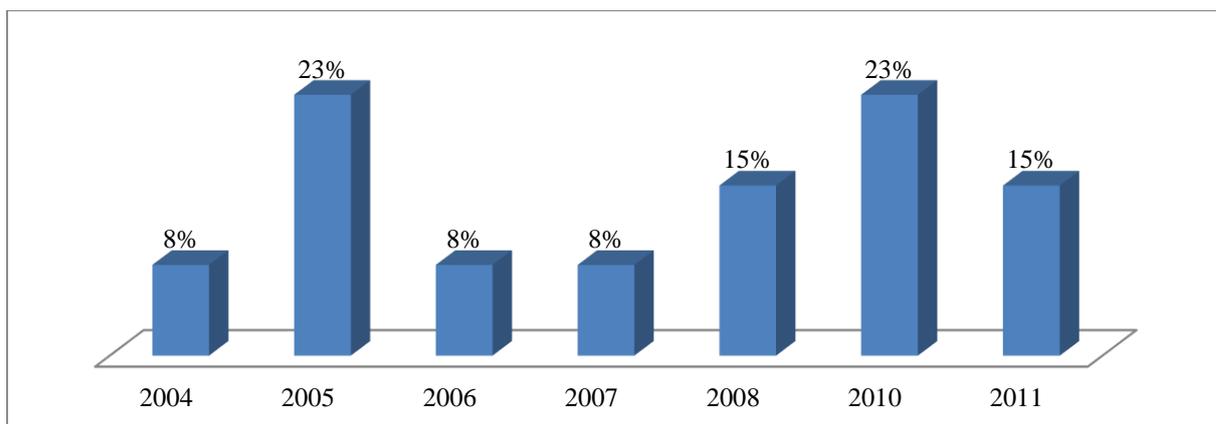


Fonte: As autoras (2016)

De acordo com a gráfico 1, observamos que 43% dos pais souberam do Programa Bolsa Família, através do agente de saúde, já 23% por meio de familiares, enquanto 15% ficaram informados através da televisão, 8% pelo jornal e outro 8% por meio de vizinhos. Ou seja, ficou claro que o programa por ter órgãos responsáveis pelas políticas setoriais como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Ministério da Saúde (MS), é possível mostrar que há um acompanhamento das famílias no que tange estes serviços básicos, e por essa razão o agente de saúde é o responsável em manter informado estas famílias acerca do programa e ainda desempenham o papel de fazer registro dos dados referente a estas famílias beneficiadas.

O segundo questionamento vem trata a respeito do ano em que os pais se inscreveram no programa, e para a compressão, o gráfico 2 vem apresentar em forma de percentual.

Gráfico 2 – Ano em que os pais se inscreveram no Programa Bolsa Família

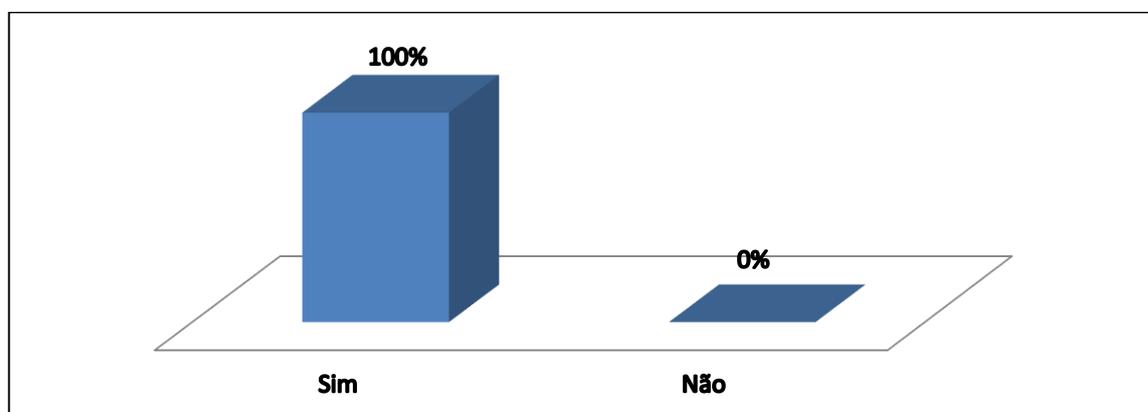


Fonte: As autoras (2016)

A bolsa família por existir desde 2003, e apenas em 2004 foi convertida em lei, foi observado que 8% dos beneficiados que atualmente participam desse programa vieram ser contemplados em 2004, enquanto 23% apenas 2005, já 8% em 2006, no ano de 2007 foi 8%, 15% em 2008, 23% no ano de 2010, já os outros 15% em 2011. É possível observar que não houve um crescimento de família beneficiada com o Bolsa Família no ano que este programa foi criado, e que com passar dos anos cresceu e decresceu o número de família inscrito no programa. Contudo, o governo por elevar o valor do benefício, houve um aumento de família inscrita no programa, mas, ainda permanece estável.

O terceiro questionamento foi feito com intenção de abordar como os pais sabem do objetivo do programa, sendo o assim gráfico 3 vem exibir os resultados em percentual, afim de compreender, segundo os pais.

Gráfico 3 – Objetivo do Programa Bolsa Família

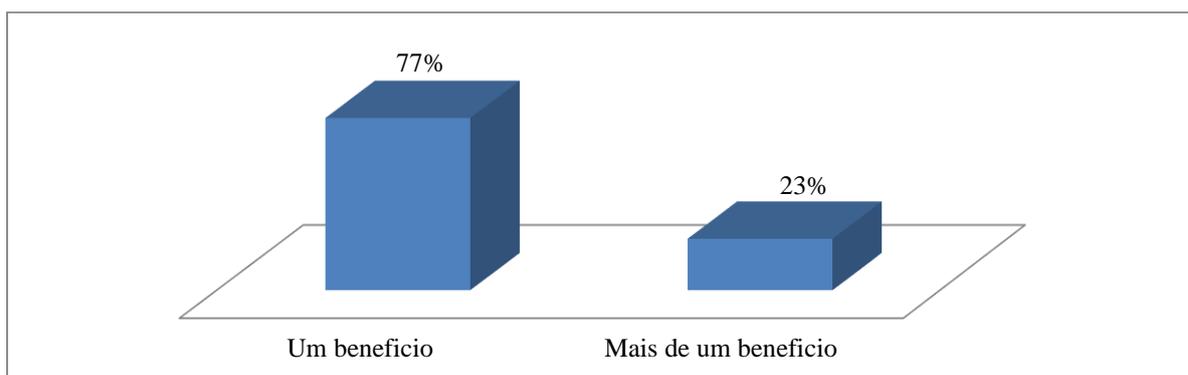


Fonte: As autoras (2016)

Conforme o gráfico acima, 100% dos pais afirmam conhecer a respeito do objetivo principal do programa bolsa família. Segundo eles, este programa ajuda as famílias carentes, permite que as crianças se mantenham na escola, contudo, estes pais souberam deste objetivo através de assistente social, no momento de seu cadastramento, sendo assim, é importante mencionar que além desse objetivo, as famílias ao assumirem o compromisso com o programa, elas passam a receber uma renda mínima, com a qual podem reduzir a pobreza. Por outro lado, esse programa ao firmar estes objetivos, permitiu que as famílias tivessem direitos básicos, assim conseguindo o seu desenvolvimento.

O quarto questionamento foi feito com objetivo de verificar acerca de quantos benefícios sociais os pais recebem, e para compreender o gráfico 4 mostra a resposta dos pais em percentual.

Gráfico 4 – Quantos benefícios sociais os pais recebem

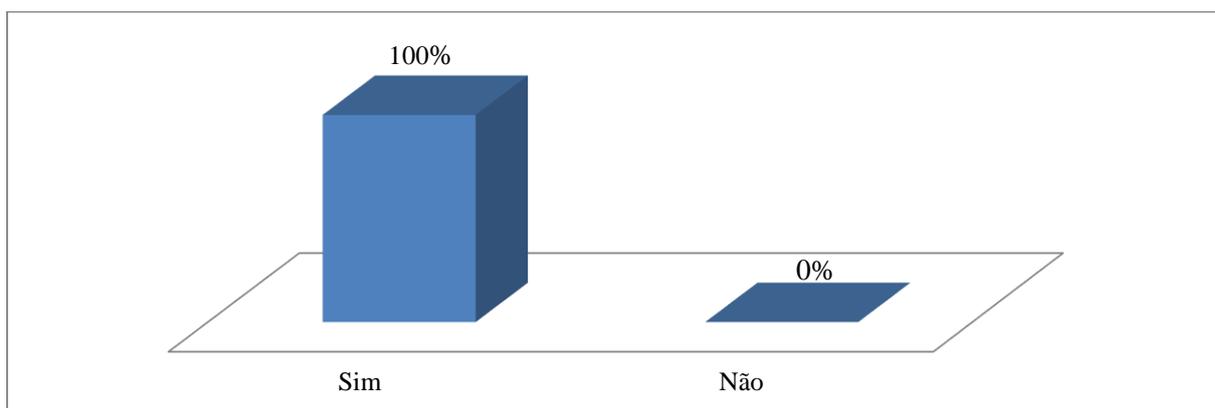


Fonte: As autoras (2016)

Foi possível identificar no gráfico 4, que 77% dos pais recebem apenas um benefício do Bolsa Família, enquanto 23% deles recebem dois benefícios, além do Bolsa Família. Pelo programa ser um benefício social que contribui com uma renda mínima, é notado que o bolsa família, por sobressair mais que os outros programas, ele passa a abranger todos os municípios brasileiros, assim beneficiando “aproximadamente 14 milhões de famílias”. (BRASIL, 2013, p. 4). Por outro lado, os outros benefícios não chegam a abranger todo o território brasileiro. Sendo assim, o programa bolsa família vem dar uma assistência como um todo, enquanto os outros benefícios atingiram apenas uma quantidade menor.

O quinto questionamento foi feito com a finalidade de mensura se o benefício do programa é importante na renda familiar, e para a entendermos o ponto de vista dos pais, o gráfico 5 vem apresentar o em forma de perceptual, segundo os pais.

Gráfico 5 – O benefício do programa é importante

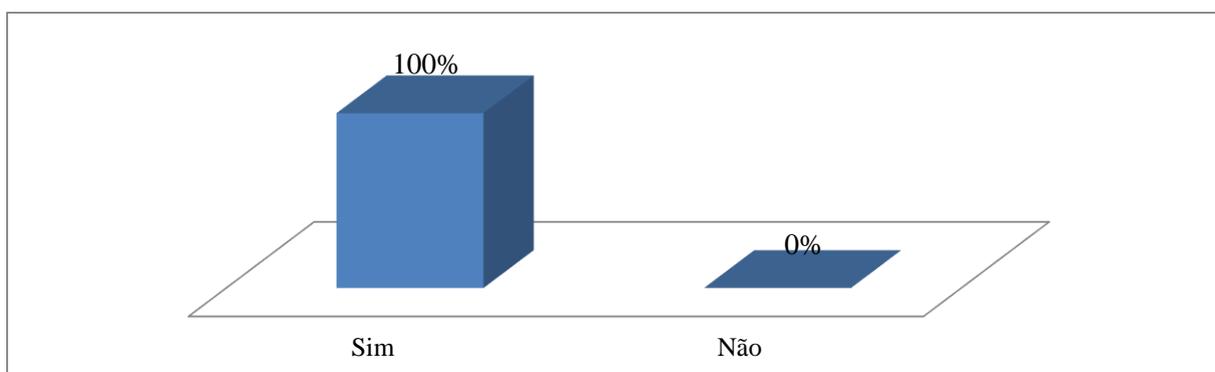


Fonte: As autoras (2016)

No gráfico acima 100% dos pais, afirmaram que, o programa bolsa família é importante, pois muitas pessoas não têm uma renda suficiente e fixa. Para o seu sustento, e ainda vem contribuir no final do mês, sem falar que ajudam as crianças com o transporte escolar. Este benefício tem ajudado as famílias a saírem da extrema pobreza, dando a elas a oportunidade de melhorar sua qualidade de vida, também vem contribuindo para a superação da fome, assim garantindo a segurança alimentar e nutricional das famílias. O programa tem dado ajuda as famílias, na questão da inclusão na sociedade, já para as crianças mais educação e saúde, com a finalidade de que as famílias contempladas com o benefício tenham um melhor desenvolvimento e crescimento econômico. (BRASIL, 2013).

O sexto questionamento foi feito com intuito de mensurar se a escola repassou e repassa informações sobre o programa, e para haver compreensão o gráfico 6 exibe em percentual a respeito da opinião dos pais.

Gráfico 6 – Escola compartilha informação sobre o programa

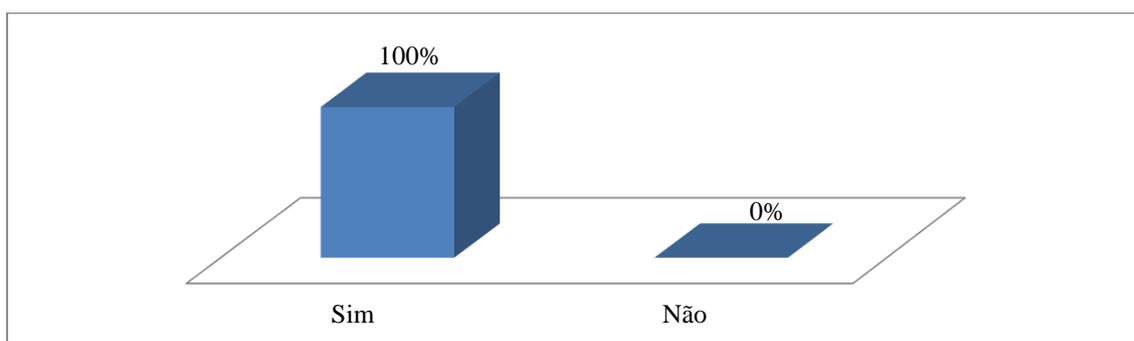


Fonte: As autoras (2016)

Com a implantação do Programa Bolsa Família, a escola passou a trabalhar junto com o mesmo, sendo assim, 100% dos pais esclarece que a escola, a qual os seus filhos são matriculados tem repassado informações a respeito do programa, assim que necessário. A escola ao matricular crianças beneficiárias do Bolsa Família têm por direito informar quaisquer informações a respeito do programa para seus responsáveis, por que os órgão e entidades públicas como a escola, tem papel de colaborar com o programa, repassando dados a acerca dos alunos beneficiados, pois dessa forma o programa vai verifica o desenvolvimento educacional, a presença escolar destes educandos.

No sétimo questionamento foi feito a respeito se os pais sabem qual o critério é necessário para manter-se no programa, e para que aja entendimento desta abordagem, o gráfico 7 vem apresentar o percentual do ponto de vista dos pais.

Gráfico7 – Critérios necessários para manter-se no (PBF)

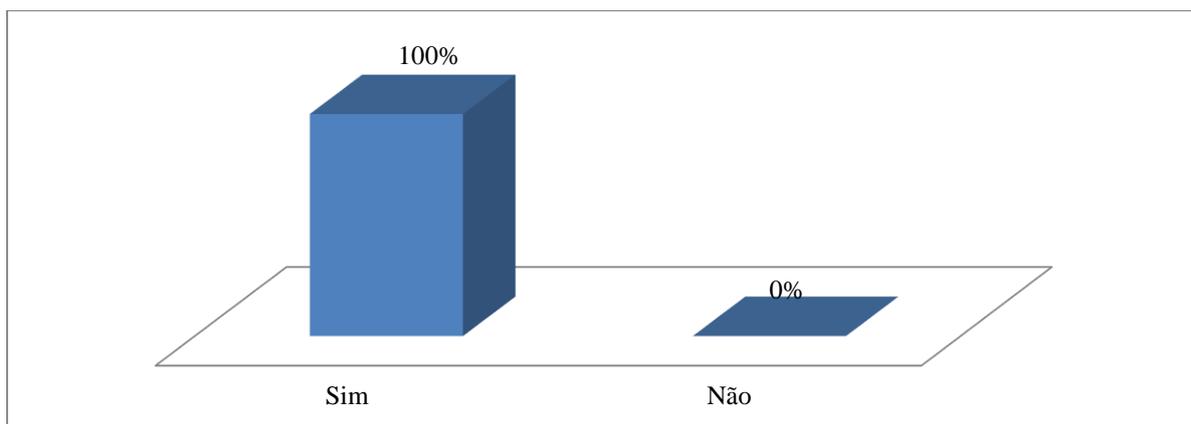


Fonte: As autoras (2016)

Conforme o gráfico 7, 100% dos pais dizem saber dos critérios necessários para mante-se no programa, segundo eles estes são: manter a criança na escola, não ter uma renda fixa, fazer o cadastramento, já as crianças menores devem ter a carteira de vacinação em dia. Ainda é possível mencionar, além desses critérios, vários outros direcionados para serviço básico como saúde e educação. Sendo assim, quando este critério é voltado para a área da educação, os pais devem matricular a criança na escola, ela deve ter a “frequência mínima 85% das aulas, enquanto os jovens devem ter a frequência de 75% das aulas” (BRASIL, 2009). Esses critérios ao serem impostos pelo MEC são formas para que as famílias tenham o compromisso com o programa e com seus filhos, e é uma condição para que a família permaneça no programa.

O oitavo questionamento foi para saber se os pais têm cumprido todos os critérios, e para entender o ponto de vista dos pais. O gráfico 8 expõe estas opiniões em porcentual.

Gráfico 8 – Todos os critérios são cumpridos



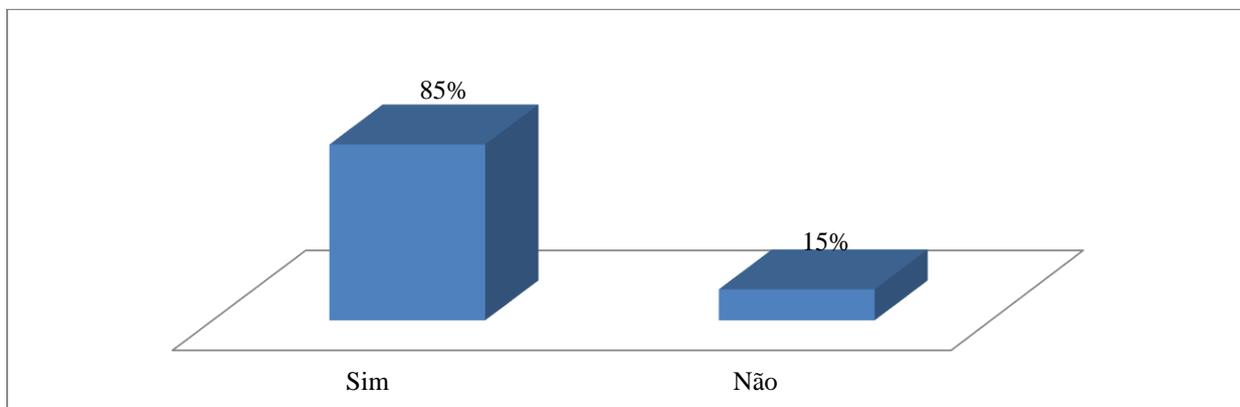
Fonte: As autoras (2016)

Segundo o gráfico, 100% dos pais dizem cumprir os critérios que programa exige. Ainda é relevante mencionar que estes critérios são condição que os órgãos privados ao criar o Bolsa Família incluíram os mesmos, com finalidade de que os beneficiados tenham responsabilidade com o programa. Pode-se considerar que:

Os critérios são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de Saúde e de Educação. O acesso a esses serviços é direito assegurado pela Constituição. É responsabilidade do governo garantir acesso, além da qualidade dos serviços. O acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público monitorar resultados, identificar motivos que impeçam o acesso das famílias aos serviços sociais básicos e agir para garantir o acesso. (BRASIL, 2013, p. 17).

O nono questionamento foi feito com a intensão de mensurar se a escola presta algum auxílio no que diz respeito às informações do programa aos pais, sendo assim o gráfico 9 exibe o percentual de maneira que compreende o ponto de vista dos pais.

Gráfico 9 – Escola presta informações aos pais acerca do programa

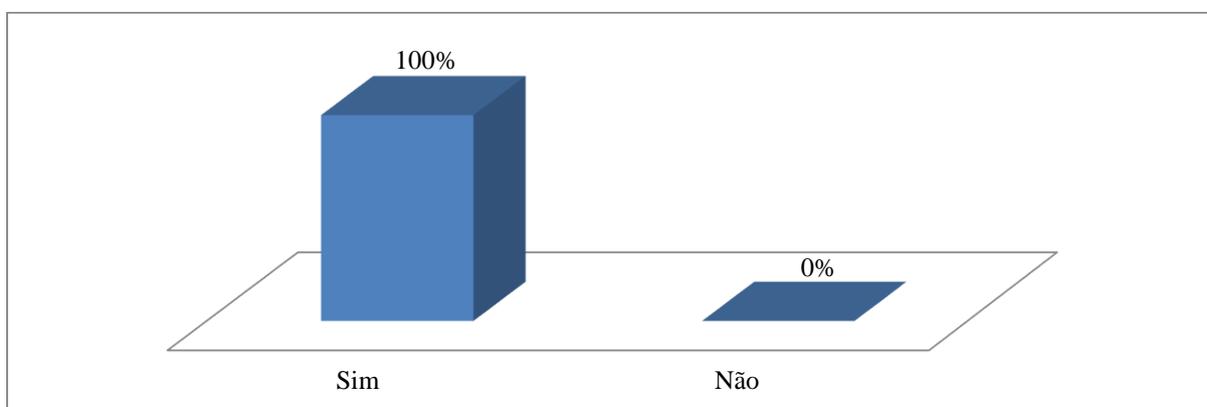


Fonte: As autoras (2016)

A tabela acima mostra que 85% da maioria dos pais assegura que a escola tem lhe prestado auxílio no que tange as informações do Bolsa Família, isso acontece por que estes estão presentes em encontros que a escola realiza com os pais. Já 15% deles declaram que a escola não auxilia e nem passa informações a respeito do programa, porque são pais ausentes devido alegarem não ter tempo de estar presente na escola.

O décimo questionamento foi feito para confirmar se a escola comunica os pais sobre eventuais problemas com os educandos (faltas, notas, etc..) e para que tenham compressão a respeito da opinião dos pais. O gráfico 10 vem apresentar o percentual deste questionamento.

Gráfico 10 – escola comunica sobre eventuais problemas aos pais

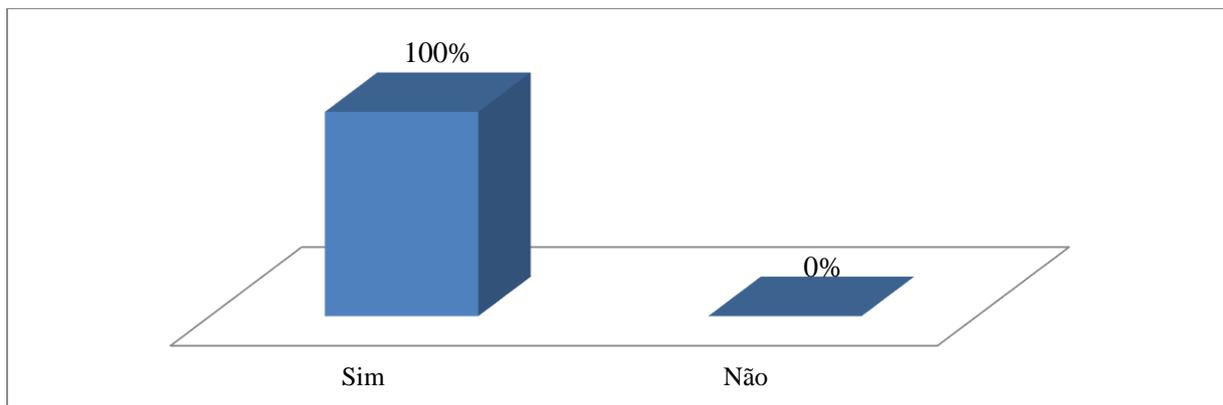


Fonte: As autoras (2016)

Ao questionar se a escola tem comunicado sobre eventuais problemas a respeito dos educandos como, a infrequência, baixo rendimento, 100% dos pais afirmaram estar informados sobre o desenvolvimento dos seus filhos, por meio de encontro de pais, de projetos e notificações que são feitas em cadernetas de seus filhos direcionado para os pais. Como mencionado, a escola é um órgão responsável em manter, informado os pais que são beneficiados ou não com o programa bolsa família, ou seja, a escola ao fazer sua parte, colabora para que os seus educandos não sejam prejudicados, tanto no desenvolvimento educacional e no que tange ao benefício.

O décimo primeiro questionamento foi feito com a intenção de enfatizar se pais acham que a educação é importante para o seu filho, sendo assim, o gráfico 11 mostra o percentual de maneira que se compreenda o conhecimento do ponto de vista dos pais.

Gráfico 11 – Educação é importante



Fonte: As autoras (2016)

O gráfico acima mostra que 100% dos pais afirmam que a educação é importante para o futuro dos filhos, só por meio deste ato que eles serão capazes de mudar a sua realidade.

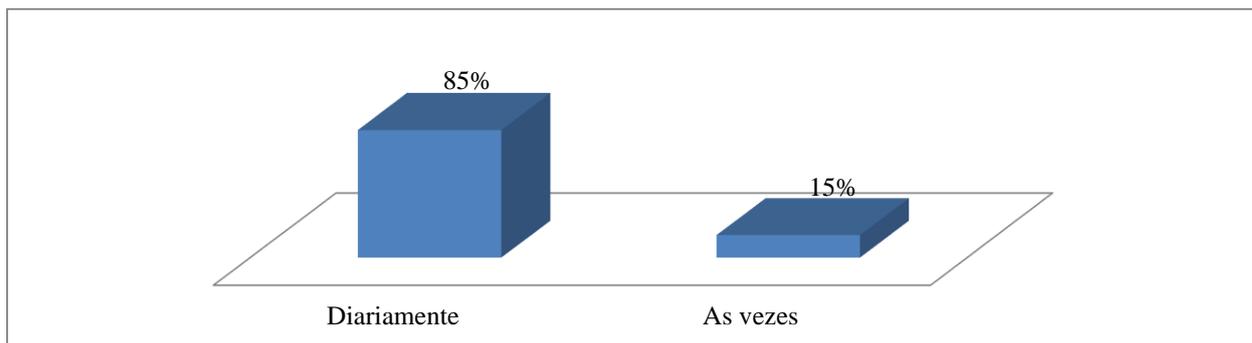
É relevante mencionar que a educação é condição essencial do indivíduo, por fazer parte do seu desenvolvimento social, ainda mais que a educação permite que a criança aprenda assuntos que fazem parte desse seu contexto social e familiar, isto é, por meio do ato de educar que são trabalhadas todas as áreas da vida das mesmas, a educação permitir que a criança esteja preparada para a vida. A educação permitir que o indivíduo compreenda o mundo e o que está à sua volta, por esse motivo a criança dever estar presente no âmbito educacional, pois assim permite que as mesmas concluam toda etapa educacional de sua vida.

Mediante essa abordagem, o Estatuto da Criança e do Adolescente (2011a, p. 54) complementa que [...] “a criança e ao adolescente tem direito a educação, pois este visa o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Por outro lado, ainda é importante afirmar que por meio da educação é possível se combater a pobreza, e é por essa razão que o PBF tem alguns critérios importantes direcionados à educação, ou seja, por meio desta que será possível que não ocorra o avanço da pobreza de geração a geração e, por conseguinte, este ato permitiu que a economia crescesse, diminuindo a violência, garantindo outros direitos sociais. A educação é um valor importante, pois este propicia que os indivíduos tenham uma visão crítica e ainda seja incluído na sociedade e no mercado de trabalho.

No décimo segundo questionamento foi feito acerca da frequência dos pais nas reuniões da escola, para que seja possível compreender o questionamento, o gráfico 12 vem apresentar o percentual do ponto de vista dos pais.

Gráfico 12 – Os pais frequentam as reuniões na escola



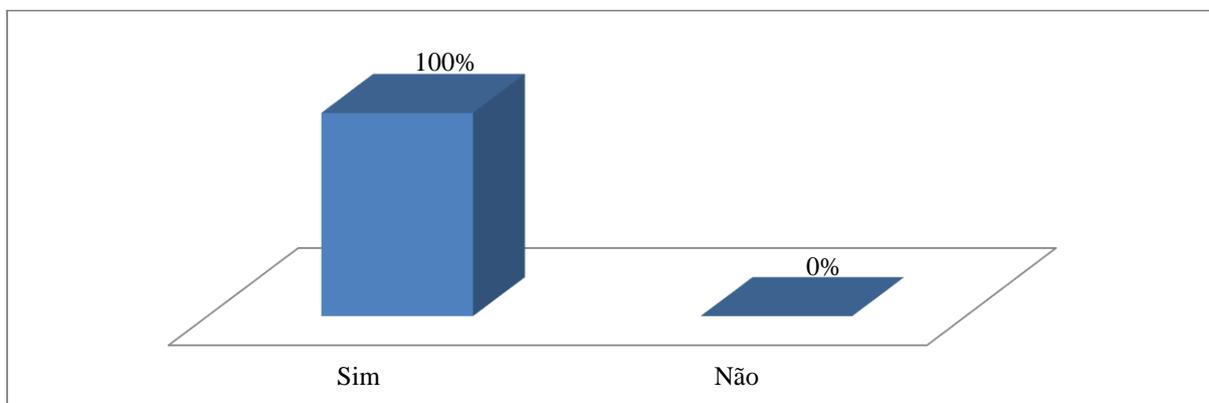
Fonte: As autoras (2016)

Na questão da presença dos pais em reuniões foi observado que 85% deles estão constantemente frequentes, enquanto 15% dos mesmos comparecem às vezes em reuniões na escola de seu filho. Essa ausência seria porque os pais estão realizando atividades que os impede de comparecerem a esses eventos escolares. Devido essa realidade, Luck (2013, p. 39) vem informar que “[...] as reuniões promovidas pela escola é considerada um evento, na qual oportunizam pais, professor e gestores discutir situações, e ao mesmo tempo conhecer o processo de desenvolvimento de seus filhos”.

A autora salienta que os pais devem comparecer às reuniões, pois este ambiente promove a integração dos seus filhos com a sociedade, e é de sua responsabilidade, conhecer, resolver situações que envolva seus filhos, seja este desde notas, frequência etc.

O décimo terceiro questionamento foi feito acerca do acompanhamento dos pais sobre as notas dos seus filhos, e para que se entenda o ponto de vista deles, o gráfico 13 exhibe a resposta dos pais em percentual.

Gráfico 13 – Os pais acompanham seus o desenvolvimento dos seus filhos

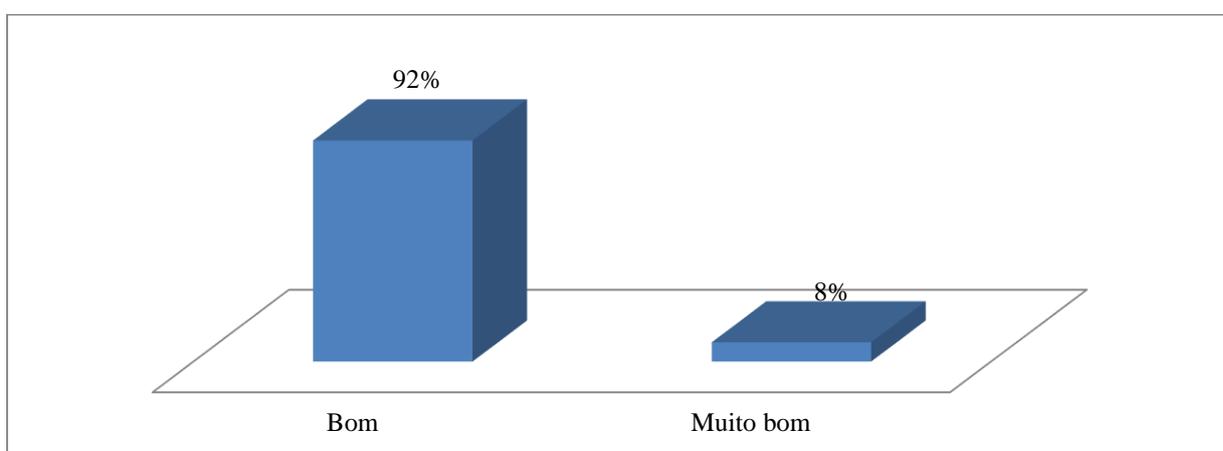


Fonte: As autoras (2016)

Mas por outro lado, ao falar sobre o acompanhamento das notas, 100% dos pais afirmam ser presente. Ou seja, os pais ao participarem da vida educacional de seus filhos, contribuem para que o seu filho se desenvolva cada vez mais na escola e assim eles sejam comprometidos com a sua educação.

O décimo quarto questionamento foi feito com o propósito de mensurar a respeito de como os pais avaliam o trabalho da escola. Sendo assim, o gráfico 14 exhibe o percentual do ponto de vista segundo os pais.

Gráfico 14 – Avaliação dos pais a respeito do trabalho da escola

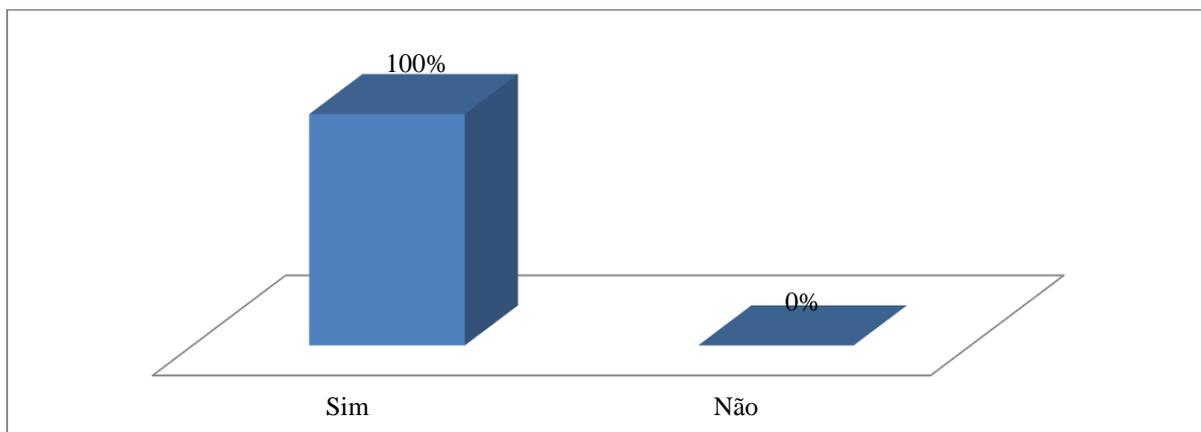


Fonte: As autoras (2016)

De acordo com o gráfico 14, identificamos que 92% dos pais avaliam o trabalho da escola com o conceito bom, mas que precisa melhorar na questão da comunicação entre gestor e pais, professor e pais, e por outro lado haver mais projetos que venham abranger toda sociedade escolar e comunidade. Enquanto 8% dos pais avalia que o trabalho da escola é muito bom.

O décimo quinto questionamento foi direcionado sobre os cuidados dos pais com relação à frequência dos filhos, e para que se tenha entendimento, o gráfico 15 apresenta o percentual do ponto de vista dos pais a respeito deste questionamento.

Gráfico 15 – Os pais são cuidadosos com a frequência

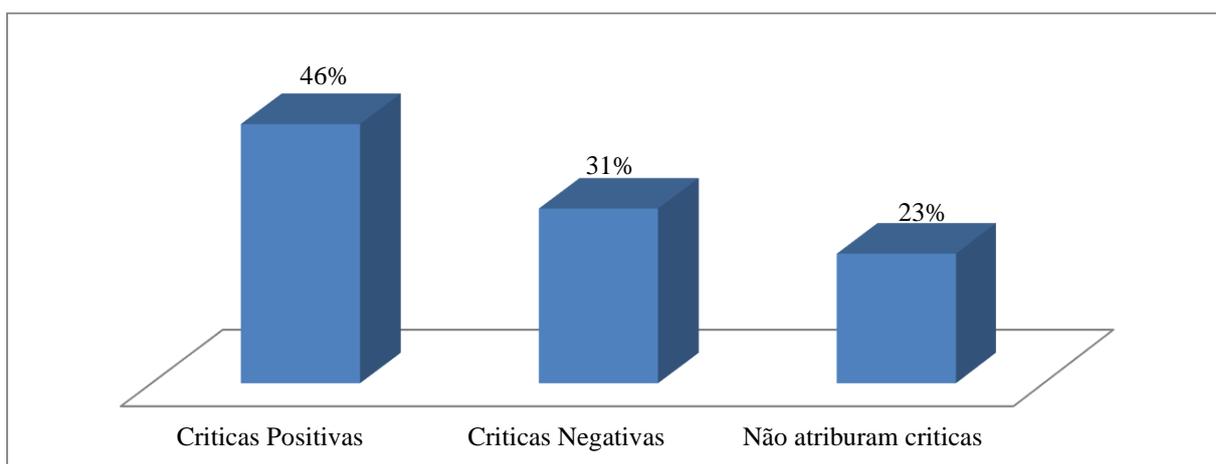


Fonte: As autoras (2016)

A vista disso, quando se refere à questão da frequência, todos os pais têm dado importância a frequência dos seus filhos na escola. É direito da criança e dever dos pais manter seus filhos na escola. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (2011a) é direito dos pais ou responsáveis tomar ciência do processo pedagógico e do processo educacional de seus filhos.

O décimo sexto questionamento foi feito com intuito de analisar acerca das críticas dos pais direcionadas ao Programa Bolsa Família, como apresenta o gráfico 16.

Gráfico 16 – Pais atribuíram críticas acerca do (PBF)



Fonte: As autoras (2016)

Conforme o gráfico acima, 46% dos pais atribuiu críticas positivas a respeito do programa bolsa família, segundo eles afirmam que este benefício chegou no momento exato, pois passou ajudá-los na alimentação de seus filhos, ainda este programa propiciou que os

alunos fizessem curso e por outro lado contribuiu para que os pais incentivassem seus filhos a estudarem mais. Por outro lado 31%, dos pais fizeram algumas críticas negativas sobre o programa. Segundo eles, o programa deveria ser verificado com mais cuidado, pois tem gente que não necessita deste benefício e o recebem, ainda que tivesse investimento em cursos direcionado para as mães, falta informação a respeito do programa, e que deveria melhorar o dinheiro na questão da quantidade. Contudo observamos que os beneficiados gostaram de ganhar mais do que eles recebem. Porém, 23% dos pais não atribuíram nenhuma crítica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do embasamento teórico, observamos que o programa bolsa família do governo federal veio propiciar de forma direta o desenvolvimento educacional e financeiro das famílias que tem uma renda baixa para sobreviver. Este programa contribuiu para que os pais tivessem uma mudança de comportamento no que tange a vida educacional de seus filhos, ou seja, os pais a ter outra visão a respeito da educação por conta do bolsa família, seus filhos deixaram de retornar para o trabalho infantil e nem tão pouco estivessem à margem da marginalidade.

A respeito da realidade pesquisada, podemos constatar que o programa bolsa família de fato colabora para que as crianças tenham além da educação, um desempenho educacional de maneira satisfatória, possibilitado, assim o seu o desenvolvimento intelectual, emocional e por fim profissional. Sem mencionar que, este programa permite que as crianças tenham desenvolvimento pessoal e cultural, ou seja, as crianças ao aproveitar as oportunidades que lhes são dadas, elas passaram a progredir tanto na escola como na sociedade.

Enfim, sobre as hipóteses elencadas afirmamos que o programa bolsa família, contribui de forma geral no que tange os serviços básicos, ainda mais quando este serviço é a educação. Constatou-se que pais ao matricularem os filhos na escola da rede pública, constroem uma parceria com a escola, assim a escola passou a fazer o acompanhamento pedagógico das crianças como um todo, mas principalmente, dos beneficiários do programa, envolvendo assim o controle da matrícula e frequência escolar. Atualmente, os pais se mantem ativos, propostos a participar da vida educacional de seus filhos.

O objetivo proposto foi cumprido, ou seja, após adentrar o programa bolsa família na escola pesquisada, verificamos que a escola não tem tido evasão escolar por conta deste programa, ainda este programa contribui para que houvesse a permanência escolar dos discentes beneficiados sem falar que também houve o desenvolvimento educacional dos discentes.

Portanto, devido à realidade das famílias brasileiras e das escolas, fica explícito que o programa social bolsa família, propiciou mais qualidade de vida para as famílias e seus envolvidos, por outro lado é uma solução para inibir a evasão educacional. Além disso, isso só é possível porque o PBF por ser uma proteção social este permitir que os mesmos garantam o direito de aprender, para que assim leve essas crianças e jovens à emancipação e ao exercício pleno da cidadania.

### **FEDERAL GOVERNMENT FAMILY BOLSA PROGRAM:**

solution or consequence to eradicate school dropout in the Primary Education Unit Father  
Maurice Lacroix in Paço do Lumiar-MA

### **ABSTRACT**

The Bolsa Família Program, which was implemented by the Federal Government, made it very important for the families in need, since they allowed them to be included in the society and the educational development of their children. For this reason, the purpose of this article is to investigate the contribution of the Bolsa Família Program to school permanence and to the educational development of students, without school dropout at the Primary Education Unit Padre Maurice Lacroix in Paço do Lumiar-MA. For this, it will have two approaches to bibliographical and field research. On the methodology proposed to obtain results, the questionnaire was used as a data collection instrument, followed by analysis and discussion of the data obtained.

Keywords: Social Programs. Family Grant Program. School Evasion. Educational Unit.

### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade**: condicionalidade do programa bolsa família. Brasília: DF. Ministério da educação secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Secretaria de direitos humanos**. Brasília, 2011a.

BRASIL. Gabinete do Ministério. **Portaria nº551 de 09 de novembro de 2005**. GM regulamenta a gestão de condicionalidade de PBF. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Universidade Para Todos**. Brasília, DF, 2011b.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome. **Bolsa família**: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília-DF, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha do Programa Bolsa Família**. Brasília-DF, 2003.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social de Combate à Fome. **Medida provisória de nº411 de 28 de dezembro de 2017**. Brasília, DF. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Educação. **Portaria interministerial nº 3.784 MDS/MEC de 17 de novembro de 2004**. 2004b. Brasília-DF, 2004a.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Convertida na Lei nº 10.836, de 2004. 2004b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas\\_2003/132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á pratica educativa**. Ed paz e terra. 25 edição são Paulo, 2002.

HELLMANN, Aline Gazola. **Como funciona o Bolsa Família?: Melhores Práticas na Implementação de Programas de Transferência de Renda Condicionadas na América Latina e Caribe**. Org: Banco Interamericano de Desenvolvimento. 2015.

LAKATOS, Maria Eva; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LONTRA, Tiago. Reportagem do Jornal O Globo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/brasil-ocupa-60-posicao-em-ranking-de-educacao-em-lista-com-76-paises.html>>. Acesso em: 13 maio 2015.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa na escola**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2013.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Tradução e organização de Daniele Saheb. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.

PAES SOUSA, Romulo. **Plano Brasil sem miséria: incremento e mudança na política de proteção e promoção social no Brasil**. Brasília, DF: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo/PNUD, 2013.



INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF  
*Reconhecido e Publicado pelas Portarias Ministeriais*  
 N°. 223 de 14 de março de 2007 e N°. 259 de 23 de março de 2007

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AO GESTOR (A) DA ESCOLA PADRE MAURICE DE LACROIX**

### **I PARTE: Informações Sobre o Programa Bolsa Família (PBF)**

- Quantos alunos têm na escola?
- Quantos alunos estão inseridos no PBF?
- Quando a escola aderiu ao PBF?
- Qual o critério a escola precisa atender?
- Quais critérios que os pais precisam atender?

### **II PARTE: Informações Relacionadas á Evasão Escola/Permanência na Escola**

- A escola registra um alto índice de evasão?
- A escola registra um alto índice de evasão por parte dos alunos inscritos no (PBF)?
- Em sua opinião, o (PBF) colabora para a permanência do aluno na escola?
- Existe alguma política na escola para solucionar a evasão escolar ou incentivar a permanência na escola; para os alunos em geral e para os alunos do programa?
- O (PBF) traz alguma recomendação em relação á evasão escola. Quais?

### **III PARTE: Processo Ensino-Aprendizagem dos Alunos Inseridos no Programa**

- Os alunos têm atendido as normas da escola no que tange a farda, higiene, material didáticos?
- Comente a respeito da pontualidade e assiduidade (frequência dos alunos)?
- Os alunos inseridos no programa têm um bom desempenho escolar?
- É necessário informar ao programa sobre o desenvolvimento educacional das crianças?
- Existe alguma recomendação direcionada aos professores em relação ao acompanhamento?

### **VI PARTE: Acompanhamento dos Pais**

- Quais orientações são passadas para os pais que pertencem ao programa?
- Eles acompanham a vida escolar de seus filhos?
- São assíduos nas reuniões ou eventos promovidos pela escola?

Em sua opinião, eles realmente necessitam do benefício do programa?

Em sua opinião, eles valorizam a educação ou cumprem apenas os requisitos do (PBF)?

**V PARTE: Questões Finais**

Aposte a adesão do PBF, qual a sua percepção em relação aos aspectos abaixo:

- a) Aumento do índice de aprovação dos alunos inseridos no programa
- b) Aumento inseridos no número de matriculado

Sobre a bolsa família, aposte

- a) Críticas positiva
- b) Críticas negativas

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PAIS (A) DA ESCOLA  
PADRE MAURICE DE LACROIX**

**I PARTE: Informações Sobre o Programa bolsa Família (PBF)**

- Como você soube do programa bolsa família?  
Quando você se inscreveu no programa?  
Sabes qual é o objetivo do programa?  
Quanto benefícios você recebe?  
O benefício do programa é importante na renda familiar

**II PARTE: Apoio da Escola**

- A escola repassou e repassa informações sobre o programa  
Sabes qual o critério é necessário para mante-se no programa  
Todos os critérios são cumpridos  
A escola lhe presta algum auxílio no que tange as informações do programa  
A escola lhe comunica sobre eventuais problemas com os educados (falta, notas, etc.)

**III PARTE: Acompanhamento dos Filhos**

- Qual a importância da educação para o seu filho  
Você frequenta as reuniões na escola  
Acompanha as notas dos seus filhos  
Como você avalia o trabalho da escola  
Você é cuidadoso com a frequência dos filhos

**IV PARTE: Informações Gerais**

Atribua:

- a) A críticas positiva sobre o programa
- b) A críticas negativa sobre o programa